

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MATHEWS NUNES MATHIAS

**NOSSA SENHORA DA DITADURA: O SANTUÁRIO NACIONAL DE APARECIDA E
O REGIME MILITAR (1963-1972)**

Niterói, RJ

2023

MATHEWS NUNES MATHIAS

**NOSSA SENHORA DA DITADURA: O SANTUÁRIO NACIONAL DE APARECIDA E
O REGIME MILITAR (1963-1972)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
como requisito final para obtenção do título de Mestre em
História pelo Instituto de História da Universidade Federal
Fluminense.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janaína Martins Cordeiro

Niterói, RJ

2023

MATHEWS NUNES MATHIAS

**NOSSA SENHORA DA DITADURA: O SANTUÁRIO NACIONAL DE APARECIDA E
O REGIME MILITAR (1963-1972)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História como requisito final para obtenção do título de Mestrado em História pelo Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Aprovada pela comissão examinadora abaixo assinada, nas datas indicadas junto às assinaturas.

Aprovada em 18/03/2023

Prof. Dr.^a Janaína Martins Cordeiro (UFF)

Prof.^a Dr.^a Gizele Zanotto (UPF)

Prof.^o Dr.^o Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Niterói, RJ

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M431n Mathias, Mathews Nunes
NOSSA SENHORA DA DITADURA : O Santuário Nacional de
Aparecida e o regime militar (1963-1972) / Mathews Nunes
Mathias. - 2023.
206 f.

Orientador: Janaina Martins Cordeiro.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Instituto de História, Niterói, 2023.

1. Ditadura civil-militar. 2. Nossa Senhora Aparecida. 3.
Igreja Católica. 4. Consenso. 5. Produção intelectual. I.
Cordeiro, Janaina Martins, orientador. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

À minha avó que costurou a vida
com fios de ferro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e abraço a minha avó por nunca desistir de mim e por sempre ter feito tudo que estivesse ao seu alcance para que eu pudesse estudar e hoje fosse a primeira pessoa da família a se formar no ensino superior. Com ela, no quarto de empregada, sonhei meus maiores sonhos e sempre senti a força da sua mão sobre a minha a me encorajar. Agradeço pelas orações, pelo carinho, pela força, pela compreensão e por me ouvir ler este trabalho em voz alta milhares de vezes.

Agradeço igualmente ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense; a todos os funcionários, a atenção e paciência com a qual sempre me receberam. A todos os funcionários da UFF e do Instituto de História que me ajudaram nos momentos mais confusos e mais desafiadores ao longo da graduação e do mestrado, sobretudo, durante a pandemia. Da mesma forma, agradeço aos funcionários dos muitos arquivos e bibliotecas nos quais pesquisei. Em especial, aos funcionários do Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida, do Centro de Documentação e Memória de Aparecida e do Arquivo Nacional.

Aos velhos amigos que tornaram mais leve essa jornada: Béatrice Aimée, Thaíssa Souza, Thaís Salvina, Matheus Trajano, Daniel Menduiña. Aos novos amigos que acreditaram em mim desde o início: Fernanda Fernandes, Ana Clara Costa e Hiago Franklin. À família eleita que sempre me acolheu com muito carinho e amor: Ana Sílvia, Alexandre, Mateus, Pedro Henrique e João Vítor. Aos amigos que a UFF me apresentou: Pedro Henrique Lima e Pedro Emmanuel e tantos outros com quem eu pude compartilhar essa trajetória.

Aos amigos do Departamento de Arquivo e Documentação da Fiocruz e do CAP-Uerj, lugares que me formaram profissionalmente e me proporcionaram as melhores experiências de trabalho. Sou especialmente grato à Glauce Farias por toda a sua generosidade, por ter apostado em mim e me encorajado nos momentos mais difíceis dessa jornada. Seu apoio foi fundamental para que este trabalho saísse do papel.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Janaina Martins Cordeiro. Com ela eu me imaginei pela primeira vez alçando voo na história contemporânea e não poderia ter alguém melhor para me orientar. Sou muito grato por cada indicação bibliográfica, pela escuta e por cada oportunidade que me ofereceu desde a graduação. Ela sempre acreditou e me passou a segurança necessária para ir mais longe e caminhar com as minhas próprias pernas.

Sou imensamente grato aos professores Rodrigo Patto Sá Motta e Gizele Zanotto, que participaram do Exame de Qualificação – e, agora, da banca de defesa. A eles agradeço a oportunidade de estabelecer importante diálogo e sugestões que ajudaram a enriquecer a

dissertação. Agradeço à Carolina Vianna Dantas que, ainda no ensino médio, abriu as portas da UFF para mim e à Carolina Coelho Fortes, que me recebeu de braços abertos e me concedeu sua *benção* para que eu pudesse deixar os cátaros da Idade Média e me dedicasse a outras temáticas de pesquisa. Agradeço especialmente à professora Denise Rollemberg pela generosidade e pelo incentivo desde o início deste trabalho; suas aulas foram fundamentais para que eu encontrasse o meu objeto de pesquisa. Agradeço a Paulo César Gomes, Christian Dennys Oliveira, Adriano Godoy e Rodrigo Alvarez pelas preciosas sugestões bibliográficas e pela paciência com um pesquisador desesperado por fontes de difícil acesso. Agradeço também à Christina Vital, Larissa Correa, Daniel Aarão Reis e Márcio Vilarouca, grandes professores que tive o prazer de conhecer durante as disciplinas do mestrado e que me inspiraram com suas provocações e debates riquíssimos em sala de aula.

Por fim, agradeço à figura que, em certa medida, está presente em todas as páginas deste trabalho e a qual fui, primeiramente, ensinado a admirar com o olhar do devoto, mas pude descobrir que ela pode ser um personagem muito mais interessante aos olhos do historiador. Ela é Nossa Senhora Aparecida, mas não tem um nome só. É Mariama, é Oxum, é Morenita, é Yá querida, é a Fiel Companheira da Libertação. Eu a reconheço nas “Senhoras do Ventre do Mundo”, que o meu Salgueiro soube reverenciar tão bem em 2018. Ela, que brotou do ventre negro da África e se tornou matriarca nestes cafundós coloniais e imperiais. Ela, que neste lado do Atlântico, formou novos laços familiares e irmandades negras. Ela, que é guerreira, é Nzinga de Angola, na luta contra o imperialismo português. Ela, que seguindo os mestres e griôs, na tradição oral africana, fortaleceu as lutas de libertação e através da palavra escrita, eternizou sua história. Ela que é autora negra, guardiã dos valores ancestrais, desde Maria Firmina dos Reis à Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Ela, que é memória do mundo; deusa; rainha; guerreira; sacerdotisa; feiticeira, a matriarca, que trabalha e sustenta a prole sozinha. Mãe, irmã, minha avó.

Purificar o Subaé
Mandar os malditos embora
Dona d'água doce, quem é?
Dourada rainha senhora
(Caetano Veloso)

RESUMO

Esta dissertação analisa as complexas relações que a Igreja Católica manteve com a ditadura civil-militar a partir da atuação do Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida entre 1963 e 1972. Para tanto, busco compreender como o clero de Aparecida vivenciou os processos de polarização e radicalização políticas que marcaram os últimos meses do governo João Goulart e como os padres redentoristas, responsáveis pela administração do Santuário, se posicionaram em relação ao golpe de 1964. Ao mesmo tempo, busco entender os valores comuns que uniram os religiosos de Aparecida e o regime militar, a partir de comemorações realizadas pelo Santuário, como o Jubileu de 250 anos de Aparecida celebrado em 1967, bem como o lugar ocupado pela padroeira do Brasil no discurso cívico-patriótico enquanto elemento importante para a formação do consenso em relação ao regime inaugurado em 1964 e, sobretudo, no contexto das comemorações do Sesquicentenário de Independência do Brasil, em 1972.

Palavras-chave: Nossa Senhora Aparecida; ditadura civil-militar; Igreja Católica; consenso.

ABSTRACT

This master's thesis analyzes the complex relations that the Catholic Church maintained with the civil-military dictatorship through the actions of the National Shrine of Our Lady of Aparecida between 1963 and 1972. For this purpose, I seek to understand how the clergy of Aparecida experienced the processes of political polarization and radicalization that marked the last months of the João Goulart government and how the Redemptorist priests, responsible for the administration of the Basilica of the Patroness of Brazil, positioned themselves in relation to the coup of 1964. At the same time, I seek to understand the common values that united the prelates of Aparecida and the military regime, based on commemorations held by the Shrine, such as the Jubilee of 250 years of Aparecida celebrated in 1967, as well as the place occupied by the Patroness of Brazil in the civic-patriotic discourse as an important element for the formation of consensus in relation to the regime inaugurated in 1964 and, above all, in the context of the commemorations of the Sesquicentennial of the Independence of Brazil, in 1972.

Keywords: Our Lady of Aparecida; civil-military dictatorship; Catholic Church; consensus.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACB:** Ação Católica Brasileira
- ACO:** Ação Católica Operária
- Aerp:** Assessoria Especial de Relações Públicas
- AI-5:** Ato Institucional nº 5
- ALN:** Ação Libertadora Nacional
- AP:** Ação Popular
- Arena:** Aliança Renovadora Nacional
- CAN:** Correio Aéreo Nacional
- CEB:** Comunidades Eclesiais de Base
- Celam:** Conselho Episcopal Latino-americano
- Cimi:** Conselho Indigenista Missionário
- CNBB:** Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CUTAL:** Confederação Unitária dos Trabalhadores da América Latina
- DNER:** Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
- EEAR:** Escola de Especialistas da Aeronáutica
- FAB:** Força Aérea Brasileira
- FEB:** Força Expedicionária Brasileira
- Ibad:** Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- JOC:** Juventude Operária Católica
- JUC:** Juventude Universitária Católica
- MR-8:** Movimento Revolucionário 8 de outubro
- MDB:** Movimento Democrático Brasileiro
- PCB:** Partido Comunista Brasileiro
- PCdoB:** Partido Comunista do Brasil
- PSD:** Partido Social Democrático
- PT:** Partido dos Trabalhadores
- PTB:** Partido Trabalhista Brasileiro
- TFP:** Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
- UH:** Última Hora
- UDN:** União Democrática Nacional
- UNE:** União Nacional dos Estudantes

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Charge de Otávio no jornal <i>Última Hora</i> (27 de agosto de 1963)	31
Figura 2 - JK e dom Motta acompanham a procissão da imagem de Aparecida em Brasília (1960)	82
Figura 3 – Jango recebe dom Hélder e dom Motta no Palácio Laranjeiras (1964)	85
Figura 4 – A cidade de Aparecida enfeitada para a entrega da Rosa de Ouro (1967)	120
Figura 5 – Costa e Silva chega ao Santuário Nacional (1967)	124
Figura 6 – Costa e Silva e dona Yolanda rezam diante da imagem de Aparecida (1967)	125
Figura 7 – Dom Motta cumprimenta Costa e Silva em Aparecida (1967)	127
Figura 8 – Construção da Passarela da Fé (1971)	150
Figura 9 – Vista da Passarela da Fé (1971)	151
Figura 10 – Inauguração da Passarela da Fé (19 de dezembro de 1971)	154
Figura 11 – Mário Andreazza, Laudo Natel, dom Motta e dom Macedo caminham sobre a Passarela da Fé (19 de dezembro de 1971)	155
Figura 12 – Cartaz de divulgação do Ano Marial (1972)	159
Figura 13 – Missa do Sesquicentenário da Independência do Brasil (3 de setembro de 1972)	173

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Uma padroeira vestida de silêncios	9
CAPÍTULO 1	26
A PADROEIRA DA REVOLUÇÃO (1963-1964)	26
A santa com a cara do Pelé	29
Jango e a reforma das almas.....	42
Nossa Senhora Aparecida é vestida para o combate.....	48
Padroeira das reformas?	53
O milagre da revolução	57
Por Aparecida, marchamos	60
CAPÍTULO 2	65
O CARDEAL MOTTA E A TRIUNFANTE PEREGRINAÇÃO DE APARECIDA (1965-1966)	65
Da tribuna ao altar.....	68
O restaurador.....	72
Anticomunismo em anos dourados.....	75
Golpe e melancolia.....	83
Aparecida peregrina	87
CAPÍTULO 3	102
OS 250 ANOS DE APARECIDA E O GOVERNO COSTA E SILVA (1967)	102
Uma Rosa para Aparecida, uma rosa para a ditadura	105
A esperança chama-se Costa e Silva.....	110
A misericórdia de Aparecida.....	113
“Em Aparecida, todos se sentem irmãos, em um só coração”	118
CAPÍTULO 4	132
APARECIDA ENTRE OS ANOS DE CHUMBO E OS ANOS DE OURO (1968-1972)	132
O 1968 católico	136
“Por que não fazer a maior igreja do mundo aqui?”	142
A Passarela do <i>milagre</i>	146
Batalha pelo patriotismo?.....	155
“Viva o Sesquicentenário! Viva Nossa Senhora Aparecida! Viva Médici!”	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
Aparecida além da devoção e da memória	177

INTRODUÇÃO

Uma padroeira vestida de silêncios

Em outubro de 2017, o Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida celebrou 300 anos do encontro da imagem da Virgem nas águas do rio Paraíba do Sul. De todas as regiões do Brasil, milhões de devotos partiram em romaria em direção à Basílica de Aparecida no interior de São Paulo, o segundo maior templo católico do mundo. Por todo país, fiéis se uniram em preces de louvor e agradecimento à sua padroeira por séculos de graças alcançadas. Por várias regiões do Brasil, a história da santa foi lembrada. Em quadros, músicas e documentários, revisitou-se as origens da padroeira do Brasil desde 1717, quando a imagem apareceu na rede de três pescadores, até os dias de hoje, momento em que a santa conta com inúmeras histórias de curas e milagres realizados em favor dos seus devotos.

Em comemoração aos 300 anos de Aparecida, o Museu de Arte Sacra de São Paulo inaugurou uma exposição temporária em parceria com o Museu Nossa Senhora Aparecida, localizado na Torre do Santuário Nacional. A mostra intitulada *300 Anos de Devoção Popular*¹ trazia como destaques duas esculturas da santa – uma com manto e outra sem – feitas por Chico Santeiro, o primeiro escultor a produzir uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, além de 10 ex-votos que são mantidos na Sala das Promessas, no Santuário. Nas paredes, uma linha do tempo contava toda a história da santa desde 1717, quando a imagem foi encontrada, passando pela primeira capela no Porto Itaguaçu (1740), a doação da coroa de ouro pela Princesa Isabel (1884), a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil (1931), o início da construção da Basílica Nova (1955), até o Jubileu de 300 anos do encontro da imagem de Nossa Senhora, em 2017.

Entre algumas datas citadas na linha do tempo, uma em especial me chamou a atenção: 1967. Naquele ano, a Basílica de Aparecida foi agraciada com uma Rosa de Ouro do papa Paulo VI, por ocasião do Jubileu de 250 anos da padroeira. Ao lado da descrição, apenas uma ilustração da Rosa e uma pequena referência à cerimônia de entrega do presente por um legado papal com a presença do então presidente da República, Artur da Costa e Silva. A ausência de mais detalhes sobre a cerimônia de 1967 contrastava com a quantidade de fotos e referências sobre outros momentos em que a imagem figurava ao lado de políticos como Rodrigues Alves, na coroação de Aparecida como Rainha do Brasil em 1904, e Getúlio Vargas em 1931, na

¹ *300 Anos de Devoção Popular*. Exposição temporária (de 22 de setembro a 19 de novembro de 2017) no Museu de Arte Sacra de São Paulo – MAS/SP, com a Secretaria da Cultura do Estado. Curadoria de Cesar Augusto Bustamante Maia e Fabio Magalhães.

consagração do Brasil à Virgem. Na linha de 1967 não havia nenhuma menção à ditadura nem aos motivos pelos quais o presidente Costa e Silva tinha participado da entrega da Rosa de Ouro. 1967 surgia como um parêntese entre tantos outros anos marcantes na longa trajetória da padroeira; um episódio fortuito que não merecia maiores explicações.

Porém, não era somente na exposição que o Jubileu de 250 anos de Aparecida era apresentado como uma nota de rodapé em letras miúdas. Na mídia em geral nenhuma reportagem mencionava a comemoração. Quando lembravam do Jubileu, se referiam apenas à Rosa de Ouro ofertada por Paulo VI, sem apontar que a cerimônia de entrega do presente pontifício se deu em contexto de ditadura. O Jubileu de 1967 era apenas uma forma de lembrar a Rosa enviada pelo papa Francisco em 2017 não era a primeira que o Santuário recebia. Assim, os 300 anos de Aparecida foi celebrado nas sombras do último Jubileu, uma festa esquecida.

No entanto, como veremos ao longo deste trabalho, o Jubileu de 250 anos de Aparecida foi precedido por várias peregrinações da imagem da santa por todo o Brasil, entre 1965 e 1966, a pedido do presidente Castello Branco. Aliás, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade de 1964, que serviram como um pedido da sociedade civil às Forças Armadas para que realizassem uma intervenção “moralizadora” das instituições, afastando do país o perigo comunista”,² a figura de Nossa Senhora Aparecida foi evocada reiteradas vezes. Em várias ocasiões, a padroeira do Brasil foi aclamada como padroeira da *Revolução* e, em 1972, sua imagem foi apropriada pelo Sesquicentenário, a festa mais popular da ditadura. Nesse sentido, a relação da figura de Nossa Senhora Aparecida, bem como do Santuário Nacional, com a ditadura civil-militar inaugurada em 1964 está longe de ser um parêntese. No entanto, Aparecida ainda se encontra coberta por um denso manto de silêncio a respeito da sua história durante a ditadura.

Ora, o silêncio sobre os 250 anos da padroeira explicita a dificuldade de parte da sociedade e da própria Igreja Católica em lidar com a memória do período autoritário sem as lentes que certo mito da resistência impõe. Segundo Daniel Aarão Reis, a partir de 1979, ano da anistia e da revogação dos Atos Institucionais, teve início um longo processo de transição democrática que formulou uma memória baseada na ideia de que a ditadura teria sido uma imposição dos militares, de cima para baixo, contra a vontade de todos.³ Varreu-se para debaixo

² PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64*. 151 p. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. p.15.

³ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004; pp. 29-52.

de grosso tapete o apoio de vários segmentos sociais ao regime. Em um primeiro momento, esse processo beneficiou as esquerdas que puderam recuperar a sua honra após a derrota melancólica de 1964. Porém, como efeito adverso, notórias lideranças civis de direita e diversas instituições, que ajudaram a construir e sustentaram longamente a ditadura, também foram beneficiadas pela imposição de uma divisão clara entre sociedade e regime.⁴ Assim, no processo de transição democrática iniciada em 1979, a sociedade se apresentou como vítima do autoritarismo dos militares e, ao mesmo tempo, resistente, desde o golpe, à ditadura.

Na esteira do mito da resistência, a Igreja Católica também reconstruiu a sua memória em torno da defesa dos direitos humanos e da luta pela democracia. De modo geral, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é reconhecida como uma das instituições mais críticas ao regime militar. No panteão dos grandes heróis da resistência contra a ditadura, figuras como dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns são sempre lembradas como exemplos de coragem por denunciarem a tortura e acolherem presos políticos; são quase santos. Porém, frequentemente se silencia sobre o apoio que a CNBB deu ao golpe de 1964⁵ e sobre a benção de dom Arns às tropas golpistas do general Mourão Filho de passagem por Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, a maior parte dos estudiosos da ação da Igreja no contexto da radicalização política dos anos 1960 adota uma postura cautelosa em relação ao apoio efetivo da hierarquia católica ao golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart em 1964. Renato Cancian, por exemplo, lembra que as Marchas da Família com Deus pela Liberdade não devem ser interpretadas como uma expressão de apoio de todos os membros da Igreja Católica ao movimento de políticos conservadores, da elite empresarial e de mulheres de classe média que foram às ruas pedir uma intervenção das Forças Armadas. Para Cancian, “é preciso distinguir entre ações particulares e isoladas de autoridades eclesiásticas e o episcopado nacional do que seria um indicador do apoio institucional da Igreja”.⁶ Entre as ações isoladas da hierarquia, o apoio entusiasmado ao golpe costuma ser relacionado aos bispos ultraconservadores, como dom Geraldo Sigaud, de Diamantina, e dom Jaime Câmara, do Rio de Janeiro. Outros bispos que saudaram o golpe – ou silenciaram sobre ele – foram solenemente

⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel; SILVEIRA, Diego Omar (orgs.). *A sombra das ditaduras - Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. p. 8.

⁵ Cf. Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964. In: FREI ROMEU; PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F. (Org.). *As relações entre Igreja e Estado no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

⁶ CANSIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Editora Claridade, 2011.

esquecidos; ninguém lembra os seus nomes, seus rostos ou as dioceses que governavam quando Jango foi derrubado.

Sob esse aspecto, é interessante observar a existência de uma forte influência da historiografia confessional na abordagem dos principais temas da história da Igreja Católica no Brasil e do catolicismo contemporâneo. De fato, não faltam biografias, teses e dissertações muito simpáticas à Teologia da Libertação,⁷ que buscam resgatar narrativas e memórias de certas figuras eclesiais, bastante emblemáticas do período ditatorial, contribuindo – às vezes sem intenção – para a construção de uma memória institucional, em vez de uma perspectiva crítica sobre o passado da hierarquia católica.⁸ De acordo com Jessie Jane Vieira, não são poucos os trabalhos que “partem da premissa de que as memórias dos ícones do catolicismo têm poder para revelar uma suposta verdade na qual, a despeito do que chamam de “descaminho” imposto pelo papa João Paulo II, a Igreja da Teologia da Libertação teve papel profético na luta contra a ditadura”.⁹ Assim, é muito comum observar determinadas análises que parecem mais preocupadas em defender a legitimidade e a atualidade de um catolicismo progressista do que propriamente em propor uma reflexão sobre as complexas relações que a Igreja Católica manteve com a ditadura civil-militar – e ainda mantém com governos autoritários no tempo presente.

Segundo João Batista Libânio, houve um recesso da Teologia da Libertação após a queda do muro de Berlim e a derrocada do sistema socialista na Europa Central em 1989. Também teria contribuído para o declínio da teologia o longo pontificado de João Paulo II (1978-2005), que junto ao então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger, restringiu o espaço de liberdade e criatividade teológica.¹⁰ Sob a dupla Ratzinger e Wojtyła, os principais formuladores da Teologia da Libertação, como Leonardo Boff e Gustavo

⁷ Não é o objetivo deste trabalho desenvolver uma discussão sistematizada sobre a Teologia da Libertação. Porém, algumas considerações são necessárias na medida em que os pressupostos desta teologia fundamentam, muitas vezes, uma determinada memória institucional da Igreja Católica sobre a ditadura. A Teologia da Libertação é fruto de intensos debates sobre o papel da Igreja Católica no mundo moderno que tiveram lugar no Concílio Vaticano II. As Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín, em 1968, e Puebla, em 1979 foram extremamente significativas no que se refere ao posicionamento adotado por parte do clero latino-americano que assumiu efetivamente a “opção preferencial pelos pobres” – um dos motes principais da Teologia da Libertação. Nesse sentido, mais do que resultado exclusivo do Vaticano II, a Teologia da Libertação se apresentou como uma outra proposta teológica; mais do que simplesmente renovadora, mas libertadora e revolucionária. É uma teologia pé no chão, como diria Clodovis Boff, ou uma “teologia da enxada”, nas palavras de José Comblin. Cf. LOWY, Michael. *Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986. BOFF, Leonardo. *Igreja, Carisma e Poder*. Petrópolis: Vozes, 1982.

⁸ TOURIS, Claudia F. Iglesia católica, dictaduras y memorias en conflicto en Brasil y Argentina. *Archives de sciences sociales des religions*. n° 170, 2015, p.99.

⁹ SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil.” *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 3, n. 2, 2011, p.205.

¹⁰ LIBANIO, João Batista. Teologia em revisão crítica. *Horizonte*. Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1333.

Gutiérrez, sofreram reprimendas severas da Santa Sé, fazendo com que a proposta teológica perdesse, em alguma medida, atualidade e publicidade. No entanto, se a Igreja da Libertação foi derrotada no campo institucional, ela pôde ressurgir vitoriosa nas batalhas de memória sobre a ditadura no Brasil. Afinal, a memória institucional vencedora ainda é a de que a Igreja Católica brasileira, como um todo, foi contra o regime militar, defensora dos direitos humanos e o único espaço de atuação das oposições ao regime.¹¹

Nos últimos vinte anos, a historiografia tem se ocupado do debate sobre as batalhas de memória, os esquecimentos e os silêncios a respeito dos movimentos, instituições e manifestações que respaldaram a ditadura. A memória da resistência tem sido questionada e as relações entre o regime e a sociedade têm recebido contornos mais complexos, rompendo com a dicotomia Estado opressor x sociedade vítima. Enfrentando determinadas abordagens que, até os anos 1990, privilegiaram os estudos da resistência ao regime, uma série de pesquisas realizadas no Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC), da Universidade Federal Fluminense (UFF), e em outros centros de pesquisa no país verticalizaram análises sobre a memória da ditadura e a participação civil no golpe e no regime que se seguiu.¹²

¹¹ SOUSA, op.cit., p.206.

¹² Cf. KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004; QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005; ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____. QUADRAT, Samantha Viz (Org). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v.2: Brasil e América Latina, p.97-144. _____. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p.81-91; _____. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 56-96; CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; _____. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015; GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009; ALONSO, Gustavo. *Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015; _____. *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*. Rio de Janeiro: Record, 2011; MAIA, Tatyana de Amaral. *Cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Instituto Itaú Cultural: Iluminuras, 2012; DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP: UFC, 2012; SOUZA, César Martins. *A estrada invisível: memórias sobre a Transamazônica*. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012; MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2014; LAMARÃO, Luísa Quarti. *A crista é a parte mais superficial da onda: mediações culturais na MPB (1968-1982)*. Curitiba: Prismas, 2017; TEÓFILO, João. *Nem tudo era censura: Imprensa, Ceará e ditadura militar*. Curitiba: Appris, 2019.

Muitos desses trabalhos passaram a utilizar o adjetivo *civil-militar*¹³ para caracterizar não apenas a frente heterogênea que se mobilizou para derrubar o governo João Goulart em 1964, mas também para distinguir a própria construção e consolidação da ditadura. Nessa perspectiva, diferentes autores passaram a compreender o golpe e o regime militar como uma construção social.¹⁴ É bem verdade que desde os anos 1980 uma série de trabalhos da área de ciências sociais e política vinha tratando da participação civil nesse processo. O trabalho do cientista político René Dreifuss é, sem dúvida, a principal referência para esse debate. No livro *1964, a conquista do Estado*, o autor analisa o papel dos empresários em associações como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) nas articulações que levaram ao golpe. O foco da pesquisa recaía, portanto, sobre a influência do grande capital na derrubada de Jango, bem como sobre os interesses da burguesia nacional associada ao capital estrangeiro.¹⁵ Porém, a revisão proposta pelos autores que passaram a apontar o caráter *civil-militar* do regime iniciado em 1964 foi além do estudo do grande capital ao tentar compreender como outros setores da sociedade viveram os anos de ditadura, segundo experiências que nada tinham a ver com o universo da elite política e econômica do país e tampouco com a resistência ao regime.¹⁶

Assim, emergiram várias reflexões sobre o apoio da sociedade civil à ditadura a partir de análises que não se restringiam ao papel de setores empresariais e de classe média; nem mesmo à instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira

¹³ Ao longo do trabalho, o uso da fórmula “civil-militar” para classificar o golpe e a ditadura será combinado com a utilização dos conceitos mais simples (*golpe militar*, *ditadura militar*, *regime militar*), pois entendo que o que realmente importa dizer sobre o regime político instaurado em 1964 é que ele se configurou como uma ditadura. A preeminência das corporações militares ao longo do regime é óbvia; os militares foram, sem dúvida, a espinha dorsal do golpe e da ditadura. Portanto, do ponto de vista conceitual, a fórmula “golpe/ditadura militar” é correta e acredito não deve ser abandonada. Assim, o adjetivo “civil-militar” será trabalhado aqui mais como uma categoria do que propriamente como um conceito. Por se tratar de um trabalho que lida fundamentalmente com o apoio da Igreja Católica ao regime, ao utilizar a fórmula “civil-militar”, o objetivo é apenas “chamar a atenção para todo um conjunto de aspectos que estavam sendo omitidos ou esquecidos, de forma interessada ou não, modelando, a partir dos anos 1980, uma memória seletiva, envolvendo falsificações evidentes que cumpria superar”. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditaduras e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. (Org.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. 1ed.Salvador: Saggá, 2021. p. 446.

¹⁴ Cf. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Brasil e América Latina. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

¹⁵ Muitos autores seguiram o caminho aberto por René Dreifuss em 1981. Ver: SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no Golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985; STARLING, Heloísa. *Os senhores das Gerais: novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

¹⁶ ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. Uma história vigiada. In: _____. (Org.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. 1ed.Salvador: Saggá, 2021. p. 24.

de Imprensa (ABI).¹⁷ À luz de uma cultura política autoritária não exclusiva às elites políticas e econômicas, foi possível encontrar uma série de comportamentos que não se encaixavam na rígida díade resistência x colaboração. Nesse sentido, as reflexões de Pierre Laborie, baseadas nas memórias de Primo Levi, contribuíram significativamente para o estudo do cotidiano de instituições, bem como de pessoas comuns sob a ditadura. Ao estudar as atitudes dos franceses durante a ocupação nazista e o regime de Vichy, o historiador francês propôs o conceito de *zona cinzenta* para pensar sobre a ambivalência dos comportamentos sociais sob regimes autoritários. Assim, foi possível refletir para além do apoio ativo aos militares e da resistência armada contra a ditadura; entre os dois extremos, historiadores se depararam com “a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência”,¹⁸ atitudes que formaram uma engrenagem de consentimento, ou seja, uma lógica segundo a qual não haveria saída possível senão, no caso brasileiro, a ditadura.

Apesar de não adotar os mesmos conceitos propostos por Laborie nem assumir a fórmula *civil-militar* para classificar o golpe e a ditadura, Rodrigo Patto Sá Motta também ofereceu análises importantes sobre as diferentes atitudes sociais frente ao regime autoritário. Ao estudar as universidades sob a ditadura, Patto propôs a utilização da tríade adesão, resistência ou acomodação para classificar as relações entre o Estado autoritário e os meios acadêmico-científicos. Para o autor, essa tríade resumiria as principais atitudes da comunidade acadêmica diante da ditadura erigida em 1964, sem deixar de considerar o fato de que algumas pessoas e instituições promoveram ações que podem ser classificadas em dois ou nos três tipos, em momentos diferentes ou simultaneamente. Portanto, assim como o historiador suíço Philippe Burrin, que estudou os comportamentos sociais da França dos anos 1940-44, Motta prefere falar em “jogos de acomodação” ao refletir sobre aqueles que buscaram caminhos para conviver com o Estado autoritário, sem necessariamente aderir a ele.¹⁹

Seja como for, entre os estudiosos da ditadura civil-militar brasileira permanece a perspectiva de que o regime obteve “apoio de uma parte da população, inclusive para as suas

¹⁷ Sobre o papel da OAB e da ABI, ver: ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: _____. QUADRAT, Samantha Viz (Org). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v.2: Brasil e América Latina, p.97-144; _____. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 56-96

¹⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.387, nota 20.

¹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2014, p.310.

medidas repressivas”.²⁰ De fato, os militares buscaram, em diferentes momentos e por meio de várias estratégias, ampliar sua base de apoio, obtendo mais ou menos sucesso de acordo com o contexto. Como bem observado por Rodrigo Patto Sá Motta, é preciso reconhecer esse fato, “pois de outro modo, ficaríamos com a impressão, infelizmente equivocada, de que a ditadura foi obra de uma minoria ‘alienígena’ que impôs ao povo brasileiro um regime autoritário”.²¹ De fato, a ditadura não foi obra apenas dos militares. Reconhecer isso não altera a natureza golpista e autoritária de 1964 nem significa negar a existência da ditadura e dos crimes por ela perpetrados. Ao contrário, ao refletir sobre o apoio social à ditadura, o que se propõe é a compreensão das formas através das quais a sociedade brasileira conviveu com a violência do regime para além da resistência, “não raramente encontrando formas não conflituosas de convívio, adaptando seu cotidiano aos novos tempos”.²²

Essa ressalva é importante, pois muitas vezes as tentativas de compreensão do apoio social à ditadura tiveram que se haver com a acusação de “revisãoismo” – termo historicamente carregado de sentidos pejorativos –, como se os pesquisadores dispostos a compreender as manifestações de apoio ao regime autoritário estivessem “fazendo o jogo do inimigo” ou até mesmo negando a existência da ditadura.²³ Porém, Janaina Cordeiro e Denise Rollemberg lembram a importância de revisar as análises do passado, sem que, para tal, em absoluto, se defenda a negação de fatos comprovados.²⁴ A rigor, rever e visitar o passado, sem abrir mão das evidências e dos demais métodos consagrados pela História, constituem as tarefas mais caras ao ofício dos historiadores.

Nesse sentido, este trabalho não teme ser identificado como revisionista na medida em que se beneficia de uma historiografia que analisou a relação da Igreja Católica com a ditadura a partir dos debates recentes a respeito das batalhas de memória que envolvem o Estado autoritário e a sociedade brasileira. Sem dúvida, as principais características da memória da Igreja Católica, em especial da CNBB, sobre a ditadura é o foco excessivo nas divergências entre os religiosos e os militares, além do estabelecimento de uma oposição rígida entre bispos progressistas e conservadores. No entanto, várias pesquisas têm demonstrado que não houve homogeneidade na atuação dos bispos católicos durante o regime, nem mesmo entre os

²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 122.

²¹ Idem.

²² ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. Uma história vigiada. In: _____. (Org.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador: Saggá, 2021. p. 25.

²³ MELO, Demian Bezerra de (Org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 48.

²⁴ Idem, p.17.

chamados progressistas. Entre o apoio de alguns e a oposição de outros, havia muitos matizes. Em 2004, o historiador norte-americano Kenneth Serbin abriu novas possibilidades de análise das oposições entre bispos católicos e militares a partir da Comissão Bipartite, formada por membros da alta hierarquia católica e militares que mantiveram encontros secretos entre 1970 e 1974 com o objetivo de discutir e resolver os principais conflitos surgidos entre a Igreja Católica e as Forças Armadas.²⁵

Dez anos depois, em 2014, Paulo César Gomes também chamou a atenção para a complexidade que a simples oposição bispos conservadores x bispos progressistas acaba por deixar na obscuridade. No livro *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*, o autor apostou na desconstrução da memória da Igreja Católica como a grande opositora da ditadura considerando o fato de que, apesar dos conflitos envolvendo os bispos e as Forças Armadas ao longo de todo o regime, a ruptura total entre eles nunca ocorreu.²⁶ Portanto, assim como não há como reduzir a história do regime à uma oposição clara entre Estado e sociedade, tanto Serbin quanto Gomes apontam que não há como entender as relações entre os religiosos e os militares como uma simples contraposição entre o Estado que reprime e a Igreja que resiste. Daí a necessidade de observar várias ocasiões em que o diálogo entre eles prevaleceu em nome da manutenção dos vínculos que os militares e a Igreja Católica haviam construído ao longo da história.

Ao propor o estudo sobre a atuação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida entre 1963 e 1972, essa dissertação busca seguir precisamente esse caminho: analisar os vínculos entre o clero de Aparecida e os militares, bem como o diálogo estabelecido entre eles ao longo dos primeiros anos do regime. Ao mesmo tempo, o estudo oferece uma reflexão sobre o papel do Santuário no contexto do golpe de 1964 e os sentidos mobilizados pela imagem de Nossa Senhora Aparecida nas manifestações que respaldaram a ditadura, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Para tanto, buscarei estabelecer forte diálogo com os recentes estudos sobre a formação do consenso na ditadura brasileira, que se beneficiam, por sua vez, do diálogo com estudos do mesmo tipo realizados sobre as ditaduras e regimes autoritários que marcaram o século XX na

²⁵ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

²⁶ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 42.

Europa.²⁷ Sempre tendo em vista as especificidades da experiência histórica brasileira, a pesquisa propõe recorrer a historiografias diversas com o objetivo de verificar quais parâmetros analíticos foram utilizados para pensar os comportamentos sociais sob regimes autoritários. Parte, assim, de considerações conceituais para vislumbrar as relações de poder e as possibilidades de ação que constituem o cotidiano dos regimes autoritários do século XX, tomando como objeto específico o estudo da instauração da ditadura em 1964, a partir da análise do clero do Santuário Nacional.

Nesse sentido, este trabalho tem como um de seus objetivos contribuir para o debate que propõe romper com o binômio repressão/colaboração que ainda marcam a memória coletiva sobre a ditadura e, sobretudo, a memória da Igreja sobre o regime instaurado em 1964. Por isso, para compreender as transformações e metamorfoses pelas quais o Santuário de Aparecida passou ao longo da ditadura, recorreremos ao diálogo que os militares conseguiram estabelecer com importantes tradições autoritárias no país e a “arquitetura complexa” dos comportamentos sociais sob o regime.²⁸

Assim, vale sublinhar que nesta pesquisa o conceito de consenso é compreendido de maneira ampla, abarcando uma gama diferenciada de comportamentos e atitudes sociais que concorreram, ao fim, para garantir a estabilidade do regime. De acordo com Giacomo Sani, o termo *consenso*:

denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para os alcançar. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade²⁹

Esta definição permite compreender o consenso em sua diversidade, agregando não apenas múltiplas atitudes e reações, mas também, diversas temporalidades. Não obstante, Giacomo Sani somente analisa a aplicação da categoria *consenso* para as sociedades democráticas. O objetivo, dessa forma, é compreender como foi possível alcançar graus expressivos de consenso em sociedades não democráticas. Ou seja, no âmbito deste projeto, o

²⁷ Cf. DE FELICE, Renzo. *Mussolini il Duce, I. Gli anni del consenso. 1929-1936*. Turim: Einaudi, 1996 (1a ed de 1974); LABORIE, Pierre. *L'opinion française sous Vichy. Les Français et la crise d'identité nationale (1936-1944)*. Paris: Éditions du Seuil, 2001. _____. *Les français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Libération*. Paris, Seuil, 2003; KERSHAW, Ian. *L'opinion allemande sous le nazisme. Bavière 1933-1945*. Paris: CNRS Éditions, 2002; GELATELLY, Robert. *Apoiando Hitler: Consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

²⁸ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

²⁹ SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 290.

desafio é entender como, frequentemente, o consenso “se formou em padrões não democráticos, sem que essa ausência tenha sido percebida pela sociedade contemporânea como um problema”.³⁷

Com base nessa proposta, as categorias *consenso* e *consentimento* são entendidas como expressões da complexidade dos comportamentos sociais diante de regimes autoritários ou ditatoriais, jamais de forma simplificadora ou restrita às fórmulas como *unanimidade* ou *passividade*. Para Daniel Aarão Reis, o termo *consenso* “designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência”.³⁰ Ainda de acordo com este autor, os variados tipos de comportamentos citados “são matizes bem diferenciados (...), mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo”.³¹ Por isso, ao analisar o Santuário de Aparecida, é preciso levar em consideração essa complexidade e entender de que maneira as estratégias de diálogo entre os militares e o clero de Aparecida contribuíram, no limite, para a manutenção da legitimidade do regime.

A definição de consenso englobando uma gama variada de atitudes com relação ao regime estabelecido remete por sua vez ao que Pierre Laborie denominou *penser-double* ou *zona cinzenta* para compreender os comportamentos dos franceses comuns sob o regime de Vichy e a ocupação nazista entre 1940 e 1944. O *penser-double* faz referência à imagem dos franceses portando neles próprios sentimentos opostos e, nesse sentido, explica a forte presença dos modos de pensar ambivalentes na opinião comum.³² Daí, ainda de acordo com o autor, a importância de se recuperar “os modos de presença no mundo dos atores sociais” ou as “formas de racionalidade dos sistemas de representações mentais” para, desta forma, recuperar “alguns dos mecanismos essenciais que comandam os comportamentos”.³³ Portanto, estaremos atentos às diversas formas a partir das quais o Santuário Nacional e os fiéis vivenciaram a ditadura a partir das referências simbólicas e materiais que foram acionadas pelos militares e pela Igreja com os quais grande parte dos brasileiros puderam se identificar.

Embora o foco das principais pesquisas sobre as relações da Igreja Católica com a ditadura recaia sobre a resistência dos religiosos durante os anos 1970, vários pesquisadores

³⁰ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *op.cit.* p.15.

³¹ *Idem.*

³² LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 3: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 40

³³ *Ibid.*, p.41.

têm reconhecido que durante os primeiros anos do regime, a maior parte da hierarquia católica manteve-se reticente diante dos militares. A rigor, os bispos evitaram criticar o governo diretamente e só passaram a confrontar os generais-presidentes quando os membros do clero começaram a ser perseguidos. Entre 1964 e 1968, a CNBB, principalmente sob a liderança de dom Agnelo Rossi, buscou se afastar de debates políticos e as organizações laicas da juventude católica foram desencorajadas. Durante o governo Castello Branco e o primeiro ano do governo Costa e Silva, o regime conviveu com a militância católica e os bispos toleraram pequenas provocações de militares, quase sempre contra dom Helder Câmara.

Por isso, o enfoque sobre a atuação do clero de Aparecida entre 1963 e 1972 pretende contribuir com uma perspectiva mais nuançada sobre as relações entre a Igreja Católica e os militares, sobretudo nos primeiros anos do regime militar. Trata-se de um dos períodos menos pesquisados da história da Igreja sob a ditadura e não faltam abordagens que atribuem à essa fase uma espécie de “fase de preparação” para que os religiosos assumissem de vez uma postura mais crítica aos militares. No entanto, como veremos ao longo dos capítulos, a própria identificação das Forças Armadas com a figura da padroeira do Brasil foi a maior expressão da boa convivência da ditadura com a parte da Igreja Católica ao menos nos primeiros anos do regime. Mais que isso, a apropriação da imagem de Aparecida representou a capacidade da ditadura de suscitar apoios e alcançar legitimidade por meio de referências e valores compartilhados por parcelas significativas da sociedade. Um desses valores era precisamente a devoção à Nossa Senhora Aparecida, venerada como padroeira há séculos; figura invocada na Colônia, no Império e na República; nas democracias e nas ditaduras.

Desde o século XVIII, quando a imagem da padroeira foi encontrada por três pescadores no rio Paraíba do Sul, a figura de Nossa Senhora Aparecida mobiliza brasileiros de todas as partes do país em busca de milagres ou ações de graças. Entretanto, desde o Império, a figura de Aparecida também recebeu conotações políticas e conseguiu se estabelecer como um autêntico símbolo nacional. Entre o final do século XIX e o início do século XX, reagindo à sua decadência sob a monarquia e à afirmação da ideologia positivista da República, a Igreja Católica buscou reivindicar um lugar especial no imaginário republicano justamente a partir da figura de Nossa Senhora Aparecida. Desta forma, uma grande parte do episcopado se empenhou na organização de romarias e peregrinações que levaram milhares de fiéis para a Basílica no interior de São Paulo.

Em 1894, pelo papa Leão XIII, a Virgem Aparecida foi incluída no calendário litúrgico da diocese de São Paulo e os padres redentoristas romanizadores, chegaram da Alemanha e passaram a administrar o Santuário. A atuação dos servos da Congregação do Santíssimo

Redentor foi fundamental para que o culto à padroeira tomasse proporções nacionais. Entre as ações dos redentoristas, destaca-se a criação dos periódicos eclesiásticos, como a publicação do *Jornal Santuário*, a partir de 1900, e do *Almanak de Nossa Senhora Aparecida*, desde 1927. Estes meios de divulgação proporcionaram um incremento na comunicação entre a Igreja e os fiéis, os quais passavam a ser instruídos não apenas sobre questões religiosas, mas também sobre assuntos políticos, econômicos e sociais, conforme o julgamento da Igreja.³⁴

Após o sucesso das grandes romarias iniciadas em 1873, os bispos decidiram realizar a coroação solene de Nossa Senhora Aparecida, em 8 de setembro de 1904. A data não era fortuita. Ocorria apenas um dia após as comemorações da independência e expunha o duelo entre Igreja e República pela representação da nação. A Igreja apresentava Aparecida não só como “a Mãe de Deus, mas como moça humilde do povo”,³⁵ enquanto a República se inspirava na Marianne francesa para criar um rosto feminino para a ordem republicana.

Nesse sentido, a Virgem do catolicismo disputou o seu altar com a virgem-mãe de Comte e neste duelo das duas virgens, saiu vencedora aquela que mais se aproximou das raízes culturais do povo. Aparecida se fortaleceu como a imagem na qual a pátria e a religião se irmanavam. A imagem de Aparecida se consolidou como a representação que melhor conferia um sentido de comunhão nacional a vastos setores da população. Um sentido que na ausência de um civismo republicano, só pôde vir de fora do domínio da política.³⁶

Já em 1930, diante de um cenário político conturbado, Aparecida foi aclamada Padroeira do Brasil pelo Papa Pio XI, a pedido do episcopado nacional e com forte apelo da sociedade. Enquanto imperava a desordem e as incertezas na política, Aparecida se revestiu de consenso entre os brasileiros. Em 31 de maio de 1931, a imagem da padroeira foi levada em procissão triunfal na cidade do Rio de Janeiro, atraindo milhares de fiéis para a cerimônia de consagração do Brasil à Virgem. “No evento, ocorrido sob os braços abertos da recém-inaugurada estátua do Cristo Redentor, Getúlio beijou os pés da santa”,³⁷ que foi colocada em um palco, no alto da escadaria, onde o cardeal Sebastião Leme se ajoelhou e proclamou: “Senhora Aparecida, o Brasil é vosso!”³⁸

³⁴ LONDOÑO, Fernando Torres. *Imaginária e devoções no catolicismo brasileiro: notas de uma pesquisa*. Projeto história: história e imagem, n. 21. São Paulo: EDUC / FAESP, 2000. p. 252.

³⁵ ROMANO, Roberto. *Brasil: a Igreja contra o Estado*. São Paulo: Kairos, 1979. p. 41.

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 142.

³⁷ SANTOS, Lourival dos. A cor da santa: Nossa Senhora Aparecida e a construção do imaginário sobre a padroeira do Brasil. In: SILVA, Wagner Gonçalves da. In: *Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2007, p.98.

³⁸ ALVAREZ, Rodrigo. *Aparecida: a biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2017, p.192.

Feito o enlace entre a Igreja e o Estado, as romarias continuaram crescendo ao longo da década de 1940 até que os padres redentoristas notaram que a Basílica Velha, construída no século XVIII, se tornara demasiadamente pequena. Por isso, em 1950, os religiosos decidiram construir um novo templo mariano e bem maior, com a ajuda das ofertas dos fiéis e investimentos dos governos locais e federal.³⁹ Para os redentoristas, a nova Basílica deveria ser um monumento religioso, majestoso, nacionalista e cívico.⁴⁰ A ideia de ter uma verdadeira “escola de civismo” em Aparecida agradou diferentes governos que sonharam com o Brasil grande, como Juscelino Kubitschek nos anos 1950.

Em 1958, foi criada a arquidiocese de Aparecida, subordinada ao então arcebispo de São Paulo, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. O cardeal foi um dos principais artífices da construção da nova Basílica e aproveitou a sua proximidade com JK para angariar doações de políticos devotos para o Santuário. Para dom Motta e JK, “a nação com a maior população católica do mundo merecia a maior Basílica nacional do mundo”.⁴¹ Assim, o projeto dos redentoristas encontrou respaldo no Estado brasileiro justamente no objetivo comum de ensinar, através do templo, que não haveria a nação sem a religião e que para ser brasileiro era preciso ser católico. Nesse sentido, a proximidade com a política acompanhou a história da padroeira desde o início. Porém, ao longo do tempo, a memória da Igreja Católica tratou alguns laços políticos de Aparecida com mais honra do que outros.

Hoje, os romeiros que atravessam a Passarela da Fé em Aparecida, em rumo à enorme Basílica da Padroeira do Brasil, se deparam com uma placa de agradecimento aos presidentes Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici pela construção da via, mas pouco ou nada sabem a respeito das relações que o Santuário manteve com a ditadura civil-militar (ver imagem). Entre os próprios membros do clero, impera o silêncio sobre a proximidade que os redentoristas tiveram com o regime. Falar sobre o assunto causa certo constrangimento, pois, atualmente, Nossa Senhora Aparecida é uma das santas mais populares do país. Existem milhões de mulheres chamadas Aparecida em sua homenagem. A padroeira está no nome de cidades, bairros, ruas, empresas e, principalmente, nas preces dos 15 milhões de devotos que visitam o Santuário todos os anos. São milhares de paróquias dedicadas à santa espalhadas por todo país e os terreiros de religiões de matriz africana do Sudeste e do Centro-Oeste do país,

³⁹ BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*. São Paulo: Editora Santuário, 1998. p. 375.

⁴⁰ GODOY, Adriano Santos. *Cultivando a casa de Maria: materialidades da Basílica Nacional de Aparecida*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2020, p.143.

⁴¹ *Ibid.*, p.146.

Aparecida é reverenciada como Oxum, a orixá das águas doces. A sala dos milagres construída no subsolo da Basílica em Aparecida revela o reconhecimento dos brasileiros em relação à sua padroeira. Lá está um pedaço do Brasil. Os jogadores de futebol depositam pés de madeira para agradecer os gols que marcaram nas finais de campeonato. Os políticos cumprem promessas para retribuir os votos dos eleitores no último pleito. As mães se ajoelham em prece pela cura dos seus filhos.

Assim, envolta em pedidos e agradecimentos de pessoas dos mais variados grupos sociais, etnias e gêneros, Aparecida se revela uma santa muito amada. Uma mãe para tantos órfãos de pais mortos e para muitos outros de pais vivos. Uma santa que também é um símbolo nacional, uma das figuras mais antigas que foram capazes de representar a unidade do Brasil. A rigor, quem se dispõe a falar sobre a santa deve manter no horizonte o olhar do devoto; a reverência diante de uma divindade; a veneração em torno do mito; o silêncio sobre os tabus.

Afinal, como qualquer história de santo, a história de Aparecida só deve contemplar virtudes e bem-aventuranças. Cada detalhe da sua trajetória é preservado pela memória da Igreja Católica e dos fiéis sem nenhum tropeço, nenhuma mácula. Qualquer malfeito que possa ter ocorrido em torno da santa é solenemente contornado pelas linhas tortas escritas pelos dedos de Deus. Possíveis pecados cometidos em seu nome, se reconhecidos, estão perdoados e esquecidos. Porém, por mais que seja difícil para o devoto separar a imagem da sua padroeira do Santuário que a venera, é preciso lembrar que este trabalho não é uma história de Nossa Senhora Aparecida e sim dos homens que agiram na história, em seu nome. Nesse sentido, para efeito de uma análise crítica histórica, os atributos milagrosos e veneráveis da padroeira não serão estendidos ao clero do Santuário Nacional nem aos políticos que reivindicaram uma atuação em nome de Aparecida. Em outras palavras, a sacralidade da padroeira não deve servir ao silêncio sobre as ações dos homens que agiram em seu nome.

A propósito, esse talvez seja um dos maiores desafios dos historiadores que se dedicam ao estudo das religiões, sobretudo, no tempo presente. É muito comum que os estudiosos da Igreja Católica, por exemplo, sejam questionados a respeito da sua fé entre os acadêmicos, como se a religião do pesquisador comprometesse a imparcialidade que se espera do bom historiador. Por outro lado, se seus trabalhos circulam entre religiosos correm o risco de serem classificados como heresia, o que os desqualifica em qualquer debate interno da Igreja.

Não deveria ser uma blasfêmia afirmar que durante a ditadura civil-militar, a longa tradição patriótica que envolve a imagem de Nossa Senhora Aparecida também foi incorporada pelos militares e empolgou amplos segmentos sociais. Contudo, na memória devota construída sobre a ditadura, se houve alguma participação popular nas homenagens para Aparecida em

1967, certamente o povo tomou parte nas celebrações porque a “ditadura assustadora estava levando mais gente a pedir a ajuda de Deus”.⁴² Se houve alguma participação de militares nos festejos, seguramente os fardados tentaram manipular a devoção em proveito do regime. No entanto, como veremos, a realidade que se apresentou naquele ano-parêntese de 1967 foi bem diferente. Milhares de devotos estiveram na Basílica de Aparecida para celebrar os 250 anos da padroeira ao lado de vários militares e dedicaram saudações especiais ao presidente Costa e Silva que, por sua vez, não era um penetra na festa da santa, mas um convidado de honra do clero do Santuário. Esse detalhe pode não parecer muito bonito em meio às celebrações do presente, mas silenciar sobre ele também não nos ajuda a compreender melhor o passado.

Muitos trabalhos se ocuparam do debate sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado a partir da imagem de Nossa Senhora Aparecida ao longo dos seus 300 anos de devoção popular. Vários estudos foram produzidos sobre a figura da padroeira durante o Império, a Primeira República e o governo Vargas.⁴³ Porém, não há nenhuma produção historiográfica de fôlego sobre o Santuário Nacional de Aparecida durante a ditadura civil-militar e os poucos trabalhos elaborados por jornalistas dedicados a divulgar a história da devoção não aprofundam as complexas relações que o regime teve com o Santuário e com a própria figura de Aparecida. Mesmo as fontes a serem analisadas neste trabalho foram pouco exploradas pela pesquisa histórica.

Porém, não foi sem dificuldades que tive acesso às fontes que compõem a maior parte do corpus documental desta pesquisa. O estudo da Igreja Católica apresenta alguns inconvenientes para aqueles que não fazem parte dela – seja como fiel, seja como clérigo - ou não estão familiarizados com suas regras institucionais. A memória do Santuário Nacional fica a cargo do Centro de Documentação e Memória - Padre Antônio Jorge (CDM), fundado em 2001. O acervo é formado, basicamente, por arquivos que remontam à chegada dos missionários redentoristas em 1890 até a construção da Basílica nos anos 1950 até os dias atuais. No entanto, o centro não possui um índice propriamente dito do acervo para consulta. É o CDM quem oferece os materiais que consideram propícios aos pesquisadores. Da mesma forma, o Arquivo

⁴² ALVAREZ, Rodrigo. *Aparecida: a biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2017. p. 215.

⁴³ Além dos livros lançados pelo padre Júlio Brustoloni, historiador oficial do Santuário, citado na bibliografia. Ver: ALVES, Andréa Maria Franklin de Queiroz. *Pintando uma imagem Nossa Senhora Aparecida–1931: Igreja e Estado na construção de um símbolo nacional*. Dourados: Ed. UFGD, 2013; RABELLO, Jessica Maria Marques. *Rainha do Brasil: o mito de Nossa Senhora Aparecida e a construção da identidade católica na Primeira República*. 133 p. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal Fluminense, 2019. SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Construção da memória e devoção na escolha de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil*. In: XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de História de laFacultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, p. 9-30.

da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aparecida também não conta com um índice do seu acervo e o acesso exigiu trocas de e-mails e ligações, além da entrega de cartas assinadas e timbradas por mim e por minha orientadora. No Arquivo Provincial dos Redentoristas, cujo acervo é particular, não foi possível fazer qualquer consulta, em que pese a importância histórica dos escritos dos redentoristas na chamada *Crônica Redentorista de Aparecida (1963-1973)*.

Assim, com base em documentos da Igreja, jornais e revistas da época, neste trabalho busco analisar as complexas relações que o Santuário Nacional manteve com a ditadura civil-militar e de que maneira a imagem de Aparecida foi apropriada pelos militares. No primeiro capítulo, busco me concentrar em um episódio específico em que a figura de Nossa Senhora Aparecida foi mobilizada como ícone do anticomunismo, desencadeando disputas simbólicas em torno das ideias de nação, família e devoção em meio à radicalização política e as crises que assolaram o governo João Goulart a partir do segundo semestre de 1963. Além disso, me concentro na forma como a imagem de Nossa Senhora Aparecida foi amplamente evocada nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. No segundo capítulo, proponho um esboço biográfico de dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta a partir das suas intensas relações com o poder político e analiso a peregrinação da imagem de Aparecida pelo país, a pedido do presidente Humberto Castello Branco, entre 1965 e 1966. No terceiro capítulo, analiso as celebrações dos 250 anos de Aparecida e busco compreender o significado dos festejos da santa para a ditadura em 1967 e a sua importância para a renovação do consenso em torno do regime. Por fim, no quarto capítulo, pretendo aprofundar as ambivalências e as aproximações entre o clero de Aparecida e os governos militares em benefício do crescimento da devoção à padroeira do Brasil e da construção da nova Basílica no interior de São Paulo. Ao mesmo tempo, analiso a participação partir da construção da Passarela da Fé em 1971 e da participação dos redentoristas no Sesquicentenário da Independência, buscarei compreender os interesses do Ministério dos Transportes, liderado por Mário Andreazza, na construção de estradas que levavam à nova Basílica, bem como o crescimento do fluxo de romeiros no Santuário no início dos anos 1970.

A dissertação toma o Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida entre 1963 e 1972 como um interessante estudo de caso sobre a diversidade de posições assumidas pela Igreja Católica ao longo dos primeiros anos da ditadura civil-militar, para além da memória da resistência que os bispos construíram ao longo dos anos 1970.

CAPÍTULO 1

A PADROEIRA DA REVOLUÇÃO (1963-1964)

“É impossível que uma pessoa de brio aceite, sem reagir, que a sua mãe seja insultada ou ridicularizada (...) aliás, que todos saibam, também, que há milhões de filhos capazes de morrer, se preciso for, pela Padroeira do Brasil e Nossa Mãe”⁴⁴

“A generalíssima do Exército Brasileiro, Nossa Senhora Aparecida, voltou comandando a vitória!”⁴⁵

Em meados de agosto de 1963, o Brasil passava a viver sob tensão permanente. O presidente João Goulart atravessava um momento delicado. O Plano Trienal, principal iniciativa do seu governo para conter a forte crise econômica que assolava o país, havia fracassado subitamente. A medida, elaborada pelos ministros Celso Furtado, do Planejamento, e San Tiago Dantas, da Fazenda, combinava medidas ortodoxas, como a negociação de um plano de estabilização da moeda com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com reformas estruturais no aparelho administrativo, no sistema bancário, no modelo fiscal e, em particular, na estrutura agrária. Como aponta Argelina Figueiredo, os objetivos do plano eram praticamente consensuais,⁴⁶ mas seus impactos – restrição salarial, limitação do crédito e dos preços, bem como cortes nas despesas governamentais – afetavam interesses de grandes empresários e de trabalhadores, o que exigiria do governo a capacidade de criar uma coalizão entre “industriais e comerciantes, por um lado, e assalariados representados por seus sindicatos, por outro”.⁴⁷

Entretanto, Jango enfrentou fortes resistências e contrariedades tanto do empresariado quanto dos movimentos sindicais. O controle de preços proposto pelo plano desagradou setores da indústria e a política salarial restritiva penalizava exatamente os assalariados que formavam a base social do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a falta de diálogo, o plano se esgotou muito rapidamente e, cedo demais, o presidente se viu isolado pelas próprias bases políticas e sociais que sustentaram a sua trajetória até a formação da Campanha da Legalidade, que lhe garantiu a posse – ainda que em regime parlamentarista – em 1961. À esquerda, Goulart

⁴⁴ “A caricatura de “Última Hora”. *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados*, 01 set. 1963. p. 2.

⁴⁵ “Arcebispo de Juiz de Fora pede aos fiéis uma cruzada de orações nesta hora grave da vida política nacional”. *O Lampadário*, 12 abr. 1964. p. 1.

⁴⁶ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. pp. 92-93.

⁴⁷ FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 419.

encarava as duras críticas de trabalhadores e sindicalistas que, pressionados pela alta inflação, organizavam constantes greves e paralisações. À direita, o anticomunismo, um antigo fantasma da cultura política brasileira,⁴⁸ passava a assombrar ainda mais o governo e as suas ações. A sociedade radicalizava-se e Jango tentava resistir pelo difícil caminho do meio.⁴⁹

Os tempos eram de Guerra Fria e, na América Latina, a vitória da Revolução Cubana em 1959 emitia sinais de esperança para as esquerdas brasileiras. Ao mesmo tempo, a atmosfera revolucionária cubana soava como um alerta para todos que temiam que as reformas apregoadas por Jango resultassem não somente em um forte processo de redistribuição de renda e poder, mas em uma grande desordem moral, na subversão total dos valores familiares e religiosos sobre os quais a civilização ocidental e cristã estava ancorada. Nesse sentido, o clima de radicalização política também ganhava contornos religiosos na medida em que uma parte da sociedade brasileira encarava as reformas como a concretização da justiça divina em favor dos oprimidos e outra parte via a efervescência das mudanças como o princípio do apocalipse e a iminente vinda do Anticristo.

Por isso, Deus também foi convocado na arena política tanto pelas esquerdas quanto pelas direitas. Movimentos populares e organizações leigas ligados ao catolicismo sonhavam com as novas perspectivas de “ser Igreja” lançadas pelo Concílio Vaticano II e pelas encíclicas sociais do papa João XXIII, rogando a Deus pela igualdade social entre os povos.⁵⁰ Por outro lado, grupos femininos e conservadores formavam cruzadas em nome da tradição da Igreja e contra o *perigo vermelho* que se infiltrava sorratamente no governo⁵¹ e já teria conseguido fazer até mesmo o papa refém das teses de Moscou. Da mesma forma, nunca é demais lembrar que, nos anos 1960, o Brasil se orgulhava de ser uma das nações mais católicas do mundo⁵² e que Nossa Senhora Aparecida, santa com milhões de devotos pelo país, também foi evocada nos discursos de direitas e esquerdas a fim de abençoar suas lutas, fosse como padroeira das reformas ou como a Virgem das batalhas contra o *comunismo ateu*.

Assim, na mesma medida em que as crises políticas cresciam e passavam a fazer parte do cotidiano da República em 1963, os sentimentos e símbolos religiosos, profundamente

⁴⁸ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 2ª ed. Niterói: Eduff, 2020.

⁴⁹ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 263-338.

⁵⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (Orgs.). *O Brasil republicano*. 5. ed. vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 110.

⁵¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho...*, op. cit., p. 252.

⁵² Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 1960. “Censo demográfico: 1960”. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes> Acesso em: 04/08/2022.

enraizados na cultura popular brasileira, eram mobilizados pelos grupos políticos em confronto. A imagem de Nossa Senhora de Fátima, por exemplo, animou a luta de alguns prelados, como dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina, que publicou o *Catecismo Anticomunista* (1960), com apoio da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP),⁵³ entidade civil de caráter confessional católica integrada majoritariamente por leigos de direita.

A rigor, a Virgem de Fátima foi uma das figuras mais evocadas nas campanhas anticomunistas da Igreja Católica ao longo do século XX e, sobretudo, nos anos 1960. A devoção à Virgem que teria aparecido para três pastorinhos na Cova da Iria, em 1917 – ano da Revolução russa – mobilizou diversos setores católicos, em Portugal e no mundo inteiro, a empunhar o rosário contra o crescimento das forças ateístas. Nas palavras de Rodrigo Patto Sá Motta, “a aparição da Virgem às três crianças portuguesas significava uma demonstração aos homens, uma chamada para que recobrassem a fé e o ‘caminho reto’ indicado pela Igreja”.⁵⁴ Nesse sentido, se em Portugal a figura de Nossa Senhora de Fátima emitiu sinais contra as políticas nacionais e internacionais da Primeira República, agravando as relações as tensões entre Estado e Igreja;⁵⁵ no Brasil, a imagem da Virgem serviu como símbolo da luta contra o comunismo que queria aniquilar a Igreja Católica.⁵⁶

Embora a figura de Nossa Senhora de Fátima tenha figurado como um grande ícone cristão contra o comunismo no Brasil, foi Nossa Senhora Aparecida quem assumiu de forma mais apropriada a identidade nacional invocada nas manifestações conservadoras, proclamando-se a verdadeira padroeira da *revolução*. Assim, Deus e Nossa Senhora passavam a aparecer com mais frequência nas ruas e nas tribunas, selando mais uma vez a aliança da religião com a política, que a modernidade nunca conseguiu romper no Brasil.⁵⁷ Portanto, neste

⁵³ Sobre a TFP, ver: *Tradição, Família e Propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

⁵⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho...*, op. cit., p. 124-125.

⁵⁵ TORRALBA, Luís Filipe. As “aparições de Fátima”: imagens e representações. Lisboa: *Temas e Debates*, 2002. p. 18-19. Ver também: SIMPSON, Duncan. A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista. Lisboa: Edições 70, 2014. pp. 213-218; _____. The Catholic Church and the Portuguese Dictatorial Regime. The case of Paul VI’s visit to Fátima. *Lusitania Sacra*. 2ª série, 19-20 (2007-2008), p. 329-378.

⁵⁶ A versão de que a santa, em uma das aparições, teria dito que “a civilização sem Deus imposta à Rússia pelos bolcheviques” seria convertida fortaleceu o arsenal anticomunista religioso no Brasil, sobretudo nos anos 1960. Naquele momento, a figura de Nossa Senhora de Fátima já havia se consolidado como a padroeira da Guerra Fria na medida em seu nome passou a simbolizar a resposta da Igreja Católica contra o ateísmo comunista e a se inscrever como a redentora do Ocidente sob ataque do materialismo russo. Cf. PEREIRA, Carlos Santos. “Fátima na cruzada do século”. *História*, Lisboa, n. 29, 2000, p.44.

⁵⁷ Em análise sobre o retorno do teológico-político nas sociedades contemporâneas, Marilena Chauí destaca que um avanço do religioso não é tão estranho a forma pós-industrial e neoliberal assumida pelo capitalismo, pois esta configuração nos confronta com uma nova experiência do espaço-tempo e com a fragmentação que, como contrapartida, acabou por reforçar a aspiração pelo retorno ao tempo santo, contínuo, finalizado e a recusa da

capítulo, busco me concentrar em um episódio específico em que a figura de Nossa Senhora Aparecida foi mobilizada como ícone do anticomunismo, desencadeando disputas simbólicas em torno das ideias de nação, família e devoção em meio à radicalização política e às crises que assolaram o governo João Goulart a partir do segundo semestre de 1963.

A santa com a cara do Pelé

Na manhã do dia 26 de agosto de 1963, a Basílica de Nossa Senhora Aparecida no interior de São Paulo ficou lotada. Dentro da igreja já não havia mais assentos disponíveis. Todos os que chegavam iam se juntando a uma multidão de fiéis que ocupavam a praça da matriz. Não era dia de guarda e nenhuma benção extraordinária estava prevista. Porém, ninguém queria perder a missa das 11 horas daquela manhã. Um dia antes, a Rádio Aparecida havia feito um anúncio que deixou a cidade em polvorosa: a equipe de futebol do Santos faria uma visita à Basílica. Imediatamente, a notícia se espalhou por todo o Vale do Paraíba. Moradores das cidades vizinhas começaram a se dirigir à Aparecida e romeiros de outras partes do país que visitavam a cidade sentiram-se afortunados. Afinal, o Santos era o segundo time de futebol que visitava Aparecida em curto intervalo de tempo. Na semana anterior, o Corinthians havia ido até a cidade para agradecer pela sequência de vitórias no Campeonato Paulista e rogar pelo título estadual.

No entanto, a vinda do Santos empolgou muito mais a população. Afinal, não era todo dia que a Basílica podia ver Pelé de perto e receber um time de futebol tão vitorioso. Formado pela base do elenco campeão com a seleção brasileira na Copa do Mundo de 1962, o Santos havia conseguido o que nenhum outro time brasileiro alcançou em uma só temporada: os títulos de campeão estadual, nacional, continental e mundial. Porém, no final de agosto de 1963, o time multicampeão vivia uma fase muito ruim. No Campeonato Paulista, o Peixe acumulava três derrotas seguidas para times pequenos e uma goleada por 4 x 1 para o São Paulo no Pacaembu, com direito a vaias a Pelé.

A torcida estava indignada. No último jogo de ida contra o Botafogo pela Copa Libertadores da América, o “rei-menino” chegou a marcar um gol de empate nos acréscimos, mas não foi suficiente para amainar os ânimos dos torcedores. O Santos precisava vencer o segundo jogo contra o alvinegro carioca para continuar sonhando com o bicampeonato do torneio continental. A situação era bem complicada. Por toda parte os torcedores se

racionalidade moderna do tempo da história e da política. Para aprofundar este debate, ver: CHAUI, Marilena. O retorno do teológico-político. In: CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 118.

perguntavam o que estava acontecendo com aquele time outrora invencível. Na diretoria do clube a opinião era uma só: o time estava azarado. Mas qual seria o motivo? A resposta veio do padre Paulo Hourneaux de Moura: o Santos tinha uma dívida com Nossa Senhora Aparecida. O capelão santista lembrou os cartolas que dez meses antes o time havia pedido à padroeira do Brasil que o Santos fosse campeão mundial sobre o Benfica, em Lisboa. A santa foi generosa e *atendeu* o pedido, mas desde a vitória sobre os portugueses, os santistas não tinham retornado ao Santuário Nacional para agradecer a conquista.⁵⁸

Portanto, antes do jogo de volta decisivo contra o Botafogo, no Maracanã, o time achou que era a hora certa de pagar a dívida com a padroeira. O técnico Zito e os jogadores do Peixe deixaram os treinos e formaram uma caravana até a Basílica de Aparecida para cumprir a promessa pelo título mundial e pedir que a santa intercedesse pela vitória do Santos contra o alvinegro carioca. Quando chegaram na cidade, os jogadores foram recebidos por uma multidão de devotos torcedores. Na Basílica lotada, os fiéis acompanharam a missa com um olho no padre e outro em Pelé. Todos queriam ver o rei e o time campeão. Ao final da celebração, houve empurra-empurra. Jornalistas e devotos se acotovelavam para falar com jogadores na porta da igreja. Porém, os atletas não podiam ficar muito tempo na cidade. Pelé foi o único que falou rapidamente com os repórteres. O rei foi questionado sobre as vaias recebidas dias antes no Pacaembu diante da derrota do Santos para o São Paulo, mas logo desconversou e preferiu elogiar a presença do público no estádio e as “manifestações espontâneas” do povo que o recebia em Aparecida naquele momento, dando “novo alento” ao time.⁵⁹ Assim, por ora, a dívida estava paga com a santa – e com a torcida.

No dia seguinte, a visita do Santos à Aparecida foi tema de uma charge do caricaturista Otávio Câmara de Oliveira, do jornal *Última Hora* (SP). Na seção de esportes, a imagem da santa apareceu ladeada pelas mascotes do Santos e do Corinthians. À direita, um mosqueteiro corintiano estendia os braços em direção à padroeira em sinal de súplica. À esquerda, um pescador santista também se postava em atitude suplicante. Ao centro, Aparecida, com sua coroa e manto tradicionais, tinha uma expressão de espanto e um ponto de interrogação sobre a cabeça (Figura 1).⁶⁰ A ideia de Otávio era ironizar o fato de que os dois times haviam ido até a Basílica de Aparecida para pedir por títulos pelos quais ambos disputavam, deixando a santa “indecisa”.

⁵⁸ “O Santos pagou a promessa e espera a volta das vitórias”. *O Globo*, 26 ago. 1963. p. 6.

⁵⁹ “Rei” Pelé foi cumprir promessa”. *Diário da Noite*, 26 ago. 1963. p. 4.

⁶⁰ *Última Hora* (SP), 27 ago. 1963. p. 1.

Figura 1 - Charge de Otávio no jornal *Última Hora* (27 de agosto de 1963)



Fonte: Acervo pessoal do caricaturista Otávio

Mas, em tempos de radicalização política e forte vigilância contra o comunismo, os traços com que Otávio pintou o rosto da imagem da padroeira do Brasil e, principalmente, as tendências políticas do jornal para o qual trabalhava, colocaram a charge no centro de uma grande polêmica. Na caricatura, o rosto de Aparecida possuía feições negras, algo estranho para a maior parte dos devotos, que sempre veneraram uma Nossa Senhora branca e de traços *finos*, ou uma Virgem *morena* com traços embranquecidos. Além disso, os pés e as mãos da santa pareciam garras; era uma figura animalizada e grotesca que contrastava e muito com as referências marianas mais conhecidas pela maior parte dos devotos. Ao mesmo tempo, o *Última Hora* era visto como um jornal *vermelho* por boa parte dos grupos conservadores contrários ao governo João Goulart.⁶¹

⁶¹ A bem da verdade, o *Última Hora* nunca foi um jornal propriamente comunista. Fundado em julho de 1951 por Samuel Wainer, o UH se tornou um valente defensor do mandato de Getúlio Vargas (1951-1954), o que lhe rendeu uma série de campanhas que ameaçaram a sua existência e foram capitaneadas, sobretudo, por Carlos Lacerda, dono da *Tribuna da Imprensa*. Durante o governo de João Goulart, o UH permaneceu fiel à sua tradição trabalhista, apoiando o presidente até as vésperas do golpe que o depôs, em 31 de março de 1964. Depois do golpe, a sede do *Última Hora* foi apedrejada e Samuel Wainer teve seus direitos políticos cassados. Porém, o jornal prosseguiu na sua trajetória popular e nacionalista até 1971, quando o título foi vendido por Wainer. Portanto, a defesa dos governos de Getúlio e Jango não deve ser confundida com apoio ao comunismo; essa visão correspondia muito mais ao imaginário anticomunista de Lacerda do que a realidade. Cf. HASSLOCHER, Ivan. *As classes produtoras diante do comunismo*. Suplemento de Ação Democrática, n° 33, fev/1962 apud MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho...*, op. cit.

Assim que a edição do jornal com a charge de Otávio chegou ao Vale do Paraíba, os moradores de Aparecida ficaram revoltados. Os devotos não reconheceram na imagem pintada pelo caricaturista a sua padroeira. Os traços negros da santa em nada lembravam as características delicadas da Virgem branca que sempre veneraram. Na charge, a população se viu diante de uma figura “embrutecida”, “musculosa” e “com beiços enormes”.⁶² Logo se imaginou que o jornal havia feito uma “brincadeira de mau gosto” com Aparecida. Em pouco tempo, na cidade não se falava de outra coisa. Os burburinhos se formavam em frente às bancas de jornais e nos bancos das pracinhas. A Rádio Aparecida ecoou os rumores: “Nossa Senhora Aparecida foi hoje insultada por um jornal comunista que profanou, em suas páginas, a nossa Rainha, a Padroeira do Brasil. Liberdade de culto, sim, mas liberdade de insulto, não!”.⁶³

A mensagem soou como uma chamada à reação. Antes mesmo das 14 horas, casas comerciais e lojas – que nunca fechavam, nem aos domingos e feriados, para atender o intenso fluxo de peregrinos que acorriam à cidade – cerraram as suas portas. A cidade parou. Profundamente indignados, moradores e romeiros dirigiram-se à praça da matriz com alguns exemplares do *Última Hora* nas mãos e formaram uma grande fogueira onde queimaram os papéis. A Assembleia Legislativa da cidade suspendeu o expediente e um grupo de devotos foi até a casa do prefeito Sólon Pereira para cobrar uma atitude. Diante dos populares exaltados no centro da praça, o prefeito anunciou a solução: Adhemar de Barros. Não havia dúvida de que o governador de São Paulo, fervoroso devoto de Aparecida, deixaria a sua Mãe ser insultada daquela maneira. Formou-se uma romaria até a capital. A prefeitura fretou dois ônibus e outros 30 automóveis que levaram cerca de 300 pessoas até o centro de São Paulo.

Com Sólon Pereira e outros políticos à frente, a caravana chegou ao Palácio dos Campos Elíseos, residência oficial do governador, no início da noite, com uma réplica da imagem da padroeira e uma bandeja com um papel pendurado onde se lia: “Aqui colocaremos a cabeça do Otávio”. Enquanto parte da população ocupava os jardins, o prefeito e os deputados se encontraram com Adhemar nas escadarias do palácio. O mais exaltado da comitiva, o deputado Roberto Cardoso Alves (PDC-SP), tomou a palavra e cobrou providências imediatas do chefe do Executivo, sugerindo que o governador encontrasse, junto aos seus assessores jurídicos, uma fórmula capaz de punir o UH. Para o deputado, tratava-se não somente de um crime de *lesa-religião*, mas de um atentado contra a pátria. Afinal, “60 milhões de brasileiros veneravam em

⁶² WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver*: memórias de um repórter. São Paulo: Planeta, 2005. p. 240.

⁶³ “A Padroeira do Brasil: indignação em Aparecida”. *O Globo*, 28 ago. 1963. p. 11.

Nossa Senhora Aparecida, a Rainha e a Padroeira do Brasil”, assim “proclamada oficialmente em 1931 pelo presidente Getúlio Vargas”.⁶⁴

Adhemar de Barros ouvia atentamente o discurso enquanto observava os manifestantes clamando por uma punição ao jornal. Até aquele momento, não tinha lido o vespertino. Nutria um profundo despreço pelo *Última Hora* e sabia que do jornal não poderia vir boas notícias. Porém, Adhemar sem querer se comprometer com uma crítica direta ao jornal, mas também sem deixar que o povo indignado voltasse para Aparecida sem resposta, afirmou: “Não quero fazer comentários, porque sou o homem mais atacado por esse órgão de imprensa. Não me importo que me ataquem, mas atacar a fé do nosso povo, a nossa Igreja, com isso não posso concordar”. Então, prometeu entregar o caso à sua assessoria jurídica e cobrar responsabilidade da direção do jornal pela charge. Todos aplaudiram e logo fizeram chegar uma imagem de Nossa Senhora Aparecida até o governador que, com um beijo nos pés da santa, selou a sua promessa.⁶⁵

Antes de voltar à Aparecida, a comitiva desfilou pelas ruas da capital e fez questão de visitar as redações de jornais e emissoras de rádio do centro de São Paulo, pois acreditavam que a sua indignação não poderia ficar restrita ao interior do estado. Era preciso espalhar a revolta com os devotos da capital e, se possível, com os fiéis do Brasil inteiro. Por onde passavam, anunciavam o suposto insulto do *Última Hora* à padroeira do Brasil e tentavam explicar a gravidade da charge. Os traços negros da imagem era o que mais chocava a todos. O padre Pedro Henrique, reitor da Basílica que puxava parte da comitiva, disse ao *Globo* que, embora a imagem negra de Nossa Senhora Aparecida pudesse representar “a Virgem Maria como uma humilde escrava libertada pelo sacrifício do Filho”, Otávio havia ido longe demais ao transformar a imagem na figura de uma “feiticeira de Umbanda”.⁶⁶

Ora, a fala do reitor da Basílica dá bem a medida dos acirramentos entre a instituição católica e o catolicismo popular, comumente compreendido como manifestação religiosa vinculada às crenças e práticas cristãs, mas realizada de forma mais ou menos autônoma em relação ao espaço institucional católico.⁶⁷ É importante lembrar que desde a sua chegada ao Brasil no final do século XIX, os redentoristas alemães, que assumiram a administração do

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ “Charge” da padroeira provoca repulsa do povo de Aparecida. *Diário da Noite*, 28 ago. 1963, p. 6.

⁶⁶ “A Padroeira do Brasil: indignação em Aparecida”. *O Globo*, 28 ago. 1963, p. 11.

⁶⁷ SOUZA, Ricardo Luiz de. O catolicismo popular e a Igreja: conflitos e interações. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 2, n. 12, p. 127-139, maio/ago.2008, p.1. Para um debate mais aprofundado a respeito dos diferentes sentidos do catolicismo popular na historiografia, ver: SOUSA, Emerson José Ferreira de. O catolicismo popular brasileiro: notas em torno da sua invenção historiográfica. *Temporalidades*, Edição 36, v. 13, n. 2 (Jul./Dez. 2021), p.724-745.

Santuário de Aparecida em 1894, buscaram um contato maior com o povo, sem se cercar de altos muros para viver longos períodos de retiro espiritual. De acordo com Augustin Wernet, a vinda dos religiosos estava estreitamente ligada às preocupações dos bispos reformadores brasileiros, como dom Sebastião Leme, no sentido de moralizar os santuários e aproveitá-los como ponto de apoio no processo de renovação da vida cristã.⁶⁸ Por isso, "os redentoristas alinharam-se mais ao catolicismo popular", que, segundo José Wendl, primeiro vigário de Aparecida, era marcado pelo visual, por encenações teatrais e por rituais pouco sacramentais para os anseios da Igreja Católica à época.⁶⁹

Nesse sentido, o desafio dos redentoristas alemães foi encontrar uma maneira de transformar o catolicismo tradicional brasileiro – caracterizado por sua origem laica, assegurada por irmandades e seu sentido devocional e penitencial – em uma religiosidade mais sacramental. Ou seja, o objetivo dos religiosos era se aproximar das devoções populares a fim de redoutinar os fiéis, diminuir o espaço dos leigos e assegurar o controle do clero sobre as práticas devocionais. Nesse intento, os redentoristas investiram no uso de imagens que se comunicassem com os devotos que, de acordo com Wernet, acreditavam mais pelos olhos, ouvidos e sentimentos.⁷⁰ A imagem de Nossa Senhora Aparecida passou a ser presença constante nas missões redentoristas no Vale do Paraíba e se destacou ainda mais no início do século XX, quando a Igreja Católica, sentindo-se ameaçada pela República, passou a buscar um símbolo nacional que reafirmasse a sua legitimidade na sociedade brasileira.

A solenidade da coroação de Nossa Senhora Aparecida como Rainha do Brasil, em 1904, representa muito bem esse processo, pois mais do que um contra-ataque da Igreja Católica ao regime republicano, a coroação serviu como uma estratégia de representação da nação brasileira; a busca por um símbolo dentro da própria Igreja que fosse capaz de congregar em si toda a nação brasileira.⁷¹ Assim, a hierarquia católica assumiu as invocações populares, que há décadas, costumavam a exaltar os traços mestiços de Aparecida. A imagem passou a ser apresentada como a cambiante das cinco raças, representante de um povo mestiço e cordial, características que compunham uma determinada ideia de nação brasileira.

Porém, é preciso considerar o fato de que as primeiras estampas de Nossa Senhora Aparecida produzidas pela hierarquia da Igreja em meados do século XIX não representavam

⁶⁸ WERNET, Augustin. *Os redentoristas no Brasil - Expansão da obra redentorista (1920 a 1944)*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1995, p. 194.

⁶⁹ PETERS, José Leandro. *Nossa Senhora Aparecida no discurso da Igreja Católica no Brasil (1854-1904)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012, p.66.

⁷⁰ WERNET, Augustin. *Os redentoristas no Brasil...*, op. cit., p. 172.

⁷¹ PETERS, José Leandro. *Aparecida na Memória da Igreja: uma análise da constituição do mito de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX. *Sacrilegens*, v. 9, n. 1, 2012, p. 92.*

a Virgem como mestiça, muito menos como negra. Ao analisar cerca de setenta estampas de Aparecida entre 1854 e 1978, Lourival dos Santos destaca que a primeira imagem impressa a pedido de dom Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo entre 1852 e 1861, “retrata Nossa Senhora como uma ‘santa’ à européia: pele branca, olhos claros, mãos postas em gesto de oração, uma cruz amarela pendendo da mão esquerda”.⁷² O aspecto mais interessante é que essa estampa específica foi impressa a pedido do próprio dom Antonio Joaquim de Melo, logo após sua primeira visita à chamada Casa dos Milagres. Por ocasião da visita, o bispo mandou queimar “muitas imagens que não convêm” e o retrato da Virgem conveniente à hierarquia ficou a cargo dos fotógrafos franceses Louis Robin e Valentin Favreau, que apresentaram um olhar estrangeiro sobre a imagem brasileira. A inconveniência das imagens que dom Antônio Joaquim de Melo mandou destruir nunca foram explicadas, mas a tentativa de imposição de uma imagem branca por parte da hierarquia católica parece evidente.

No final do século XIX, diante da pouca identificação que a imagem de Aparecida de tez branca tinha entre os devotos e no contexto de luta contra o regime republicano, a hierarquia católica de Aparecida repensou o projeto imagético da santa e reformulou suas estratégias de ação para a difusão da imagem. Os traços mestiços da Virgem passaram a ser aceitos e até exaltados em nome da pretensa harmonia das raças e do processo de miscigenação, mas a devoção à imagem mestiça foi o máximo que os redentoristas admitiram em relação à santa. A rigor, os padres da Basílica sempre fizeram questão de esclarecer que a imagem era preta, simplesmente porque escureceu com os anos em que passou submersa no lodo das águas do rio, sendo, posteriormente, exposta ao lume e à fumaça dos candeeiros e velas, quando ainda se encontrava em oratório particular dos pescadores e no oratório de Itaguaçu.⁷³

Nesse sentido, para a maior parte do clero do Santuário, a padroeira não poderia ser negra. Atribuir essa identidade étnica à Aparecida poderia soar como uma heresia na medida que os traços enegrecidos da santa rompiam com uma tradição católica baseada no culto à uma Nossa Senhora de tez branca ou mestiça, como sinal de harmonia entre as raças. Além disso, como negra, a imagem da santa poderia ser facilmente associada ao sincretismo do catolicismo com as religiões de matriz africana que a veneravam como Oxum, orixá das águas doces, que os padres redentoristas viam como o símbolo do mal, como a personificação do demônio e de obras de feitiçaria.

⁷² SANTOS, Lourival dos. *Igreja, Nacionalismo e Devoção Popular: as estampas de Nossa Senhora Aparecida – 1854-1978*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, p. 93.

⁷³ BRUSTOLONI, Júlio. *Maria no folclore brasileiro*. São Paulo: Ed. Santuário, 2000. p. 33.

Portanto, mais do que uma disputa entre a prática devocional institucional da Igreja Católica e o catolicismo popular, a visão do reitor do Santuário ao criticar a charge do *Última Hora* expressava um antigo preconceito da hierarquia católica com qualquer manifestação que associasse os santos a traços afro-brasileiros. Ademais, como a charge apareceu em um jornal alinhado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e ao governo João Goulart, automaticamente, o suposto insulto à Aparecida foi relacionado às posições políticas do *Última Hora* e de seu diretor, Samuel Wainer. Naturalmente, do ponto de vista das direitas, o comunismo que se apossara do jornal teria como objetivo final destruir as tradições religiosas do povo.

Porém, diferentemente dos padres, a maior parte dos devotos não viu uma “feiticeira de umbanda” no rosto negro da santa desenhada por Otávio, mas sim as feições de Pelé, jogador que havia causado um alvoroço na cidade ao visitar a Basílica com o time do Santos. Para a maior parte do povo, Otávio havia misturado futebol e religião; brincadeira com coisa séria. Para os devotos, colocar o rosto de um jogador de futebol, por mais querido e talentoso que ele fosse, no lugar da face límpida de Aparecida era ridicularizar a santa, atribuí-la traços mundanos e masculinos que não combinavam com a solenidade com a qual os devotos estavam acostumados a vê-la sobre os altares. Mais que isso, era como ofender uma mãe. Neste caso, a mãe não só de uma família ou de uma cidade, mas de um país inteiro – pecado grave para a Igreja e ofensa máxima aos valores familiares amplamente compartilhados pelos mais vastos setores da população daquela época.

A resposta da população de Aparecida foi à altura da gravidade com que viram a charge de Otávio. Embalados pelos clamores da Rádio Aparecida, os devotos saíram às ruas em defesa de sua padroeira, clamando por punição ao jornal *sacrílego*. Queimaram exemplares do *Última Hora* em praça pública e impediram que distribuíssem novas edições do jornal pelo Vale do Paraíba. Com o apoio dos padres redentoristas, responsáveis pela administração da Basílica de Aparecida, marcaram uma Hora Santa na igreja e viraram a noite em ato de desagravo à padroeira. Pela manhã, descoberta a identidade do caricaturista da charge infame, os devotos costuraram o nome de Otávio em um boneco que foi malhado como Judas na praça da matriz e logo depois enterrado simbolicamente como um pagão fora da cidade.⁷⁴ Devotos de toda a região do Vale do Paraíba se juntaram aos moradores de Aparecida em defesa da padroeira e promoveram uma concentração de 10 mil fiéis. Nunca se teve de notícia de tanta gente nas ruas em prol de uma causa naquela região.⁷⁵

⁷⁴ “Perdura em Aparecida ambiente de revolta contra a charge sacrílega”. *Diário da Noite*, 31 ago. 1963. p. 2.

⁷⁵ “Cidade paulista vê santa com cara de Pelé e declara guerra à “charge” herética”. *Jornal do Brasil*, 28 ago. 1963. p. 9.

As notícias das reações da população de Aparecida não demoraram a chamar a atenção de católicos de outros estados e contagiar católicos e não católicos do Brasil inteiro. Diversas entidades cívicas e grupos conservadores enviaram telegramas ao arcebispo coadjutor de Aparecida, dom Antônio Ferreira de Macedo, em solidariedade. Pastores protestantes também se sensibilizaram com o caso e o arcebispo de São Paulo, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, divulgou uma longa nota de reprimenda ao jornal, lamentando a ofensa cometida pelo *Última Hora* não só “contra os mais sagrados sentimentos religiosos do povo, mas também contra a dignidade da imprensa brasileira e contra a própria Constituição que garante respeito ao culto religioso”. O cardeal elogiou a espontaneidade das manifestações dos devotos de Aparecida no Vale do Paraíba e recomendou que os paulistas nunca mais lessem o jornal *sacrílego*. Por fim, convocou um grande ato de desagravo nacional, em nome de todos os brasileiros, que seria realizado na Semana da Pátria, entre os dias 7 e 8 de setembro de 1963.⁷⁶

Políticos de direita também tomaram parte nas manifestações que se espalharam pelas ruas de várias cidades do Brasil. Prefeitos de municípios de Minas Gerais, Paraná e São Paulo decretaram luto em suas cidades em respeito à padroeira. No Congresso Nacional, o deputado federal Anísio Rocha (PSD-GO) interrompeu os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurava as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) para protestar contra o *Última Hora* e denunciar a lógica “imposta pelo totalitarismo comunista que é a de difundir em nosso país, os métodos da tecnologia marxista em todos os acontecimentos da vida nacional”. O pessedista também lamentou que órgãos de imprensa alinhados com o comunismo internacional contassem com os auxílios financeiros do governo.⁷⁷ Herbert Levy (UDN-SP) também declarou a sua repugnância ao *Última Hora* e afirmou que todos os órgãos de imprensa “devem respeitar a imensa maioria dos católicos que compõem a população brasileira”.⁷⁸ E o senador padre Calazans sentenciou: o episódio revelava “a decadência de um Estado e de um Governo”.⁷⁹

Desta forma, o discurso dos políticos de direita e de dom Motta ilustram bem o anticomunismo católico que, desde os anos 1950, apelava para as ligações entre catolicismo e patriotismo. Conforme Carla Rodeghero, naquela época, na acepção das direitas, o “bom brasileiro” deveria ser anticomunista. Além disso, para grande parte dos católicos, Nossa Senhora Aparecida, como padroeira do Brasil, simbolizava o encontro sagrado entre a pátria e

⁷⁶ “Arcebispo de S. Paulo indignado com heresia contra N. S. Aparecida”. *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados*, 30 ago. 1963. p. 1.

⁷⁷ “Deputado defende fé cristã”. *Jornal do Commercio*, 31 ago. 1963. p. 10.

⁷⁸ “Juarez evoca encíclicas para pedir as reformas”. *Jornal do Commercio*, 30 ago. 1963. p. 3.

⁷⁹ “A Padroeira do Brasil: indignação em Aparecida”. *O Globo*, 28 ago. 1963. p. 11.

a religião. Por isso, ao publicar uma charge que ridicularizava a santa, o *Última Hora* representava todos aqueles que professavam a doutrina dos “vermelhos”, ou seja, dos “traidores da pátria, defensores de ideologias exóticas e, conseqüentemente, ‘maus brasileiros’”.⁸⁰ Assim, a charge de Otávio ligou um sinal de alerta entre as direitas sobre as intenções do comunismo que, como um inimigo da religião, desprezava e ridicularizava a devoção de milhões de brasileiros.

No Rio de Janeiro, Samuel Wainer, diretor do *Última Hora*, recebia as notícias sobre as manifestações contra o seu jornal em Aparecida com muita apreensão. Na autobiografia intitulada *Minha Razão de Viver*, publicada em 1988, o jornalista recorda o episódio da charge de Otávio como um “cochilo” do *Última Hora* diante de um período de forte radicalização, em que os aliados de João Goulart viviam sob permanente vigilância por parte dos adversários do presidente.⁸¹ Assim que soube que uma caminhonete da empresa que distribuía o UH fora incendiada no Vale do Paraíba, Wainer viajou para São Paulo para tentar mediar a situação, ciente de que não seria nada fácil por conta das suas frias relações com a Igreja.

Pivô de toda a confusão, o caricaturista Otávio estava profundamente chateado com o caso, pois estava no início da sua carreira. Ele havia sido convidado para trabalhar no jornal de Wainer há apenas três anos. Aquela era a primeira vez que fazia menção a um símbolo religioso e não imaginava que o seu traço sobre Nossa Senhora Aparecida, da qual também se sentia filho e devoto, poderia lhe render tanta dor de cabeça. Acreditava que as críticas a sua charge só tinham alcançado aquela dimensão porque houve uso político do episódio por parte do governador de São Paulo e do prefeito de Aparecida, ambos contrários ao jornal. Afinal, o rosto da santa em sua charge podia até parecer com o de Pelé, mas não era muito diferente de tantos rostos negros que já havia desenhado. Até porque, dentro da ideia da charge, qual sentido teria o Corinthians suplicar uma graça a um Pelé canonizado a bico de pena?⁸²

Nenhum dos devotos que repudiava o UH respondia essa pergunta. Talvez porque se tratasse de um preconceito que na sociedade brasileira quase sempre não ousa pronunciar o seu próprio nome. Porém, Otávio denunciou o racismo religioso em uma entrevista que concedeu à Rádio Bandeirantes ainda naqueles dias de fogueiras acesas e bonecos com o seu rosto sendo malhados em praça pública:

Se o aspecto gráfico do desenho apresentou Nossa Senhora Aparecida preta, como ela é reverenciada, inclusive por mim e por minha família, e isso chocou

⁸⁰ RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. *Revista Brasileira de História* [online]. 2002, v. 22, n. 44, p. 481.

⁸¹ WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver: memórias de um repórter*. São Paulo: Planeta, 2005. p. 240.

⁸² Cidade paulista vê santa com cara de Pelé e declara guerra à “charge” herética”. *Jornal do Brasil*, 28 ago. 1963. p. 9.

alguém, só posso ver racismo onde falam em santa indignação. (...) O verdadeiro devoto da Virgem, este não exige explicações de mim, pois jamais será racista quem reverencia a Santa Negra, a Padroeira do Brasil e representante de um dos mais belos momentos da ternura divina⁸³

A defesa de uma “Santa Negra, padroeira do Brasil” por Otávio poderia encontrar eco em determinada tradição do catolicismo popular, mas não servia como explicação para o clero de Aparecida, que manteve o repúdio à charge e, naturalmente, à negritude da santa. Em contrapartida, Pelé em entrevista à mesma rádio, lamentou que o seu rosto tivesse sido escolhido para tamanho desrespeito à Nossa Senhora e aos seus próprios sentimentos cristãos.⁸⁴ Imediatamente a Rádio Aparecida replicou os protestos do jogador por todo o Vale do Paraíba e anunciou que Otávio insistia no “erro”. Mais protestos foram convocados e Wainer se viu obrigado a publicar um editorial, que anos depois classificou como “patético”, mas que na época expressou o medo de ver o seu jornal empastelado pelos devotos de Aparecida e, ao mesmo tempo, a sua indignação contra o uso político do episódio.

No editorial, o diretor do UH admitiu que os traços com que Otávio pintou Aparecida seriam discutíveis, mas defendeu que a intenção do caricaturista era questionar se a santa, que deveria estar ocupada com os mais pobres e desamparados, deveria também se interessar pelos prélios futebolísticos. Neste ponto, Wainer reivindicava ao seu jornal uma identidade “cristã progressista” e acusava “a exploração dos sentimentos católicos da Nação” pelos políticos ávidos por votos às vésperas das eleições municipais, como Hitler teria feito na Alemanha nazista. O diretor do *Última Hora* também comparou os atos de desagravo que tomaram as ruas do Vale do Paraíba e de outras capitais às “cidades americanas dominadas pelo furor racista que só o linchamento consegue aplacar” e dizia estar “oferecendo a outra face para que nela os falsos devotos fizessem explodir um ódio que nada tinha a ver com religião”.⁸⁵

Naquele momento, foram palavras duras demais para quem desejava “conter a onda que vinha se avolumando”.⁸⁶ No entanto, ao final do editorial, Wainer também apelava ao cardeal Motta, de quem se dizia admirador, que formasse o juízo definitivo sobre a questão. Assim, o jornalista esperava que o cardeal o recebesse para uma audiência e desestimulasse a realização do grande ato de desagravo que o próprio dom Motta havia convocado. Mas, para chegar até o arcebispo, Wainer esbarrou com a forte influência exercida pelo padre amazonense Januário

⁸³“Cidade paulista vê santa com cara de Pelé e declara guerra à “charge” herética”. *Jornal do Brasil*, 28 ago. 1963. p. 9.

⁸⁴ “Pelé protestou contra o fato de ser escolhido para charge profana”. *O Jornal*, 30 ago. 1963. p. 1.

⁸⁵ *Última Hora*, 29 ago. 1963. p. 1.

⁸⁶ WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver...*, op. cit., p. 241.

Baleeiro, assessor do cardeal e secretário de Educação de São Paulo. Baleeiro não queria que dom Motta recebesse um judeu *herético* que havia profanado a padroeira em seu jornal. Wainer então resolveu apelar ao presidente João Goulart, até aquele momento alheio a todo o episódio, para que convencesse o arcebispo a recebê-lo. Após uma ligação de Jango, de quem dom Motta se considerava amigo, a audiência finalmente foi marcada.⁸⁷

Foi um encontro constrangedor. Judeu, Wainer nunca havia imaginado que um dia teria que beijar o anel de um cardeal e pedir a sua benção.⁸⁸ Porém, mesmo desconcertado, e com Otávio ao seu lado, o jornalista pediu perdão pelo mal-entendido, recebendo pronta absolvição. Mesmo perdoado, Wainer ainda temia pelo grande ato nacional de desagravo, marcado para o Dia da Independência, que tomaria as ruas da capital paulista. O roteiro divulgado pelos organizadores da procissão previa a passagem dos devotos pela sede do seu jornal. O diretor expôs suas preocupações ao cardeal, mas ouviu do arcebispo que não havia meios de cancelar o ato àquela altura. Porém, dom Motta prometeu tentar alterar o roteiro da procissão e impedir que os devotos mais exaltados atacassem a sede do jornal. Wainer vibrou com a resposta do cardeal e, sem mais reservas, beijou o anel de dom Motta.⁸⁹

De qualquer forma, o ato de desagravo estava mantido e, naquele momento, ganhou um novo sentido com a notícia de que o presidente da Iugoslávia, Josip Bros Tito, faria uma visita ao Brasil em meados de setembro. A vinda de Tito ao Brasil, a convite de Jango, revoltou grande parte das direitas. Adhemar de Barros afirmou que “como católico, não poderia receber um homem excomungado pela Igreja”. No Congresso Nacional, deputados udenistas classificaram Tito como um “ditador, sanguinário, carniceiro e algoz da Igreja Católica” e lamentaram a atitude de Jango.⁹⁰ Muitos bispos, por sua vez, também condenaram a vinda de Tito ao Brasil e anunciaram que os sinos das igrejas deveriam dobrar finados em memória do cardeal Aloísio

⁸⁷ *Correio da Manhã*, 31 ago. 1963. p. 5.

⁸⁸ Sobre episódios de antissemitismo com os quais Samuel Wainer teve que lidar, sobretudo, nos anos 1950, ver: MONTEIRO, Karla. *Samuel Wainer: o homem que estava lá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

⁸⁹ WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver...*, op. cit., p. 242.

⁹⁰ “Padre-deputado contra Tito cuja visita iugoslavos defendem”. *Jornal do Brasil*, 03 set. 1963. p. 2.

Stepinac⁹¹ e rezar ladainhas à Nossa Senhora Aparecida por todas as vítimas da perseguição promovida pela “tirania comunista”.⁹²

Assim, Aparecida foi coroada Rainha da Semana da Pátria, não só como ato de desagravo pela charge *sacrílega*, mas também como símbolo do patriotismo que repudiava o comunismo e a vinda de Tito ao Brasil. No final da tarde do dia 7 de setembro de 1963, a imagem de Nossa Senhora deixou a Basílica à frente de milhares de fiéis em direção à capital paulista, onde outra multidão aguardava ansiosamente pela entrada triunfal da santa na cidade. Entre os devotos, era difícil identificar somente grupos femininos e de classe média, pois há anos Nossa Senhora Aparecida era lembrada naquela data como símbolo de união de todos os brasileiros. Era feriado e a maioria da população deixou de aproveitar momentos de lazer, para acompanhar a procissão, rezar por si, por todos os seus e pelo Brasil, como sempre fazia nos dias da independência. Certamente, nem todos eram militantes anticomunistas convictos, mas viam com alguma preocupação o episódio da charge *sacrílega* e a visita de Tito. O ato de desagravo era, sobretudo, uma procissão como tantas outras ocorridas na Semana da Pátria, que ao chegar às portas da Catedral da Sé foi recebida por dom Motta e convidada a cantar louvores à Padroeira e o hino nacional.⁹³

Sob os olhares de fé de uma multidão de devotos, o arcebispo entronizou a imagem de Aparecida em um altar montado especialmente para a santa. Anoteceu, mas os fiéis não abandonaram a padroeira. Passaram a noite em vigília de oração pelo Brasil e a todo momento cartas e telegramas com mensagens de apoio e defesa de Aparecida, bem como pedidos de oração, foram colocados aos pés da imagem. Quando amanheceu, ainda sob a luz da aurora, a multidão abriu um longo corredor pela Rua Benjamin Constant para ver a imagem ser retirada do altar e levada à frente dos fiéis que se aglomeravam até o Viaduto do Chá. Entre louvores à Aparecida e palavras de ordem contra o UH, o povo tomou o itinerário que desviava do prédio do jornal. Naquele momento, Wainer que acompanhava a procissão pelo rádio, “fechado em

⁹¹ Naquela época, a figura do cardeal Stepinac era muito mobilizada pelos católicos conservadores. Croata, Aloísio Stepinac serviu como Arcebispo de Zagreb de 1937 até sua morte em 1960, um período que incluiu o domínio fascista dos Ustaše sobre um dos chamados “estados fantoche” do Eixo, o Estado Independente da Croácia de 1941 a 1945 durante a Segunda Guerra. Após a ocupação das tropas do marechal Tito, Stepinac foi julgado pelo governo comunista iugoslavo e condenado por traição, cumplicidade com a conversão forçada de sérvios ortodoxos ao catolicismo e colaboração com o regime de Ustaše. Ele foi condenado a 16 anos de prisão, mas cumpriu apenas cinco. Stepinac era diagnosticado com policitemia, uma rara doença que acabou lhe tirando a vida em setembro de 1960. Porém, como cumpria prisão domiciliar e havia resistido aos comunistas, a sua morte foi vista com muita desconfiança. Muitos acreditavam que o cardeal teria sido envenenado e até hoje Stepinac é visto como um mártir do catolicismo, sendo inclusive beatificado pelo Papa João Paulo II em 1998.

⁹² “Igreja examina visita de Tito”. *Jornal do Brasil*, 03 set. 1963. p. 8.

⁹³ “O Brasil em vigília aos pés de Nossa Senhora no Dia da Pátria”. *Semana Religiosa* (MG), 15 set. 1963. p. 1.

sua casa e tremendo dos pés à cabeça”, ouviu seu nome ser hostilizado por alguns devotos, mas suspirou mais aliviado ao saber que a sede do UH estava salva.⁹⁴

Jango e a reforma das almas

Ao final da Semana da Pátria, Nossa Senhora Aparecida havia sido devidamente desagravada, mas não era o fim da vigilância das direitas sobre o governo. Pelo contrário, o episódio demonstrou o quanto os grupos conservadores estavam dispostos a se organizar em torno de determinadas demandas e realizar feitos importantes e grandiosos em benefício dessas reivindicações, mesmo que o governo não os atendesse ou os ignorasse.⁹⁵ No caso da charge *sacrílega*, as direitas provaram que a “consciência católica brasileira” era capaz de reagir vivamente aos sinais de *ação comunista* na Igreja e nas tradições de devoção popular.⁹⁶ No entanto, o povo que foi às ruas contra o UH e à visita de Tito, pouparam ataques diretos a João Goulart. É bem verdade que no Congresso Nacional ouviu-se alguns discursos que tentaram associar o presidente ao “jornal herético” e cobraram o fim de repasses do governo federal a órgãos de imprensa comprometidos com o que consideravam ideias comunistas. Mas eram vozes isoladas e que logo depois foram abafadas pelo som da marcha dos sargentos sobre Brasília em meados de setembro de 1963 e da crise provocada pela entrevista de Carlos Lacerda ao *Los Angeles Times*, em que o governador da Guanabara denunciou a infiltração comunista nos sindicatos e no governo, apontando Jango como um “caudilho totalitário”.⁹⁷

O “protesto armado” de centenas de militares graduados contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inelegíveis os sargentos com mandatos eletivos, foi sufocado e os revoltosos foram presos. Porém, Jango endossou a tese dos sargentos o que criou um clima de animosidade com a alta hierarquia das Forças Armadas e mereceu a desconfiança da grande imprensa.⁹⁸ Segundo Alzira Abreu, a partir daquele momento, o discurso sobre o perigo do comunismo e da cubanização do Brasil se intensificou nos principais jornais do país e disseminou-se, nos quartéis, o temor pela quebra da hierarquia e da disciplina, valores

⁹⁴ WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver...*, op. cit., p. 242.

⁹⁵ CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009. p. 60.

⁹⁶ MATIAS, Rodrigues. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964*. São Paulo: União Cívica Feminina (UCF), [s.d] Arquivo particular de Gisella Guisard Milliet.

⁹⁷ FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 546.

⁹⁸ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a história e a memória*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 117.

fundamentais para as Forças Armadas.⁹⁹ Grupos conservadores impressionaram-se com a facilidade com que um grupo de sargentos conseguiu “levar o caos” à Brasília e, para agravar seus temores, ficou comprovada a participação e o “apoio integral” de movimentos aliados ao governo à revolta dos sargentos.¹⁰⁰

Tudo piorou ainda mais com a publicação da entrevista de Carlos Lacerda. Profundamente perturbado pela audácia do governador da Guanabara, Jango foi instado pelos seus ministros militares a solicitar a decretação de estado de sítio ao Congresso Nacional. O inconsequente pedido foi alvo de duras críticas à esquerda e à direita e acabou sendo rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com o apoio do próprio PTB do presidente. Desmoralizado, Jango resolveu retirar o pedido, mas se viu ainda mais isolado em meio aos clamores radicalizados das esquerdas e das ameaças intervencionistas das direitas.

O clima era de radicalização crescente. Diversas categorias decretavam greves no Rio de Janeiro e em São Paulo, desafiando assim, uma vez mais, a capacidade de Jango para o diálogo e a conciliação que sempre marcaram a sua trajetória política. Líderes rurais eram assassinados nos campos enquanto o número de invasões de terras crescia. Os grupos sindicais liderados por Brizola clamavam por reformas “na lei ou na marra” enquanto as direitas fechavam-se em copas em *defesa da democracia* e dos valores da civilização cristã ocidental ameaçados pelo “comunismo ateu”. Operava-se, então, como bem observou Daniel Aarão Reis, uma “notável inversão de tendências”. Lideranças reformistas que haviam construído a sua luta a partir da defesa da ordem legal, no contexto da posse de Jango e do restabelecimento do presidencialismo, passavam à uma posição ofensiva e aberta à violência revolucionária. Por outro lado, as direitas antirreformistas que, desde 1945, ameaçavam tomar o poder por meio da violação da Constituição, apresentavam-se naquele contexto de crise, como baluartes da legalidade e da ordem democrática.¹⁰¹

Diante do quadro de conflagração, um “apelo de Nossa Senhora” chegou até Jango. O mensageiro era o padre Joseph Quinn, colaborador do padre irlandês, radicado nos Estados Unidos, Patrick Peyton.¹⁰² Em audiência com o presidente, em outubro de 1963, o religioso intercedeu a Jango para que ele se engajasse na liderança de um movimento internacional para criação do Dia Nacional da Família Unida. O pedido vinha na esteira das multidões que o padre Peyton conseguiu levar às ruas do centro do Rio de Janeiro para rezar nas Cruzadas do Rosário

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. p. 40.

¹⁰¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 38-39.

¹⁰² *Jornal do Brasil*, 29 set. 1963. p. 17.

em Família, realizadas no final de 1962.¹⁰³ No primeiro momento, Jango recuou, pois sabia do conteúdo conservador e anticomunista do movimento. Porém, Quinn insistiu: “o presidente é católico praticante e o Brasil é a maior nação católica do mundo.” Foi suficiente para que o presidente refletisse um pouco mais sobre a proposta. Aquela poderia ser uma oportunidade de aceno aos grupos conservadores que consideravam que a família e a religião estavam em perigo sob o seu governo.

Assim, no final de outubro de 1963, Jango criou o Dia Nacional da Família, a ser comemorado em todo o território nacional, no dia 8 de dezembro de cada ano, junto aos festejos de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.¹⁰⁴ O decreto 52. 748, assinado por Jango e pelo ministro da Justiça, Abelardo Jurema, consagrava à família o lugar de elo fundamental das “sociedades perfeitamente organizadas e independentes de ideologia, sistema político, organização social ou credo religioso”, definição que contemplava não só os interesses dos grupos conservadores, mas também buscava apelar por um certo sentido de união nacional do qual o governo gostaria de se beneficiar.

Em 1963, o primeiro Dia Nacional da Família seria celebrado como “um grande espetáculo de fé” em um programa intitulado “Hora da Família”, exibido em cadeia de rádio e televisão. O objetivo era “celebrar publicamente a família brasileira” e a união de todos os brasileiros em torno de um único propósito: a oração do rosário.¹⁰⁵ Para representar o Brasil em prece e “todas as classes sociais”, Peyton convidou as famílias do presidente da Câmara, Rainieri Mazzilli, do presidente do STF, ministro Ribeiro da Costa, do rei Pelé, de um operário e de um professor. Cada família rezaria um mistério glorioso do terço, acompanhados pelo coral dos Canarinhos de Petrópolis e outras atrações internacionais, como Bing Crosby, Sarita Montiel e Elizeth Cardoso.¹⁰⁶

A reunião espiritual da nação contaria com a participação das famílias dos ex-presidentes Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek e seria coroada com uma mensagem gravada em *video tape* pelo papa Paulo VI, que pela primeira vez se dirigia a uma nação naquele

¹⁰³ “O Rio rezou unido”. *Revista Manchete*, 29 dez. 1962. pp. 9-13. A Cruzada do Rosário em Família foi um movimento católico criado pelo padre irlandês Patrick Peyton na década de 1940, com o objetivo de difundir a reza do terço e combater o comunismo com orações em família. No Brasil, as cruzadas aconteceram entre 1961 e 1964 e arrastaram milhões de devotos por várias cidades do país, com o lema “a família que reza unida, permanece unida”. Cf. GUIOLPHI, Anderson J. Na mira contra as esquerdas: o catolicismo anticomunista nas Cruzadas do Rosário em Família na América Latina na década de 1960. *Saeculum – Revista de História*, v. 39, n. 39, p. 119-132, 17 dez. 2018.

¹⁰⁴ BRASIL, *Decreto n° 52.748*, de 24 de outubro de 1963. Institui o “Dia Nacional da Família”. Brasília, DF, out. 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D52748.htm Acesso em: 18/07/2020.

¹⁰⁵ *Semana Religiosa* (MG), 1 dez. 1963. p. 1.

¹⁰⁶ “Dia da Família”. *Última Hora*, 12 nov. 1963. p. 4.

formato e em português. Além do pontífice, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime Câmara, e o próprio Peyton falariam à nação em defesa da família tradicional e do compromisso de rezar pelo Brasil, firmado na Cruzada do Rosário de 1962.

Os últimos detalhes do Dia da Família foram acertados por Jango e Peyton em uma audiência no Palácio da Alvorada em novembro. Na reunião, Jango fez questão de apresentar ao padre as imagens de Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora de Fátima e São Jorge, seus santos de devoção, que o protegiam no palácio. Emocionado, o padre irlandês agradeceu ao presidente pelo decreto assinado e foi convidado a permanecer por mais tempo em Brasília e almoçar com Darcy Ribeiro. Peyton quase declinou do convite, mas decidiu ficar porque desejava rezar uma missa na capela do palácio, onde o então cardeal Montini, depois sagrado papa Paulo VI, havia celebrado sua primeira missa no Brasil. Jango sentiu-se abençoado e, na eucaristia, prometeu fazer uma reforma das almas, antes de conseguir as reformas de base.¹⁰⁷

Enfim, quando o dia 8 de dezembro chegou, três mil estações de rádio e todos os canais de televisão estavam prontos para transmitir a “Hora da Família” para cerca de 120 milhões de pessoas no Brasil e em outros 19 países da América Latina, além das cidades de Lisboa, Madri e Nova York. A imprensa, sempre aliada das campanhas de Peyton, cumpriu o seu papel de reforçar o convite para que todos os brasileiros se reunissem com as suas famílias diante do rádio ou da televisão para rezar às 20 horas da noite.¹⁰⁸

Embora tenha assinado o decreto que criou o Dia da Família e tenha recebido Peyton no Alvorada, a participação de Jango no programa foi tímida. O presidente não rezou nenhuma das dezenas do terço ao lado de Mazzilli, Pelé e as famílias que representavam a nação. Jango preferiu estar em oração com operários no lar do Cristo Trabalhador, localizado no bairro do Engenho Novo, no Rio. Porém, não deixou de gravar um vídeo, ao lado de Maria Thereza e dos filhos, Denise e João Vicente, que foi transmitido logo no início do programa. Em seu discurso, Jango reafirmou a sua fé católica e destacou “a honra de representar fielmente o sentimento cristão do povo como chefe de Estado do maior país católico do mundo”. Lembrou também da necessidade das reformas de base para “redimir a família brasileira das mais duras privações materiais” para que assim pudesse contribuir para o “florescimento moral e espiritual da nação”.¹⁰⁹

¹⁰⁷ “Padre Peyton sugere e Jango aceita a reforma das almas”. *Revista Manchete*, 23 nov. 1963. p. 20-21.

¹⁰⁸ “Três mil estações de rádio e televisão transmitirão Hora da Família no domingo”. *Jornal do Brasil*, 01 dez. 1963. p. 14.

¹⁰⁹ “Reformas “a favor” e não “contra” prega JG em São João del Rey”. *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados*, 11 dez. 1963. p. 2.

Darcy Ribeiro narra o encontro entre Jango e Peyton como uma jogada de mestre do presidente que teria conseguido desarmar o discurso anticomunista do padre ao não se recusar a rezar o terço.¹¹⁰ No entanto, vale destacar que Jango e as direitas não pensavam nos mesmos objetivos para o Dia da Família. Se para João Goulart e para grande parte das esquerdas, a felicidade das famílias, especialmente das mais pobres, e da nação inteira dependiam das reformas de base; para as direitas, grupos femininos e antirreformistas, a família seria destruída se o Brasil vivesse as transformações propaladas por Jango. Nesse sentido, um editorial do jornal *O Globo*, publicado dias antes da celebração do Dia da Família, é bem representativo do medo que as direitas sentiam de determinados programas educacionais do governo. No texto, o jornal reconhecia a importância da criação do Dia da Família por Goulart, mas fazia ressalvas sobre a política educacional do governo que seria um “acinte às tradições cristãs e à democracia” e o “lançamento do vírus vermelho no cérebro em formação” dos jovens.¹¹¹

Mesmo assim, ao final do seu discurso, Jango convidava todas as famílias a “marchar juntas para dias melhores sob as bênçãos de Deus”. O presidente só não esperava que, menos de quatro meses depois do Dia da Família, as famílias realmente marchariam, mas não com ele. O episódio da charge *sacrílega* não foi esquecido pelos grupos conservadores. A lembrança da “forte reação da consciência católica” contra o UH inspiraria cada vez mais as direitas a ir às ruas contra a *ameaça comunista* e a subversão dos valores religiosos. Os protestos em Aparecida foram apenas um dos sinais de que parte da sociedade estava disposta a marchar em defesa não somente da padroeira do Brasil, mas principalmente daquilo que ela melhor representava: a religião, a Pátria e a família. Tais valores, como as manifestações em todo o Vale do Paraíba e em várias capitais do país mostraram, não eram compartilhados apenas por classes médias urbanas ou beatas do interior, mas por boa parte da população, do campo e da cidade, que foi às ruas de São Paulo receber a imagem de Aparecida, em setembro de 1963, sobretudo em sinal de respeito à santa que teria sido ofendida.

Para Wainer, Otávio e as esquerdas em geral, aquelas manifestações eram manipuladas pelos padres de Aparecida, por Adhemar de Barros e outros políticos de direita. No entanto, é preciso ir além da ideia de manipulação para compreender o que levou tantas pessoas a irem às ruas contra um jornal que teria ofendido a sua padroeira. Não se pode desconsiderar o universo simbólico compartilhado por fiéis, padres e políticos de direita, ou não, que viram na charge de Otávio uma ofensa à Aparecida. Além disso, como buscamos demonstrar, fosse com a cara de Pelé ou com as feições de “uma feiticeira de umbanda” – nas palavras do reitor do Santuário –

¹¹⁰ RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 322.

¹¹¹ “A família brasileira em perigo”. *O Globo*, 30. nov. 1963. p. 5.

o incômodo com a charge estava baseado na rejeição à negritude da santa. Para muitos devotos, pintar a padroeira como negra era como atribuir um defeito a uma santa imaculada que eles sempre veneraram como branca ou, no limite, como mestiça. Nesse ponto, é interessante observar a aproximação entre os devotos e a hierarquia católica na crença de que os traços negros da santa poderiam insuflar a divisão entre os filhos de Aparecida.

Aliás, sobre este aspecto, é preciso relativizar a exaltação da negritude como um traço presente desde a origem da devoção à padroeira. O historiador Lourival dos Santos tem apontado que, embora uma parte dos devotos se identificasse com a negritude da santa, foi apenas sob os auspícios da Teologia da Libertação nos anos 1980 que a padroeira, de fato, enegreceu e foi assimilada desta forma pela hierarquia da Igreja.¹¹² É bem verdade que ao longo do tempo, a imagem de Aparecida foi associada a personagens negros escravizados, sobretudo, em razão de um episódio em que um homem escravizado que suplicava a intervenção da santa viu suas correntes se quebrarem misteriosamente. Porém, não podemos esquecer que origens de Aparecida estavam em Nossa Senhora da Conceição, uma Virgem europeia.

Além disso, não se pode subestimar a ação de uma população que tinha o seu cotidiano atravessado pela presença da imagem da santa. Conhecida como “a capital espiritual do Brasil”, a cidade de Aparecida recebia milhares de fiéis do país inteiro e sua economia girava em torno do turismo religioso que já no início dos anos 1960 mobilizava todo o Vale do Paraíba. Em Aparecida, a santa abençoava o nome de uma a cada três meninas batizadas na Basílica.¹¹³ Os dois únicos cinemas da cidade eram controlados pela Igreja. Um levava o nome da padroeira e só exibia filmes aprovados pelos padres redentoristas e o outro recebia “cotação moral” dos filmes em cartaz. Não havia bailes de carnaval, concursos de beleza ou casas de jogo na cidade. No time Aparecida Esporte Clube, os jogadores eram expulsos se falassem palavrões em campo, pois segundo os dizeres colados na porta da Basílica, “os direitos de Deus estão acima dos direitos da moda”.¹¹⁴

Por isso, para compreender a mobilização de tantas pessoas em defesa de Aparecida e dos valores que ela representava para a nação, é preciso compreender o lugar que a padroeira ocupava na fé e no imaginário da população brasileira. Ao mesmo tempo, é importante considerar as dinâmicas locais das cidades que se insurgiram contra o UH e, principalmente, perceber que entre aqueles que protestaram contra a charge *sacrilega* ou que participaram do

¹¹² SANTOS, Lourival dos. *O enegrecimento da Padroeira do Brasil: religião, racismo e identidade (1854-2004)*. Salvador: Editora Pontocom, 2013. p.19.

¹¹³ Na cidadezinha de Aparecida, milhões de fiéis repetem: A Benção, Senhora!”. *Revista Realidade*, abril de 1966, pp.58-64.

¹¹⁴ Idem.

programa “Hora da Família” não estavam só padres, bispos ou apenas políticos de direita e membros de grupos conservadores, mas romeiros que queriam estar aonde a sua padroeira estivesse, crianças que desde pequenas aprenderam a venerar a santa, trabalhadores, donas de casa; pessoas comuns que atenderam tanto ao chamado das direitas para estar nas ruas de São Paulo protestando contra o UH quanto ao convite de Jango e Peyton para rezar o rosário em família porque acreditavam que as crises pelas quais o Brasil passava só teriam fim com muita oração. Devotos comuns que, meses depois, aclamariam a coroação de Nossa Senhora Aparecida como a padroeira de uma *revolução* com muito entusiasmo e muita fé, sem imaginar que o Brasil entraria em uma longa ditadura.

Nossa Senhora Aparecida é vestida para o combate

Em março de 1964, aproximava-se a hora do tão aventado *desfecho* para os grupos políticos que passaram os últimos meses armando-se em linhas de ataque e defesa da ordem constituída e da legalidade no Brasil. De um lado, as esquerdas, imaginando-se vitoriosas antes mesmo da batalha final, pressionavam pelo fim da “política de conciliação” de Jango e pelo aprofundamento das reformas, “na lei ou na marra”.¹¹⁵ Em oposição, as direitas, amedrontadas, mas decididas a “defender a ordem legal”, buscavam maneiras de “salvar a República”. Fez-se o impasse e o resultado do embate é amplamente conhecido. Em 31 de março de 1964, veio o golpe que encerrou a experiência democrática iniciada em 1945.

O movimento civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, para além do apoio do governo norte-americano,¹¹⁶ reuniu diferentes grupos sociais entre empresários, grande parte da imprensa e das classes médias, lideranças eclesiásticas e militares. Era, portanto, uma aliança heterogênea, que unida ao redor de valores comuns, empreendeu o golpe nas trincheiras de “defesa da democracia, da família e da Constituição”. É bem verdade que a maioria não desejava uma longa ditadura, mas naquele momento todos concordaram que era preciso uma intervenção *salvadora* que livrasse o país “do comunismo, da subversão e da corrupção”.

Como aponta Daniel Aarão Reis, um grande medo unia os segmentos sociais que apoiaram o golpe: um “processo de redistribuição de renda e de poder que pudesse sair do controle e levar o país à desordem e ao caos, ameaçando instituições e valores”.¹¹⁷ Além disso,

¹¹⁵ FERREIRA, Jorge. Sociedade e esquerdas no Brasil: da legalidade democrática às reformas de base (1961-1964). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p.89-108.

¹¹⁶ FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹¹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil...*, op. cit., p. 47.

a consolidação de uma sociedade urbana a partir dos anos 1960 foi marcada pelo estabelecimento de novos espaços de debate, difusão de conhecimentos, expressões artísticas, movimentos de alfabetização e conscientização político-social e acesso aos bens culturais. Nesse processo, segundo Marcelo Ridenti, um Brasil tido como moderno e outro Brasil visto como atrasado se contrapunham, dando forma às compreensões de mundo de vários segmentos sociais.¹¹⁸

Nesse sentido, como bem observa Gizele Zanotto, para além das disputas entre “dois Brasis”, um moderno e um arcaico, é preciso considerar que “as forças da tradição não deixaram de atuar com expressiva força no país, reforçando mitos ou crenças de um país católico, conciliador, afeito aos costumes, à moralidade, à hierarquia e à ordem social”.¹¹⁹ Portanto, além de um medo real, muitos grupos conservadores se reconheciam como instrumentos da providência divina e acreditavam que a vitória do golpe só tinha sido possível porque Deus estava com eles, sob as bênçãos de Nossa Senhora. Na perspectiva da direita católica, a *revolução* também foi feita contra os católicos de esquerda, que queriam reformar as Sagradas Escrituras, o ensino dos papas, a doutrina social da Igreja e até o próprio Deus, como denunciou uma matéria publicada por um jornal católico mineiro após o golpe.¹²⁰

Nesse sentido, a religião ocupou um papel central no discurso legitimador do golpe. Daí a importância de compreender de que forma os universos da luta política e os sentidos próprios da religião misturaram-se em 1964 ao ponto de os vencedores afirmarem que “foi Deus que ganhou a revolução”.¹²¹ Para isso, é importante considerar como antigas tradições rituais da cultura política foram apropriadas pelas direitas, assim como símbolos da devoção popular, como Nossa Senhora Aparecida e o rosário, foram objetos de disputas políticas que acabaram culminando com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, eventos que ofereceram a chancela ideológica final para o golpe e continuaram a mobilizar milhares de pessoas, mesmo após o estabelecimento da ditadura.

Quarta-feira, 22 de janeiro de 1964. Às 18 horas, do alto da torre da igreja de São José, no coração de Belo Horizonte, ouvia-se as badaladas dos sinos, anunciando a tradicional hora

¹¹⁸ RIDENTI, Marcelo. Canetas e fuzis: intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 25.

¹¹⁹ ZANOTTO, Gizele. Vozes dissonantes no catolicismo em tempos de ditadura (1964-1985). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia. (Org.). *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono*. Recife: EDUPE, 2020, p. 98.

¹²⁰ “Querem reformar até Deus”. *O Lampadário*, 26 abr. 1964. p. 6.

¹²¹ “Todos disseram: foi Deus que ganhou a revolução”. *O Lampadário*, 26 abr. 1964. p.2.

do Angelus. Cada dobra dos sinos era sempre um convite à oração. Porém, naquela noite, os devotos de Nossa Senhora não eram chamados a rezar uma ave-maria somente. Os sinos também marcavam a hora de todos irem à porta da igreja para afirmar que a “cidade mais católica do Brasil” não poderia receber o congresso sindical da Confederação Unitária dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL).¹²² O evento *vermelho* havia sido marcado dias antes por várias entidades sindicais. Operários mineiros se preparavam para receber delegações de outros países latino-americanos para discutir os rumos da luta dos trabalhadores nos dias 23 e 24 de janeiro.

Assim que souberam do congresso, deputados udenistas revezaram-se nas tribunas da Assembleia Legislativa de Minas e do Congresso Nacional para protestar contra a realização do evento. Elias do Carmo (UDN-MG) denunciou “aqueles que queriam levar para Belo Horizonte a doutrina de Moscou”. Padre Nobre (PTB-MG) convocou o povo a se levantar contra a “invasão vermelha” e cobrou um posicionamento do governador Magalhães Pinto.¹²³ Mulheres, lideradas por Maria Victor Bolívar Moreira, organizaram a chamada “Cadeia da Família Cívica contra o Marxismo” com o objetivo de colher assinaturas para um manifesto a ser enviado às autoridades e congestionar as redes de telefonia do estado com ligações de protesto contra o congresso da CUTAL em Belo Horizonte.¹²⁴ No entanto, por meio de nota, o Palácio da Liberdade informou que a Constituição assegurava a liberdade de reunião e que, o fato de o governo permitir a realização do congresso na cidade, não significava a adesão às teses dos participantes do evento.

O posicionamento de Magalhães Pinto frustrou as direitas de Minas. Por isso, naquela noite de 22 de janeiro, cerca de dois mil manifestantes se concentraram na porta da igreja. Entre eles não havia somente grupos conservadores. Estudantes e sindicalistas, favoráveis à realização do congresso, também compareceram. Enquanto senhoras do movimento “Por um mundo melhor” rezavam o terço e esconjuravam o *diabo vermelho* que pedia guarida na cidade, um grupo menor de trabalhadores e membros do movimento estudantil ocupavam o outro lado da praça. O choque era iminente e aconteceu. A polícia precisou intervir e separar os manifestantes mais exaltados, o que acabou com um estudante gravemente ferido.¹²⁵

¹²² “Congresso de trabalhadores será instalado em Minas com garantia de Magalhães”. *Jornal do Brasil*, 22 jan. 1964. p. 5.

¹²³ Idem.

¹²⁴ STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais: novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986. p. 160.

¹²⁵ “Violenta manifestação contra Congresso Sindical em Minas”. *Jornal do Brasil*, 23 abr. 1964. p. 12.

A maior parte da multidão abandonou a confusão e se dirigiu ao Palácio da Liberdade aos gritos de “Fora, Magalhães!” e ao som do hino nacional. Ao chegar à sede do governo, os manifestantes clamavam pela aparição de Magalhães Pinto, que se limitou a enviar um assessor para reafirmar o que já havia dito em nota. A postura do governador inflamou alguns populares que tentaram invadir o palácio e foram repelidos por policiais com bombas de gás lacrimogêneo. Porém, a multidão não se dispersou e continuou a sua marcha até a sede da prefeitura, onde foram acolhidos pelo prefeito Jorge Carone. Lá, ouviram o que queriam: o decreto de luto oficial de 5 dias na cidade, tempo previsto de duração do congresso.¹²⁶

Diante da reação tão negativa, a comissão organizadora do evento se viu obrigada a transferir o congresso para Brasília, mas os mineiros estavam dispostos a impedir a realização do congresso em qualquer cidade do país. Por isso, decidiram formar uma caravana até a capital federal e dessa vez Nossa Senhora Aparecida foi junto. Estudantes da Universidade Católica de Belo Horizonte, portando uma imagem da santa e munidos de um abaixo-assinado com mais de 20 mil assinaturas, chegaram à Brasília. O manifesto era apresentado “em nome de todos os católicos de Minas Gerais” e era dirigido a João Goulart. Os estudantes relembavam ao presidente que o Concílio Vaticano II repudiava o comunismo. O texto condenava vários episódios em que o “credo de Moscou” ofendeu os sentimentos cristãos do povo, entre eles a visita de Tito ao Brasil em 1963, e afirmavam que se Jango impedisse a realização do congresso contribuiria para que Nossa Senhora Aparecida continuasse a ser a Rainha do Brasil.¹²⁷ Desta forma, o uso da imagem da santa pelos estudantes revelava não só a identidade católica do grupo, mas, sobretudo o patriotismo que encontrava em Aparecida um símbolo nacional que estaria ameaçado pelo comunismo caso o congresso se realizasse.

Os manifestantes não conseguiram entregar o abaixo-assinado nas mãos de Jango, mas deixaram o documento com um representante do Departamento Federal de Segurança Pública, que prometeu fazer o manifesto chegar até o presidente. Não satisfeitos, os estudantes mineiros distribuíram cópias do documento por Brasília e com alto-falantes foram até Goiânia, convocando a população a se manter em estado de alerta contra o comunismo que invadia a capital federal e clamando para que Nossa Senhora Aparecida viesse em socorro do Brasil.¹²⁸ Nas janelas dos bairros residenciais, muitos saudaram a caravana dos estudantes com lenços brancos.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ “Apelo a JG contra conclave da Cutal”. *Correio da Manhã*, 26 abr. 1964, p. 10.

¹²⁸ “Estudantes católicos mineiros contra o congresso sindicalista”. *Correio do Paraná*, 28 jan. 1964, p. 3.

O congresso acabou sendo realizado. No entanto, os estudantes mineiros não voltaram para a terra natal como derrotados. Afinal, apesar de não terem conseguido impedir a realização do evento, o movimento de católicos mineiros “demonstrou que todas as classes de Minas estavam dispostas a lutar para que o Brasil não se entregasse à onda de subversão em que Jango o queria mergulhar.”¹²⁹ Mais que isso, ao percorrer toda a capital e as ruas de Goiânia, os estudantes buscavam sensibilizar mais devotos para a defesa da santa que, naquele momento, poderia se confundir com a própria defesa da pátria e das tradições cristãs supostamente ameaçadas pelo *perigo vermelho*.

Outras vitórias seriam alcançadas por aquelas que se sentiam as mais inspiradas pela figura de Nossa Senhora: as mulheres. Na esfera privada, mães e donas de casa que sempre recorriam à reza do terço quando os seus filhos estavam em perigo, naquela ocasião também se colocaram nas trincheiras da luta contra comunismo de rosário em punho. Senhoras da Liga da Mulher Democrata (LIMDE), de Belo Horizonte, sentiram-se vocacionadas pela Virgem Maria quando, em fins de fevereiro de 1964, foram surpreendidas pela organização de uma reunião da Frente de Mobilização Popular e do Comando Estadual de Trabalhadores em defesa das reformas de base na Secretaria de Saúde de Belo Horizonte.

O evento contaria com a participação de Leonel Brizola, a própria encarnação do diabo entre as direitas daquela época. Por isso, as mulheres da LIMDE e os militantes da Mobilização Democrática Mineira (MDM) se uniram para expulsá-lo de Minas. Antes que as lideranças sindicais chegassem ao prédio da Secretaria de Saúde, o grupo de homens e mulheres *democratas* ocuparam o auditório com terços na mão. Mães de famílias subiram ao palco com velas, crucifixos e imagens de Nossa Senhora para impedir o início do evento. Abismado com o cenário de exorcismo, o diretor do jornal progressista *Binômio*, José Maria Rabelo, tomou a frente do palco, subiu em uma mesa e iniciou um discurso inflamado contra os membros do MDM. De repente, ouviu-se um grande estrondo. Alguém puxou a mesa por baixo e derrubou o orador. Foi o estopim de uma grande confusão. Mulheres da LIMDE, armadas com sombrinhas e cadeiras, avançaram contra os operários. O conflito se alastrou pela plateia e só teve fim com a ação da polícia. Três bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas dentro do auditório. Em meio ao corre-corre, mais de quarenta pessoas ficaram feridas e precisaram ser atendidas no Hospital de Pronto Socorro da cidade. Quando Brizola chegou, o comício era impraticável. O deputado não conseguiu entrar no auditório e, sob vaias e protestos, falou da

¹²⁹ “Congresso de Trabalhadores da A. Latina será iniciado hoje em escola de Brasília”. *Jornal do Brasil*, 24 abr. 1964, p. 5.

escadaria do saguão da Secretaria de Saúde por meia hora, retirando-se logo em seguida.¹³⁰ Por todo Brasil correu a notícia das mulheres que resistiram aos comunistas com a força da oração do rosário. Em que pese a ação policial e o número de feridos, para as mulheres da LIMDE, a “noite das cadeiradas” foi uma vitória incruenta na batalha contra o comunismo. No entanto, o grande combate ainda estava por vir e caberia ao presidente João Goulart precipitá-lo.

Padroeira das reformas?

13 de março de 1964. Jango decidiu se aproximar das esquerdas ao convocar aquele que seria o primeiro e único comício das reformas na Central do Brasil. Ao lado de Leonel Brizola e Miguel Arraes e falando de improviso para um público de aproximadamente 350 mil pessoas, o presidente anunciou a assinatura de vários decretos, entre eles o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), que previa a desapropriação de terras ao longo dos eixos rodoferroviários em benefício da reforma agrária. A medida empolgou as esquerdas, pois aquele parecia ser o fim da “política de conciliação”. Por outro lado, para as direitas, o comício fez soar o alerta de que um golpe estava sendo tramado pelo presidente junto às forças de esquerda.

No entanto, os decretos não foram os únicos pontos que alarmaram as direitas. Vale lembrar que a religião não faltou ao comício da Central. Em seu discurso, Jango dizia ter o “inolvidável papa João XXIII” ao seu lado. Ao denunciar “a indústria do anticomunismo”, o presidente asseverou que os rosários da fé não poderiam ser levantados contra o povo, que tinha fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças.¹³¹ Assim, para defender as reformas de base, Jango fez referência a duas grandes representações do catolicismo: o papado e o rosário. Porém, curiosamente, apenas a menção ao rosário pareceu incomodar as direitas. Em São Paulo, mulheres católicas da União Cívica Feminina (UCF) que rezavam o terço na praça da Sé ficaram sobressaltadas: como o presidente poderia se referir ao rosário daquela maneira? Como o terço, ícone da devoção popular, poderia ser levantado contra o seu próprio povo? Como o rosário de Nossa Senhora, Mãe de todos os brasileiros, poderia servir como um obstáculo para os seus próprios filhos?

Nenhuma das mulheres questionou a menção de Jango ao papa, pois, ainda que reconhecessem o magistério pontifício como um símbolo de autoridade e legitimidade para a Igreja Católica, os grupos femininos e, em geral, todos os setores das direitas organizadas, nutriam certa desconfiança em relação às encíclicas sociais de João XXIII e seus apelos ao

¹³⁰ “Distúrbios acabam antes da hora comício da FMP em Minas”. *Jornal do Brasil*, 26 fev. 1964. p. 3.

¹³¹ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.286.

diálogo, inclusive com comunistas. Como observado por Wellington Teodoro da Silva, desde a convocação do Concílio Vaticano II em 1961, grupos conservadores haviam se afastado do *papa bom* e chegaram a aventar a possibilidade de Moscou ter conseguido infiltrar agentes no Vaticano durante o conclave que elegeu João XXIII em 1958.¹³² Embora a referência de Jango ao papa não tenha mobilizado as direitas, o aceno ao catolicismo progressista reforçou a sua relação com as esquerdas e os estudantes, principalmente, da Ação Católica e da União Nacional dos Estudantes (UNE), que admiravam João XXIII, costumavam discutir suas encíclicas e chagaram a propor o nome do pontífice ao Prêmio Nobel da Paz em 1963. Assim, naquele momento, operou-se um movimento interessante: enquanto as esquerdas buscaram legitimidade no magistério papal, mais distante dos leigos; as direitas apelaram à devoção popular, mais próxima do cotidiano da maior parte dos católicos.¹³³

Grupos femininos, com o apoio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), articularam-se com setores eclesiásticos, udenistas e várias entidades cívicas para oferecer uma resposta à suposta ofensa de Jango com um movimento de desagravo ao rosário. A *frente ampla* teve início em São Paulo, mas logo ganhou força em grande parte do país. Aos poucos e ao sabor do medo de que Goulart planejava romper com a legalidade constitucional para levar adiante o seu programa reformista, o movimento de desagravo ganhou contornos mais amplos. A palavra “rosário” foi retirada do nome do ato para garantir a presença de grupos diversos. Dessa forma, mesmo os não católicos, que poderiam não ver Nossa Senhora como mãe, se sentiriam filhos da mesma pátria, ameaçada pelo comunismo. Chegou a hora de pedir “basta, senhor presidente!” e clamar para que “as Forças Armadas realizassem uma intervenção “moralizadora” das instituições”.¹³⁴ Nascia as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

No dia 19 de março, dedicado a São José, padroeiro da família e da Igreja Universal, cerca de 500 mil pessoas tomaram as ruas do centro de São Paulo para defender o rosário, os

¹³² SILVA, Wellington Teodoro da. *Catolicismo e golpe de 1964*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018, p. 46.

¹³³ Este ponto é bastante representativo da diversidade de interpretações a respeito do papel do catolicismo na sociedade brasileira naquele momento. Se tomarmos a disputa em torno do discurso católico à luz da proposta de Eni Orlandi, que observa os discursos enquanto “bólide de sentidos”, temos a dimensão da diversidade de compreensões teológicas em um universo católico que se quer institucionalmente uno e hierarquizado. Isso acontece na medida em que um texto, neste caso o discurso oficial da Igreja Católica, sempre deve ser considerado como um objeto multifacetado, polissêmico, como um bólide de sentidos, onde qualquer modificação que afete sua materialidade poderá corresponder a diferentes interpretações, visto que o sentido não está posto em lugar nenhum, mas se produz nas relações dos sujeitos. Assim, naquele contexto de crise, o catolicismo foi ressignificado por diferentes grupos católicos de acordo com os seus interesses em jogo. Cf. ORLANDI, Eni Puccineli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

¹³⁴ PRESOT, Aline. Celebrando a “revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 74.

valores da família e pedir a saída de João Goulart. Em ritmo de *passeata religiosa e procissão política*, mulheres rezavam seus terços enquanto outros manifestantes levavam faixas e cartazes com palavras de ordem contra Jango e mensagens anticomunistas como “verde e amarelo, sem foice e sem martelo”. Junto aos devotos militantes, muitos políticos de direita, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, engrossaram o coro “tá chegando a hora de Jango ir embora” cantado pela multidão. Dias depois, a cidade de Santos também levaria uma marcha para as ruas em nome de Deus, da Pátria e da Família.

De acordo com Janaina Cordeiro, a Marcha de São Paulo e de Santos foram expressivas “de um consenso defensivo em torno do qual as direitas já vinham se organizando desde a posse de Goulart e em especial, a partir da gradual radicalização do governo em meados de 1963”.¹³⁵ Portanto, ao menos no plano retórico, diferentemente das outras crises que assolaram a República em 1954, 1955 e 1961, as direitas em marcha defenderam a ordem democrática e a legalidade constitucional em 1964. Contudo, é preciso considerar que, tal como demonstrado por Rodrigo Patto Sá Motta, a utilização do argumento democrático pelas direitas não significava afirmar a participação popular em contraposição ao autoritarismo comunista, mas opor a ordem à chamada “ameaça revolucionária”, que por sua vez, destruiria as instituições-base do mundo ocidental, Deus, Pátria e Família.¹³⁶

De todo modo, as direitas consideraram as marchas um sucesso. Acreditavam que haviam vencido o embate simbólico com as esquerdas pelas ruas e pelo catolicismo. Com efeito, os grupos conservadores levaram mais pessoas para as ruas do que o Comício da Central. Para os organizadores das marchas, a defesa do rosário, ícone da devoção popular, havia sido capaz de empolgar muito mais a população do que as referências ao papa João XXIII e à doutrina social da Igreja. De fato, embora a Marcha de São Paulo não tenha sido endossada pelo arcebispo dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta – apoiador da reforma agrária e próximo de Jango –, não foram poucos os símbolos religiosos acionados pelos grupos que marcharam contra Goulart em março de 1964. Da mesma forma, não se pode esquecer da participação ativa de padres e freiras nas marchas.

Renato Cancian destaca que “foram poucos, com fraca ou nenhuma influência institucional, os membros do clero, sobretudo pertencentes à hierarquia que apoiaram enfaticamente as marchas”.¹³⁷ Porém, é preciso ir além do apoio ativo e considerar os clérigos

¹³⁵ CORDEIRO, Janaina Martins. A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. In ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador: Sagg, 2021, p. 223.

¹³⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho...*, op. cit., p.40.

¹³⁷ CANSIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Editora Claridade, 2011, p. 109.

que silenciaram ou foram indiferentes àquelas manifestações. É bem verdade que parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defendia as reformas sociais propostas por Jango,¹³⁸ mas não ao ponto de organizar um movimento de apoio ao presidente. Até porque, sobre o episcopado pairavam muitas dúvidas em relação às intenções políticas de Goulart e ao desfecho da crise. Na verdade, nas vésperas do golpe, o sentimento de temor diante do avanço do comunismo estava disseminado em diversos setores da sociedade, inclusive, entre os bispos.

De todo modo, apesar da forte onda anticomunista expressa nas ruas de São Paulo, fato é que as marchas mereceram o desprezo das esquerdas.¹³⁹ Em primeiro lugar, simplesmente por lembrarem uma grande procissão católica. E segundo, por serem consideradas manifestações de classe média, sem “o suor do salário-mínimo”.¹⁴⁰ Aliás, até hoje, para determinado imaginário de esquerda e para a memória sacralizada por setores progressistas da Igreja Católica, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade representam o ápice da organização das direitas na luta a favor da intervenção militar, mas quase sempre são lembradas com tons maniqueístas, condenatórios ou jocosos. Ignorando a força do pensamento conservador brasileiro, que nos anos 1960 se identificava com a cultura política udenista, é muito comum que as marchas sejam vistas como manifestações de donas de casa manipuladas pelo clero, pelos maridos e pelos militares, que se apropriaram do rosário para defender a família, a religião e a Pátria.

Porém, como argumenta Janaina Cordeiro, as marchas também expressaram “anseios e receios cotidianos” e indicaram “os limites que a proposta reformista de Goulart” encontrou não só entre as elites, mas entre segmentos mais amplos da sociedade.¹⁴¹ No mesmo sentido, a forma como a figura de Nossa Senhora e o rosário foram mobilizados nas marchas também podem apontar as resistências ao modo como determinados setores da Igreja e as esquerdas católicas se posicionavam diante da crise política, acionando as determinações do Concílio Vaticano II e as encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, do papa João XXIII, para defender as reformas de base.¹⁴²

Após a Marcha de São Paulo, Neusa Goulart Brizola pensou em convocar uma manifestação de mulheres com a Liga Feminina da Guanabara e o Movimento Nacionalista

¹³⁸ KRISCHKE, Paulo José. *A CNBB e o golpe militar de 1964*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 2012.

¹³⁹ FERREIRA, Jorge. *João Goulart...*, op. cit., p. 438.

¹⁴⁰ CASTRO, Marcos de. *64: conflito Igreja x Estado*. Petrópolis: Vozes: 1984. p. 80.

¹⁴¹ CORDEIRO, Janaina Martins. *A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo...*, op. cit., p. 222.

¹⁴² SILVA, Wellington Teodoro da. *Diálogo por cima dos muros: As encíclicas de João XXIII e o desenvolvimento católico brasileiro*. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 8, set. 2010.

Feminino em resposta às manifestações de direita que pediam a deposição de Jango.¹⁴³ Francisco Julião também planejou uma espécie de “Marchas das Ligas Camponesas”, buscando mobilizar os sentidos da devoção ao Padre Cícero.¹⁴⁴ A Ação Católica de São Paulo e de Belo Horizonte também divulgaram manifestos, com a anuência dos respectivos arcebispos, contra “o uso político dos sentimentos religiosos do povo”. Nenhuma das iniciativas se concretizou ou fez frente às Marchas da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo. Era tarde demais para que as esquerdas compreendessem o valor político da ocupação religiosa do espaço público naquele momento.

O milagre da revolução

Apesar do desprezo das esquerdas, o espírito das marchas se interiorizou. Em março de 1964, a cidade de Aparecida, que já havia se insurgido contra uma *ofensa* à Nossa Senhora em 1963, preparava-se para combater o comunismo *sacrílego* novamente. Do alto dos púlpitos, há muito tempo, os padres redentoristas, responsáveis pela administração do Santuário Nacional, denunciavam o comunismo a que “o governo João Goulart estava levando o Brasil”.¹⁴⁵ Depois do Comício da Central, as ondas da Rádio Aparecida espalharam a indignação contra o discurso de Jango por todo o Vale do Paraíba e uniu grupos marianos contra os ataques à Constituição e a “fina flor da canalha esquerdista” que havia se reunido com o presidente no Rio de Janeiro.¹⁴⁶ Depois da Marcha de São Paulo, os padres redentoristas passaram a incentivar a participação dos aparecidenses nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade e a organizar vigílias, com rezas do terço, para esconjurar o *perigo vermelho*.

No dia 29 de março de 1964, domingo de Páscoa, o presidente da Câmara dos Deputados, Rainieri Mazzilli, foi recebido com toda pompa e circunstância pelo padre Pedro Fré na Basílica de Aparecida. Acompanhado da mulher, dona Sylvia, Mazzilli se juntou aos acólitos na procissão de entrada e ao pequeno número de fiéis que acordou cedo para a missa da aurora. Ao final da celebração, o padre apresentou aos devotos o “homem importante” que visitava a Basílica e ofereceu o microfone ao deputado para que ele dissesse algumas palavras. Mazzilli anunciou a boa nova em alto e bom som: Jango estava com os dias contados na presidência. Não entrou em detalhes, mas pediu para que os fiéis rezassem uma ave-maria com ele e

¹⁴³ FERREIRA, Jorge. *João Goulart...*, op. cit., p. 438.

¹⁴⁴ SILVA, Wellington Teodoro da. *Catolicismo e golpe de 1964...*, op. cit., p. 49.

¹⁴⁵ ALVAREZ, Rodrigo. *Aparecida...*, op. cit., p. 210.

¹⁴⁶ Idem.

rogassem pela proteção de Aparecida ao Brasil. Horas depois, os redentoristas revelaram-se profetas dos novos tempos e escreveram em seus diários: “a revolução vem aí!”.¹⁴⁷

No dia seguinte, Jango selou o seu destino ao comparecer à festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos, no Automóvel Clube do Rio. Ladeado por ministros do governo e pelo cabo Anselmo, além de fuzileiros navais envolvidos na revolta dos marinheiros – que reivindicaram o reconhecimento de sua associação, a melhoria da alimentação a bordo dos navios e dos quartéis e a reformulação do regulamento disciplinar da Marinha –, o presidente fez o seu último discurso para uma plateia de duas mil pessoas. Mais uma vez, Jango tentou medir forças com as direitas em torno do catolicismo ao recorrer às encíclicas de João XXIII e aos discursos de dom Hélder Câmara para defender as reformas de base. O presidente e a maior parte das esquerdas mantinham a crença de que os brasileiros que haviam aderido às Marchas da Família eram manipulados e explorados pelos “políticos que mais pregaram ódio” e pela propaganda do IBAD. Para os reformistas, era inconcebível que Nossa Senhora se tornasse aquilo que se tornou horas depois do discurso de Jango: a padroeira da *revolução*.

Muito antes do golpe, o general Olympio Mourão Filho costumava passar pelo Santuário Nacional de Aparecida para pedir à santa que o iluminasse na missão de “salvar a Pátria”, sob a liderança de “um Chefe graduado com 4 estrelas”.¹⁴⁸ Em 1962, o futuro golpista escreveu em seu diário:

Quando eu ainda estava no Comando da 2ª RM, numa viagem de automóvel de São Paulo para o Rio, passando por Aparecida do Norte, fiz uma prece ardente à padroeira do Brasil, rogando-lhe fervorosamente que me desse forças para conseguir ser ouvido e entendido pelos Generais. Eles eram os únicos que poderiam tomar uma atitude decisiva, eu me julgava pouco graduado, tão desvalido e sem prestígio no Exército, que me pareciam intransponíveis os obstáculos à execução de tão grandiosa missão. Que Nossa Senhora Aparecida inspirasse um General do Exército, prestigioso, comandante ou não de tropas. Muitas vezes durante a rápida oração, eu me lembrava do General Arthur da Costa e Silva (...)¹⁴⁹

A santa só atenderia as suas preces dois anos depois. Às quatro horas do dia 31 de março de 1964, quando as tropas de Mourão Filho partiram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, os mineiros entraram em “vigília democrática”. Católicos foram conclamados pelo arcebispo de Juiz de Fora, dom Geraldo Maria de Moraes Penido, a permanecerem “fiéis na confiança em Deus, na proteção de Nossa Senhora Aparecida, no amor da pátria e na defesa das

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre, L&PM, 1978.

¹⁴⁹ Ibid., p.233.

instituições”.¹⁵⁰ Naquele momento decisivo, o medo do comunismo somava-se ao temor pela iminência de uma guerra civil. Todos os conspiradores esperavam grande resistência da parte de Jango.¹⁵¹ Por isso, na maior parte das igrejas e capelas de Minas, fiéis rezaram o rosário para que “o Brasil fosse reconduzido à tranquilidade sem derramamento de sangue”.¹⁵²

De fato, quase não houve resistência ao movimento iniciado por Mourão. Suas tropas não precisaram disparar um único tiro. A guerra civil, temida pelas direitas e pelas esquerdas, não aconteceu e o governo João Goulart caiu como um castelo de cartas. Isso não quer dizer que a *estranha derrota*¹⁵³ das esquerdas em 1964 foi incruenta. A rigor, poucos atos de violência foram verificados, mas para ficar apenas em um exemplo, os estudantes Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan Rocha Aguiar resistiram à prisão do governador Miguel Arraes e foram brutalmente assassinados pela repressão policial em Pernambuco ainda no dia 1º de abril de 1964.¹⁵⁴ Além disso, as inúmeras ações arbitrárias, como prisões sem mandato e interrogatórios coercitivos, ocorreram logo após o golpe, inaugurando uma onda autoritária de violência política que não deve ser relevada.

Ainda assim, entre as direitas, prevaleceu o mito da “vitória sem sangue”. Para muitos, assim como a abolição da escravidão havia sido feita em paz e por obra de caridade da princesa Isabel, o golpe *milagrosamente* teria vencido o comunismo sem derramamento de sangue.¹⁵⁵ O *milagre* logo foi atribuído à Nossa Senhora, que teria atendido ao chamado da arma pacífica do rosário e *salvado* o Brasil. Para políticos de direita com forte atuação nos movimentos de desestabilização do governo João Goulart, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, Deus e Nossa Senhora Aparecida não haviam perdido a “carteira de cidadania brasileira” para o comunismo.¹⁵⁶ Em memória da famosa Cruzada do Rosário em Família, liderada pelo padre irlandês Patrick Peyton, católicos conservadores celebraram a vitória da “Augusta Rainha que, pela mediação junto a Deus, esmagou a cabeça da serpente”, um dos principais símbolos do comunismo.¹⁵⁷ Ninguém deveria duvidar que a

arma da revolução vitoriosa foi o Terço da Mãe de Deus e dos homens, arma silenciosa e pacífica, que destroça os inimigos da civilização cristã, ainda que

¹⁵⁰ SILVA, Wellington Teodoro da. *Catolicismo e golpe de 1964...*, op. cit., p. 276.

¹⁵¹ FICO, Carlos. *O golpe de 1964...*, op. cit., p. 74.

¹⁵² “Arcebispo de Juiz de Fora pede aos fiéis uma cruzada de orações nesta hora grave da política nacional”. *O Lampadário*, 31 mar. 1964. p. 1.

¹⁵³ A expressão “estranha derrota” foi empregada por Marc Bloch ao referir-se à queda desmoralizante da França diante da invasão nazista em maio de 1940. Cf. BLOCH, Marc. *A Estranha Derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

¹⁵⁴ FICO, Carlos. *O golpe de 1964...*, op. cit. p. 59.

¹⁵⁵ SILVA, Wellington Teodoro da. *Catolicismo e golpe de 1964...*, op. cit., p; 273.

¹⁵⁶ “Todos disseram: foi Deus que ganhou a revolução”. *O Lampadário*, 26 abr. 1964. p.2.

¹⁵⁷ SILVA, Wellington Teodoro da. *Catolicismo e golpe de 1964...*, op. cit., p. 272.

o ex-presidente da República tenha dito que o terço rezado pelas mulheres brasileiras não impediria as suas reformas de base (comunistas)!¹⁵⁸

Por isso, quando as tropas de Mourão, de regresso do Rio de Janeiro, chegaram a Juiz de Fora, a maior parte da população, que tinha visto com muita apreensão os soldados descenderem a serra, saudou o retorno dos militares com ação de graças à Nossa Senhora Aparecida. Naquele momento, a padroeira foi alçada ao cargo de Generalíssima do Exército brasileiro por ter comandado a vitória.¹⁵⁹

Por Aparecida, marchamos

A partir de abril de 1964, acreditando respirar “o oxigênio da liberdade democrática”, milhares de pessoas marcharam por várias cidades do país não mais para clamar pela salvação do Brasil, mas para celebrar a vitória da “revolução redentora”.¹⁶⁰ No dia 2 de abril, Nossa Senhora Aparecida abençoou a chamada Marcha da Vitória, que levou quase 1 milhão de pessoas para as ruas do centro do Rio de Janeiro. Assim como em Juiz de Fora, Aparecida foi louvada por seu *milagre* – a *revolução* incruenta – no Rio. Assim que a imagem da padroeira do Brasil foi projetada no palanque, onde estavam representantes de várias religiões, como a umbanda, o cristianismo ortodoxo e o protestantismo, o povo aplaudiu gritando: “Brasil! Brasil! Brasil!”.¹⁶¹ Naquele momento, ao olhar para Aparecida, os manifestantes viam não só a imagem da Virgem Maria que mobilizava a fé de milhões de brasileiros há anos, mas a imagem da Mãe Pátria que, em certa medida, podia ser acolhida inclusive por grupos não católicos. Na Tijuca, na zona norte do Rio, ainda naquele abril de vivas à *revolução*, fiéis causaram congestionamentos ao realizarem uma procissão com a imagem de Aparecida à frente da multidão.¹⁶²

Nos meses que sucederam o golpe, várias romarias foram organizadas para a Basílica de Aparecida como forma de ação de graças pelo afastamento do comunismo das terras brasileiras. Uma delas foi convocada pelo arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime Câmara. Visto que a *Marcha da Vitória* havia sido um sucesso de público, o cardeal considerou que era

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ *Semana Religiosa*, 17 mai. 1964, p. 1.

¹⁶⁰ PRESOT, Aline. Celebrando a “revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; CORDEIRO, Janaina Martins. A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. In ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador: Sagga, 2021.

¹⁶¹ “Marcha da Família durou quatro horas”. *Correio da Manhã*, 03 abr. 1964, p. 1.

¹⁶² “Procissão e missa saúdam a revolução”. *Correio da Manhã*, 22 abr. 1964. p. 3.

preciso ir mais longe e agradecer à Aparecida pessoalmente em sua casa no interior de São Paulo. Por isso, organizou uma peregrinação de diocesanos cariocas até o Santuário Nacional a fim de que todos juntos pudessem “manifestar o mais sincero reconhecimento pela graça que a proteção da padroeira do Brasil havia outorgado maternalmente ao brasileiro” ao livrá-lo do “perigo vermelho”.¹⁶³ A iniciativa de dom Jaime também foi seguida pelos devotos de Capivari que encontraram os cariocas na Rodovia Presidente Dutra e seguiram juntos para Aparecida.¹⁶⁴

Em Niterói, no dia 15 de maio, a Avenida Amaral Peixoto foi ornamentada com faixas verdes e amarelas para receber o arcebispo da cidade, dom Antônio Morais Jr., e os “heróis da revolução”, generais Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Antônio Carlos Muricy e Manuel Lisboa. A organização da marcha, a cargo de Maria José de Sousa Cid, uma das coordenadoras da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), contou com a participação de 200 mil pessoas, reunindo fiéis de Niterói, Friburgo, Maricá, Itaboraí, São Gonçalo, Petrópolis e alguns municípios da Baixada Fluminense. Na Praça da República, ponto de encerramento da procissão, um grande painel com um mapa do Brasil, um retrato do marechal Castello Branco e uma imagem enorme de Nossa Senhora Aparecida foram colocados sobre um palco, onde discursou o governador do estado, general Paulo Francisco Torres, recém-empossado no cargo após a cassação de Badger da Silveira.¹⁶⁵ O cenário montado em que a imagem da padroeira do Brasil figurava ao lado do primeiro presidente militar sintetizava os sentidos mobilizados pelo catolicismo entre as direitas nas marchas: Aparecida, a Rainha do Brasil, abençoava a *revolução* e o *novo* país que os militares queriam construir.

No dia 13 de maio, dia de Nossa Senhora de Fátima, santa muito evocada nas lutas contra o comunismo desde o início do século XX,¹⁶⁶ fez-se a festa *revolucionária* na cidade de Aparecida. Apesar do mau tempo, cerca de 10 mil pessoas se reuniram, por volta das 15 horas, na esplanada da nova Basílica, a fim de iniciarem mais uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade rumo à Basílica Velha. Na praça Nossa Senhora Aparecida, a multidão foi recebida por um grande arco do triunfo, encimado por bandeiras de todos os Estados do Brasil, simbolizando a vitória da democracia sobre o comunismo. Conforme as recomendações da comissão organizadora da Marcha de Aparecida, o comércio local manteve suas portas fechadas

¹⁶³ “Peregrinação ao Santuário de Aparecida”. *Correio da Manhã*, 19 abr. 1964. p. 15.

¹⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 16 abr. 1964.

¹⁶⁵ “Niterói faz Marcha da Família”. *Jornal do Brasil*, 13 mai. 1964. p. 3.

¹⁶⁶ Cf. BARRETO, José. A Brotéria e Fátima. In: Hermínio Rico; José Eduardo Franco. (Coord.). *Fé, Ciência, Cultura: Brotéria – 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 2003.

durante todo o dia para que os trabalhadores marchassem até a Basílica Velha ao toque dos bumbos da banda do 5º Batalhão de Polícia de Taubaté.¹⁶⁷

Da marcha de Aparecida participaram estudantes, trabalhadores, militares e representações de todos os bairros e outros municípios do Vale do Paraíba, portando faixas e cartazes, com imagens da padroeira e dizeres de ação de graças pelo *milagre* da santa. O número de romeiros empolgou os padres redentoristas, que se orgulhavam de ter profetizado a vitória da *revolução* após a visita de Mazzilli ao Santuário. O entusiasmo foi tanto que os religiosos tentaram garantir a participação de ninguém menos que o artífice da “intervenção salvadora”, o marechal Castello Branco. Em abril, o vigário da Basílica, padre Fré, chegou a ir até Ouro Preto convidar o presidente pessoalmente para prestigiar a marcha da padroeira da *revolução* em Aparecida. Recém-empossado e fortemente cercado por seguranças, Castello estava assumindo seu primeiro compromisso público como presidente da República nos festejos da Semana de Tiradentes, junto a Magalhães Pinto. O padre Fré acabou não conseguindo ter um momento com o presidente, mas pediu ao general Mourão Filho, presente na comitiva do marechal, que entregasse o convite a Castello em nome de toda a comunidade de Aparecida.¹⁶⁸

Castello recebeu o recado de Mourão com muita honra, mas lamentou estar muito ocupado com o novo governo. Por essa razão, enviou um telegrama ao padre, declinando solenemente do convite: “Agradeço a V. Revma. pelo convite para assistir à missa de ação de graças pela vitória democrática e comunico-lhe impossibilidade de comparecimento”.¹⁶⁹ O presidente realmente não foi ao Santuário, mas mandou duas sobrinhas que o representaram. As “Filhas de Maria de Fátima”, que haviam preparado uma placa de prata com os dizeres “O terço nos deu a vitória. Que ele nos dê a paz para um Brasil maior” para entregar ao presidente, ficaram um pouco desapontadas.¹⁷⁰ Porém, apesar da ausência de Castello, não faltaram autoridades na missa celebrada pelo bispo auxiliar de Aparecida, dom Antônio Macedo.

O prefeito da cidade, Aristeu Vieira Vilela, que fez questão de abrir crédito especial no valor de 150 mil cruzeiros para as despesas com a Marcha¹⁷¹ se uniu ao presidente da Câmara Municipal de Aparecida, Pedro Goussain, e ao coronel Rufino Freire, comandante do 5º BP de Taubaté, que representava o governador do Estado, Adhemar de Barros. O general de brigada, Álvaro Tavares do Carmo, da Infantaria Divisionária do Quartel General de Caçapava,

¹⁶⁷ *O Jornal*, 14 mai. 1964.

¹⁶⁸ ALVAREZ, Rodrigo. *Aparecida...*, op. cit., p. 213.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ “O Terço nos deu a vitória”. *Semana Religiosa* (MG), 10 mai. 1964. p. 1.

¹⁷¹ APARECIDA, *Lei 1.025 de 19 de maio de 1964*. Abre crédito especial na importância de Cr\$ 150000,00 – cento e cinquenta mil cruzeiros – para despesas com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Aparecida: Câmara Municipal, 1964.

representou o general Amaury Kruel, comandante do II Exército. O deputado Broca Filho, na ausência de Ranieri Mazzilli, representou a Câmara Federal. Durante a missa,romeiros e autoridades entoaram cânticos de louvor à Nossa Senhora Aparecida, “grande mediadora diante de Deus para as questões brasileiras”¹⁷² e vigilante no aprofundamento da *operação-limpeza* a ser promovida pelos militares.

Assim, a Marcha de Aparecida coroou a padroeira do Brasil como a autêntica padroeira da *Revolução* e sintetizou o encontro entre pátria e religião que a ditadura foi capaz de propiciar, sob os aplausos e louvores de muitos *devotos patriotas*. Nesse sentido, no contexto do golpe de 1964, a figura de Nossa Senhora Aparecida foi uma das expressões da união de valores comuns não só entre parte da Igreja e os militares, mas também entre a ditadura em seus momentos iniciais de instauração e a sociedade. Um encontro que se deu nas ruas, em verde, amarelo e o azul do manto da Mãe Aparecida transfigurada em Mãe Pátria.

A análise da apropriação da imagem de Nossa Senhora Aparecida pelas direitas no contexto do golpe de 1964 demonstra a força da religião no discurso legitimador do rompimento institucional e os limites que o reformismo de Jango encontrava entre as elites políticas e eclesiais, mas não apenas. Entre os 10 mil devotos que estiveram em Aparecida em maio de 1964 para celebrar a vitória do golpe, é difícil ver uma grande massa “sem vontades, sem certezas” e manipulada.¹⁷³ Afinal, os referenciais simbólicos que eram associados à padroeira do Brasil, como o civismo, o patriotismo, a fraternidade e a união de todos os brasileiros independentemente de cor, credo e gênero, estavam longe de ser compartilhados apenas pelas elites.

Como lembra Solange de Deus Simões (1985, p. 106), os organizadores das marchas buscaram fortalecer, ainda mais, o apelo ideológico, na medida em que recorriam aos valores morais e religiosos internalizados na população. Isso não quer dizer que a Marcha de Aparecida e outras tantas que se seguiram ao golpe de 1964 tenham tido um cunho popular. Também não se subestima o trabalho de organização e propaganda das passeatas por associações civis e eclesiais, mas se quer destacar o quanto a figura de Nossa Senhora Aparecida mobilizava amplos setores da sociedade a partir de sentimentos patrióticos e religiosos muito enraizados na cultura política brasileira.

¹⁷² SILVA, Wellington Teodoro da. *Catolicismo e golpe de 1964...*, op. cit., p. 272.

¹⁷³ CORDEIRO, Janaina Martins. *A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo...*, op. cit., p. 222.

É certo que Nossa Senhora Aparecida não foi mobilizada apenas pelas direitas. O presidente João Goulart também buscou abrigo nos mantos da padroeira, ao colocar aos pés da sua imagem o pedido das reformas de base, inspiradas nas encíclicas de João XIII. Porém, de modo geral, as esquerdas desprezaram a capacidade de mobilização que a figura de Aparecida poderia ter entre a população. Apostando na autoridade papal e nas encíclicas de João XXIII, Jango e os reformistas acusaram os grupos conservadores de manipularem a fé dos católicos, pois acreditavam que o verdadeiro catolicismo deveria estar com as reformas. Quando as direitas ocuparam as ruas de terços nas mãos e clamando por uma intervenção divina e militar, os grupos reformistas viram um movimento de classe média e de donas de casa ludibriadas por seus maridos e por padres conservadores. Aquela não poderia ser a *verdadeira* Igreja; aquele não poderia ser o *verdadeiro* povo. Assim, em 1964, enquanto as esquerdas católicas ficaram apegadas ao peso da palavra do papa, as direitas se mobilizaram a partir do rosário e da figura de Nossa Senhora, símbolos da religiosidade popular, que foram capazes de reunir milhares de pessoas em marchas em defesa de Deus, da Pátria e da família.

CAPÍTULO 2

O CARDEAL MOTTA E A TRIUNFANTE PEREGRINAÇÃO DE APARECIDA (1965-1966)

Deus nos livre das revoluções. Sabemos como elas começam, mas nunca sabemos como elas acabam. Essa frase é do Cardeal Motta, ele sempre teve uma posição muito reservada, da revolução de 64. Nunca fez propaganda contra, mas ele na intimidade, tinha uma reserva muito grande dessa derrubada do Poder Constitucional¹⁷⁴

A manutenção das boas relações entre Igreja e Estado é um dever. É simples a razão: se o governo é bom, devemos contribuir para ele continuar a ser bom; se não é, podemos contribuir para chamá-lo ao bom caminho¹⁷⁵

Após o golpe de 1964, o general Humberto Castello Branco consolidou-se como o perfil ideal para encontrar soluções para o cenário de indefinições montado pela heterogeneidade de setores civis e militares que apoiaram a intervenção em “defesa da democracia” e dos “valores cristãos e ocidentais” e “salvar o Brasil do comunismo, da corrupção e da subversão”. Portanto, para além das bandeiras defensivas que motivaram o rompimento institucional em março de 1964, coube a Castello combater a grave crise econômica e as disputas internas das Forças Armadas. Logo em julho de 1964, o presidente entendeu que precisaria de mais tempo para “arrumar a casa” e realizar a “Operação Limpeza” pela qual era cobrado. Assim, prorrogou o mandato por mais um ano, adiando as eleições de 1965 tão aguardada por conspiradores civis, como Carlos Lacerda.¹⁷⁶

No plano econômico, Castello Branco promoveu uma política ortodoxa que consistiu no controle de crédito, aumento de salários e de gastos públicos, com abertura para o capital estrangeiro, que não chegou nos índices esperados. Por isso, as iniciativas do governo não produziram avanços significativos na economia. No campo político, embora tenha prometido reconduzir o país à democracia, Castello Branco criou o SNI (Serviço Nacional de Informações) e fez amplo uso dos inquéritos policiais militares para perseguir opositores e lideranças derrotadas pelo golpe, cassando os seus mandatos. No entanto, para além da repressão que

¹⁷⁴ Relato de dom Benedito Ilhoa Vieira sobre o cardeal Motta, em entrevista concedida ao historiador Fábio Lanza, em 2000. Cf. LANZA, Fábio. *O Regime Militar no discurso-memória da Igreja Católica na região metropolitana de São Paulo (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista (UEL), 2001, p. 158.

¹⁷⁵ Trecho retirado da entrevista concedida pelo cardeal Motta ao jornalista Borges Neto, em junho de 1978. Cf. “O cardeal quebra o voto de silêncio e fala sobretudo de política”. *Jornal do Brasil*, 29 jun. 1978, p. 14.

¹⁷⁶ QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964- 1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 132.

começou a ser esboçada em seu governo, Castello buscou construir legitimidade preservando o Poder Legislativo, ainda que devidamente expurgado, e recorrendo constantemente aos “valores da democracia e da civilização ocidental e cristã”, fundamentos ideológicos do golpe.

Em Aparecida, após a euforia causada pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, os redentoristas já tinham os olhos voltados para a realização do Jubileu de 250 anos da padroeira do Brasil, em 1967. O arcebispo coadjutor de Aparecida, dom Antônio Ferreira Macedo, já havia criado uma comissão executiva para discutir a melhor forma de festejar o Jubileu. No primeiro momento, os redentoristas pensaram sobre a realização de um grande Congresso Mariano Internacional que reunisse devotos do mundo inteiro na cidade de Aparecida para rezarem e “celebrarem o reinado da Virgem Maria sobre o mundo”. Porém, a ideia não era original. O episcopado português já havia convocado um Congresso Mariano para comemorar o Jubileu de 50 anos das aparições de Nossa Senhora de Fátima em Portugal que se realizaria no mesmo ano do Jubileu de 250 anos de Aparecida.¹⁷⁷

Assim, o Conselho Administrativo da Basílica de Nossa Senhora Aparecida passou a considerar alguns pedidos que chegavam até o Santuário para que a imagem da santa saísse da cidade de Aparecida e percorresse todo o Brasil. Tais pedidos eram feitos por vários grupos de fiéis, mas não eram fáceis de serem atendidos visto que a imagem de Aparecida era a *alma* da cidade. Os padres redentoristas resistiam à ideia, pois temiam que a saída da imagem diminuísse o fluxo de 4 milhões de romeiros que visitavam o Santuário ao longo do ano.¹⁷⁸ Afinal, comerciantes locais e os devotos viviam das *bênçãos* que a santa derramava sobre a Basílica e seus arredores.

No entanto, entre os vários pedidos que chegaram ao Santuário em 1965, um deles seria praticamente irrecusável, porque quase uma ordem. Vinha de Belo Horizonte em um pergaminho de 86 centímetros, escrito à mão e assinado com caneta-tinteiro por três autoridades ilustres, devotas da padroeira da *revolução*. Dizia o documento:

O Povo Mineiro, interpretando o desejo do Povo Brasileiro, vem, pela comissão abaixo relacionada, respeitosamente pedir a Vossa Eminência Reverendíssima e ao D. D. Conselho Administrativo da Basílica de Nossa Senhora Aparecida que se dignem conceder licença para que a imagem de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, seja levada em triunfante peregrinação às Capitais de todos os Estados do Brasil, sendo em Brasília aclamada Generalíssima das Gloriosas Forças Armadas Brasileiras.¹⁷⁹

¹⁷⁷ “A verdadeira imagem de Na. Sra. Aparecida visitará Cuiabá em 1966”. *A cruz: Órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto Grosso*. Mato Grosso, 16 mai. 1965. p. 4.

¹⁷⁸ ALVAREZ, Rodrigo. *Aparecida...*, op. cit., p. 214.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 225.

O pergaminho era assinado por Castello Branco, pelo vice-presidente José Maria Alkimin e pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Além deles, o então Ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva, e o comandante da Força Pública Mineira e um dos principais articuladores do golpe em Minas Gerais, coronel José Geraldo Oliveira, endossavam o pedido que logo foi anunciado pela Rádio Aparecida. Entre os padres redentoristas, a notícia foi recebida com muito entusiasmo. O clero do Santuário acreditava que a visita da imagem de Aparecida às cidades do Brasil poderia unir ainda mais os católicos brasileiros, tornar a padroeira mais conhecida, angariar fundos para a construção da nova Basílica, que estava sendo construída desde 1955, e conseqüentemente fazer com que o comunismo perdesse bastante terreno. Afinal, não era a primeira vez que a santa era convidada a sair de perto do rio onde foi encontrada para esconjurar o comunismo. Em 1945, o então arcebispo de São Paulo, dom Carlos Motta, organizou uma noite de vigília e de preces, com grupos operários, contra o retorno do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à legalidade e requisitou que a imagem de Aparecida fosse levada até o centro de São Paulo para o evento que ficou conhecido como “Noite de Nossa Senhora”.¹⁸⁰ Por outro lado, os padres de Aparecida também temiam que em tempos em que a população estava afundada em dívidas e os bancos restringiam créditos, levassem embora a imagem que representava, em alguma medida, o ganha-pão do povo.

Além disso, o pedido de Castello Branco constrangia o arcebispo de Aparecida, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que havia assumido a diocese em abril de 1964, dias após o golpe. Dom Motta, assim como no episódio da charge *sacrílega* em 1963, quando condenou fortemente o *Última Hora* e depois “perdoou” Samuel Wainer e Otávio, adotou uma postura ambígua diante das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que nasceram enquanto dirigia a arquidiocese de São Paulo. Embora sempre tenha se empenhado na luta contra o comunismo, o prelado não abençoou as marchas, mas também não as condenou, alegando nada poder fazer para impedi-las. Dom Motta tratou as marchas como um fato consumado, no qual as principais paróquias de São Paulo estavam envolvidas pelo movimento das mulheres da União Cívica Feminina (UCF) e outras associações similares. Assim, o arcebispo lavou as mãos, tal como fez diante do ato de desagravo a Aparecida que ele próprio havia convocado em 1963.

Dias após as marchas em São Paulo, alegando idade avançada e pouca saúde, o cardeal pediu ao papa Paulo VI exoneração das funções e responsabilidades ligadas à arquidiocese de São Paulo e foi transferido para Aparecida em abril de 1964. Por ter boas relações com o

¹⁸⁰ BRUSTOLONI, Júlio. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*. 10. ed. Aparecida: Editora Santuário, 1998. p. 356.

presidente deposto, João Goulart, e manter uma amizade de longa data com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, dom Motta teve sua transferência atribuída à época, por setores da imprensa, às pressões do novo regime, mas sempre desmentiu esta versão.¹⁸¹ Pouco se estudou sobre a atuação do cardeal quando de sua passagem por Aparecida. Na maior parte dos trabalhos que o citam, sua história parece terminar logo após o golpe.

O objetivo deste capítulo é justamente recuperar a longa trajetória de dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que costuma ter a sua atuação esquecida após a sua transferência para a arquidiocese de Aparecida em 1964. As memórias da resistência da Igreja Católica à ditadura o saúdam como “o cardeal que era amigo de JK e de Jango”, “aquele que não autorizou a Marcha da Família com Deus em São Paulo” ou mesmo “aquele que foi transferido de São Paulo para Aparecida por não ter apoiado o golpe”.¹⁸² Porém, sua trajetória eclesial segue linhas muito mais complexas do que esses episódios são capazes de sintetizar e ultrapassa a clássica oposição entre bispos conservadores x bispos progressistas, tão cara a uma determinada memória que a hierarquia católica buscou preservar a respeito da sua relação com a ditadura civil-militar.

Além de refletir sobre os caminhos que levaram dom Motta até Aparecida, este capítulo também analisa as peregrinações da imagem da padroeira do Brasil pelo país a pedido do presidente Castello Branco entre 1965 e 1966 e os sentidos cívico-religiosos mobilizados pela ditadura logo após o golpe e em meio às crises do primeiro governo militar. Nesse sentido, o capítulo busca compreender qual papel a figura de Nossa Senhora Aparecida exerceu entre os fiéis e os militares e quais sentidos foram mobilizados enquanto a imagem percorreu o Brasil nas peregrinações feitas a pedido de Castello Branco. Ao mesmo tempo, analisamos os fatores que contribuiriam para que o prestígio da santa só aumentasse sob a ditadura e como foi possível que a padroeira do Brasil, que já tinha sido proclamada como padroeira da *revolução* em 1964, fosse identificada como Generalíssima das Forças Armadas em 1966.

Da tribuna ao altar

Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta era o filho mais novo de João de Vasconcelos Teixeira da Motta e de Francisca Josina dos Santos Motta, ambos católicos praticantes e descendentes de tradicionais famílias mineiras. Seu pai foi deputado à última legislatura do

¹⁸¹ SILVA, Wellington Teodoro da. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. *Interações*, vol. 9, nº 15, 2014, p. 71.

¹⁸² De fato, o regime recém-instalado não tinha o poder de transferir bispos considerados indesejáveis de dioceses relevantes, mas a versão que associava a ida de dom Motta para Aparecida ao golpe circulou na imprensa e causou certo constrangimento entre o cardeal e os militares. Cf. Idem.

Império. Seu avô, coronel Joaquim Camilo Teixeira da Motta, exerceu a presidência da Província de Minas Gerais em 1862 e atuou na guerra do Paraguai. Seu bisavô, coronel João da Motta Ribeiro, português, chegou ao Brasil em 1795, acompanhado de seu primo João Alves Motta, para receberem uma herança em terras, deixada por um tio. João da Motta Ribeiro tornou-se proprietário de muitos latifúndios e de importantes jazidas de ouro em Minas Gerais. Carlos Carmelo também é bisneto do famoso desembargador José Teixeira de Vasconcellos, conhecido como Visconde de Caeté, que foi o primeiro presidente constitucional da Província de Minas Gerais.

Em 1903, Carlos Carmelo concluiu os estudos de humanidades no tradicional Colégio dos Irmãos Maristas de Congonhas do Campo (MG). No ano seguinte, para desgosto do pai, ingressou no Seminário Menor de Mariana (MG), ainda sem intenção de se tornar padre, buscando apenas complementar seus estudos. Apesar de serem muito católicos e a região de Caeté ser um “celeiro de vocações”,¹⁸³ os Motta não possuíam tradição de oferecer seus filhos à Igreja. No seminário, Carlos foi desencorajado pelo seu próprio diretor espiritual em relação à carreira religiosa. Por isso, em 1909, terminou o bacharelado em Ciências e Letras e regressou para a Fazenda da Prata, onde os pais moravam, e passou a se dedicar às atividades agrícolas da família.

Em 1912, por pressão do pai, ensaiou uma carreira política ao ser eleito vereador da Câmara Municipal de Caeté. No ano seguinte, porém, interrompeu o mandato e ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, mas cursou-a apenas por um ano. Ao se confessar com o padre redentorista Severino Severens, admitiu sentir saudades do tempo que passou no seminário. Diante da confissão, o padre o aconselhou a retomar a vocação religiosa. Em 1914, de volta ao Seminário Maior de Mariana, Carlos Carmelo encontrou uma Igreja em processo de reorganização institucional.¹⁸⁴ Naquele momento, o episcopado brasileiro, sob o báculo de dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda e Recife, assumia os planos do papa Leão XIII de recristianizar a sociedade.

Assim, a ordenação de Carlos Carmelo em 1918 se deu justamente no contexto em que a Igreja Católica recrutava seus dirigentes entre famílias bem-posicionadas na antiga estrutura social imperial.¹⁸⁵ Tal forma de cooptação fazia parte da estratégia de “encaminhar em favor da Igreja toda sorte de pendências e litígios com os poderes públicos em torno da reapropriação de

¹⁸³ SEIDL, Ernesto. Lógicas cruzadas: carreiras religiosa e política. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 6, n. 11, 2012, p. 8.

¹⁸⁴ Cf. MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 17-34.

¹⁸⁵ Idem, p. 76-120.

bens patrimoniais que estavam em mãos do Estado”.¹⁸⁶ Ter nos seus quadros alguém oriundo das elites imperiais, como Carlos Carmelo, permitia que a Igreja maximizasse a coleta de recursos para a formação do patrimônio diocesano e mantivesse o seu canal privilegiado de relacionamento com o poder temporal.

A importância dos laços políticos de Carlos Carmelo ficou clara logo na primeira missa rezada por ele na Matriz do Santíssimo Sacramento, na Paróquia de Taquaraçu, no seu estado natal. Após a celebração, o então presidente Wenceslau Brás viu no novo padre alguns resquícios de traquejo político que poderia auxiliá-lo na sua base de apoio no Congresso Nacional. Com a anuência de outros líderes da política mineira, o presidente fez um convite formal para que o padre Motta largasse a batina e aceitasse o lançamento de sua candidatura para deputado federal. Porém, valendo-se de uma antiga máxima de seu pai (“padre na política ou é bom padre e mau político, ou será bom político e mau padre”),¹⁸⁷ o recém-ordenado Carlos Motta alegou incompatibilidade entre política e ministério sacerdotal, declinando, assim, do convite.

Os primeiros anos de sacerdócio do padre Motta foram marcados pelos esforços da Igreja de cristianizar as principais instituições sociais, formar um quadro de intelectuais católicos e adequar as práticas religiosas populares aos princípios ortodoxos.¹⁸⁸ Assim, em 1919, o padre Motta auxiliou o monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro na fundação da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade e foi coadjutor em Taquaraçu de Minas (MG). Em seguida, atuou como reitor do Santuário da Piedade e do Convento das Enclausuradas Concepcionistas de Macaúbas, dos quais seus ascendentes paternos e maternos foram benfeitores e protetores por muitos anos.¹⁸⁹ Foi nesse período, durante o surto da chamada “gripe espanhola”, que o padre Motta conheceu o então terceiranista de medicina, Juscelino Kubitschek. Seu trabalho como capelão do Asilo São Luís da Serra da Piedade lhe renderia a eterna admiração de JK,¹⁹⁰ de quem se tornou um grande amigo.

Em 1926, o padre Motta empreendeu uma viagem de estudos à Europa, visitando o Vaticano, Espanha, Portugal e França. Segundo Ernesto Seidl, naquela época, a Igreja Católica brasileira costumava enviar os seus membros ao exterior “em missão de estudos como forma de garantir quadros treinados para tarefas essenciais de gestão institucional e de formação do

¹⁸⁶ Ibid., p. 81.

¹⁸⁷ “O cardeal quebra o voto de silêncio e fala sobretudo de política”. *Jornal do Brasil*, 29 jun. 1978, p.14.

¹⁸⁸ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 41-47.

¹⁸⁹ Cf. VIDIGAL, Pedro Maciel. *O Cardeal de Vasconcellos Motta*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

¹⁹⁰ Cf. BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

próprio clero nativo”.¹⁹¹ A experiência do padre Motta em Roma lhe rendeu contatos com a Cúria Romana e o título de Monsenhor Camareiro Secreto de Sua Santidade.¹⁹² O título concedido pelo papa Pio XI representava a confiança que Carlos Motta despertava no alto clero e as portas abertas para que galgasse novos postos na hierarquia católica. Afinal, poucos clérigos eram agraciados com a oportunidade de prestar auxílio pessoal ao papa e atuar como membro da corte papal.

De volta ao Brasil, o padre Motta foi convocado pelo arcebispo de Belo Horizonte, dom Antônio dos Santos Cabral,¹⁹³ para ocupar a reitoria do recém-criado Seminário Arquidiocesano Coração Eucarístico de Jesus. O estabelecimento havia sido fundado no bojo de um movimento mais amplo da arquidiocese de Belo Horizonte no sentido de fortalecer o catolicismo na região. Desde o início do seu bispado em Belo Horizonte em 1922, dom Cabral incentivou a organização dos católicos leigos para travarem um verdadeiro combate aos chamados “inimigos da fé católica” em Minas Gerais, a saber, o protestantismo, as religiões de matriz africana, o espiritismo, o liberalismo e o comunismo.¹⁹⁴

Enquanto esteve à frente do Seminário, o padre Motta auxiliou dom Cabral na formação de jovens que, investidos como “bons soldados de Cristo”,¹⁹⁵ deveriam ser capazes de promover e guardar os bons costumes. Além da formação no Seminário, padre Motta também se envolveu no estabelecimento da imprensa católica em Minas Gerais, que tinha como objetivo principal defender a doutrina da Igreja. A partir de periódicos como *O Horizonte*, criado por dom Cabral em 1923, a Igreja mineira afirmava a autoridade do bispo e do catolicismo, como as únicas autoridades que poderiam atuar na vida social dos fiéis. Ao mesmo tempo, a imprensa católica de Belo Horizonte não se limitava apenas às questões doutrinárias da Igreja, mas também se pronunciava a respeito de assuntos ligados à questão política republicana. Em meio à crise política da Primeira República, *O Horizonte* publicou uma série de artigos com discursos de obediência à autoridade, apresentando a Igreja Católica como a maior guardiã da ordem, bem

¹⁹¹ SEIDL, Ernesto. Uma elite pouco (re) conhecida: o episcopado brasileiro. *Tempo Social*, v. 29, n. 3, 2017. p. 48.

¹⁹² O título foi abolido em 1968 pelo papa Paulo VI e substituído pela posição de “cavaleiro papal”. Em 2014, no intuito de combater o chamado “carreirismo” na Igreja, o papa Francisco empreendeu uma série de reformas que restringiram a concessão de títulos como “cavaleiro papal” e de “monsenhor”.

¹⁹³ Dom Antônio dos Santos Cabral foi o primeiro arcebispo de Belo Horizonte e o responsável pela construção do Seminário Coração Eucarístico de Jesus, que posteriormente deu origem a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e à renomada escola de negócios Fundação Dom Cabral, que recebeu esse nome em homenagem ao bispo.

¹⁹⁴ Cf. SOUZA, Eduardo Alves de. Dom Antônio dos Santos Cabral e o catolicismo em Belo Horizonte de 1922 a 1936. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 12, n. 33, p. 249-250, 31 mar. 2014.

¹⁹⁵ LIMA, Mário de. *O Bom combate: subsídio para a história de 20 anos de ação social católica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

ao estilo do modelo de neocrisandade, tal como trabalhado por Riolando Azzi¹⁹⁶ e Scott Mainwaring.¹⁹⁷

A atuação do padre Motta no Seminário Coração Eucarístico de Jesus o capacitou para alçar voos mais altos na hierarquia católica, sendo nomeado bispo titular de Algisa e bispo auxiliar de dom Joaquim Silvério de Sousa, arcebispo de Diamantina (MG) em julho de 1932. Não demorou muito e, em outubro de 1933, Motta foi sagrado bispo de Belo Horizonte, pelas mãos do seu grande mestre, dom Cabral. Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta escolheu para lema de seu episcopado as palavras do apóstolo São João: *In Sinu Jesu* (No Coração de Jesus), referindo-se à passagem da Última Ceia: “Um dos discípulos, ao qual Jesus amava, estava recostado no coração de Jesus”.¹⁹⁸ Porém, nos anos seguintes, o padre Motta demonstraria estar mais próximo do coração do Cristo Rei – aquele invocado com base na solenidade instituída em 1925 por Pio XI contra as correntes laicistas – do que do filho do carpinteiro, nascido numa manjedoura, próximo dos pobres e marginalizados.

O restaurador

No Consistório de 16 de dezembro de 1935, dom Motta foi nomeado arcebispo metropolitano de São Luís do Maranhão, assumindo o governo eclesiástico em 27 de abril de 1936. Seu primeiro ato foi convocar um retiro espiritual do clero maranhense a fim de reunir todos os párocos do estado em torno de um projeto para a formação moral dos clérigos e do aumento das vocações sacerdotais. Assim, a partir da experiência em seu estado natal, dom Motta se comprometeu com o fortalecimento da educação eclesiástica e da imprensa católica, como forma de implementar as diretrizes da Ação Católica Brasileira (ACB), que tinha como objetivo “recristianizar” a sociedade e as instituições republicanas. Nesse sentido, dom Motta foi o grande artífice da chamada Restauração Católica no estado do Maranhão.¹⁹⁹

No campo educacional, dom Motta reabriu o único colégio marista existente no estado, fechado há décadas, e adquiriu, por meio de compra, a Quinta do Barão das Laranjeiras, em São Luís, para a criação de uma escola católica exclusivamente masculina. No interior do estado, incentivou a criação de escolas católicas na cidade de Caxias, como o Educandário São José e a Escola Santa Rosa de Viterbo, voltada para os filhos da classe operária e das camadas

¹⁹⁶ Ver: AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930) I e II. *Síntese*. 10, 1977, pp. 61-89; 11, 1977, pp. 73-101; _____. *A neocrisandade: um projeto reformador*. São Paulo: Paulus, 1994.

¹⁹⁷ MAINWARING, op.cit., p.39-61.

¹⁹⁸ São João 13:23, *Bíblia de Jerusalém*, Revista e ampliada, 1985.

¹⁹⁹ Cf. PACHECO, Dom Felipe Condurú. *História eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968.

mais humildes da população. A preocupação com o incremento da educação católica, quer seja através da reabertura de escolas em São Luís, quer seja no interior do estado, seria uma marca das ações e estratégias de dom Motta como arcebispo do Maranhão.

Outra questão que centrou os esforços da atuação de dom Motta em São Luís foi a necessidade do aumento do número de padres no estado – problema crônico da Igreja Católica brasileira ao longo do século XX, principalmente após o estabelecimento da laicidade do Estado e do fim do Padroado.²⁰⁰ Para tal, investiu na revitalização do Seminário Maior de Santo Antônio, em São Luís, através da inserção de novos clérigos como professores, além das proclamações nos púlpitos e nos jornais sobre as vantagens da carreira eclesiástica, visando atrair parte da população católica local, masculina e jovem.

A chamada “questão operária” também foi alvo das preocupações de dom Motta. Com base nos princípios da encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, o arcebispo chamou a atenção para as condições socioeconômicas do proletariado, advertindo ser dever dos patrões cuidar para que seus empregados tivessem uma vida digna, condição esta que evitaria as temidas convulsões sociais e, sobretudo, a infiltração do comunismo, visto como inimigo da fé cristã. Naquele momento, a Igreja vivia o ápice do anticomunismo em razão das notícias aterradoras sobre a Guerra Civil Espanhola. A luta entre republicanos e franquistas na Espanha vinha resultando no assassinato de padres e freiras e na profanação de objetos religiosos, deixando a Igreja sobressaltada em relação aos levantes comunistas, como aquele que ocorreu no Brasil em 1935.²⁰¹

O anticomunismo também inspirou as ações de dom Motta em relação à imprensa católica no Maranhão. Em 1936, pouco depois de chegar a São Luís, o arcebispo visitou a Associação dos Jornalistas Católicos em São Paulo, parabenizando os paulistas pela produção de periódicos religiosos, essenciais para a “nova cruzada” na luta do *bem* contra o *mal*. Ao retornar para o Maranhão, dom Motta recomendou que o laicato maranhense criasse uma associação nos moldes paulistas, o que foi prontamente acatado pelas camadas mais abastadas da sociedade, como médicos, desembargadores e professores, que se empenharam na luta contra a chamada “má imprensa”, que estimulava ataques à religião e a mudança de comportamentos considerados corretos e puros pela Igreja Católica.

Em certa medida, as iniciativas de dom Motta na arquidiocese de São Luís, bem como a de outros bispos ao longo dos anos 1930 e 1940, se coadunaram com os propósitos do governo

²⁰⁰ SERBIN, Kenneth. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 41-77.

²⁰¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho...*, op. cit., p. 45-46.

autoritário de Getúlio Vargas.²⁰² Nesse sentido, a realização do Congresso Eucarístico das Vocações Sacerdotais, em 1937, é um exemplo bastante expressivo da aproximação entre Igreja e Estado no Maranhão. O evento contou com o empenho pessoal de dom Motta, das elites políticas locais, que deram total apoio à Igreja por meio de subsídios financeiros, e do interventor Paulo Ramos, que se fez presente nas sessões e solenidades do congresso. Na pauta do evento, além do combate à falta de padres no estado, estava a defesa da homogeneidade da sociedade brasileira, tendo como base a religião católica.

Assim, a participação do nascente operariado maranhense, oriundo das fábricas de algodão existentes em São Luís e em algumas cidades do interior do estado, foi incentivada pelo clero e pelos políticos. Dom Motta e Paulo Ramos temiam que os trabalhadores se aproximassem de organizações classistas de oposição política e de clara orientação comunista, pois elas representavam um perigo ao projeto de construção de “nação” baseado na eliminação das diferenças e dos conflitos de interesses, com base em ideologia paternalista de construção do Estado. Segundo Pedro Maciel Vidigal, dom Motta entendia que a relação entre empregados e patrões não deveria ser tecida por atritos e discórdias e sim, por colaboração, para evitar o desperdício de energias úteis à pátria.²⁰³

Por isso, não raro o arcebispo atuou como mediador nos conflitos entre a classe operária e empresarial no Maranhão, incentivando a participação dos trabalhadores maranhenses nas solenidades da Igreja e nos Círculos Operários, os quais resultavam do empenho da Igreja e do Estado não somente com relação à regulação entre patrões e operários, como também serviram como um meio de combate ao comunismo.²⁰⁴ Assim, devido, principalmente, a um imaginário calcado na visão do comunismo como destruidor dos valores morais e religiosos, as estratégias da Igreja de trazer para suas fileiras parte do operariado maranhense, através da organização dos Círculos Operários Católicos,²⁰⁵ coadunaram-se com o projeto do Estado Novo de construção do “trabalhador ideal”, disciplinado e dócil dos anos 1930 e 1940.

Apesar das convergências da Igreja em relação ao Estado Novo em torno da construção de uma sociedade disciplinada e homogeneizada, houve pontos de atrito no que diz respeito à ordenação familiar. Para a Igreja Católica, defender o modelo familiar tradicional era manter a

²⁰² Cf. RODRIGUES, Cândido Moreira; PEIXOTO, Renato Amado. (2020). O catolicismo no Brasil do período Vargas: imbricações entre religião, política e espacialidade (1930-1945). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia. (Orgs.). *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono*. Recife: Edupe, 2020. p. 61-93.

²⁰³ VIDIGAL, op.cit.

²⁰⁴ NERIS, Wheriston Silva. Itinerários Religiosos e engajamento político no Maranhão (1940-1980): catolicismo, mediação cultural e militantismo político-religioso. *35º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, MG, Brasil, 35, 2011.

²⁰⁵ Sobre os Círculos Operários Católicos, ver: SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

própria ordem social, pois, segundo o discurso católico, todas e quaisquer mudanças nos modelos de relações sociais, quer seja para o bem ou para o mal, começaria a partir da família. Foi com base nesse pensamento que dom Motta se posicionou, veementemente, contra a possível criação de uma lei do divórcio na década de 1940. Em 1943, advogados reunidos no Congresso Jurídico Nacional solicitaram a Vargas, por meio de um telegrama, que o divórcio fosse adotado no Brasil nos mesmos termos em que era autorizado o desquite. A respeito da matéria, dom Motta, em nome da hierarquia católica do Maranhão, também telegrafou a Vargas protestando contra a deliberação do Congresso. No final das contas, Vargas rejeitou a proposta, mas dom Motta ainda abriria uma frente de batalha maior ao assumir a arquidiocese de São Paulo em 1945, no ocaso do Estado Novo.

Anticomunismo em anos dourados

Dom Motta foi designado para a arquidiocese de São Paulo em 1944, após a morte de dom José Gaspar d’Afonseca e Silva em um trágico acidente aéreo. Na capital paulista, poucos fiéis conheciam aquele bispo magro e de alta estatura, que vinha de uma diocese pouco relevante do Nordeste do país. Porém, sua fama o precedia entre católicos conservadores, como Plínio Corrêa de Oliveira, responsável pela publicação do jornal católico *O Legionário* e futuro fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Muitos padres e leigos temiam que dom Motta se afastasse das iniciativas de dom José Gaspar em prol da ACB, pois não viam com bons olhos o apoio que o arcebispo de São Luís havia dado aos círculos operários, que embora não fossem comunistas, estariam evitados de esquerdismo e progressismo.

Além disso, o receio dos conservadores se estendia à liturgia. Naquele momento, a Igreja vivia um intenso debate sobre a tradição e a disciplina defendidas pelo regime tridentino, do qual Plínio era entusiasta. Antes do Concílio Vaticano II, a missa católica era rezada em latim e totalmente administrada pelo padre, de costas para os fiéis. Bispos e padres europeus, influenciados pela leitura das obras do teólogo francês Jacques Maritain, começaram a “democratizar a liturgia”, publicando missais em vernáculo e introduzindo diálogos (ainda em latim) entre o padre e os fiéis.²⁰⁶ No Brasil, o chamado Movimento Litúrgico, que desejava reformar as celebrações católicas, recebeu o apoio de dom Cabral, arcebispo de Belo Horizonte,

²⁰⁶ TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A gênese das CEB’s no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 211-213.

de quem dom Motta era muito próximo. Tal proximidade despertava desconfianças entre os conservadores paulistas, que consideravam imutáveis a missa e a disciplina.

O temor sobre as intenções de dom Motta aumentou ainda mais após a publicação da sua Carta Pastoral de Saudação em 1944, na qual criticava as divisões na Igreja paulista causadas pelo excesso de tradicionalismo do grupo leigo liderado por Plínio. Além disso, o novo arcebispo de São Paulo não deixou de agradecer a Getúlio Vargas, que mobilizou um avião da FAB para que dom Motta chegasse à sua nova sede episcopal em segurança. Para dom Motta, os católicos brasileiros não poderiam deixar de proclamar, com sincera gratidão, as obras beneméritas do governo Vargas, como a legislação operária, modelar e cristã.²⁰⁷ A menção ao ditador desagradou a Plínio, histórico opositor de Vargas.²⁰⁸

Apesar das divergências, dom Motta e Plínio compartilhavam da mesma inquietude: o comunismo. Por isso, o primeiro grande ato do novo arcebispo de São Paulo se deu diante da imagem de Nossa Senhora Aparecida, consagrando a cidade e os seus habitantes ao Imaculado Coração de Maria. A consagração era uma forma de afastar os males do comunismo, pois naquele momento, com o fim do Estado Novo, especulava-se sobre a legalização do PCB, cujos militantes, anteriormente perseguidos pela polícia política de Vargas, haviam sido beneficiados pela anistia concedida em abril de 1945. Os rumores atormentaram dom Motta, que “decidiu organizar uma noite de vigília e preces para alertar, sobretudo o operariado, contra o movimento comunista”.²⁰⁹ Por isso, pediu que a imagem de Nossa Senhora Aparecida deixasse a Basílica no interior de São Paulo e fosse levada até a capital para afastar o *perigo vermelho*.

Na vigília que ficou conhecida como a “Noite de Nossa Senhora” e passou à posteridade como uma das maiores manifestações católicas da Praça da Sé, dom Motta recomendou que os padres mantivessem distância dos partidos políticos e leu com os fiéis e o interventor Fernando Costa o seguinte juramento:

Ó meu Deus! Na Vossa presença e diante da Imagem da Virgem Aparecida, neste momento solene, juro fidelidade à minha fé até a morte. Juro defender a minha Igreja contra os assaltos dos seus inimigos, sejam eles quais forem. Prometo obediência aos Bispos, ministros da Igreja e responsáveis pelas almas diante de Deus. E porque Vos amo e à minha Igreja, repudio, detesto, abomino a doutrina comunista, por ser contrária à minha fé católica. Nunca darei meu nome a seitas condenadas pela minha Igreja. Deposito este juramento e esta promessa nas mãos sagradas da Virgem Aparecida, Padroeira do Brasil, a quem amo e consagro o meu coração²¹⁰

²⁰⁷ “Carta Pastoral de Saudação”. *O Legionário*, 19 nov. 1944, p. 1.

²⁰⁸ Cf. ALENCAR JR., Moacir Pereira. *Plínio Corrêa de Oliveira: pensamento católico e ação política na Era Vargas (1930-1945)*. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil, 2014.

²⁰⁹ BRUSTOLONI, Júlio. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida...*, op. cit., p. 356.

²¹⁰ “Consagrada ao Coração Imaculado de Maria a Arquidiocese de São Paulo”, *O Legionário*, 22 jul. 1945, p. 1.

Dessa forma, dom Motta renovava o anticomunismo que havia norteado as suas ações na arquidiocese de São Luís e mantinha-se fiel aos anátemas pronunciados pelo papa Pio XI sobre o *perigo vermelho* na encíclica *Divinis Redemptoris* (1937).²¹¹ Nesse sentido, a posição do novo arcebispo é bastante representativa da reação defensiva adotada por parte da hierarquia católica em relação ao contexto de “abertura de horizontes e uma redemocratização que começava a ser vivida, antes mesmo de extintos os instrumentos legais que sustentavam a ditadura, como a Constituição de 1937 e o Tribunal de Segurança Nacional”.²¹² Ao mesmo tempo, o cardeal Motta cerrava fileiras contra a “infiltração comunista” na Igreja, afastando qualquer hipótese de que seria um bispo condescendente com as propostas mais progressistas da Ação Católica paulista.

No ano seguinte, dom Motta foi elevado a cardeal pelo papa Pio XII, tendo sido o primeiro arcebispo de São Paulo a receber o título. O fato inédito foi motivo de festa para a maior parte dos católicos paulistas, que lotou as ruas da capital para receber dom Motta, após a sua viagem à Roma, onde foi investido com o chapéu e o anel cardinalícios. A chegada do novo cardeal a São Paulo foi apoteótica. O governo do Estado se associou a manifestações de modo eloquente, decretando feriado escolar e meio expediente nas repartições públicas a fim de que todos prestigiassem o grande acontecimento que era ter o primeiro cardeal de São Paulo.²¹³ Os festejos também contaram com honras militares e se uniram aos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que desfilaram em triunfo na Avenida São João. Enquanto isso, Getúlio Vargas, deposto, retirava-se para São Borja.

A derrubada do regime ditatorial de Vargas liberalizou o sistema político e erodiu os privilégios que a Igreja Católica detinha sob o corporativismo. Ao mesmo tempo, os católicos vivenciaram o período com um misto de mal-estar e expectativa de mudança. A ACB, com o impulso do padre Hélder Câmara, procurou aumentar o envolvimento dos católicos leigos na sociedade por meio de subdivisões baseadas em nível educacional e ocupacional. Os dois grupos mais destacados foram a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária

²¹¹ Esta encíclica foi o mais forte pronunciamento anticomunista do papado. Publicada no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o documento serviu como denúncia das “atrocidades comunistas” perpetradas contra as instituições católicas durante o conflito e como uma espécie de convocatória aos católicos e organizações estatais no combate a um inimigo “intrinsecamente mau”. Rodrigo Patto Sá Motta, ao analisar o impacto do documento nos meios católicos, nota que “o aspecto mais importante da encíclica não é tanto o conteúdo dos argumentos apresentados, mas a ênfase que dá à importância de se adotar uma postura menos preventiva e mais reativa em relação ao comunismo. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho...*, op. cit., p. 46-48.

²¹² RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. *Métis* (UCS), v. 5, 2006, p. 188.

²¹³ “Chega hoje à tarde a esta capital o 1º cardeal arcebispo de São Paulo”. *O Estado de S. Paulo*, 27 mar. 1946, p. 6.

Católica (JUC), da qual se originaria a Ação Popular (AP), importante organização que posteriormente participaria da resistência à ditadura civil-militar. Assim, a ACB passou de uma orientação cultural, moral e religiosa para o enfoque na militância política e social.

Em São Paulo, parte do episcopado se aproximou dos trabalhadores e dos estudantes, obtendo contato com as questões políticas em que esses grupos estavam envolvidos. Alguns setores da Igreja começaram a questionar o próprio conservadorismo político e acabaram trazendo à tona a preocupação com a justiça social. Essa ideia, todavia, não foi absorvida da mesma maneira por todo o clero. De acordo com Scott Mainwaring, nesse período, a Igreja se dividiu em três grupos: o primeiro enfatizava a estratégia da neocristandade, pleiteava a permanência dos privilégios eclesiásticos junto ao Estado e acreditava ser necessário reforçar a presença eclesiástica na sociedade. O segundo via com ressalvas o envolvimento da Igreja em questões sociais, mas defendia a importância da realização de algumas mudanças para que a instituição pudesse cumprir sua missão no mundo moderno. Por último, havia os que se manifestavam pelo trabalho em prol da mudança social que beneficiasse os pobres.²¹⁴ Dom Motta estava mais próximo do segundo grupo e, por essa razão, buscou diminuir a influência do primeiro com o fechamento do jornal *O Legionário*, de Plínio Corrêa de Oliveira, em 1947.²¹⁵ Por outro lado, o cardeal se manteve fiel a concepção de família tradicional e resistente a qualquer debate sobre o divórcio, criando a Confederação das Famílias Cristãs em 1948 para que leigos lutassem contra o que acreditava ser a “degradação moral das famílias”.

O ensino universitário católico se tornou uma grande preocupação do cardeal Motta. Essa preocupação vinha da sua experiência como arcebispo de São Luís e seguia a linha de seu antecessor, dom José Gaspar. Dom Motta sonhava com uma universidade interamericana que restabelecesse a influência da Igreja na educação.²¹⁶ Por isso, em 1945, criou uma comissão para estudar o assunto. Faziam parte dela os dirigentes da Liga dos Intelectuais Católicos, o frade dominicano Rosário Jofilly, Vicente Melilo, Amador Cintra do Prado, Hugo Ribeiro de Almeida e André Franco Montoro. Em setembro do mesmo ano, os monges beneditinos sob a direção do abade Paulo Pedrosa, o mesmo que antes de ingressar no mosteiro fora pároco e construíra a igreja de Santa Cecília, decidiram incorporar sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, a futura Universidade Católica.

²¹⁴ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*..., op. cit., p.56-57.

²¹⁵ ZANOTTO, Gizele. *É o caos!!! A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003, p. 43.

²¹⁶ SOUZA, Ney de. Catolicismo em São Paulo Centenário da Arquidiocese (1908-2008). *Revista de Cultura Teológica*, n.60, ano 15, jul/set 2007, p.122-124.

A Universidade Católica logo ganhou o apoio do presidente Eurico Gaspar Dutra, que por meio do decreto-lei número 9.632 concedeu as prerrogativas de universidade livre à Faculdade de Direito equiparada à Universidade Católica de São Paulo em agosto de 1946. Para implementar o grandioso projeto da futura Pontifícia Universidade Católica (PUC), dom Motta verificou com as irmãs carmelitas a possibilidade de cederem o Mosteiro das Perdizes para gerar espaços físicos para a universidade. As conversações tiveram êxito e, em 1948, às vésperas do Natal, as carmelitas entregaram o Convento das Perdizes à Fundação São Paulo e se transferiram para o Mosteiro na Avenida Jabaquara, onde estão até hoje. Além do diálogo com as carmelitas, dom Motta acionou os seus contatos com os grandes empresários de São Paulo para convencê-los a investir na construção da nova universidade. O conde Francisco Matarazzo foi o maior doador, investindo 500 contos, quantia igual à que destinara para a construção da Catedral da Sé.²¹⁷

Nos anos 1950, dom Motta se envolveu mais ativamente no processo de reestruturação organizacional da Igreja Católica, que inspirou a criação da CNBB, a primeira conferência de bispos da América Latina. Na esteira das atividades da ACB, a instituição ganhou os traços de dom Hélder logo na sua fundação em 1952. Afinal, apenas alguns meses antes da criação da CNBB, dom Hélder havia se tornado bispo auxiliar do cardeal dom Jaime Câmara no Rio de Janeiro e já colocava em prática o método ver-julgar-agir, inspirado na experiência do padre belga Joseph Cardijn com o operariado europeu.²¹⁸ Ao assumir a Secretaria Geral da CNBB, dom Hélder deixou, definitivamente, o seu passado integralista para trás²¹⁹ e assumiu o projeto de uma Igreja popular.

A importância de dom Hélder para a fundação da CNBB é inegável. Tanto que há quem diga que o fundador da entidade foi o próprio dom Hélder. Porém, é difícil considerar que ele conseguiria impor sozinho os seus interesses aos outros bispos sem a necessidade de algum consenso em torno de suas propostas. Nesse sentido, não se pode esquecer que o primeiro presidente da CNBB foi justamente dom Motta e a sua escolha para o cargo não foi fortuita. O cardeal de São Paulo possuía bom trânsito entre os bispos das mais variadas tendências, era bem-quisto na Santa Sé e tinha contatos com vários políticos. Em entrevista a Fábio Lanza, dom Benedicto Ilhoa Vieira, que foi ordenado foi dom Motta, destaca que o cardeal “era um homem que tinha um senso de visão política, como ainda hoje não encontrei no clero, no

²¹⁷ Idem, p. 104.

²¹⁸ SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social...*, op. cit., p. 160.

²¹⁹ Sobre o controverso envolvimento de dom Hélder Câmara com o integralismo. Ver: CONDINI, Martinho. *Dom Hélder Câmara: um modelo de esperança*. São Paulo: Paulus, 2008.

Brasil”. Dom Benedito associa a impressão acurada “das coisas políticas” por dom Motta a “sua descendência e a sua origem mineira” que lhe davam a possibilidade de “visualizar uma perspectiva muito séria e objetiva dos acontecimentos políticos do Brasil”.²²⁰ Portanto, embora o secretário-geral se responsabilizasse por toda a área executiva da entidade – o que fez com que muitas vezes os ocupantes desses cargos tivessem mais projeção que o presidente²²¹ –, isso não quer dizer que o presidente da instituição exercesse um papel figurativo. Pelo contrário, nos anos 1950, a moderação de dom Motta serviu muitas vezes para que as propostas mais progressistas traçadas por dom Hélder se tornassem palatáveis para o restante do clero e dos atores políticos.

Vale lembrar também que não havia entre a maioria dos bispos que integravam a CNBB mais que a intenção de modernizar a Igreja como forma de ampliar e consolidar a esfera de influência do catolicismo. Aliás, esse era o maior desejo de dom Motta naquele momento. Talvez por isso a CNBB tenha alcançado rapidamente um lugar central na Igreja Católica brasileira, vindo a ocupar o papel de porta-voz da hierarquia, já que “preenchia um papel não polêmico e satisfazia a uma necessidade organizacional geralmente reconhecida pelos bispos”.²²² O episcopado, certamente, tinha a necessidade de uma organização que respondesse com mais agilidade aos desafios daquele contexto. Os bispos precisavam, sobretudo, de um meio que possibilitasse sua aproximação com a população de maneira geral, principalmente as classes populares. A CNBB respondeu bem a essas demandas a partir da atuação de dom Hélder junto aos movimentos populares e dos diálogos estabelecidos por dom Motta com políticos como JK, na segunda metade dos anos 1950.

Além disso, não se deve subestimar o papel que o comunismo exerceu na guinada da Igreja em favor dos mais pobres. A rigor, o grande medo dos bispos era perder a sua já tradicional influência política para os comunistas, pois a avaliação era de que os trabalhadores urbanos já tinham sido desencaminhados, e a questão era não extraviar, também, o operariado rural.²²³ Após o surgimento das Ligas Camponesas em 1954, a saída encontrada pela CNBB foi promover uma maior integração econômica no Brasil, em especial nas áreas mais pobres do Nordeste, tendo como base a evangelização dos trabalhadores nordestinos, contando para isso com a ajuda da Igreja, através do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

²²⁰ LANZA, Fábio. *O Regime Militar no discurso-memória da Igreja Católica na região metropolitana de São Paulo (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista (UEL), 2001, p. 155.

²²¹ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 67.

²²² Idem, p. 65-66.

²²³ CAMARGO, Wander Amaral. A Igreja Católica e a CUT. *Varia Scientia*, v. 5, n. 9, 2007, p. 15.

Ao mesmo tempo, a defesa do nacionalismo econômico se tornou uma das principais bandeiras da CNBB nos anos 1950 em consonância com o debate político mais amplo que se travava na sociedade e nos meios políticos e intelectuais brasileiros. Não sem razão, nos poucos textos biográficos produzidos sobre a trajetória de dom Motta,²²⁴ o patriotismo é um dos elementos mais destacados. De fato, o cardeal não escondia o seu “diploma de brasilidade” e o “êxtase do seu sentimento nacionalista”, após ter visitado a Amazônia quatro vezes. Em conferência intitulada “De São Paulo à Amazônia”, proferida em 1951, no Paço Municipal de Santos, dom Motta emulou os discursos de Vargas no sentido de promover a ocupação do Vale Amazônico e construir ferrovias que conjugassem o “nosso maior parque industrial, comercial e financeiro, que é o paulista, ao nosso maior parque de matérias-primas, que é o amazônico”.²²⁵

Com seu velho amigo Juscelino Kubitschek no poder, dom Motta abraçou o nacionalismo econômico como caminho para o progresso social e depositou, junto aos bispos da CNBB, a sua fé na utopia dos *anos dourados*. O entusiasmo do episcopado com o projeto desenvolvimentista de JK ficou bastante evidente na participação de dom Motta na primeira missa celebrada em Brasília, em 1957. Depois de batizar a primeira criança nascida na capital, o menino Brasília Franklin, do qual Juscelino e Sarah Kubitschek foram padrinhos, dom Motta salientou a importância da construção de Brasília, que seria “o acontecimento máximo depois do Ipiranga” e “o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional” (figura 2).²²⁶ E concluiu assim sua oração: “Na Bíblia se lê como Deus plantou, no meio do paraíso terreal, a miraculosa Arvore da Vida. Brasília é a árvore da vida nacional, providencialmente plantada no Planalto Central da nossa Pátria”.²²⁷ Assim, dom Motta reconhecia Brasília como o símbolo máximo do “limiar de uma nova era” e se unia às expectativas positivas e ao clima de exacerbação das esperanças em torno dos destinos do Brasil que marcaram o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960.²²⁸

²²⁴ Cf. VIDIGAL, op.cit., 1970; SANTOS, Wanderley Alves dos. *Cardeal Motta: O pioneirismo do primeiro bispo de Aparecida. Biografia de Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8771988-Cardeal-motta-o-pioneirismo-do-primeiro-bispo-de-aparecida-biografia-de-carlos-carmelo-de-vasconcelos-motta-a-origem.html> Acesso em: 24 jan. 2023.

²²⁵ VIDIGAL, op.cit., p. 15.

²²⁶ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Porque construí Brasília*. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 89.

²²⁷ Idem.

²²⁸ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 76-77.

Figura 2 - JK e dom Motta acompanham a procissão da imagem de Aparecida em Brasília (1960)



Fonte: Arquivo Nacional – Fundo Agência Nacional

Em troca dos votos de confiança e otimismo de dom Motta e dom Hélder – também presente na primeira missa celebrada em Brasília –, Juscelino Kubitschek, em encontros com representantes da CNBB, promoveu a pronta liberação de verbas para o Nordeste e, ao mesmo tempo, criou, em 1959, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sob a presidência do economista Celso Furtado. Esse entendimento estreito de interesses entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro se mostrou favorável e oportuno para as partes. Afinal, o Estado garantia bênçãos políticas e a Igreja passava a contar com o financiamento público para efetuar suas atividades de assistência e propagação de sua doutrina, bloqueando, assim, a expansão das esquerdas.²²⁹ Porém, ao longo dos anos 1960, os interesses de parte do episcopado entrariam em rota de colisão com um outro pilar da sociedade brasileira: as Forças Armadas.

²²⁹ CAMARGO, op. cit., p. 15.

Golpe e melancolia

Nos anos 1960, o Vaticano II foi acolhido com entusiasmo por dom Motta, que embora tenha tido uma tímida participação no concílio,²³⁰ colheu os seus frutos na arquidiocese de São Paulo, que foi impactada pelo avanço da esquerda católica entre 1959 e 1964. O cardeal saudou o livro *Os cristãos e a revolução social*, de Paulo de Tarso, deputado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e ministro da Educação do governo João Goulart, e incentivou a publicação do jornal *Brasil, Urgente*, do frei Carlos Josaphat.²³¹ Ambas as publicações defendiam as reformas de base, criticavam o liberalismo econômico e conclamavam os cristãos a lutarem por justiça social.

Questionado por parte do clero conservador se o apoio às publicações de esquerda não seria uma forma de endossar o comunismo, dom Motta respondeu: “Não devemos ter receios de ser qualificados de comunistas. Afinal, Jesus Cristo não foi chamado de endemoninhado? O discípulo não pode pretender ser maior que o mestre”.²³² Em meados de 1963, dom Motta não se furtou a afirmar que o Brasil estava com “febre” – uma febre que prenunciava uma doença grave. Em audiência com os diretores do jornal *Brasil, Urgente*, o cardeal comparou o país daquele momento com a França pré-revolucionária. Na sua opinião, o que levou a França à revolução não foi apenas a pregação dos filósofos revolucionários, “mas o estado de injustiça, miséria, desigualdade e privilégios da França de então”.²³³ O cardeal acreditava que as reformas de base eram os remédios necessários para que o Brasil não vivesse um processo revolucionário violento. Dom Motta também criticou o liberalismo e afirmou que os detratores da *Pacem in Terris* eram “pessoas mais católicas que o papa”.

Embora não destoasse muito da posição oficial da CNBB, a postura do cardeal de São Paulo soou como a de um autêntico bispo progressista e lhe rendeu críticas severas por parte da imprensa mais conservadora. Em março de 1964, o jornal *O Estado de S. Paulo* chegou a publicar um editorial em que aconselhava os fiéis paulistas a não seguirem as determinações pastorais do cardeal Motta.²³⁴ Posteriormente, as palavras do arcebispo foram lidas como um ato de resistência pela memória construída pela Igreja Católica nos anos 1970. De fato, a posição assumida por dom Motta entre 1963 e 1964 sinaliza uma mudança de atitude em relação

²³⁰ Cf. BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.

²³¹ Sobre o jornal *Brasil, Urgente*, ver: SILVA, Wellington Teodoro da. (2008). *Brasil, Urgente: experiência de esquerda no catolicismo brasileiro (1963 – 1964)*. (Tese de doutorado em Ciência da Religião). Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil, 2008.

²³² *Brasil, Urgente*, abr. 1963, p. 1.

²³³ Idem.

²³⁴ “Clero mal dirigido”. *O Estado de São Paulo*, 22 mar. 1964, p. 28.

ao avanço da esquerda católica na arquidiocese de São Paulo. Se nos anos 1940, o arcebispo fez questão de neutralizar qualquer iniciativa mais radical da Ação Católica paulista, em 1964, o cardeal demonstrou estar mais aberto aos debates que ocorriam entre os católicos a respeito da situação do país.

Tal mudança se explica, sem dúvida, pelo contexto de advento do Concílio Vaticano II e, principalmente, pela influência da publicação da encíclica *Pacem in Terris*, do papa João XXIII, que tratava da necessidade e da possibilidade do diálogo da Igreja com os não cristãos. Dom Motta admirava João XXIII e passou a seguir as suas orientações que afirmavam que “a pessoa não deve ser confundida com o erro e nunca perde a sua dignidade de pessoa humana”.²³⁵ Assim, o cardeal encontrou uma forma de apostar no diálogo com figuras mais à esquerda, de dentro e de fora da Igreja, sem concordar integralmente com elas. No entanto, não se deve esquecer que, a despeito das declarações favoráveis à atuação de parte da esquerda católica em São Paulo, dom Motta nunca abandonou a sua verve anticomunista. Como vimos no primeiro capítulo, o episódio da charge de Otávio no jornal *Última Hora* e a visita de Josip Tito ao Brasil, em 1963, ilustram bem essa posição.

Apesar do anticomunismo inabalável, dom Motta assumiu uma postura legalista diante das ameaças de golpe que rondaram a República nos primeiros meses de 1964. Era próximo de João Goulart desde os tempos em que o presidente havia sido vice de JK e não desejava um rompimento institucional como determinados setores da Igreja. Vale lembrar que, naquele momento, boa parte do episcopado passava a temer a desordem social e a adotar posições claramente conservadoras, abandonando o apoio às políticas reformistas de Jango.²³⁶ Porém, o cardeal de São Paulo não aprovou as iniciativas de entidades leigas que organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e se recusou a abençoar os milhares de fiéis que tomaram as ruas do centro de São Paulo para defender o rosário, os valores da família e pedir a saída de João Goulart em 19 de março de 1964.²³⁷

Quando Jango fez um discurso inflamado na Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube, no qual “denunciou que uma minoria de privilegiados e eternos inimigos da democracia provocava a crise que o país vivia”,²³⁸ dom Motta e dom Hélder

²³⁵ SILVA, Wellington Teodoro da. *Catolicismo e golpe de 1964...*, op. cit., p. 24.

²³⁶ KRISCHKE, Paulo José. *A CNBB e o golpe militar de 1964*. São Paulo: Letras Contemporâneas, 2012.

²³⁷ Cf. PRESOT, Aline. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64...* op. cit.

²³⁸ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. 8ª rev. e atual; Coleção Brasil Republicano, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 435.

pediram uma audiência com o presidente. No encontro revelado pelo jornalista Marcos de Castro, os bispos se mostraram apreensivos com as repercussões do discurso de Jango. Temiam que o presidente estivesse “em plena ilusão, marchando para uma revolução da qual pensava que sairia vitorioso” (figura 3).²³⁹ Àquela altura, as tropas de Mourão Filho já estavam em marcha para o Rio de Janeiro, mas a audiência serviu ao menos como um alerta sobre o precário dispositivo militar com o qual Jango ainda acreditava contar.

Figura 3 - Jango recebe dom Hélder e dom Motta no Palácio Laranjeiras (1964)



Fonte: Arquivo Nacional – Fundo Agência Nacional

Logo após o golpe, o semanário *O São Paulo*, ligado à arquidiocese de São Paulo, trazia um pronunciamento protocolar de dom Motta a respeito dos “acontecimentos que não podem deixar de angustiar a alma de todo brasileiro”. Em nome da arquidiocese, o cardeal conclamava os fiéis a pedir a intercessão de Nossa Senhora Aparecida para que se firmasse “na Pátria conturbada um clima de verdade, justiça, caridade e liberdade, evitando toda e qualquer violência que venha derramar sangue dos irmãos”.²⁴⁰ Na edição de 12 de abril de 1964, o jornal já anunciava a nova ordem: “os chefes do movimento revolucionário que teve como escudo o combate ao comunismo estão efetuando várias prisões de brasileiros e estrangeiros acusados de

²³⁹ CASTRO, Marcos de. *64: conflito Igreja x Estado*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 57.

²⁴⁰ *O São Paulo*, 5 abr. 1964, p. 1.

se acharem a serviço dessa ideologia materialista e anticristã”.²⁴¹ Nenhuma palavra de dom Motta a respeito das prisões. De acordo com dom Benedicto Ulhoa Vieira, o cardeal teve uma posição muito cautelosa a respeito da *revolução* e, diante das ameaças de golpe, costumava dizer: “Deus nos livre das revoluções; sabemos como elas começam, mas nunca sabemos como elas acabam”.²⁴² Mas essa frase nunca chegou a ser pronunciada em público. Se dom Motta tinha suas reservas em relação à derrubada do poder constitucional, preferiu silenciar sobre elas e esperar-para-ver, como aliás fizeram a maioria dos bispos, inclusive dom Hélder Câmara.²⁴³

Um mês após a queda de João Goulart, a arquidiocese de São Paulo informou que dom Motta seria transferido para a diocese de Aparecida. A notícia provocou uma série de especulações na imprensa sobre pressões políticas que o cardeal teria sofrido após o golpe. Por meio de nota, a Nunciatura Apostólica negou qualquer motivação política e afirmou que, uma semana antes da *revolução*, dom Motta havia solicitado ao papa Paulo VI para que o exonerasse do governo da arquidiocese de São Paulo e o transferisse para Aparecida, em vista da sua idade avançada (74 anos) e do seu estado de saúde. De fato, a ida de dom Motta para Aparecida era quase natural, pois possuía laços históricos com a Basílica da Padroeira e já atuava como Administrador Apostólico do Santuário, com plenos poderes de bispo residencial de Aparecida, desde 1958.

A rigor, dom Motta sempre manifestou especial interesse em promover o culto à Nossa Senhora de Aparecida. Como arcebispo de São Paulo, em janeiro de 1946, escolheu pessoalmente o local para construção da nova Basílica. Participou do lançamento da pedra fundamental dos alicerces do novo templo em setembro do mesmo ano, quando o Patriarca de Lisboa, dom Manuel Gonçalves Cerejeira, trouxe um punhado de terra do Santuário de Fátima, para depositar no cofre da pedra angular. Sob a orientação pessoal do cardeal Motta, em 1955, teve início a construção da nova Basílica, com o apoio de JK, que fez questão de doar a torre do Santuário, que possui 16 andares e mede 109 metros de altura.

Porém, a nota da Nunciatura não foi suficiente para cessar os rumores. A imprensa continuava especulando as causas da transferência repentina, mas dom Motta não foi a público para dar maiores explicações. Em silêncio, deixou a arquidiocese da maior cidade do país, a qual havia governado por 20 anos, e rumou para Aparecida. A despedida melancólica foi lida

²⁴¹ *O São Paulo*, 12 abr. 1964, p. 1.

²⁴² LANZA, Fábio. *O Regime Militar no discurso-memória da Igreja Católica na região metropolitana de São Paulo (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista (UEL), 2001, p. 158.

²⁴³ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 104.

pelo clero paulista como uma aposentadoria. Afinal, como afirmou um dos padres que acompanhava o cardeal, Aparecida parecia “quase nada” diante da grandeza de São Paulo.¹⁷ Nas palavras de José Oscar Beozzo, Aparecida era uma arquidiocese “insignificante”.²⁴⁴ No entanto, a grandeza da devoção à padroeira do Brasil e as obras do Santuário como o “maior templo mariano do mundo” fariam com que os anos de dom Motta em Aparecida passassem longe da irrelevância.

Aparecida peregrina

Como vimos no primeiro capítulo, houve apoio explícito do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida ao golpe de 1964. No entanto, ao assumir a arquidiocese de Aparecida, dom Motta resolveu guardar silêncio sobre o assunto. O cardeal não gostou da repercussão da sua transferência para Aparecida. Acreditava que a imprensa queria criar um clima de animosidade entre ele e os militares, com os quais nunca havia tido problemas. Por isso, fez um juramento: não receber jornalistas nem fotógrafos. Depois de tomar posse em Aparecida, dom Motta mal saía de sua casa, um pequeno sobrado na rua principal da cidade, onde vivia com seu sobrinho, o monsenhor José Alves Motta Filho. Na porta do Palácio Paulino, nome oficial da sua residência, um aviso escrito à mão: “Sua Eminência o Cardeal Arcebispo não pode ser intermediário de pedidos de favor ou emprego junto ao governo. Favor não insistir”. Aos que ignoravam o aviso e se aventuravam a apertar a campainha, eram atendidos por um porteiro que já sabia a resposta de cor: “o cardeal não concede entrevistas”.²⁴⁵

Porém, quando o pergaminho assinado por Castello Branco chegou até o seu gabinete com o pedido para que a imagem de Aparecida deixasse o Santuário, dom Motta se reuniu com o arcebispo coadjutor de Aparecida, dom Antônio Ferreira Macedo, e o arcebispo de Belo Horizonte, dom João da Costa Resende, apoiador de primeira hora do golpe e um dos signatários do pedido de Castello Branco. Os prelados avaliaram os benefícios a longo prazo que uma peregrinação nacional, financiada pelo Tesouro Nacional, poderia proporcionar à Basílica e à cidade de Aparecida, atraindo mais romeiros e prestígio para o Santuário que começava a recolher doações para a construção de uma nova basílica.²⁴⁶ Além disso, os bispos consideraram que a passagem da imagem da santa poderia ajudar a esconjurar de uma vez por todas o comunismo vencido em 1964.²⁴⁷

²⁴⁴ BEOZZO, op. cit., p. 245.

²⁴⁵ “Dom Carlos não se deixa mais fotografar”. *Revista Realidade*, jan. 1970, p.138.

²⁴⁶ ALVAREZ, op. cit., p. 214.

²⁴⁷ Idem.

Parecia uma boa ideia do ponto de vista do Conselho Administrativo do Santuário,²⁴⁸ mas dom Motta teve que lidar com a forte resistência dos comerciantes locais que se recusaram a deixar a imagem sair da Basílica. A situação ficou mais tensa quando dom Macedo recebeu uma ligação anônima com ameaças de incêndio contra os pertences dos padres redentoristas caso a peregrinação fosse iniciada. Para os comerciantes, os motivos pelos quais a imagem da santa deixaria a cidade eram nobres, mas a ausência de Aparecida na Basílica era um “castigo” para os romeiros que iam até a cidade só para ver a pequena imagem no alto da igreja e para os bolsos daqueles que lucravam com as vendas de objetos religiosos e hospedagens de fiéis que vinham do país inteiro.²⁴⁹

Porém, naquele momento, os interesses locais de Aparecida tiveram que se sujeitar aos interesses nacionais. Dom Antônio Macedo apelou ao delegado da cidade que se encarregou de enviar os seus policiais para cercarem os prédios do Santuário e garantir que, em 3 de maio de 1965, a imagem de Aparecida fizesse a sua primeira viagem sob a ditadura.²⁵⁰ O primeiro destino: Minas Gerais, o estado com fortes raízes católicas, no qual grande parte da população se organizou para impedir a realização do Congresso da CUTAL em janeiro de 1964, como vimos no primeiro capítulo; envolveu as tropas de Mourão em orações à Nossa Senhora e aclamou Aparecida como a padroeira da *revolução* quando o exército voltou vitorioso para Juiz de Fora.

Longo foi o trajeto da imagem até Belo Horizonte, onde uma multidão aguardava a chegada a sua chegada em 13 de maio, dia de Nossa Senhora de Fátima. A caravana liderada por dom Antônio Macedo seguiu pela Rodoviária 55, com Aparecida a frente de um carro andor que realizou diversas paradas em cidades pequenas do interior de Minas Gerais. Nessas cidades, muitos devotos nunca haviam visto a imagem da padroeira do Brasil de tão perto. As ruas foram enfeitadas com flores, cartazes, letreiros e bandeiras do Brasil. Os colégios católicos ocuparam o centro das praças, em marcha como em um desfile cívico. Em cidades como Campanha e Pouso Alegre, os bispos montaram um grande altar na porta das matrizes e convidaram o povo a fazer vigílias à Aparecida e confiar à “a tesoureira celeste todos os problemas que perturbavam a nação e cegamente a levava a cometer desatinos”.²⁵¹ A medida em que a imagem visitava as pequenas cidades, a carreata em direção a Belo Horizonte aumentava, agregando mais devotos e mais doações para a construção da nova Basílica de Aparecida.

²⁴⁸ “PM Mineira se encarregou de acertar peregrinação de Nossa Senhora, maio”. *Jornal do Brasil*, 25 abr. 1965. p. 24.

²⁴⁹ ALVAREZ, Rodrigo. *Aparecida...*, op. cit., p. 215.

²⁵⁰ *Idem*.

²⁵¹ “Nossa Senhora Aparecida visita a Diocese da Campanha”. *Voz Diocesana* (MG), 10 mai. 1965. p. 1.

Quando a caravana chegou ao centro de Belo Horizonte, uma multidão de 120 mil pessoas aguardava pela imagem de Nossa Senhora Aparecida. Era uma das maiores concentrações populares do estado desde as Marchas da Família do ano anterior e o governo, mais uma vez, teve uma participação ativa ao determinar o final do expediente às 15 horas em bancos, repartições públicas e instituições de ensino. À frente de todos os devotos estavam os mesmos líderes do movimento de 1964, como o governador Magalhães Pinto, o coronel da Polícia Militar, José Geraldo de Oliveira, e o general Dióscoro do Vale, líder das tropas que marcharam até Brasília em março de 1964 para intimidar João Goulart. O prefeito Oswaldo Pierucetti, nomeado sem votos pela Câmara de Vereadores no início de 1965, recebeu a imagem na praça Raul Soares com as chaves da cidade nas mãos para entregá-las simbolicamente à padroeira.²⁵²

Feita a entrega das chaves, sob chuva de papéis picados e rosas lançadas pelas janelas dos prédios, a imagem foi levada na carroceria de um caminhão da PM até a igreja São José. Fiéis formaram um corredor para aplaudir a passagem da santa e pedir bênçãos enquanto os Dragões da Independência protegiam a imagem, como costumavam fazer a segurança dos presidentes da República. O arcebispo de Belo Horizonte, dom João Resende Costa, celebrou uma missa campal nas escadarias da igreja São José e pediu ofertas generosas para a construção da nova Basílica de Aparecida. Ao seu lado, Magalhães Pinto ofereceu ação de graças pelas bênçãos que Nossa Senhora havia derramado sobre o estado – sobretudo após a *revolução* - e rogou pela proteção da padroeira do Brasil ao povo mineiro e a todos os brasileiros.²⁵³

Em seguida, dom Motta, que concelebrou a missa com o arcebispo de Belo Horizonte, anunciou que a imagem ficaria na cidade até o dia 21 e autorizou que todas as promessas feitas pelos fiéis para serem cumpridas no Santuário Nacional poderiam ser pagas diante do altar montado para a santa no centro de Belo Horizonte. O anúncio emocionou os devotos mais pobres que nunca tiveram dinheiro para ir à Basílica de Aparecida e rapidamente uma enorme fila se fez diante do altar. Cerca de 5 mil devotos passaram a madrugada pagando as suas promessas sob a segurança dos policiais militares. Ao longo da fila, comerciantes armaram barracas para vender flâmulas, terços, imagens e outros objetos religiosos.²⁵⁴ Depois da temporada em Belo Horizonte, a imagem de Aparecida seguiu para outras cidades de Minas, como Diamantina, Ouro Preto, São João Del Rei e Juiz de Fora. Em todas elas a santa foi

²⁵² “Mineiros recebem imagem de Nossa Senhora Aparecida no centro de B. Horizonte”. *Jornal do Brasil*, 14 mai. 1965. p. 5.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ “Milhares de fiéis pagam promessas à imagem da Aparecida em B. Horizonte”. *Jornal do Brasil*, 15 mai. 1965. p. 5.

recebida com o mesmo espírito cívico, arrastando multidões que demonstravam fé na padroeira e no *novo Brasil revolucionário*.

Ora, a peregrinação da imagem de Aparecida ao estado de Minas Gerais em 1965 foi considerada a maior concentração verificada em uma solenidade católica em Belo Horizonte, pois além dos belo-horizontinos, a capital recebeu devotos de outras cidades que seguiram a caravana da imagem de Aparecida por onde ela passou. Porém, é importante ressaltar que mais que uma procissão religiosa, a peregrinação da padroeira era cercada de elementos cívicos e patrióticos que outras devoções locais não mobilizavam. Isso não quer dizer que as padroeiras locais foram desprezadas. Pelo contrário, o ritual de recepção da imagem foi mediado pela presença dos santos locais, visto que Aparecida era recebida nas matrizes das cidades e realizava o mesmo percurso que as procissões locais faziam para os seus santos padroeiros.²⁵⁵

Contudo, nenhuma procissão de Nossa Senhora da Boa Viagem, padroeira de Belo Horizonte, levou tanta gente às ruas como a imagem de Aparecida, pois a padroeira do Brasil, mais do que a santa local, atraía para si um público habituado e devotado às celebrações patrióticas; à Pátria como religião civil.²⁵⁶ Além disso, a presença de Magalhães Pinto e chefes militares do movimento de 1964 retomava o espírito das Marchas da Família com Deus pela Liberdade ocorridas um ano antes e reforçava a perspectiva de que o governador de Minas se mantinha fiel à *revolução*. Assim, naquele momento de disputas políticas entre as lideranças civis do golpe e o presidente da República, Magalhães Pinto, a frente da grande procissão, tinha a oportunidade de se apresentar como a alternativa *dura* ao governo Castello Branco que teria se afastado dos princípios *revolucionários*.²⁵⁷

Nesse sentido, mais do que uma procissão feita para pagar promessas e agradecer Nossa Senhora Aparecida pelas graças recebidas, a peregrinação da imagem por Minas Gerais revestiu-se de um significado cívico em que a religião e a pátria se irmanavam e todos podiam se sentir filhos do mesmo Brasil e da mesma Mãe Aparecida, assim como se sentiram nas marchas de 1964. Dessa vez, sem cartazes anticomunistas, a *mise-en-scène* da procissão representava a retomada do sonho *revolucionário* do Brasil unido em torno dos valores da pátria e da família: a santa ia à frente de todos, o governador e as autoridades municipais – todos signatários da *revolução* de 1964 – juntavam-se aos bispos conduzindo o cortejo; a multidão de

²⁵⁵ OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. *Basílica de Aparecida: Um templo para a cidade mãe*. São Paulo: Olho d'água, 2001. p. 104.

²⁵⁶ CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005. p. 13.

²⁵⁷ MARTINS FILHO, José Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura* (1964-1969). 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2019. p. 92.

devotos na retaguarda e os militares nas laterais, guardando, ao mesmo tempo, a santa e o povo, compunham uma ordem pública que refletia não só os quartéis e a Igreja Católica, mas correspondia aos apelos do novo regime comandado por Castello Branco ou o governo sonhado por líderes civis do golpe, como Magalhães Pinto.

No dia 6 de junho de 1965, a imagem de Aparecida voltou para o Santuário, para a alegria dos romeiros e aparecidenses que a esperavam com ansiedade após um mês sem tê-la no altar-mor da Basílica. Mas, em agosto, a santa era preparada para mais uma viagem com destino à Bahia. A imagem foi levada pelo avião especial do Correio Aéreo Nacional (CAN) até Salvador no dia 28 de junho onde uma multidão esperava por sua chegada no aeroporto internacional da capital. Aparecida foi seguida por um cortejo de automóveis, bandas de música e foguetes até Conceição da Praia onde foi recebida pelo arcebispo Augusto Álvaro da Silva e grande festa dos devotos.²⁵⁸ Assim como em Minas, a imagem da padroeira circulou por cidades do interior, indo até o Recôncavo e participando das festividades do 2 de julho.

As peregrinações da imagem até Minas e Bahia foram as únicas realizadas em 1965. Após a volta da imagem de Aparecida ao Santuário em agosto, Castello Branco, principal artífice político da peregrinação da padroeira, encarou uma forte crise em seu governo durante o processo eleitoral de alguns estados. Em outubro, como resposta às derrotas dos candidatos governistas em Minas e na Guanabara, o presidente editou o Ato Institucional nº 2 que deu prosseguimento a “operação limpeza” e aprofundou as medidas punitivas que vigoravam desde o golpe. O AI-2 extinguiu os partidos políticos no país e o Ato Complementar nº 4 instituiu o bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As eleições para presidente passaram a ser indiretas, o Poder Judiciário foi esvaziado das questões políticas que passaram a ser atribuídas à Justiça Militar, bem como os crimes contra a segurança nacional. O direito a *habeas corpus* foi suspenso e o presidente da República poderia fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos e suspender direitos políticos por até 10 anos.

Entretanto, o endurecimento progressivo da ditadura a partir da edição do AI-2 não impediu que Nossa Senhora Aparecida continuasse a arrastar multidões que depositavam sua fé na santa e no Brasil ao longo das peregrinações pelo país. Em 1966, a imagem de Aparecida visitou mais estados e aos poucos os padres redentoristas foram se acostumando com a nova rotina peregrina da imagem da santa e os romeiros que visitavam a Basílica já nem percebiam que era uma réplica no lugar da imagem original da padroeira no nicho dourado no alto da igreja.

²⁵⁸ “Imagem da Aparecida em Salvador”. *Jornal do Brasil*, 27 jun. 1965. p. 21.

Os comerciantes começaram a perceber que à medida que Nossa Senhora Aparecida se tornava mais conhecida nos outros estados mais romeiros se sentiam atraídos até a Basílica, movimentando a economia da capital religiosa do Brasil e aumentando as expectativas para a grande festa do Jubileu de 250 anos em 1967.²⁵⁹

Em fevereiro de 1966, a imagem da santa foi levada até o Rio Grande do Sul. Era a primeira vez que o estado recebia a imagem de Nossa Senhora Aparecida. Por isso, a imprensa local e as paróquias de Porto Alegre e cidades do interior anunciaram a passagem da imagem com muito empenho a fim de atrair o maior número de fiéis para as procissões que percorreriam as ruas da capital. Apesar do ineditismo da ida de Aparecida ao sul do Brasil, a intenção original da peregrinação foi suprimida. Os jornais não faziam menção ao pedido de Castello Branco em 1965. O arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, convocou os fiéis a participarem das procissões como um gesto de acolhida às admoestações do Concílio Vaticano II sobre a devoção à Nossa Senhora. Para o arcebispo, o objetivo da visita da imagem não era reunir “multidões ansiosas pela solução de casos difíceis e milagres, mas assegurar junto à Aparecida a renovação das energias espirituais e o alívio do peso dos encargos cotidianos”.²⁶⁰

Embora a peregrinação de Aparecida pelo Rio Grande do Sul tenha sido apresentada como uma grande procissão e apenas uma manifestação de fé dos gaúchos na padroeira do Brasil, era possível perceber ecos de patriotismo e dos valores da *revolução* no discurso de dom Antônio Macedo. A todo momento, o arcebispo coadjutor de Aparecida reafirmou a filiação de todos os gaúchos à Nossa Senhora, como um só povo unido em torno da Pátria e da mãe Aparecida, sem diferenças de classe. Mesmo os divergentes eram convidados a participar do grande ato de fé. Por isso, até mesmo os grupos contrários ao regime, como a Ação Católica e a Juventude Operária Católica, bem como figuras como dom Ivo Lorscheiter participaram das homenagens à Aparecida.²⁶¹

Nesse sentido, a participação do prefeito de Porto Alegre, Célio Marques Fernandes, e do governador Ildo Meneghetti, junto aos militares e os dragões do Regimento Bento Gonçalves entoando “Louvando Maria”, resumia a “consagradora recepção dos devotos à Aparecida, traduzindo os sentimentos religiosos do povo”. Acompanhados pelo som de clarins e das vozes da enorme multidão em romaria, os devotos representantes do Estado e das mais diversas entidades civis celebravam a alegria de serem brasileiros e se sentirem filhos de uma mesma Mãe Pátria. Esse sentimento não era compartilhado somente por entusiastas do regime, mas por

²⁵⁹ “Aparecida celebra a festa da padroeira”. *Jornal do Commercio*, 12 out. 1965. p. 2.

²⁶⁰ “Imagem de N. Senhora Aparecida visitará estado dia 24”. *Jornal do Dia* (RS), 30 jan. 1966. p. 1.

²⁶¹ “Operariado gaúcho homenageará hoje Nossa Senhora Aparecida”. *Jornal do Dia* (RS), 26 fev. 1966. p. 3.

todos aqueles que se sentiam mobilizados pelo amor à Pátria, capaz de superar qualquer diferença política.²⁶²

A imagem ficou em Porto Alegre até o dia 3 de março de 1966 e depois visitou o interior do Rio Grande do Sul, mobilizando milhares de pessoas, inclusive nas cidades do Vale do Rio Pardo, onde os cristãos luteranos eram maioria.²⁶³ A ativa participação de autoridades civis e militares não católicas na peregrinação não era um mero cumprimento de agenda oficial, visto que a figura de Aparecida despertava sentimentos nacionais que escapavam ao catolicismo e encontravam expressão universal nos valores comuns entre católicos e protestantes como a “defesa valorosa e sem omissões da santidade da Família, na vida social e pública”.²⁶⁴

No final de agosto de 1966, a imagem de Nossa Senhora Aparecida iniciou um circuito pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. A Padroeira passaria por 16 cidades em 15 dias com o auxílio do CAN à disposição da santa desde o início das peregrinações. No Nordeste, Aparecida encontrou a relação da Igreja com o regime abalada. Em julho, vários bispos da região, entre eles dom Hélder Câmara, haviam assinado o “Manifesto dos Bispos do Nordeste” que acolhia as denúncias apresentadas pela Ação Católica Operária contra os baixos salários de trabalhadores nordestinos e a extrema pobreza. O endosso dos bispos à reivindicação dos operários foi fortemente criticado por militares, como o general Itiberê Gouveia do Amaral, comandante da 10ª Região Militar sediada em Fortaleza, que divulgou cartas circulares apontando dom Hélder como um “agitador” e “vedete do esquerdismo”.²⁶⁵

No entanto, o atrito entre os militares e os bispos na região não desanimou a multidão de devotos que recebeu a imagem de Aparecida em Fortaleza. Na missa celebrada por Dom Antônio Macedo, o general Itiberê se juntou a 2 mil oficiais do Exército, em uma tentativa de esvaziar a crise com dom Hélder e reafirmar os laços da Igreja Católica com as Forças Armadas na região.²⁶⁶ Em São Luís do Maranhão, com terços na mão e bandeiras do Brasil, celebrando a *grande nação* de filhos da Virgem Maria, mais uma multidão recebeu a imagem da padroeira e lamentou o fato da santa ter ficado menos de 24 horas na cidade.²⁶⁷ Em Cuiabá, uma procissão luminosa de 20 mil devotos acompanhou a passagem de Aparecida pelas ruas, cantando o hino nacional e cânticos de louvor à Nossa Senhora,²⁶⁸ celebrando o orgulho de serem brasileiros e devotos da Virgem Maria, como identidades que se completavam.

²⁶² “Povo recebeu com fé e carinho a imagem de N. Sra. Aparecida”. *Jornal do Dia* (RS), 25 fev. 1966. p. 1.

²⁶³ BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida...*, op. cit., p. 358.

²⁶⁴ “Em defesa da família”. *Jornal do Dia* (RS), 10 mai. 1966, p. 1.

²⁶⁵ “Exército acusa padre Hélder de agitador”. *Jornal do Brasil*, 12 de ago. 1966, p. 1.

²⁶⁶ “General Itiberê agora comunga”. *Jornal do Brasil*, 21 ago. 1966. p. 3.

²⁶⁷ “S. Luís hospeda a Padroeira do Brasil”. *Jornal do Maranhão*, 21 ago. 1966. p. 1.

²⁶⁸ *Tribuna Liberal* (MT), 04 set. 1966. p. 2.

Assim, por onde passou em 1966, Aparecida mobilizou os sentimentos cristãos do povo em favor de uma visão de Brasil e de Pátria que havia sido reivindicada nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade em 1964. Embora não levassem cartazes anticomunistas ou mensagens de apoio ao governo, a partir do reconhecimento de Aparecida como um símbolo nacional, os devotos rezaram ao lado de militares e bispos, representando uma nação inteira aos pés de sua única Senhora. Nesse sentido, como em outros momentos ao longo da ditadura, solenemente *esquecidos* ou ignorados pelas memórias de resistência, as peregrinações da imagem de Aparecida pelo Brasil revelaram os esforços da ditadura de se associar à fé católica a partir de um discurso *cívico-patriótico* sintetizado na figura da padroeira do Brasil.

Em certa medida, o périplo de Aparecida entre 1965 e 1966 se relaciona com um tipo de consenso de fortes características defensivas, que marcou os primeiros anos da ditadura. No contexto do golpe, tal consenso serviu à ideia de livrar o país da “ameaça comunista”, preservando as “verdadeiras tradições nacionais” contra o avanço de “ideologias exóticas”.²⁶⁹ Nesse sentido, é importante ressaltar que o pedido de Castello Branco para que a imagem da padroeira deixasse o Santuário estava profundamente ligado ao medo na forma da conspiração comunista e ao desejo de que a nação estivesse atenta e se colocasse em posição de vigilância. Ao mesmo tempo, conforme Janaina Cordeiro, “tratava-se de um consenso que evocava a necessidade de sacrifício. Sacrifício pela Pátria, para livrá-la das ameaças da conjuração que a rondava”.²⁷⁰ Nesse sentido, era preciso que os comerciantes da cidade de Aparecida, por exemplo, compreendessem que a saída da imagem da padroeira do Santuário era essencial para que o Brasil superasse as dificuldades e preservasse instituições como a Igreja Católica e a Pátria. Mais do que isso, a peregrinação da imagem representava a importância de tolerar eventuais sacrifícios, como o arrocho econômico para colher, no futuro, as promessas de uma Pátria livre do comunismo.

Assim, as peregrinações da imagem de Aparecida entre 1965 e 1966 foram consideradas um sucesso para o regime, para o Santuário Nacional e para os fiéis. Por meio da triunfante passagem da padroeira pelo país, o regime manteve o patriotismo aceso nos corações dos brasileiros que expressaram a sua fé no Brasil, mesmo nos momentos de crise do governo e de atrito entre a ditadura e a Igreja. Em nível local, o Santuário arrecadou altos recursos financeiros para a construção da nova Basílica e viu o número deromeiros aumentar consideravelmente a

²⁶⁹ CHIRIO, Maud, *Une nouvelle écriture du destin national*. La commémoration de l’Indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985), Mémoire de Maîtrise d’Histoire, Université Paris I. Paris, 2000/2001, p. 72.

²⁷⁰ CORDEIRO, Janaina Martins. Direitas e organização do consenso sob a ditadura no Brasil: o caso da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 1, 2017, p. 17.

medida em que a imagem se tornava mais conhecida nos lugares mais remotos do país. Em nível nacional, é importante destacar a alegria dos padres pelo número de comunhões distribuídas e confissões realizadas durante a visita de Aparecida aos seus estados. Ou seja, para a Igreja, a peregrinação da padroeira representou o seu *tour de force* pela unidade dos fiéis e dos bispos, independentemente das diferentes tendências ideológicas que ameaçavam dividir a instituição no Brasil. Já para os fiéis, nada se comparava à sensação de poder ver de perto a imagem da santa para a qual eles rezavam desde a infância, principalmente dos devotos mais pobres que nunca puderam ir até o Santuário para pagar as suas promessas. São numerosos os relatos de curas e graças alcançadas enquanto a santa passou pelas ruas das cidades brasileiras. Entre os fiéis, a ação de graças não era dirigida somente à santa, mas também àqueles que se dignaram a permitir que ela fosse ao encontro dos devotos espalhados por todo Brasil.

Além disso, um dos fatores que contribuíram para o sucesso da peregrinação foi o fato de que a imagem peregrina de Aparecida seguiu os moldes das visitas de Nossa Senhora de Fátima. Naquela época, a imagem da Virgem portuguesa havia sido esculpida por encomenda do Conselho Internacional da Juventude Católica Feminina, realizado em 1946, na cidade belga de Gand. Ao longo das décadas seguintes, diferentes organizações católicas e empresariais patrocinaram a mais longa e abrangente peregrinação de um ícone católico. Todos os países foram percorridos, exceto os países comunistas ou com número ínfimo de cristãos católicos. Nesse sentido, a imagem de Aparecida se valeu dos mesmos pontos por onde a imagem da Virgem de Fátima já havia passado em 1952 e 1954.

No entanto, embora a Igreja e o regime tenham se beneficiado das peregrinações, a memória construída sobre a visita de Aparecida aos estados privilegiou exclusivamente o aspecto religioso das procissões, como se nada tivessem a ver com a ditadura. Ao falar sobre as peregrinações, o padre Júlio Brustoloni, religioso que se dedicou a várias pesquisas sobre a história do Santuário de Nossa Senhora Aparecida, afirma que o pedido para que a imagem da padroeira deixasse a Basílica tinha partido originalmente de devotos de Minas Gerais e depois sido apropriada pelos militares que simplesmente subscreveram o abaixo-assinado. No entanto, Brustoloni não explica por que os militares teriam “se apropriado” do pedido dos devotos mineiros, quais interesses estariam em jogo e porque os devotos aceitaram contar com a assinatura do presidente Castello Branco e de outros líderes do movimento de 1964.

O padre também não comenta sobre o aceite dos chefes do Santuário ao pedido e nem sobre o papel dos redentoristas na campanha de desestabilização do governo João Goulart e a procura do padre Pedro Fré pelo presidente Castello Branco ainda em 1964 para celebrar a vitória da *revolução* na Basílica de Aparecida. Brustoloni prefere “não entrar no mérito do

pedido daqueles representantes da Revolução de 1964, que tomou depois rumo bem diverso daquele que o povo desejava inicialmente”.²⁷¹ Ou seja, o padre fala em apoio do povo à *revolução*, mas escrevendo sobre o assunto nos anos 1990, já na democracia, afirma que o movimento de 1964 tomou rumos diversos dos desejados pela população e naturalmente pelos padres redentoristas.

Sob esse aspecto, é importante retomar as posições assumidas pelo próprio dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, que apenas em 1978, resolveu romper seu silêncio obsequioso que remontava a 1964. Tinha um bom motivo para receber o jornalista Borges Neto, do *Jornal do Brasil*, em sua casa: a aprovação da Lei do Divórcio no Brasil. O cardeal havia acabado de enviar um manifesto aos senadores e deputados, qualificando a emenda constitucional como uma “vergonha para o Brasil”. Ainda inflamado, disse ao jornalista que “o divórcio foi decretado contra o direito da Igreja”.²⁷² Neste ponto, o cardeal não se diferenciava muito dos outros bispos – dom Paulo Evaristo Arns entre eles – que se mostravam “muito decepcionados com os rumos que o Estado ia tomando, o que parecia ser mais uma das faces ateias da ditadura”.²⁷³

Porém, ao longo da entrevista, dom Motta também fazia um balanço dos seus 60 anos de sacerdócio e marcava sua posição contrária à participação do clero na política. Em um momento em que cada vez mais, bispos, padres e freiras se mobilizavam em linhas de defesa da democracia e dos direitos humanos, dom Motta fazia questão de enfatizar que a “função do padre é, antes de mais nada, espiritual, religiosa”.²⁷³ O cardeal defendia que em vez de tratar diretamente dos casos de violação dos direitos humanos e dos presos políticos, o clero deveria intervir em nível pessoal (“falar com o governo, com os amigos”), evitando atitudes públicas. Como exemplo, ele próprio teria falado com o “amigo” Adhemar de Barros sobre “um advogado muito conhecido, amigo dos operários, católico de comunhão diária e que tinha sido preso” no imediato pós-golpe em São Paulo. Depois de telefonar para Adhemar, o advogado foi solto imediatamente.

Entre as saudades que sentia de JK – “o homem mais simples do mundo” e tinha “prazer em estar confundido com o povo”²⁹ – e os elogios à construção de Brasília, dom Motta também brigava com o passado. Ao ser questionado sobre João Goulart, afirmou ser ele “um homem pessoalmente bom”, mas sem “o preparo necessário para a política”. Negou também que tenha

²⁷¹ BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida...*, op. cit., p. 357.

²⁷² GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record., 2014, p. 69.

²⁷³ “O cardeal quebra o voto de silêncio e fala sobretudo de política”. *Jornal do Brasil*, 29 jul. 1978, p. 14.

visitado Jango, junto a dom Hélder, no Palácio das Laranjeiras, pouco antes do golpe de 1964: “é mentira, é mentira!”. Em 1978, não queria reanimar velhos fantasmas (“nunca mais vi Jango”), mesmo falando, continuava a adotar o silêncio como forma de presença no mundo.

A rigor, a distância da política que pregava nos anos 1970, na verdade, nunca fez parte da sua própria trajetória. Como vimos, desde cedo, dom Motta procurou estar perto do poder. Chegou a ser vereador de sua cidade antes de se tornar padre e utilizou a influência da sua família tradicional para se aproximar de políticos e autoridades dispostas a contar com o apoio da Igreja. Como bispo, sempre se valeu da sua proximidade com o Estado para fazer valer os interesses eclesiais, como pudemos observar durante as suas passagens pela arquidiocese de São Luís e de São Paulo. Ao mesmo tempo, dom Motta nunca abdicou de pensar as questões religiosas, esforçando-se, ao contrário, para “derivar suas posições sociais de princípios evangélicos”.²⁷⁴ O cardeal se percebia como parte de uma unidade com os seus confrades, onde as divisões rígidas entre progressistas e conservadores não se sustentam.

Do ponto de vista da sua carreira religiosa, é importante observar que a passagem de dom Motta por outros países e, sobretudo, a sua estadia em Roma na juventude, explica parte das condições da sua consagração institucional. Porém, não se pode desconsiderar o peso desses recursos no desenvolvimento das habilidades de “interpretar os sinais dos tempos” e de expressá-los de acordo com o padrão que se impunha. Isso, sem dúvida, se refletiu, significativamente, na capacidade de dom Motta representar a Igreja nos frequentes encontros com membros da elite política e intelectual, de liderar a CNBB por cerca de seis anos e, ao mesmo tempo, garantiu, da forma mais eficiente, a manutenção da imagem de unidade institucional, pedra de toque do corpo episcopal.²⁷⁵

Além disso, notamos que a trajetória de dom Motta pode ser representativa de padrões de itinerários de frações importantes do alto clero que experimentaram os desafios da Igreja na Primeira República, o apogeu do modelo de neocristandade na Era Vargas e o estabelecimento de novas relações com o Estado nos anos 1950. Formado com o objetivo de “re Cristianizar a sociedade”, dom Motta e outros bispos da sua geração nunca abandonaram a ambição de manter a sua influência sobre a sociedade e os assuntos temporais. Quando se abriram às mudanças na Igreja a partir dos anos 1950, estabeleceram limites para a modernização institucional. Ao defender o nacionalismo econômico em voga, representavam, no limite, a estratégia reformista

²⁷⁴ MORAIS, João Francisco de. (1982). *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 31.

²⁷⁵ SEIDL, Ernesto. Lógicas cruzadas: carreiras religiosa e política. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 6, n. 11, 2012.

da “terceira via”, que rejeitava o extremismo de esquerda, mas também criticava o capitalismo.²⁷⁶

Nesse sentido, parece bastante simplista resumir a história de dom Motta à sua posição em 1964, quando ele se recusou a abençoar as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e não assinou a nota da CNBB em apoio ao golpe. Afinal, suas decisões naquele momento também foram atravessadas por laços pessoais – sua proximidade com Jango – e institucionais – era mais próximo de dom Hélder, que não apoiava iniciativas golpistas. No entanto, no discurso produzido pela memória da Igreja e endossada por alguns pesquisadores, para saudar a postura de dom Motta em 1964 é preciso diminuir a importância do seu anticomunismo histórico, por exemplo. Parece mais fácil colar o selo “progressista” no cardeal do que entender que a Igreja Católica não produzia um único discurso sobre o comunismo no Brasil dos anos 1960.²⁷⁷

Mais que isso, para celebrar a posição de dom Motta em 1964, a memória oficial da Igreja silencia sobre a sua passagem por Aparecida. Lá, como podemos ver, o cardeal não manteve distância dos militares. Pelo contrário, enquanto esteve à frente do Santuário Nacional, buscou fazer alianças com o regime a fim de angariar investimentos públicos para a construção da nova Basílica e garantir o bem-estar dos romeiros na cidade de Aparecida. Dom Motta também louvou a “integração nacional” levada a cabo pelos militares e viu com bons olhos o pedido de Castello Branco para que a imagem de Nossa Senhora Aparecida visitasse todas as regiões do país como forma de tornar a santa mais conhecida, mas também para fazer com que o comunismo perdesse terreno. Nos próximos capítulos, outras ações deixarão ainda mais evidente que a posição de dom Motta em relação ao golpe foi circunstancial e não deve ser vista como um resumo da sua trajetória, sobretudo, em tempos de ditadura. De todo modo, diante de todos os elementos de sua trajetória analisados neste capítulo, em que termos podemos falar de dom Motta como um bispo progressista?

Sob esse aspecto, a melhor reflexão de conjunto para entendermos as ambivalências na trajetória de dom Motta encontra-se nos trabalhos de Pierre Laborie, que considerou que a ideia de resistência francesa esteve por anos marcada por mitologias e heroísmos, entusiasmos cândidos e teorizações estéreis.²⁷⁸ Inspirado em Primo Levi, conhecido escritor italiano que

²⁷⁶ Cf. BERNAL, Sérgio. *CNBB: da Igreja da cristandade à Igreja dos pobres*. São Paulo: Loyola, 1989.

²⁷⁷ LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (1964...)*. Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 303-320.

²⁷⁸ LABORIE, Pierre. L'idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. In: Idem. *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Libération*. Paris: Seuil, 2003. p. 67.

sobreviveu a Auschwitz, Laborie sugeriu que a maioria dos franceses vivenciou os anos da ocupação e de Vichy de maneira ambivalente, entre apoio e rejeição, conforme as circunstâncias. É o que o autor definiu como um modo de *pensar-duplo*, capaz de abrigar escolhas opostas. A maioria dos franceses vivia nesta *zona cinzenta*, território onde as convicções eram frágeis, ambíguas e incertas: os franceses, em sua maioria, não foram primeiramente vichistas depois resistentes, pétainistas, depois gaullistas, mas puderam ser, simultaneamente, durante um tempo mais ou menos longo, e de acordo com os casos, um pouco dos dois ao mesmo tempo.²⁷⁹

Guardadas as devidas proporções, a interpretação de Laborie para o caso francês é interessante para pensarmos as relações de dom Motta – e por que não de boa parte do episcopado brasileiro – com a política ao longo do século XX. Nos anos 1930, o cardeal esteve engajado na manutenção da influência da Igreja sobre a sociedade, sendo abertamente anticomunista e antidivorcista. Ainda não era, longe disso, o arcebispo que adotaria uma posição permissiva com os avanços dos princípios do Vaticano II na arquidiocese de São Paulo e à frente da CNBB. Em 1964, dom Motta esteve menos comprometido com uma postura dita progressista do que indeciso entre a acomodação e a colaboração com o novo regime. Na *zona cinzenta*, portanto. O que disseram sobre a sua posição diante do golpe tem mais a ver com a trajetória da Igreja ao longo da década de 1970 do que com as suas ações do cardeal durante a maior parte da sua vida; tem mais a ver com a memória do que com a história.

Nesse sentido, de volta as memórias do padre Brustoloni, é possível notar seu *esquecimento* em relação ao fato de que os militares apoiaram as peregrinações não só no momento do pedido para que a imagem saísse da Basílica, mas em todo o aparato logístico que permitiu que a santa chegasse até as cidades mais longínquas do país. O Correio Aéreo Nacional participou ativamente das peregrinações levando Aparecida a mais de 15 estados. Por terra, os militares fizeram a guarda da imagem da santa ao longo das procissões e rezaram ao lado dos fiéis, ou seja, militares e devotos compuseram um ritual em que religião e civismo se misturavam. Por isso, ao não entrar no mérito do apoio dos militares à peregrinação nacional, Brustoloni ignora uma parte fundamental para que Aparecida fizesse as suas viagens e dissocia a participação em massa dos devotos da origem do pedido para que a santa deixasse a Basílica em “triunfante peregrinação” pelo Brasil.

Vale lembrar também que no âmbito federal, apesar de o presidente Castello Branco não ter participado pessoalmente de nenhuma procissão, ele garantiu que todos os custos da

²⁷⁹ LABORIE, Pierre. 1940-1944..., op. cit., p. 39.

peregrinação fossem financiados pelo Tesouro Nacional. Além disso, Castello Branco sempre se mostrou disposto a acolher os interesses do Santuário Nacional e de suas festividades. Em setembro de 1966, por exemplo, o presidente enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional solicitando a abertura de crédito suplementar de mais de 22 milhões de cruzeiros para que a arquidiocese da Cidade do México construísse um templo dedicado à Nossa Senhora Aparecida naquela capital.²⁸⁰ O projeto de lei foi elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores após o então arcebispo de Aparecida, dom Carlos Motta, apontar ao governo que o arcebispo primaz do México, dom Miguel Darío Gomez, tinha interesse em erigir uma igreja de Aparecida na sua diocese.

No Congresso Nacional, a maior parte dos deputados e senadores recebeu o projeto de lei como uma proposta de criação de uma espécie de “embaixada espiritual” no México. A única oposição foi a do deputado Getúlio Moura (MDB) que protestou contra o auxílio do governo federal para a construção de uma igreja dedicada à Aparecida no México enquanto a Catedral de Brasília erigida em nome da Padroeira do Brasil ainda estava inacabada.²⁸¹ Para o deputado, não havia problema no financiamento do governo na construção de igrejas, desde que os templos estivessem em território nacional. Por fim, o projeto foi aprovado e Nossa Senhora Aparecida foi exportada para outro país latino-americano com a ajuda financeira da ditadura.²⁸² Porém, tudo isso é ignorado pelos relatos de Brustoloni sobre a peregrinação nacional.

No pedido de Castello Branco enviado ao Santuário em 1965, Nossa Senhora Aparecida seria proclamada “Generalíssima das Gloriosas Forças Armadas” no dia 7 de setembro de 1966, o que acabou não ocorrendo como se esperava, com a participação de Castello Branco na missa do dia da Pátria na Catedral de Brasília.²⁸³ No entanto, isso não quer dizer que, sem a proclamação oficial, Aparecida não tenha sido reverenciada com esse título ao longo dos primeiros governos militares. Em 1964, o jornal *O Lampadário* de Minas Gerais já havia se referido à padroeira do Brasil como “Generalíssima do Exército Brasileiro” ao noticiar o retorno das tropas de Mourão à Juiz de Fora, a festa da população que recebeu os soldados e a imagem

²⁸⁰ BRASIL, Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei do Poder Executivo de nº 3.943*, de 1966. Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de CrS 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros) destinado a auxiliar a Arquidiocese da cidade do México na construção de um templo dedicado a Nossa Senhora Aparecida, naquela capital. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/217352> Acesso em: 31/07/2020.

²⁸¹ *Diário do Congresso Nacional* (Seção I) de 25/11/1966, p.6948.

²⁸² BRASIL, *Lei nº 5.292*, de 12 de janeiro de 1967. Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de CrS 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros)... Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/217352> Acesso em: 31/07/2020.

²⁸³ ANTOINE, Charles. *L'Église et le pouvoir au Brésil: naissance du militarisme*. Paris: Desclée de Brouwer, 1971. p. 137.

de Aparecida em cima de um tanque de guerra.²⁸⁴ Em 1966, as Filhas de Maria de Minas Gerais aclamaram Aparecida como “Senhora da Nação, Generalíssima de todos os corações, do Exército, da Marinha e da Aviação” e pediam para que a santa fosse a guia dos governantes.²⁸⁵ E até hoje, Aparecida é venerada com esse título, embora com menos fervor.²⁸⁶

Ora, a repercussão do título de Generalíssima das Forças Armadas atribuído à Aparecida entre os fiéis revela que a militarização da vida social e religiosa impulsionada pela ditadura e atestada pela intensa participação dos militares na peregrinação nacional da imagem da padroeira, por exemplo, não prejudicou a popularidade das peregrinações. Afinal, a exaltação excessiva das Forças Armadas nunca foi um problema para grande parte da sociedade já habituada à *mise-en-scène* militar.²⁸⁷ Além disso, o título conferia à Nossa Senhora Aparecida mais um lugar de honra, fato que merecia ser celebrado entre os devotos. Por isso, a padroeira do Brasil como Generalíssima das Forças Armadas pôde sintetizar o encontro entre a pátria e a religião que a ditadura foi capaz de propiciar, sob os aplausos e louvores de muitos devotos patriotas.

Assim, a partir da presença de Nossa Senhora Aparecida nas Marchas da Família em 1964 e ao longo da peregrinação nacional da imagem da santa entre 1965 e 1966, podemos perceber a figura da padroeira como uma expressão do encontro de valores comuns entre a ditadura e a sociedade, entre a Igreja e o regime. Um encontro que se deu nas ruas, em verde, amarelo e o azul do manto da Mãe Aparecida transfigurada em Mãe Pátria. Um encontro que em 1967, no Jubileu de 250 anos da Padroeira, revelaria, uma vez mais, que a fé cívica não era compartilhada apenas por aqueles que apoiaram o golpe e pelos entusiastas da ditadura, mas por todos que desejavam acreditar que eram, acima de tudo, católicos e brasileiros.

²⁸⁴ “Generalíssima do Exército Brasileiro”. *Semana Religiosa* (MG), 17 mai. 1964. p.1.

²⁸⁵ “À Imaculada Conceição”. *A Voz de Minas*, 26 nov. 1966. p. 5.

²⁸⁶ O portal oficial de notícias do Santuário fez questão de lembrar a importância do título em agosto de 2018. Ver: <https://www.a12.com/academia/artigos/os-titulos-de-aparecida-generalissima-do-exercito>.

²⁸⁷ CORDEIRO, Janaína Martins. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida? *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* (ANPUH), São Paulo: USP, 2011. p. 6.

CAPÍTULO 3

OS 250 ANOS DE APARECIDA E O GOVERNO COSTA E SILVA (1967)

“Não precisa mandar cópias aos marechais. No mais, um conselho, reze, reze muito: treze Ave-Marias e treze Padre-Nossos de cada vez. Em seguida, diga “Costa e Silva” treze vezes”²⁸⁸

No início de 1967, o governo Castello Branco se aproximava do fim desgastado e desacreditado. Grande parte da base política e social que havia apostado todas as suas fichas no nome do general de perfil “intelectual e civilista” para conduzir o processo *revolucionário* parecia decepcionada. No âmbito das Forças Armadas, a insatisfação dos militares da *linha dura* com a lentidão de Castello Branco ao realizar os expurgos na máquina pública gerou disputas internas que culminaram com a ascensão do general Artur da Costa e Silva como sucessor do primeiro general-presidente. Na economia, as medidas de saneamento financeiro não surtiram o efeito esperado e, embora a inflação tivesse sofrido baixas expressivas desde 1964, os índices ainda eram muito altos (40%) no final de 1966. Assim, uma densa atmosfera de descontentamento e impopularidade se formou contra a “ditadura dos militares” entre estudantes universitários e intelectuais, inclusive entre líderes civis do golpe, como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda.²⁸⁹

Além do fracasso da política econômica liberal, a falta de compromisso com as promessas de realização das eleições presidenciais e os atos autoritários de Castello Branco contribuíram significativamente para o desgaste do governo – ao menos entre aqueles que esperavam aparecer nas cédulas eleitorais do pleito de 1965. Afinal, nunca é demais lembrar que o presidente, tido como um líder moderado por muitos biógrafos e por determinada memória construída após o recrudescimento da ditadura, foi o responsável pelo AI-2 e pela criação do Serviço Nacional de Informações que auxiliou na repressão de milhares de opositores políticos ao longo do regime. Castello Branco também ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de “guerra interna”, decretou uma Lei de Imprensa restritiva e aprovou uma nova Constituição extremamente repressiva, que institucionalizou o estado de exceção, tornando constitucional o caráter *revolucionário* das medidas excepcionais decretadas nos atos institucionais e consagrando o reforço dos poderes presidenciais em detrimento da autonomia do Congresso Nacional.²⁹⁰

²⁸⁸ “O treze místico do “seu” Artur”. *Tribuna da Imprensa*, 22 jul. 1966. p.9.

²⁸⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil...*, op. cit., p. 58.

²⁹⁰ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 72.

Em 1967, chegou o barítono.²⁹¹ O general Costa e Silva, um dos maiores líderes da chamada linha dura, assumiu a presidência e herdou a insatisfação represada durante o governo Castello Branco. No primeiro ano de Costa e Silva no poder, embora o país tenha registrado crescimento econômico de 4,8%, os protestos contra o regime aumentaram e assumiram formas improváveis como a Frente Ampla empreendida por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart ainda em 1966 e que, nos primeiros meses de 1967, tensionava ainda mais o cenário político. Jornais que apoiaram o golpe, como *O Estado de São Paulo* e o *Correio da Manhã*, passaram a denunciar o arbítrio do governo e uma série de movimentos artísticos e culturais se articularam, embalados por canções de protesto. Os estudantes universitários também se mobilizaram contra a truculência do regime e parte da cúpula da Igreja Católica iniciou a transição para as linhas de defesa dos direitos humanos, gerando curtos-circuitos com os militares. O governo Costa e Silva respondeu com crescimento da violência política e das leis coercitivas. A repressão se intensificou e os órgãos de informação sofreram modificações significativas com o objetivo de combater a “subversão” até o fechamento do regime em 1968 com o Ato Institucional nº5.

A rigor, a imagem que ficou do governo Costa e Silva para a posteridade foi a de um presidente de perfil obtuso, de baixo nível intelectual e o principal responsável pelo AI-5. Nesse sentido, até a chegada de João Figueiredo ao poder, Costa e Silva teria sido o presidente que melhor teria encarnado a pecha de *gorila* ou ditador latino-americano de almanaque. A memória social tomou a *época de 1968* como a imagem de todo o governo, destacando as intensas mobilizações sociais contra o regime que tomaram as ruas do país e a violência desmedida e desproporcional de Costa e Silva e dos governos estaduais contra os estudantes. No âmbito da relação entre a Igreja e a ditadura, o ano de 1967 também é lembrado pelos atritos entre algumas organizações eclesiais e o governo. Os episódios da prisão dos monges beneditinos do Mosteiro do Vinhedo, em Campinas, onde se havia realizado o encontro clandestino da União Nacional dos Estudantes e a invasão policial do Convento das Perdizes, em São Paulo, são tomados como síntese do despertar da Igreja para a luta contra a ditadura.

Porém, algumas ambivalências precisam ser consideradas na análise do primeiro ano do governo Costa e Silva. Primeiramente, não se deve esquecer que o presidente assumiu o governo após uma longa campanha que tinha como principal objetivo fazer o general Costa e

²⁹¹ Expressão tomada por empréstimo de Elio Gaspari. Com base nos testemunhos dos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, o autor afirma que Castello Branco carregava com sarcasmo a própria impopularidade e costumava contar a história de um tenor que, cansado de ser vaiado, parou de cantar e disse: “Esperem o barítono”. Ver: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 334.

Silva conhecido e angariar o apoio necessário para conduzir seu futuro governo com estabilidade. Afinal, Costa e Silva tinha grande poder de influência junto às tropas e aos homens de ombros estrelados, mas carecia de penetração no meio popular e político. Além disso, no contexto da eleição indireta de 1966, para muitos meios de comunicação, Costa e Silva aparecia como o representante da esperança de retorno à normalidade democrática. Aliás, o próprio general, a exemplo de Castello Branco, fez promessas vazias nesse sentido, dizendo-se favorável a liberalização do regime e à promoção da reconciliação do país, tendo o homem como meta de seu governo. Por isso, para compreender o início do governo Costa e Silva, é preciso observar a sua busca por legitimidade na sociedade civil, bem como os acenos aos militares, a fim de garantir que a *revolução* continuaria.

Nesse sentido, o Jubileu de 250 anos de Nossa Senhora Aparecida em 1967 oferece um exemplo interessante para a compreensão das formas pelas quais o governo Costa e Silva buscou “quebrar o gelo” com a população valendo-se da tradição patriótica que há muito tempo reverenciava a Padroeira do Brasil como grande símbolo nacional. O Jubileu também coroava a forte relação da ditadura com o Santuário de Aparecida com base na memória da santa que abençoou a *revolução* em 1964 e continuou a espalhar as suas graças por todo o país ao longo do governo Castello Branco. Além disso, a participação de Costa e Silva nas festividades do Jubileu junto aos fiéis reforçava a ideia das peregrinações de 1965 e 1966 que consagraram a importância da união nacional e o elo patriótico estabelecido entre o governo e o povo aos pés de Aparecida.

Assim, para além das cores quentes com as quais as memórias das resistências pintaram a relação entre a ditadura e a sociedade, especialmente, no governo Costa e Silva, é preciso observar os tons cinzentos das complacências, das indiferenças ou mesmo das cumplicidades de parte da sociedade em relação ao regime durante o ano de 1967. Para isso, podemos recorrer à ideia proposta por Pierre Laborie, inspirado nas reflexões de Primo Levi, que observa uma *zona cinzenta* em que é possível observar a sociedade se posicionar ora como oposição, ora como apoio ao regime, ou nos dois espaços ao mesmo tempo.²⁹² No Jubileu de Aparecida, a ditadura dialogou com as zonas cinzentas ao mesmo tempo em que os brasileiros envolvidos nas festividades e os próprios bispos refletiram sobre a sua relação com o governo.

Da mesma forma, o conceito de consenso tal como trabalhado por Daniel Aarão Reis também pode ser muito útil para compreender a complexidade de comportamentos e atitudes sociais que se verificaram ao longo de toda a ditadura civil-militar e, neste particular no

²⁹² LABORIE, Pierre. 1940-1944..., op. cit., p. 40.

primeiro ano do governo Costa e Silva, visto que ao refletir sobre a Cuba revolucionária, o historiador aponta uma série de atitudes sociais possíveis diante de um regime autoritário:

[o conceito de consenso] designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência²⁹³

Portanto, ao utilizarmos o conceito de consenso para entender as complexas relações entre a sociedade e o governo Costa e Silva, não o entendemos como sinônimo de unanimidade ou apoio irrestrito. Tampouco, afirmamos que a participação de Costa e Silva nas festividades do Santuário tenha sido a única causa para a popularidade do Jubileu. Pelo contrário, estamos atentos às diversas formas a partir das quais os fiéis que acompanharam os festejos do Jubileu se relacionaram com o fato daquela festa ter contado com o apoio da ditadura, bem como às referências simbólicas e materiais que foram acionadas pela celebração cívico-religiosa com os quais os brasileiros puderam se identificar.

Mais do que isso, considerando o debate proposto pelo historiador Daniel Lvovich sobre a problemática do consenso sob ditaduras,²⁹⁴ assumimos o desafio de observar as mudanças de posição dos diferentes atores envolvidos com as celebrações do Jubileu ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, procuraremos ressaltar que as expressões esperanças em relação ao governo Costa e Silva não implicaram necessariamente a aceitação de cada uma de suas práticas. Assim, tomando o consentimento como uma das expressões da relação entre o governo Costa e Silva e a grande massa de fiéis que participou ativamente do Jubileu, este capítulo busca compreender o significado das celebrações dos 250 anos de Aparecida para a ditadura em 1967 e a sua importância para a renovação do consenso em torno do regime.

Uma Rosa para Aparecida, uma rosa para a ditadura

31 de dezembro de 1966. O general Arthur da Costa e Silva e sua esposa, dona Yolanda, desembarcavam em Roma depois de uma viagem de cinco dias pela Bélgica. Viajando o mundo em busca de apoio político internacional e de acordos comerciais favoráveis para o Brasil, o general estava com a sua agenda oficial repleta de audiências e reuniões com embaixadores, ministros e chefes de Estado. E já que estava de passagem pela Europa, não poderia deixar de ver o papa. Por isso, resolveu acertar uma visita ao Vaticano antes de viajar para Hong Kong.

²⁹³ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução e o socialismo em Cuba...*, op. cit., p. 387, nota 20.

²⁹⁴ LVOVICH, Daniel. "A questão do consenso durante a ditadura militar argentina: problemas metodológicos e contextos historiográficos (1976 -1983)". In: BEIRED, JLB., e BARBOSA, Cas (orgs.) *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Era uma visita de caráter particular, que não estava prevista no extenso roteiro do futuro presidente. Mesmo assim, quando Costa e Silva desembarcou no Aeroporto de Fiumicino, foi cercado por dezenas de fotógrafos que buscavam o melhor ângulo para captar a aclamação que um grupo de brasileiros residentes em Roma prestava ao presidente. Costa e Silva fez questão de apertar a mão de todos os homens presentes, beijar a mão das mulheres e afagar a cabeça das crianças antes de se dirigir ao embaixador do Brasil na Itália, Francisco Delamo Louzada, que esperava o general na saída do aeroporto. As autoridades se abraçaram e rapidamente o casal Costa e Silva e sua comitiva se deslocaram para o Grande Hotel.

O general passaria o primeiro dia de 1967 junto à sua esposa e em oração diante do altar do Colégio Pontifício Pio Brasileiro na missa de Ano Novo. Ao longo da semana, ainda deveria encontrar com o presidente italiano Giuseppe Saragat e com o primeiro-ministro Aldo Moro, além de visitar os escritórios da Organização das Nações Unidas (ONU) para Agricultura e Alimentação. Uma visita ao monumento construído em homenagem aos soldados brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial em Pistoia também foi marcada. Porém, Costa e Silva não conseguiu cumprir todo o roteiro. No segundo dia na Itália, o general ficou resfriado e cancelou quase todos os compromissos; apenas o encontro com o papa Paulo VI era inadiável e foi para ele que Costa e Silva guardou todas as suas energias.²⁹⁵

Assim, na manhã do dia 5 de janeiro, o general acordou bem-disposto e colocou aquela que considerou ser a sua melhor roupa: fraque, casaca e cartola. Ao chegar ao Vaticano, Costa e Silva foi recebido com toda a pompa e circunstância. Ao lado de dona Yolanda, o general passou em revista a Guarda Suíça que tocou o hino nacional brasileiro e formou em sua honra. O papa Paulo VI já aguardava pelo futuro presidente no terceiro andar do edifício central do Vaticano para uma conferência reservada na sua biblioteca.

Foi um encontro formal, mas caloroso para os padrões das audiências do pontífice. O papa e o general conversaram a sós por cerca de 20 minutos e, em seguida, entraram na sala de recepções oficiais abrindo espaço para que dona Yolanda, o coronel Mário Andreazza e a comitiva de Costa e Silva cumprimentassem o pontífice. Após os cumprimentos, todos se sentaram para ouvir o discurso que Paulo VI havia preparado. Em seu texto de duas laudas e meia, o papa lembrou as raízes das tradições de piedade cristã do Brasil e reconheceu os “problemas concretos e urgentes a serem resolvidos no plano social, político, econômico e cultural”, como “a desigualdade entre as classes, a integração dos imigrados, o desemprego e o desequilíbrio financeiro”.²⁹⁶

²⁹⁵ “Costa e Silva em Roma”. *O Cruzeiro*, 21 jan. 1967. p. 120.

²⁹⁶ “Paulo VI prevê futuro “magnífico”. *Jornal do Brasil*, 06 jan. 1967. p. 3.

Porém, Paulo VI não queria falar apenas sobre os “velhos problemas” do Brasil. O papa tinha seus olhos voltados para o *país do futuro*, no qual Costa e Silva figurava como presidente da República. O *Brasil do futuro* invocado por Paulo VI em seu discurso era

um país imenso em plena expansão, explorando todas as riquezas com as quais o Criador o dotou, com uma equipe de implementos agrícola e industrial na proporção de seus imensos recursos, que conseguem dar a todos os filhos não apenas pão e trabalho, mas o padrão de vida ao qual legitimamente podem aspirar, e que também - desenvolvimento que se estende além do plano puramente material – permita acesso cada vez mais amplo à cultura, aos valores do espírito; o Brasil que dá ao mundo, em número cada vez maior, não apenas de engenheiros e técnicos, mas de homens pensadores, escritores, artistas: esta é a nossa visão do futuro para sua terra natal²⁹⁷

A profecia de Paulo VI via em Costa e Silva o perfil de “um homem sincero, simples e decidido”, ideal para conduzir o Brasil rumo ao futuro.²⁹⁸ O pontífice não tinha dúvida de que o general não temeria enfrentar os dissabores com coragem no curso de sua magistratura e, para isso, a Providência o ajudaria na árdua tarefa.²⁹⁹

Ora, a razão do otimismo do papa não era somente a coragem de Costa e Silva, mas, sobretudo, a fé cristã dos brasileiros da qual o presidente dizia fazer uma profissão tão nobre e aberta. Nesse sentido, o futuro da pátria era certo porque estava plantado no catolicismo e o “Brasil de amanhã atingiria o seu pleno desenvolvimento, mostrando ao mundo que pode ser um grande país moderno”; porque “extraí de sua fé as energias espirituais necessárias para sua evolução, para garantir seu desenvolvimento em todos os níveis, para resolver seus problemas econômicos e sociais, por mais sérios que fossem”.³⁰⁰

Por fim, Paulo VI encerrou o seu discurso desejando que Deus guiasse e ajudasse Costa e Silva. Concedendo a benção apostólica em português, finalmente o papa permitiu que o presidente se aproximasse para um novo cumprimento e uma breve alocução. Segundo os correspondentes do *Jornal do Brasil* no Vaticano, Costa e Silva tinha a voz embargada quando iniciou sua fala, admitindo sentir o peso de representar “o povo que se orgulhava de ser o mais numeroso dentre os católicos do mundo”.³⁰¹ Em seguida, passou aos agradecimentos, recordando a oportunidade que teve de encontrar o papa em 1966 e lembrou da visita que o então cardeal Montini fez ao Brasil como arcebispo de Milão em 1960, quando ainda nem sonhava em se tornar o papa Paulo VI. A reportagem da revista *O Cruzeiro* captou bem a

²⁹⁷ PAULO VI. *Discurso de Sua Santidade Paulo VI ao Marechal Costa e Silva, Presidente do Brasil*. 5 jan. 1967. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/speeches/1967/january/documents/hf_p-vi_spe_19670105_presidente-brasile.html. Acesso em: 05/07/2022.

²⁹⁸ “Paulo VI deseja um Brasil maior”. *Voz Diocesana* (MG), 10 jan. 1967. p.1.

²⁹⁹ PAULO VI. *Discurso de Sua Santidade Paulo VI ao Marechal Costa e Silva, Presidente do Brasil...*, op. cit.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ “Costa e Silva convida para visita ao Brasil”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1967. p. 6.

emoção de Costa e Silva com a lembrança: o presidente precisou repetir as mesmas palavras duas vezes enquanto dona Yolanda, num misto de alegria e comoção, recorria ao lenço para enxugar os olhos.

O futuro presidente acolhia a estima do pontífice reconhecendo a sua “paternal preocupação” em relação aos graves problemas com os quais o governo deveria se defrontar, mas valorizava ainda mais “o hino de confiança e de otimismo no futuro do Brasil” que Paulo VI havia pronunciado. Costa e Silva afirmou o seu compromisso com a resolução dos problemas apontados pelo papa e dizia tê-los como eixo do seu “programa de governo, cuja meta principal era o homem, através do bem-estar social.”³⁰² Em sintonia com os votos de Paulo VI, o presidente entendia que os objetivos do seu governo só poderiam ser alcançados com o auxílio da Divina Providência e gostaria de contar com a “valorosa colaboração” da Igreja.³⁰³ Ao final do discurso, Costa e Silva fez questão de deixar as portas abertas para que o Paulo VI pudesse ver de perto o alvorecer do *pais do futuro*, transmitindo assim o apelo de milhões de brasileiros para que o papa visitasse o Brasil.

Após a audiência com Costa e Silva, Paulo VI recebeu alguns jornalistas brasileiros para uma rara entrevista e reforçou o seu otimismo pelo Brasil e sua confiança no general. O papa acreditava que o novo presidente poderia contar com um “povo bom, trabalhador, honesto e cristão” e disse estar muito satisfeito com o ímpeto de Costa e Silva em “promover o bem-estar através de um programa social e de equilíbrio financeiro”.³⁰⁴ No entanto, os elogios do papa a Costa e Silva não eram uma novidade, visto que o pontífice sempre buscou temperar suas críticas ao regime brasileiro com palavras de apoio e discrição.³⁰⁵ O que todos os jornalistas queriam mesmo saber era se Paulo VI aceitaria o convite do general e se tornaria o primeiro pontífice a pisar em solo brasileiro. Por isso, não demorou muito para que o papa fosse questionado sobre o convite. Diante da curiosidade dos jornalistas, Paulo VI respondeu de modo reticente: “Quem sabe... é difícil, não é muito fácil”.³⁰⁶ A ausência de um “sim” categórico desapontou os jornalistas. Afinal, desde a eleição do cardeal Montini, os brasileiros aguardavam pela visita do papa. Porém, a comitiva não teve muito tempo para digerir a resposta lacunar de Paulo VI, pois o papa logo anunciou uma grande notícia em primeira mão: no transcurso da comemoração dos 250 anos de Nossa Senhora Aparecida enviaria à Basílica da Padroeira do

³⁰² “Rosa de Ouro para N. S^a. Aparecida”. *O Cruzeiro*, 21 jan. 1967, p. 120.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ “No roteiro de Costa e Silva, a benção de Paulo VI”. *Manchete*, 21 jan. 1967, p. 103.

³⁰⁵ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra...* op. cit., p. 169.

³⁰⁶ Idem.

Brasil uma Rosa de Ouro. “Estás contentes?”, perguntou o papa aos jornalistas perplexos com a notícia.³⁰⁷

De fato, não era uma notícia qualquer. A rigor, a honraria anunciada pelo papa era quase tão relevante quanto a própria visita papal. Até aquele momento, só a Basílica de Nossa Senhora de Guadalupe, no México, e o Santuário de Nossa Senhora de Fátima, em Portugal, tinham tido o privilégio de receber a Rosa de Ouro durante o pontificado de Paulo VI. O ornamento precioso, lavrado de ouro puro e pedras preciosas, remontava à Igreja dos tempos da Idade Média, quando os papas tinham o costume de oferecer rosas de ouro aos soberanos leais à Santa Sé como símbolo permanente de reverência, estima e afeição.³⁰⁸

Em relação ao Brasil, havia um fato histórico interessante em relação à Rosa: a primeira e única personalidade a recebê-la tinha sido a princesa Isabel por ter assinado a Lei Áurea em 1888. A Rosa de Ouro desfrutava de grande prestígio entre os católicos brasileiros que visitavam a Catedral do Rio de Janeiro onde o ornamento estava exposto desde 1946, quando o príncipe dom Pedro Henrique doou a Rosa à Arquidiocese do Rio, por ocasião do centenário da princesa Isabel.³⁰⁹ Vale lembrar também que na época das Marchas da Família com Deus pela Liberdade em 1964, a Rosa de Ouro recebida pela princesa Isabel foi interpretada como um sinal antigo da “vocalção do Brasil para a paz”, pois segundo os grupos que apoiaram a queda de João Goulart, a *revolução* venceu sem guerra civil assim como a libertação dos escravos teria acontecido sem derramamento de sangue.³¹⁰

No entanto, em 1967, a oferta da Rosa de Ouro anunciada pelo papa a Costa e Silva e aos jornalistas possuía um significado diferente. Para o general, se a primeira Rosa de Ouro tinha sido concedida para comemorar a libertação dos escravos, a segunda Rosa deveria ser “um penhor especial de Aparecida” para que o seu governo conseguisse garantir “a completa independência, com a libertação econômica e social do Brasil”.³¹¹ Assim, na visão de Costa e Silva, a Rosa ofertada pelo papa ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida representava não só uma homenagem da Santa Sé à padroeira do Brasil, mas um pendão de esperança para que o

³⁰⁷ “Papa renova as esperanças de visitar breve a América Latina”. *Jornal do Brasil*, 06 jan. 1967. p. 3.

³⁰⁸ A Rosa de Ouro tem um significado religioso muito importante para a Igreja Católica por refletir a majestade de Cristo a quem os profetas do Antigo Testamento se referiam como “a flor do campo e o lírio dos vales”. Segundo o papa Leão XIII, quando incensada, a Rosa exala o odor doce de Cristo que deve ser difundido extensamente por seus seguidores fiéis e os espinhos e o matiz vermelho relembram a sua paixão. Cf. BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*. São Paulo: Ed. Santuário, 1998, pp. 364-365.

³⁰⁹ BRUSTOLONI, op.cit. p. 366.

³¹⁰ SILVA, Wellington Teodoro da. *Catolicismo e golpe de 1964...*, op. cit., p. 273.

³¹¹ “Rosa de Ouro visita hoje a Guanabara”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1967. p. 1.

seu governo começasse a construir o *país do futuro* de que Paulo VI falava em seu discurso de boas-vindas ao presidente no Vaticano.

No Santuário Nacional, a notícia de entrega da Rosa foi recebida com muita empolgação. O arcebispo, dom Carlos Motta, promulgou um Ano Mariano repleto de indulgências plenárias³¹² e benefícios espirituais com o objetivo de atrair mais fiéis para a Basílica e celebrar a padroeira. Para a Igreja, a Rosa de Ouro significava o reconhecimento papal da devoção centenária de milhões de brasileiros. Para a ditadura, o presente pontifício significava um gesto de confiança do papa no novo Brasil que o regime estava construindo. Em princípio, significados distintos. Mas, na celebração do Jubileu, eles se completariam.

A esperança chama-se Costa e Silva

Em 15 de março de 1967, Costa e Silva tomou posse com promessas de “governar para o povo”, “respeitar o Legislativo”, “multiplicar as oportunidades de educação” e “reatar os entendimentos com as classes trabalhadoras e estudantis”. Em seu discurso de posse, citando o padre Vieira, o presidente afirmou que “para acertar só existe um caminho e são infinitos os caminhos para errar” e que, graças a Deus, o Brasil havia encontrado o caminho para acertar.³¹³ Nesse sentido, Costa e Silva buscava se nutrir da frustração que impregnara determinados segmentos sociais outrora apoiadores do golpe e, assim, alimentou as esperanças de inauguração de uma nova fase de “compreensão democrática” e *abertura*, ainda que mal definida.³¹⁴

Acreditando na promessa do novo presidente de respeitar os valores democráticos, até mesmo a oposição passou a apostar na retomada de diálogo entre o Executivo e o Congresso Nacional. Parlamentares do MDB procuraram reforçar os poderes do Legislativo e, assim, obter uma participação mais efetiva no processo político, fiscalizando as ações do governo. Com esse objetivo, iniciaram uma campanha oposicionista, inclusive com o apoio de membros da ARENA, que visava revogar leis decretadas por Castello Branco.³¹⁵ Além disso, como

³¹² A doutrina católica sobre as indulgências sempre pareceu confusa para grande parte dos fiéis. O Catecismo da Igreja afirma que as indulgências plenárias têm o poder para apenas “apagar” as consequências dos pecados cometidos pelos fiéis e pelas almas que já se encontram no Purgatório desde que o penitente faça a sua confissão individual com o padre, receba a comunhão e reze ao menos um pai-nosso, uma ave-maria e um credo em favor do papa. No entanto, na prática, a teoria sempre foi outra desde a Idade Média. A maior parte dos fiéis entende as indulgências como o “perdão dos pecados” e, em 1967, esse era mais um atrativo para que milhares de devotos participassem dos festejos da Padroeira.

³¹³ BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de presidente: discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE Editora, 2004. p. 282.

³¹⁴ MARTINS FILHO, José Roberto. *O palácio e a caserna...*, op. cit., p. 141.

³¹⁵ VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, jan./abr. 2013. p. 352.

observou José Roberto Martins Filho, setores oposicionistas e do empresariado nacional também saudaram os sinais de modificações na política econômica³¹⁶ e expressaram confiança no possível “repúdio ao intervencionismo estrangeiro e no patrocínio da burguesia nacional”.³¹⁷

Assim, em torno da posse de Costa e Silva criou-se uma “expectativa simpática”³¹⁸ que o presidente prometeu suprir com o “amparo de Deus” e em honra ao “grandioso movimento cívico, que levou às ruas e às praças homens e mulheres, jovens e velhos, dispostos a lutar por Deus e pela Nação” em 1964.³¹⁹ Desta forma, Costa e Silva renovava o credo *revolucionário* e apesar de todas as divergências que possuía com Castello Branco, não pretendia romper a tradição de devoção à padroeira da *revolução* que seu antecessor manteve ao longo de todo o governo.

Para isso, além dos votos de esperança do papa Paulo VI, Costa e Silva contou com o consentimento da CNBB que manteveum tácito acordo feito no governo Castello Branco, revelado pelo arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, pelo qual o governo não prenderia padres envolvidos com organizações oposicionistas sem o conhecimento prévio dos bispos.³²⁰ Além disso, a CNBB manteve-se refratária aos ventos de renovação que sopraram do Concílio Vaticano II e da reunião extraordinária do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) em Mar del Plata, em outubro de 1966. Na Assembleia Geral de maio de 1967, reunida no Santuário de Aparecida, a maioria dos bispos brasileiros evitou atacar o governo, a repressão e o modelo econômico, embora considerassem “o capitalismo injusto e opressor”.³²¹

Portanto, foi nesse clima de *paix de Dieu* celebrado entre a Igreja e a ditadura que o Jubileu de Nossa Senhora Aparecida foi organizado. No terceiro domingo da Quaresma, celebrado no dia 5 de março de 1967, o papa Paulo VI abençoou a Rosa de Ouro na Capela Sistina e rezou para que Aparecida intercedesse junto a Jesus pelo progresso espiritual e material do Brasil.³²² No entanto, o presente não seria entregue pelo papa pessoalmente, frustrando as expectativas de Costa e Silva e outros presidentes latino-americanos, como o argentino Juan Carlos Onganía e o chileno Eduardo Frei, que sonhavam com a visita papal à América do Sul.³²³ Paulo VI determinou que o cardeal Amleto Cicognani, secretário de Estado do Vaticano, o representasse na cerimônia de entrega da Rosa marcada para o dia 15 de agosto.

³¹⁶ MARTINS FILHO, José Roberto. *O palácio e a caserna...*, op. cit., p. 141.

³¹⁷ “Costa pode definir novo nacionalismo”. *Correio da Manhã*, 14 fev. 1967. p. 8.

³¹⁸ “Esperneio”. *Correio da Manhã*, 11 mar. 1967. [editorial].

³¹⁹ BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de presidente: discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE Editora, 2004. p. 279.

³²⁰ GASPARI, Elio *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 253.

³²¹ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)...*, op. cit., p. 104.

³²² “Papa benze a Rosa de Ouro”. *Voz Diocesana (MG)*, 31 mar. 1967. p. 1.

³²³ “Paulo VI poderá vir a convite de Costa”. *Correio da Manhã*, 3 fev. 1967. p. 1.

Logo após a bênção do Papa, a Rosa de Ouro passou a ser aguardada com muita ansiedade no Santuário Nacional. Os jornais anunciaram a entrega do presente papal com muito entusiasmo. Todos os devotos da padroeira foram convocados a guardar o dia 15 de agosto como “um arco do triunfo da história religiosa do Brasil católico”.³²⁴ Romeiros de todo país começaram a organizar caravanas para o Santuário e os hotéis do Vale do Paraíba esgotaram as suas reservas em abril. A importância da cerimônia era tanta que um grupo de católicos fez um abaixo-assinado contra o Hotel Glória, do Rio de Janeiro, por organizar um baile de Carnaval chamado Rosa de Ouro. Segundo os fiéis, as Rosas de Ouro ofertadas pelo papa não poderiam ser confundidas com o nome de “festas profanas que desonravam a cultura e a civilização” brasileira.³²⁵

Em Brasília, as homenagens à Aparecida levaram a primeira-dama Yolanda da Costa e Silva a se engajar na campanha nacional para angariar fundos para a conclusão das obras da Catedral de Brasília que tinha Nossa Senhora Aparecida como padroeira. Em maio de 1967, dona Yolanda se reuniu com o arcebispo dom José Newton de Almeida Baptista e com o governador do Distrito Federal, Plínio Almeida, para elaborar um plano de arrecadação para a catedral. Ficou acertado que uma conta no Banco do Brasil seria aberta para recolher os recursos e que a primeira-dama contaria com a ajuda de todas as esposas dos governadores brasileiros para fazer a campanha intitulada “Todas as Marias”.³²⁶ A ideia era que todas mulheres brasileiras chamadas “Maria” contribuíssem com um cruzeiro novo para ajudar na construção da catedral. Como recompensa, as doadoras teriam os seus nomes escritos no Livro de Ouro que ficaria depositado “para sempre aos pés da imagem de Nossa Senhora Aparecida”.³²⁷

Assim, os preparativos para a entrega da Rosa de Ouro envolveram o esforço do governo e da Igreja para que o Jubileu de Aparecida se tornasse uma forte expressão da união de todos os brasileiros em torno da fé não só na padroeira, mas também no prometido *Brasil do futuro* que estava por ser construído pelo governo Costa e Silva, com o amparo de Deus e Nossa Senhora. A cidade de Aparecida não se preparava apenas para receber a Rosa de Ouro, como um mero objeto sacro, mas também reservava um lugar especial para o presidente Costa e Silva e todas as autoridades que representavam a união da sociedade com os militares pelo bem da nação. Nesse sentido, a Rosa de Ouro também simbolizava a esperança nas promessas de Costa

³²⁴ “A segunda rosa numa longa amizade”. *Jornal do Brasil*, 08 mar. 1967. p. 2.

³²⁵ “Onde está a Rosa de Ouro”. *Jornal do Commercio*, 12 mar. 1967. p. 8.

³²⁶ “Campanha vai terminar Catedral”. *Voz Diocesana* (MG), 10 mai. 1967. p. 1.

³²⁷ “Marias de todo o Brasil constroem a Catedral de Maria, em Brasília”. *Voz Diocesana* (MG), 10 ago. 1967. p. 3.

e Silva de que “mercê de Deus, o Brasil havia encontrado o seu caminho depois de tantos descaminhos”.³²⁸

A misericórdia de Aparecida

No dia 31 de março de 1967, a ditadura comemorava o terceiro aniversário do golpe. Sinos das igrejas de todos os estados ressoaram a Ave-Maria como ação de graças pela vitória de Nossa Senhora em 1964. Na Candelária, o novo ministro da Justiça, general Gama e Silva, manifestou o seu agradecimento a Deus e pediu que “Aparecida, Padroeira do Brasil, iluminasse os governantes para a concretização dos ideais democráticos e de justiça social da revolução”.³²⁹ Como oferta de gratidão pelo milagre *revolucionário*, o ministro e o presidente Costa e Silva assinaram um decreto que concedeu indulto a todos os sentenciados primários condenados a penas de até quatro anos de prisão, incluindo os presos por delitos políticos, e comutou as penas de condenados a até 30 anos de prisão.³³⁰

O indulto de Costa e Silva foi decretado três meses depois de Castello Branco ter concedido um benefício parecido por ocasião do Natal de 1966.³³¹ No entanto, nas palavras do então ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), general Peri Belivacqua, a atitude de Costa e Silva revelava um ato de clemência que enchia o Poder Judiciário de satisfação e fazia todos os brasileiros sentirem orgulho do seu presidente da República. Na visão do general, daquela forma, Costa e Silva demonstrava que o governo estava “preocupado com a pacificação do espírito do povo brasileiro”.³³² Até mesmo o jurista Raul Lins e Silva, de perfil progressista e notório advogado de presos políticos no Estado Novo, considerou o indulto de Costa e Silva uma medida pacificadora, exemplar e importante para a garantia da futura anistia para os condenados desproporcionalmente no imediato pós-golpe.³³³

³²⁸ BONFIM, op. cit. p. 279.

³²⁹ “Castelo faltou à missa oficial”. *Correio da Manhã*, 01 abr. 1967. p. 9.

³³⁰ BRASIL, *Decreto 60.522*, de 31 de março de 1967. Concede indulto a sentenciados e comuta penas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60522-31-marco-1967-401576-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10/08/2020.

³³¹ O indulto concedido por Castello Branco através do decreto 59.574, no final de 1966, beneficiou pelo menos 3 presos políticos em Minas Gerais: Antônio Orlandini de Araújo, Belisário Ferreira Rodrigues e o deputado estadual e líder sindical José Gomes Pimenta, conhecido como Dazinho. Todos eles eram ligados ao operariado católico e foram presos pelo DOPS em 1964. Dazinho, por exemplo, teve o seu mandato cassado pela Assembleia Legislativa de Minas e os seus direitos políticos suspensos por 10 anos. O deputado foi condenado a 10 anos pelo Conselho Extraordinário da 4ª Região Militar e depois teve a pena reduzida para dois anos e três meses pelo STM. Após a publicação do indulto natalino de Castello Branco, o advogado Jair Leonardo Lopes requereu o benefício a Dazinho junto à auditoria militar que acolheu o pedido da defesa e destacou o “comportamento exemplar” do deputado na cadeia. Dazinho deixou a prisão no dia 19 de abril de 1967 após 750 dias, mas permaneceu inelegível por 10 anos.

³³² “Indulto presidencial atinge preso político”. *Correio da Manhã*, 01 abr. 1967. p. 9.

³³³ “Raul Lins defende anistia como ato de exemplo”. *Correio da Manhã*, 9 abr. 1967. p. 8.

Em agosto de 1967, o deputado Cunha Bueno (ARENA-SP) subiu à tribuna do Congresso Nacional e fez um apelo ao ministro da Justiça e ao presidente Costa e Silva para que o governo concedesse um novo indulto “a todos os criminosos primários”.³³⁴ Segundo Cunha Bueno, a atitude de Costa e Silva poderia se revelar como mais um ato generoso do presidente e reafirmar a importância do perdão e da reconciliação na sociedade brasileira naquele momento. Os deputados do MDB, como o padre Antônio Batista Vieira, endossaram o pedido de Cunha Bueno e o presidente Costa e Silva acabou atendendo aos apelos do Congresso. No dia 15 de agosto, data de entrega da Rosa de Ouro ao Santuário de Aparecida, o presidente assinou o decreto nº 61.155-A que concedia indulto a sentenciados primários, condenados às penas privativas da liberdade até 3 anos e 1 dia, e que tivessem, efetivamente, cumprido com exemplar conduta carcerária, pelo menos 1/3 da pena, até a data de publicação do decreto.³³⁵

O texto do decreto considerava a celebração do Jubileu de 250 anos de Nossa Senhora Aparecida um evento que merecia ser assinalado por um ato de solidariedade humana e de clemência, que fizesse honra ao papa Paulo VI “pelo seu gesto de amor ao Brasil”. Por isso, a concessão do perdão aos sentenciados “em condições de merecê-lo e proporcionar novas oportunidades aos que se mostram recuperados para o convívio social” simbolizava um ato de acolhimento aos valores cristãos e principalmente do exemplo misericordioso de Nossa Senhora.³³⁶

Assim como o indulto pelo terceiro aniversário do golpe em março, o decreto de Costa e Silva em agosto de 1967, por ocasião da entrega da Rosa de Ouro, também previa a liberdade de presos políticos.³³⁷ Porém, o perdão da ditadura possuía limites e Luiz Gonzaga dos Santos, vice-prefeito de Natal quando do golpe de 1964, os conheceu muito bem. Filiado ao PCB, Luiz Gonzaga dos Santos foi um dos primeiros políticos a serem atingidos pela repressão que se abateu no país logo após o golpe. No dia 2 de abril de 1964, o pecebista foi afastado do cargo de vice-prefeito para o qual fora eleito e em seguida teve o seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 1, com supressão dos direitos políticos e a consequente perda de vencimentos e de suas funções de servidor público. Ficou preso por sete meses, sob as alegações de ser um político “ligado aos esquerdistas, com referência especial ao presidente João Goulart”. Em 1965,

³³⁴ *Diário do Congresso Nacional* (Seção I) de 10/08/1967, p. 4326.

³³⁵ BRASIL, *Decreto 61.155-A*, de 15 de agosto de 1967. Concede indulto a sentenciados, comemorativo do recebimento da Rosa de Ouro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61155-a-15-agosto-1967-402452-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 05/07/2022.

³³⁶ *Idem*.

³³⁷ Embora o decreto não mencionasse especificamente o caso dos presos políticos, a procuradoria da Justiça Militar defendeu que o indulto fosse estendido àqueles que tivessem sido condenados pelo STM. Cf. “Procurador quer estender indulto à Justiça Militar”. *Correio da Manhã*, 20 out. 1967. p. 8.

Luiz Gonzaga foi solto, mas continuou respondendo a um Inquérito Policial Militar (IPM). Diante do clima de perseguição à sua família em Recife, mudou-se para a cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, onde passou a exercer a atividade de comerciante.³³⁸

Enquanto esteve preso em Recife, Luiz Gonzaga dos Santos relatou aos seus familiares a série de maus-tratos e sevícias a que era constantemente submetido pelos militares em troca de informações sobre as organizações de esquerda em Pernambuco. Em 16 de junho de 1967 foi julgado e condenado, à revelia, pela Auditoria da 7ª Região Militar de Recife com pena de 15 anos de reclusão por crime contra a segurança nacional. Foi preso pelo DOPS em 1º de agosto de 1967 e levado para o III Regimento de Infantaria do bairro de Neves, em Niterói, por ser oficial da reserva. Dias depois, Luiz Gonzaga foi transferido para o DOPS de Recife para assinar o indulto que Costa e Silva havia concedido, mesmo sob os protestos dos médicos do quartel que alertaram sobre os riscos da longa viagem para o preso que sofria de problemas cardíacos e encontrava-se muito debilitado.

No dia 15 de setembro de 1967, a esposa de Luiz Gonzaga, Maria de Lourdes Barbalho dos Santos, recebeu a notícia da morte do marido. Não foi possível se despedir. Ele já havia sido enterrado no cemitério Santo Amaro, no Recife. O atestado de óbito, assinado pelo médico Elói Farias Teles, aponta que Luiz Gonzaga dos Santos faleceu no dia 13 de setembro, em razão de um edema agudo de pulmão e insuficiência cardíaca, no Hospital Geral do Exército no Recife. O boletim médico do hospital descreve que no momento da internação Luiz apresentava vômitos intermitentes, por três dias, bem como episódio de falta de ar.³³⁹ O advogado Vivaldo Vasconcelos cobrou que o STM apurasse as condições da morte de Luiz Gonzaga, mas ouviu do procurador Francisco de Paula Aciole que o ex-vice-prefeito havia sido transferido para cumprir 15 meses de prisão por ter participado do Grupo dos Onze no Rio Grande do Norte e que Luiz recebeu “tratamento humano” por parte dos oficiais da Casa de Detenção do Recife.³⁴⁰ Segundo o advogado, Luiz Gonzaga merecia o indulto por ter cumprido um terço da pena. Porém, a ditadura não o perdoou. Luiz morreu indultado, sem a misericórdia de Aparecida.³⁴¹

³³⁸ PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: Relatório Final* (volume I). Recife: CEPE, 2017. p. 78.

³³⁹ BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 102-103; SCHMIDT, Crimeia et al (Orgs.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p.109-110.

³⁴⁰ “Comandante esclarece ao auditor a morte do ex-vice-prefeito de Natal”. *Diário de Pernambuco*, 21 out. 1967. p.7.

³⁴¹ Em decisão do dia 10 de abril de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Luiz Gonzaga dos Santos. As investigações

Retomar o caso de Luiz Gonzaga dos Santos é importante, pois nos ajuda, em primeiro lugar, a pensar sobre a concessão de indultos dentro de uma lógica muito própria à ditadura brasileira, que foi a preocupação dos militares em “legalizar o regime”, tornando institucionais as arbitrariedades e, portanto, negando o caráter ditatorial dos governos, uma vez que amparados na lei. O tema carece de mais estudos, mas é possível observar os indultos como instrumentos legais que serviam como contraponto às acusações de que o regime era implacável com seus opositores. Na lógica dos militares, eles não poderiam ser incriminados se expressavam clemência ao decretar indultos regularmente. No entanto, o caso de Luiz Gonzaga dos Santos demonstra muito bem os limites de tais medidas.

Oficialmente, o ex-vice-prefeito de Natal faleceu de morte natural, edema agudo de pulmão e insuficiência cardíaca, no Hospital Geral do Exército no Recife, conforme o atestado de óbito do médico dr. Elói Farias Teles. Porém, desde sua prisão no estado do Rio de Janeiro em 1º de agosto de 1967, por força da condenação pela Auditoria da 7ª Região Militar no Recife, e a data de seu falecimento, situações e documentos levantam concretas dúvidas, deixam indagações sem respostas e incongruências expostas.

De acordo com as informações levantadas pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, a ficha de referência, datada de 7 de março de 1972, do Serviço de Cadastro e Documentação do Departamento de Polícia Política e Social da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, aponta registro da apresentação de Luiz Gonzaga, em 1º de agosto de 1967, àquele departamento, em face da condenação pela Auditoria da 7ª Região Militar, conforme o Boletim de Preso. No entanto, o registro seguinte datado de 2 de agosto de 1967 indica que ele teria sido posto em liberdade, ao apresentar alvará de soltura emitido pelo senhor Godofredo Ferreira da Silva Filho, delegado de Vigilância, Capturas e Menores, autoridade sem competência para o ato e texto incompatível para seu fim.

No entanto, conforme o relato da viúva Maria de Lourdes Barbalho dos Santos, em petição à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, seu marido, após a prisão em 1º agosto de 1967, por ser oficial da reserva (CPOR), foi preso no Quartel do Exército do bairro de Neves, em Niterói-RJ. Sendo permitida sua visita diária a Luiz Gonzaga dos Santos, este reclamava como vinha sendo tratado. Ora, se ele estava preso no Quartel do Exército, pela condição de

realizadas pela Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Hélder Câmara concluíram que Luiz Gonzaga dos Santos morreu sob a custódia do Estado brasileiro em estabelecimento militar, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos. A Comissão recomendou a apuração das circunstâncias da morte, identificação e responsabilização dos agentes do Estado envolvidos, através do prosseguimento do Inquérito Civil nº 1.26.000.002217/2015-87, em andamento. Em 2014, com um gesto simbólico, a Câmara Municipal de Natal anulou o impeachment de Luiz Gonzaga dos Santos e do então prefeito Djalma Maranhão.

oficial, como poderia ter sido apresentado em departamento da Polícia Civil? E mais, preso por ordem da Auditoria Militar em decorrência de condenação penal, o delegado poderia emitir alvará de soltura? Informa ainda a senhora Maria de Lourdes Barbalho dos Santos, que sem nenhum aviso, ao chegar a uma de suas visitas diárias foi comunicada que Luiz Gonzaga dos Santos fora transferido para o Recife para assinar um indulto, posto que sua condenação se dera pela Auditoria da 7ª Região Militar sediada na capital de Pernambuco.

O relatório da Comissão de Mortos e Desaparecidos afirma que não há possibilidade de veracidade da afirmação de indulto, pois Luiz Gonzaga dos Santos foi condenado a 15 anos de reclusão à revelia, com trânsito em julgado da sentença em 16 de julho de 1967, permanecendo inicialmente 7 meses detido. A nova detenção tinha cerca de um mês, que corresponde a 4,4% da pena.³⁴² Porém, o decreto nº 61.155-A, baixado por Costa e Silva em razão das comemorações do Jubileu de Aparecida, contraria a afirmação de que não havia “qualquer registro histórico de benefício de indulto neste período para condenados a crimes políticos”. Em tese, o ex-vice-prefeito de Natal poderia sim ser beneficiado pelo indulto de Costa e Silva, mas nada explica a razão da sua transferência para Recife.

Aliás, de acordo com o relatório, não há registro documental da transferência, bem como o seu ingresso e apresentação na Companhia de Guardas. Ainda, segundo a própria Maria de Lourdes Barbalho dos Santos, a comunicação da morte do marido se deu dois dias após ela tomar conhecimento de sua transferência para Recife. Ocorre que, de acordo com o atestado de óbito, o falecimento se deu em 13 de setembro de 1967 e o ofício da Companhia de Guardas apresentando a vítima ao diretor do Hospital Geral do Exército do Recife é datado de 11 de setembro de 1967, ou seja, coincidentemente dois dias antes de sua morte. Portanto, além das inconsistências de data, o boletim do Hospital Geral do Exército descreve que na internação, Luiz Gonzaga apresentava vômitos intermitentes, por três dias, bem como episódio de hipóxia.

Nestas condições, parece evidente que a demora no atendimento e adoção das medidas necessárias pelos agentes do Estado, para reguardo da saúde e da vida de Luiz Gonzaga sob custódia, concorreu para a sua morte. Até porque tratava-se de uma pessoa com problemas cardíacos que exigiam medidas urgentes, que não foram adotadas. Nesse sentido, mesmo que não se possa descaracterizar que a morte ocorreu em razão dos problemas cardíacos apresentados por Luiz Gonzaga dos Santos, o relatório tem razão ao pontuar que “não se pode

³⁴² BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. pp. 102-103; SCHMIDT, Crimeia et al (Orgs.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 109-110.

excluir a responsabilidade indireta da União e seus agentes pelo estado anímico do preso e, diretamente, pela incúria ao retardar o encaminhamento de um preso ao hospital, que há três dias apresentava vômitos e falta de ar”.³⁴³

Além disso, não se pode deixar de considerar toda a violência que reveste o caso de Luiz Gonzaga do Santos: a condenação de 15 anos de reclusão por razões ideológicas e ligação com o governo João Goulart; uma sentença condenatória à revelia sem qualquer justificativa; o encaminhamento para um departamento da Polícia Civil quando tinha o direito de ser apresentado a um quartel em face da sua condição de oficial da reserva. Por fim, a violência contra a família: o enterro em Recife, local sem qualquer vínculo com os seus entes queridos e anterior à própria comunicação de sua morte. Tudo isso oferece uma perspectiva mais complexa sobre os festejos de Aparecida, uma vez que exemplifica uma mescla de coerção e consenso que caracterizou a ditadura: enquanto milhares de devotos celebravam a sua padroeira, com o patrocínio de Costa e Silva, a repressão estatal agia contra aqueles que não poderiam fazer parte da festa, contando com a indiferença, o silêncio, o apoio e o sentimento de absoluta impotência diante do poder ditatorial.

“Em Aparecida, todos se sentem irmãos, em um só coração”³⁴⁴

“Então, amanhã é o grande dia?”, perguntou o arcebispo de Aparecida, dom Carlos Motta a Costa e Silva, assim que o presidente desembarcou do avião da Força Aérea Brasileira (FAB) na Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR), em Guaratinguetá. Acompanhado pelo chanceler Magalhães Pinto, Costa e Silva apenas acenou com a cabeça. O presidente pousava em São Paulo após uma viagem de 14 dias por 6 estados, visitando usinas, empresas, indústrias e cumprindo uma extensa agenda oficial.³⁴⁵ Por isso, segundo o *Jornal do Brasil*, o marechal aparentava cansaço e demonstrou não querer alongar a conversa com o arcebispo.³⁴⁶

Entretanto, o semblante de Costa e Silva contrastava com o clima da cidade de Aparecida. O “grande dia” do qual falava dom Motta era a data de entrega da Rosa de Ouro ao Santuário de Padroeira do Brasil pelo cardeal Cicognani. O Vale do Paraíba inteiro não conseguia mais controlar a ansiedade pela cerimônia. Inúmeras faixas com inscrições de saudação ao presidente Costa e Silva e ao legado papal foram estendidas nas janelas. As ruas

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Trecho retirado do discurso do cardeal Amleto Cicognani na cerimônia de entrega da Rosa de Ouro ao Santuário de Aparecida. *Jornal do Brasil*, 15 ago. 1967. p. 7.

³⁴⁵ “Costa e Silva vai iniciar amanhã por Minas viagem de 14 dias por 6 estados”. *Jornal do Brasil*, 01 ago. 1967. p. 3.

³⁴⁶ “Costa e Silva em Guaratinguetá”. *Jornal do Brasil*, 15 ago. 1967. p. 3.

estavam tomadas por tapetes, como os de Corpus Christi, feitos com flores, pó de café, casca de arroz e serragem (figura 4). Bandeiras do Brasil e do Vaticano intercalavam-se em cada poste da avenida principal da cidade que levava até a Basílica Velha de Aparecida. Para o “grande dia”, todos deveriam estar sóbrios. Por isso, o delegado de polícia da cidade baixou uma portaria que proibia o consumo e a venda de bebidas alcoólicas na região.³⁴⁷

Figura 4 – A cidade de Aparecida enfeitada para a entrega da Rosa de Ouro (1967)



Fonte: Arquivo Nacional – Fundo Agência Nacional

Os hotéis e pensões de Aparecida e cidades próximas não tinham mais vagas. Os romeiros que deixaram para reservar seus quartos na última hora tiveram de pedir guarida nas casas de família. Além dos 16 mil aparecidenses, a cidade já acomodava mais de 10 mil romeiros e aguardava a chegada de mais 20 mil devotos somente para a cerimônia. Ônibus não paravam de estacionar na Via Dutra trazendo mais fiéis. Pelas ruas se ouviam sotaques do Brasil inteiro. Na Basílica, um altar de 16 metros de altura foi montado na área externa para a celebração da missa campal. Um coral de 250 vozes ensaiava o Hino Jubilar incessantemente no interior da igreja. Nos céus, os aviões da FAB faziam os últimos ensaios de uma surpresa preparada para o dia seguinte: uma chuva de rosas seria lançada sobre o Santuário.³⁴⁸

Àquela altura, a rosa das rosas, a Rosa de Ouro, já estava em território nacional. Na manhã do dia 13 de agosto, o cardeal Cicognani desembarcou no aeroporto do Galeão com o

³⁴⁷ “Cicognani entregará hoje cedo a Rosa de Ouro à Aparecida”. *Jornal do Brasil*, 15 ago. 1967. p. 7.

³⁴⁸ “Aparecida plena de fiéis recebem “Rosa”. *Jornal do Commercio*, 15 ago. 1967. p. 11.

presente do papa e foi recebido com honras de chefe de Estado por Magalhães Pinto e pelo cardeal Jaime Câmara.³⁴⁹ Já em São Paulo, em meio a calorosa recepção de estudantes de colégios católicos e do governador Abreu Sodré, o cardeal Cicognani se encontrou com o frei dominicano Francisco de Araújo, conhecido como frei Chico. O clima amistoso do encontro cercado por militares pouco lembrava o conflito que envolveu o religioso e o governo uma semana antes.

Em junho de 1967, frei Chico havia sido alvo de fortes críticas de grupos conservadores por ter lançado a “Campanha Mundial de Protestos contra a Guerra” e a corrida armamentista que vitimava “mais de 80 mil pessoas nos conflitos entre palestinos e israelenses e na Guerra do Vietnã”.³⁵⁰ A ideia de frei Chico era convocar um dia de greve universal que reunisse “todos, independentemente de raça, nacionalidade, religião e ideologia política” para se posicionarem contra a “guerra, o militarismo, a bomba atômica e o dinheiro que se gasta em armamento”. O movimento seria realizado no dia 1º de setembro de 1967 e possuía pretensões mundiais, contando com o apoio de países comunistas, inclusive. Em junho, tão logo o sermão de frei Chico foi divulgado nos jornais com o endosso de figuras como Chico Buarque, Gilberto Gil e Nara Leão, a TFP publicou um manifesto contrário à ideia de uma greve universal com interrupção de atividades, pois o movimento poderia gerar uma atmosfera de perturbação da ordem.³⁵¹ Nesse sentido, o arcebispo de São Paulo, dom Agnelo Rossi, também protestou contra a ideia de uma greve e propôs somente um dia de oração pela paz.

Porém, o dominicano incomodou muito mais os militares quando apoiou a realização do 29º Congresso da UNE em um convento beneditino em Vinhedo, no interior de São Paulo. O evento sofreu forte repressão policial e prendeu nove padres beneditinos, além de frei Chico, prior dos dominicanos.³⁵² A prisão dos religiosos gerou protestos do arcebispo de São Paulo, dom Agnelo Rossi, que escreveu uma carta ao governador Abreu Sodré, e de Branca Alves, coordenadora da Ação Católica, que enviou um telegrama ao presidente Costa e Silva.³⁵³ Em meio aos festejos de Nossa Senhora Aparecida, as autoridades acolheram aos pedidos em favor dos religiosos, que foram soltos, ainda que sob investigação por crime contra a segurança nacional.³⁵⁴

³⁴⁹ “O cardeal Cicognani chegou com a Rosa de Ouro que entregará amanhã em Aparecida”. *O Globo*, 14 ago. 1967. p. 5.

³⁵⁰ “Lançada campanha mundial antibélica”. *Jornal do Commercio*, 29 jun. 1967. p. 9.

³⁵¹ “Tradição repele a ideia de um dia de silêncio”. *Jornal do Commercio*, 25 jun. 1967. p. 11.

³⁵² “DOPS prende beneditinos que ajudaram a UNE a fazer congresso”. *Jornal do Brasil*, 02 ago. 1967. p. 14.

³⁵³ “Prisão de dominicano faz cardeal protestar”. *Jornal do Commercio*, 04 ago. 1967. p. 2.

³⁵⁴ “Estudantes envolveram beneditinos em congresso da UNE”. *Jornal do Brasil*, 03 ago. 1967. p. 7.

De fato, o apoio dos padres ao congresso da UNE gerou um curto-circuito entre a Igreja e a ditadura, mas o atrito foi temporariamente suspenso para que Aparecida fosse reverenciada pelos religiosos e pelos militares em harmonia. Nesse sentido, a presença de frei Chico na recepção ao cardeal Cicognani, ao lado do governador Abreu Sodré e de dom Agnelo Rossi simbolizava a ideia de que, acima de todas as divergências, a entrega da Rosa de Ouro à padroeira do Brasil era capaz de unir a todos em torno da devoção à Aparecida e do sentimento de que todos os brasileiros formavam uma grande nação católica. Com este espírito, no dia 15 de agosto, Costa e Silva decretou ponto facultativo na esfera federal para que todos aqueles que não pudessem ir até Aparecida, reservassem ao menos um tempo para se sentir parte da festa que ocorreria no Santuário Nacional.³⁵⁵ O ato foi acompanhado por alguns governadores que observaram a importância da data, que também era dedicada à Nossa Senhora da Glória.

Enfim, o “grande dia” chegou. No entanto, a cidade de Aparecida viu seus dias de preparação caprichada irem por água abaixo com uma forte chuva que caiu no Vale do Paraíba durante a madrugada. Às 7 horas da manhã, os poucos devotos que se arriscaram a encarar o frio de trincar catedrais nas ruas da cidade, aparentavam certo desânimo: “essa chuvinha vai estragar a festa”, alguns comentavam.³⁵⁶ Outros mais otimistas começaram a se dirigir para a Basílica debaixo de chuva mesmo. Todos queriam guardar um lugar especial na cerimônia. Porém, quando a pequena multidão chegou às portas da nova Basílica em construção, o padre Antônio Siqueira, que todos conheciam como Dom Camilo,³⁵⁷ frustrou as esperanças da realização de uma missa campal. O padre anunciou que a celebração tinha sido transferida às pressas para o interior da Basílica e pediu que as freiras “trabalhassem com a cabeça” e montassem a mesa da comunhão no interior da igreja o mais rápido possível.³⁵⁸

A garoa não deu trégua e os fiéis se sentiram desencorajados para enfrentar a lama que se formou no caminho até a Basílica. Enquanto isso, as bandas do 5º Regimento Itororó de Lorena – cidade vizinha à Aparecida –, da EEAR e da Segunda Seção do Corpo Musical da Força Pública de São Paulo tocavam hinos de louvor à padroeira e os alto-falantes do Santuário anunciavam a chegada da imagem original de Aparecida à igreja. Aos poucos, os devotos começaram a se aglomerar no grande estacionamento e, como um milagre, a chuva estiava à

³⁵⁵ *O Globo*, 14 ago. 1967. p. 1.

³⁵⁶ “Legado entregou Rosa de Ouro em festa com 10 mil pessoas”. *Jornal do Brasil*, 16 ago. 1967. p. 7.

³⁵⁷ O padre era conhecido como Dom Camilo em referência ao personagem eternizado pelo ator Fernandel na clássica saga italiana dirigida por Julien Duvivier nos anos 1950 – *Don Camillo* (1951) e *Il ritorno di Don Camillo* (1953). O padre Antônio Siqueira era comparado a Dom Camilo não só por sua semelhança física com Fernandel, mas também pelo seu alinhamento ideológico ao personagem, conhecido pelo seu forte anticomunismo dirigido ao prefeito Peppone, interpretado por Gino Cervi.

³⁵⁸ “Legado entregou Rosa de Ouro em festa com 10 mil pessoas”. *Jornal do Brasil*, 16 ago. 1967. p. 7.

medida que mais fiéis chegavam até a Basílica. Com bandeirinhas do Brasil e do Vaticano nas mãos, os peregrinos de vários estados aguardavam ansiosamente pela chegada dos *homens importantes* que haviam confirmado presença na festa. Sem dúvida, a figura mais esperada era a do marechal Costa e Silva, simplesmente por ser o primeiro presidente da República que visitaria o Santuário desde Jânio Quadros em 1960. Evidentemente, o presidente não chegaria sozinho. Com ele, outras autoridades causariam alvoroço entre os fiéis que se acotovelavam para não perder nenhum detalhe da cerimônia.

Assim, pontualmente às 9 horas e 30 minutos, a comitiva que trazia o presidente Costa e Silva, vencendo os buracos e o lamaçal dos arredores da Basílica, finalmente estacionou em frente à entrada principal da igreja. Ninguém sabia em qual carro estava o presidente. A primeira pessoa que saiu de um dos automóveis foi o ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Melo, que foi confundido com Costa e Silva e acabou recebendo os aplausos como se fosse o próprio presidente. Logo depois, outras autoridades saíram dos carros: o chanceler Magalhães Pinto, o ministro dos Transportes, Mário Andreazza, o ministro da Justiça, general Gama e Silva, o ministro de Minas e Energia, José Costa Cavalcanti, além dos governadores Abreu Sodré, de São Paulo, e Israel Pinheiro, de Minas Gerais. Eduardo Gomes e o comandante do II Exército, general Syzeno Sarmiento também apareceram entre os homens. O senador Carvalho Pinto e o deputado André Broca Filho, ambos da ARENA, compareceram como representantes das duas casas legislativas. Era possível dizer que a maior parte dos poderes estavam representados na cerimônia. Todos os convidados ilustres que chegavam eram anunciados no microfone por Dom Camilo, como uma longa ladainha de todos os santos.

Por fim, quando a multidão já estava cansada de aplaudir “gente importante” e um soldado já tinha desmaiado devido ao nervosismo por fazer a guarda das autoridades,³⁵⁹ o presidente Costa e Silva, acompanhado por dona Yolanda, surgiu entre os seguranças e acenou para o povo (figura 5). Foi o sinal para que o Hino Nacional começasse a ser tocado pela banda do 5º RI de Lorena e todos se colocassem em posição de sentido para saudar a pátria. Após a execução do hino, Costa e Silva parou na escadaria da Basílica e viu um helicóptero da FAB lançar milhares de pétalas de rosas sobre o povo, que festejava a grandeza da nação que tinha Aparecida como Mãe.³⁶⁰ O presidente permaneceu diante dos milhares de romeiros por 10 minutos e depois foi conduzido para o interior da Basílica, pois a chuva havia recomeçado.

³⁵⁹ “Costa e Silva recebe ovação em Aparecida”. *Jornal do Commercio*, 16 ago. 1967. p. 9.

³⁶⁰ “Rosas caíram do céu na entrega da “Rosa”. *Jornal do Commercio*, 16 ago. 1967. p. 1.

Figura 5 - Costa e Silva chega ao Santuário Nacional (1967)



Fonte: Arquivo Nacional – Fundo Agência Nacional

Ao entrar no Santuário, Costa e Silva foi ovacionado pelos fiéis. Como a última autoridade a aparecer na fila de todos os ministros, o presidente representava o grande sacerdote que sempre era o último a se apresentar diante do altar nas procissões de entrada das missas. Naquele momento, depois de Aparecida, Costa e Silva encarnava a figura central da celebração, pois a sua autoridade como chefe máximo da nação conferia legitimidade à cerimônia envolta em liturgia patriótica. Próximo ao altar, o presidente cumprimentou os seus ministros e os bispos, e depois ajoelhou-se diante da imagem de Aparecida e rezou durante vários minutos (figura 6). A cena comoveu o padre Antônio Siqueira que aproveitou a oportunidade para suplicar ao povo que acompanhasse o gesto presidencial e rezasse um pai-nosso pelo bem do Brasil: “Vamos pedir a Deus para que olhe pelo Brasil e pelo seu presidente”.³⁶¹

³⁶¹ “Legado entregou Rosa de Ouro em festa com 10 mil pessoas”. *Jornal do Brasil*, 16 ago. 1967. p. 7.

Figura 1 - Costa e Silva e Dona Yolanda rezam diante da imagem de Aparecida (1967)



Fonte: Arquivo Nacional – Fundo Agência Nacional

O presidente, os ministros, o povo e a imagem de Aparecida estavam prontos, só faltava a Rosa de Ouro. A missa estava marcada para começar às 9h30, mas às 9h50 não havia nenhum sinal do cardeal Cicognani trazendo o presente de Paulo VI para o Santuário. Os padres começaram a ficar nervosos. As mulheres usavam os folhetos da missa para se abanarem. As freiras reclamavam do calor. A maior parte dos fiéis do lado de fora da Basílica se perguntava sobre a chegada da Rosa. O presidente Costa e Silva não parava de olhar para o relógio, pois tinha outros compromissos para cumprir após a celebração. Um grande incômodo tomou conta da igreja. Para animar o clima, o padre Siqueira insistia no pedido para que os fiéis rezassem uma ave-maria pelo bem do Brasil, mas àquela altura poucos acompanhavam a oração com atenção. Ainda mais nervoso, o padre garantiu que a “única novidade era que estava tudo bem e que o legado papal chegaria em poucos minutos”. Às 10h, o padre ainda tentava animar os devotos com músicas cantadas à capela: “Vamos cantar todos. Quem canta seus males espanta e cantando bonito a chuva não vem”.³⁶²

Às 10h15, com 45 minutos de atraso, portanto, o cardeal Cicognani chegou à Basílica, acompanhado por dom Motta, dom Agnelo Rossi e dom Jaime Câmara. A missa começou às 10h20 e foi celebrada pelo arcebispo de Aparecida. No sermão, dom Motta lembrou a importância da entrega da Rosa de Ouro em homenagem aos 250 anos de Aparecida e fez um

³⁶² Idem.

paralelo com a primeira Rosa recebida pela princesa Isabel em 1888. Para o arcebispo, assim como a Rosa de Ouro representou o galardão da libertação dos escravos no final do século XIX, o presente de Paulo VI em 1967 brilhava como um pendão de esperança para o Brasil que tinha tantos desafios pela frente e um líder para enfrentá-los tendo o homem como meta do seu governo.³⁶³

Após a homilia, o cardeal Cicognani finalmente abriu a caixa verde em forma de oratório que guardava a Rosa de Ouro e entregou o mimo pontifício nas mãos de dom Motta. A Rosa foi colocada em um grande pedestal ao lado do altar para que todos as autoridades e a multidão do lado de fora da Basílica pudessem ver a flor que era a expressão mais espontânea do afeto que Paulo VI dizia nutrir pelo “grande povo que nasceu sob o signo da Cruz”. No Santuário de Aparecida, a Rosa de Ouro poderia dar testemunho das orações da Igreja para que a padroeira intercedesse junto a Cristo “pelo progresso espiritual e material do Brasil”.³⁶⁴ Enquanto o cardeal dava a bênção com a Rosa de Ouro, os helicópteros da FAB continuavam a evoluir sobre a Basílica. Como Cicognani falava muito baixo e um português precário, poucos entenderam o que o cardeal dizia, mas todos aplaudiram e muitos se emocionaram, inclusive Costa e Silva e dona Yolanda. Ao final da celebração, a Rosa de Ouro foi exibida especialmente para o presidente que assinou a ata de entrega da flor dourada (figura 7). Estava consumado. A partir daquele momento, a Rosa de Ouro repousaria eternamente no Santuário de Aparecida como sinal perpétuo da honra que a padroeira do Brasil merecia e também como sinal de esperança para os brasileiros, que poderiam celebrar a beleza da Rosa mesmo diante dos espinhos da ditadura.

³⁶³ “Aparecida recebe rosa de ouro sob flores”. *Folha de São Paulo*, 16 ago. 1967. p. 1.

³⁶⁴ PAULO VI. Discurso do Papa Paulo VI por ocasião da bênção da Rosa de Ouro para o Santuário de Nossa Senhora Aparecida. 12 ago. 1967. Disponível em: http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1967/august/documents/hf_p-vi_spe_19670812_rosa-oro.html Acesso em: 20 fev. 2023.

Figura 7 – Dom Motta cumprimenta Costa e Silva em Aparecida (1967)



Fonte: Arquivo Nacional – Fundo Agência Nacional

Depois da comunhão, Costa e Silva deixou a Basílica às pressas. O atraso do cardeal Cicognani no início da celebração atrapalhou o seu cronograma. À tarde, o presidente participaria de uma feira agrônoma em Franca, em São Paulo. Assim que Costa e Silva saiu da Basílica, a multidão de devotos, que passou a missa inteira do lado de fora da igreja, deu mais vivas ao presidente, que daquela vez não teve tempo para retribuir as saudações. Repórteres que cobriam a entrega da Rosa de Ouro se aproximaram do carro oficial que levaria o presidente até o aeroporto de Guaratinguetá e fizeram perguntas sobre o caso do jornalista Hélio Fernandes.³⁶⁵ A clemência do ditador que concedeu um indulto em nome de Aparecida beneficiaria o homem que ousou dizer que a humanidade tinha perdido pouca coisa com a morte do ex-presidente Castello Branco? A pergunta foi respondida com uma ameaça. O encarregado pela segurança de Costa e Silva afirmou ao repórter curioso que se ele insistisse na pergunta

³⁶⁵ No editorial publicado no jornal que comandava, a *Tribuna da Imprensa*, em 19 de julho de 1967, Hélio Fernandes afirmou: “Com a morte de Castello Branco, a humanidade perdeu pouca coisa, ou melhor, não perdeu coisa alguma. Com o ex-presidente, desapareceu um homem frio, impiedoso, vingativo, implacável, desumano, calculista, ressentido, cruel, frustrado, sem grandeza, sem nobreza, seco por dentro e por fora, com um coração que era um verdadeiro deserto do Saara”. As afirmações causaram profundo mal-estar entre os militares que viram o editorial como uma afronta e mandaram prender o jornalista sob a acusação de “ter levantado um verdadeiro clamor popular e causado um clima de exaltação das Forças Armadas, com a publicação de dois artigos, em seu jornal, contendo ataques pessoais ao Marechal Castello Branco”. A prisão de Hélio Fernandes gerou um intenso debate sobre a vigência dos dispositivos dos Atos Institucionais e protestos da imprensa em geral, pressionando Costa e Silva.

poderia ser preso. De longe, o presidente assentiu: “Vamos, vamos! Não quero esse pessoal aqui!”³⁶⁶

Costa e Silva deixou Aparecida com uma oração pelo progresso do Brasil aos pés da santa e uma ameaça a um jornalista na porta da igreja. Porém, a festa na Basílica não teve fim com a despedida do presidente. Pelo contrário, apesar de alguns devotos lamentarem o fato de Costa e Silva não ter podido ficar para a procissão após a missa, as comemorações se estenderam até a queima de fogos à noite. O retorno do sol animou ainda mais os comerciantes que espalharam suas barracas pela cidade e venderam inúmeras réplicas da Rosa de Ouro e imagens de Nossa Senhora Aparecida com referência aos seus 250 anos.³⁶⁷

É importante lembrar que, embora a chuva tenha desanimado boa parte dos devotos e a maioria deles tenha participado da missa do lado de fora da Basílica, a festa do Jubileu contou com a participação de milhares de fiéis. Alguns jornais, como *O Globo*, falam em 300 mil devotos em Aparecida no dia 15 de agosto, outros, como o *Jornal do Commercio*, afirmam que 100 mil fiéis participaram da missa de entrega da Rosa de Ouro. De qualquer forma, verificou-se um número expressivo de peregrinos que se uniram aos aparecidenses para celebrar a padroeira do Brasil e afirmar a esperança no *país do futuro*.

Na liturgia cívico-religiosa de entrega da Rosa de Ouro os devotos tomaram parte não somente como fiéis pagadores de promessas ou ávidos por indulgências, mas como cidadãos que depositavam no altar de Aparecida as expectativas por um Brasil melhor. Entre os devotos que partiram de todos os estados que receberam a imagem da padroeira entre 1965 e 1966, certamente circulavam as vozes dissonantes; aqueles que no âmbito privado se expressavam contra a ditadura e outros tantos que eram indiferentes ao regime; aqueles que esperavam um bom governo de Costa e Silva e aqueles que viam o presidente com desconfiança. A presença do ditador na missa poderia ser incômoda para alguns, mas não ao ponto de obscurecer o brilho da festa de Nossa Senhora Aparecida, que representava, acima de tudo e de todos, a Mãe Pátria. No final, todos aplaudiram Costa e Silva porque valorizavam a atitude do presidente que se ajoelhava diante da santa venerada por milhões de brasileiros e que se mostrava ele também um romeiro junto aos milhares de peregrinos. Assim, é preciso perceber a atitude social dos devotos na *zona cinzenta* onde é possível ser contra a ditadura e ao mesmo tempo aplaudir e ovacionar o ditador que escolhe estar junto dos fiéis e contar com a ajuda da padroeira do Brasil para construir o progresso do país.

³⁶⁶ “Legado entregou Rosa de Ouro em festa com 10 mil pessoas”. *Jornal do Brasil*, 16 ago. 1967. p. 7.

³⁶⁷ “Costa e Silva recebe ovação em Aparecida”. *Jornal do Commercio*, 16 ago. 1967. p. 9.

Nesse sentido, os tons cinzentos também podem compor a própria postura da hierarquia católica que, em nenhum momento, demonstrou constrangimento com a participação de Costa e Silva na comemoração dos 250 anos de Aparecida. Pelo contrário, para o clero do Santuário, a presença do presidente indicava o compromisso do governo com o investimento nas estradas que levavam até a cidade de Aparecida e na conclusão das obras da nova Basílica. Nem mesmo entre os bispos que começavam a se posicionar mais incisivamente contra o regime houve resistência ao envolvimento de Costa e Silva na celebração do Jubileu.

Depois da missa solene em Aparecida, o cardeal Cicognani deu sequência a sua missão de distribuir rosas para a ditadura. No dia 17 de agosto, o legado de Paulo VI esteve no Congresso Nacional para expressar as suas notas de otimismo no futuro do Brasil diante de deputados e senadores reunidos em sessão solene. A ida de Cicognani ao Congresso realizou o *milagre* de juntar situação e oposição para celebrar a padroeira do Brasil. Além disso, a presença do cardeal também aliviou a tensão que pairava sobre os senadores por conta da disputa entre Auro de Moura Andrade e Pedro Aleixo pela presidência do Senado.³⁶⁸ Nos discursos de Ulysses Guimarães, em nome da Câmara, e de Mem de Sá, em nome do Senado, a Rosa de Ouro representava uma “homenagem a uma nação ciente das grandes tarefas a empreender no combate a fome, a ignorância e a doença” que tinha em Aparecida o apoio para promover “o bem-estar social de todos os brasileiros, sem distinção de raça, classe ou credo”.³⁶⁹ Um discurso, em certa medida, afinado com o de Costa e Silva, que também reconhecia o tamanho das tarefas que tinha pela frente, mas esperava contar com o apoio da padroeira.

No Supremo Tribunal Federal (STF), onde o cardeal Cicognani também foi recebido, o clima de otimismo e deferência pela Rosa de Ouro era o mesmo. O ministro Eloy da Rocha saudou o legado papal como um mensageiro da esperança para o Brasil e reafirmou o compromisso do Supremo com os valores humanos em resposta “aos anseios dos que tem fome de justiça, mas estão convencidos de que só Deus pode governar só”.³⁷⁰ Assim, os poderes da República expressavam seu otimismo e sua confiança no futuro do Brasil que começava a ser construído naquele presente em que as o discurso de Costa e Silva prometendo diálogo, respeito aos valores democráticos e ordem jurídica estável ainda ecoava pela Praça dos Três Poderes.

³⁶⁸ Naquele momento o Congresso vivia a ressaca da disputa entre o vice-presidente Pedro Aleixo e o senador Auro Moura Andrade pela presidência do Senado. A Constituição aprovada em 1967 possuía um dispositivo que delegava ao vice-presidente da República a função de presidir o Congresso Nacional. Porém, a reforma no regimento do Congresso desagradou a Auro Moura Andrade que chegou a levar a questão até o Supremo, mas foi derrotado.

³⁶⁹ “Rápido o agradecimento do Congresso”. *Jornal do Brasil*, 17 ago. 1967. p. 7.

³⁷⁰ ROCHA, Eloy José da. Discurso proferido na 4ª Sessão Solene do Supremo Tribunal Federal por ocasião da visita de sua Eminência o Cardeal Amleto Giovanni Cicognani, em 16 de agosto de 1967. *Relatório do STF*, 1967, p. 95.

Antes de voltar para Roma, o cardeal Cicognani se encontrou mais uma vez com Costa e Silva. Em banquete no Palácio do Itamaraty, o presidente afirmou se inspirar na encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, para orientar as ações do governo no combate à pobreza e à ignorância no mundo, consolidando a paz em Cristo.³⁷¹ Aliás, é preciso destacar que desde a sua posse em março de 1967, o presidente sempre afirmou o desejo de pautar o seu plano de governo na encíclica papal. Foi da *Populorum Progressio* de Paulo VI que Costa e Silva tirou a ideia de “homem como meta do governo” e a partir da encíclica apelava para que os homens se empenhassem na construção do novo Brasil.

Em resposta ao compromisso firmado por Costa e Silva, o cardeal despediu-se do Brasil afirmando estar impressionado com os esforços do governo e do povo trabalhador para a superação das dificuldades. Para Cicognani, a Rosa de Ouro simbolizava a confiança da Igreja no futuro do Brasil que, naquele momento, tinha Costa e Silva como seu grande artífice. Dessa forma, “se a primeira Rosa entregue à Princesa Isabel havia marcado a libertação do homem dos grilhões de ferro, a segunda poderia registrar o começo da libertação do homem brasileiro da miséria e da fome”.³⁷² A expressão de tamanha confiança do cardeal emocionou Costa e Silva que só soube olhar para Cicognani, a quem chamava inadvertidamente de “padre”, e dizer: “Esse já é brasileiro”.³⁷³

Nesse sentido, o Jubileu de 250 anos de Nossa Senhora Aparecida constitui-se como um momento privilegiado para observarmos como o *pacto* entre a ditadura e a Igreja se estabeleceu de forma complexa. As comemorações do Jubileu permitiram que o clero de Aparecida e os militares se reunissem perante o altar da santa e da Nação, em torno de um mesmo passado e das mesmas expectativas de futuro, reconhecendo-se como parte de algo maior. Segundo Fernando Catroga, esse sentimento se expressa sobremaneira nas festas cívicas, pois estas possuem a capacidade de

criar um momento de comunhão, no qual os indivíduos se deviam sentir integrados numa totalidade, ou melhor, numa Nação de cidadãos, ainda que só imaginada. Por isso as festas cívicas terão por objetivo a produção do consenso – só se excluía as minorias, tidas por inimigas do povo –, numa prática aglutinada à volta de símbolos consensualizadores, porque de pretensão universal³⁷⁴

³⁷¹ BRASIL, *Pronunciamentos do Presidente Costa e Silva*. 1º semestre de 1967. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1983. p. 108.

³⁷² “A Rosa de Ouro”. *Jornal do Commercio*, 15 ago. 1967. p. 4.

³⁷³ “Costa e Silva: “Esse já é brasileiro”. *Jornal do Brasil*, 17 ago. 1967. p. 7.

³⁷⁴ CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005, p. 94.

Foi exatamente isso que se verificou em 1967 durante as comemorações do Jubileu de Nossa Senhora Aparecida. A entrega da Rosa de Ouro ao Santuário Nacional criou um espaço de comunhão cívica entre presente e passado, entre ditadura e sociedade, militares e religiosos, cujo objeto de devoção, era a Pátria. Assim, a ditadura convocou os *bons cidadãos*, os *verdadeiros patriotas* e católicos a contemplarem o seu passado de glórias, festejarem seu presente com esperança e rogar a Nossa Senhora Aparecida que cuidasse do futuro do Brasil. Este era o sentido da *evocação patriótica* proposta pela hierarquia católica e pelo governo Costa e Silva.

Além disso, a festa do Jubileu evocou princípios cívicos que eram muito caros não apenas à ditadura e à Igreja, mas também a setores expressivos da sociedade, como por exemplo, “o trabalho, o respeito às autoridades, a obediência e a moralidade cristã”,³⁷⁵ além do culto ao passado histórico do país abençoado por Aparecida, bem como a instituições como a própria Igreja Católica, a escola e a família, célula da Pátria. Além da antiga devoção à Aparecida, o Jubileu levou ao Santuário, em grandes proporções, valores cívicos como as ideias de “ordem, solidariedade, disciplina e modernidade”³⁷⁶ cuja força e capacidade de mobilização residiam justamente no fato de que eles eram anteriores à sua institucionalização pela ditadura. Eram sentimentos enraizados há tempos no imaginário coletivo de segmentos expressivos da sociedade brasileira que remetiam, por exemplo, ao imaginário construído pelo calendário cívico varguista. Sentimentos estes que ganhavam nova roupagem no contexto específico do início do governo Costa e Silva.

Portanto, a vinda do legado papal ao Brasil e a entrega da Rosa de Ouro em 1967 representou não somente o auge das relações entre parte da alta hierarquia da Igreja e a ditadura, mas também as esperanças das instituições na mudança prometida por Costa e Silva em seu primeiro ano de governo. O clima de otimismo não se limitou ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, nem mesmo ao clero de Aparecida que se valeu das promessas de obras públicas para estimular as peregrinações ao Santuário. O Jubileu de Aparecida envolveu milhares de devotos que estiveram na Basílica para pagar promessas, alcançar indulgências e, sobretudo, para expressar sua fé no Brasil. Naquele momento, tal expressão enquanto alicerce de um acordo de aceitação, era fundamental para que Costa e Silva levasse adiante o seu projeto autoritário.

³⁷⁵ ONGHERO, André Luiz. “O ensino de Educação Moral e Cívica: memórias de professores do Oeste de Santa Catarina (1969-1993)”. In: *Revista Horizontes*. Bragança Paulista, v. I, 2009, p. 108.

³⁷⁶ PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Puc e Apicuri, 2009, p. 19.

Por isso, ao retomar as celebrações do Jubileu de 1967, é preciso considerar que amplos segmentos da sociedade brasileira poderiam ter um longo rosário para desfiar diante do governo, mas poucos pensavam em fazê-lo sem antes entregar suas queixas nas mãos de Deus e de Aparecida, ou seja, consentindo e, assim, dando uma nova chance à ditadura. Dessa forma, nos festejos dos 250 anos da Padroeira, Nossa Senhora Aparecida revestiu-se de consenso e legitimidade que ajudaram a sustentar o regime civil-militar que ainda duraria muito tempo.

CAPÍTULO 4

APARECIDA ENTRE OS ANOS DE CHUMBO E OS ANOS DE OURO (1968-1972)

(...) convém lembrar que, seja qual for nossa crença religiosa, jamais se poderá falar do Brasil e da sua grandeza sem salientar o extraordinário trabalho que a Igreja exerceu e vem exercendo neste país. Em matéria de patriotismo, a Igreja não recebe, dá lições³⁷⁷

Entre 1969 e 1974, o Brasil viveu um período de crescimento significativo da economia. Depois de apresentar um crescimento pífio desde 1962, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ficou na faixa dos dois dígitos entre 1968 e 1973. Ao mesmo tempo, a taxa de inflação ficou entre 16% e 27%, os menores índices obtidos no período entre 1959 e 1994. O comércio exterior mais do que triplicou. Era o “milagre” econômico, que foi rapidamente capitalizado pelo ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto.³⁷⁸ É bem verdade que os anos do *milagre* também produziram concentração de renda e arrocho salarial, além de dívida externa impagável e hiperinflação, que cobraram seu preço à sociedade brasileira nos anos 1980. Porém, é inegável que, além do *boom* na economia, o país, “comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista” naqueles anos.³⁷⁹ Mais que isso, como observado por Janaina Cordeiro, o período do *milagre* foi um “estado de espírito que, para além de colher os resultados de uma determinada política econômica, engendraram um clima de otimismo, como se finalmente o Brasil entrasse no grupo dos países civilizados”.³⁸⁰

Os *slogans* das campanhas publicitárias oficiais, como “Este é um país que vai pra frente” e “ninguém segura esse país” davam o tom da atmosfera de otimismo que contagiava setores expressivos da sociedade e estimulavam uma inabalável fé no progresso do Brasil, o *país do futuro*. Mais que nunca, a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) investiu na valorização da coesão e da integração nacional e em determinados valores que compunham certos aspectos da *brasilidade*, como a tolerância, a receptividade e hospitalidade do povo, a generosidade e a *democracia racial*.³⁸¹ O país foi chamado a celebrar

³⁷⁷ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de Jornal: “Igreja elogia colonização portuguesa”. *Jornal do Brasil*, 9 fev. 1972.

³⁷⁸ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) *O tempo do regime autoritário. Ditadura militar e redemocratização*. Quarta República (1964-1985). Coleção O Brasil Republicano, vol. 4. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

³⁷⁹ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil...* op. cit., p. 121.

³⁸⁰ CORDEIRO, Janaina. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 344.

³⁸¹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1997, p. 19.

as suas “virtudes inatas” e a construir um Brasil grande, moderno e ordeiro.³⁸² Em larga medida, esse otimismo se refletiu nas comemorações pelo tricampeonato de futebol, conquistado em 1970, e no Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972. Era tempo de festa; da celebração de um *novo tempo* que teria sido inaugurado pela *revolução* de 1964.

Sem dúvida, foram *anos de ouro* para muitos, mas também *anos de chumbo* para não poucos. Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº 5. Entre os vários Atos Institucionais editados pelos generais-presidentes desde o golpe, este é, certamente, o mais lembrado; se tornou símbolo do regime; síntese da arbitrariedade e da violação dos direitos humanos que caracterizaram a ditadura brasileira. O AI-5 é lembrado como um divisor de águas: a partir de então os militares definiam-se; diziam a que tinham vindo realmente; optavam pela permanência no poder por tempo indeterminado – para a frustração de políticos civis que os haviam apoiado em 1964 na expectativa de retomada da via institucional após as sucessivas cassações.

O pretexto para a decretação do mais duro instrumento legal da ditadura veio após o discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves na Câmara dos Deputados, em 2 de setembro de 1968. O parlamentar propôs um boicote às festividades do Dia da Independência e se referiu ao Exército como um “valhacouto de torturadores”. Diante da recusa do Congresso Nacional para que o governo processasse Márcio Moreira Alves, o governo baixou o AI-5. Porém, em meio às justificativas e interpretações do ato, alguns mitos também se consolidaram. Em dezembro de 1968, o movimento social estava desarticulado, desmobilizado ante as investidas sofridas, sem condições de se estruturar. O movimento estudantil, setor de ponta no enfrentamento do regime no primeiro semestre, encontrou muitas dificuldades já no início de agosto, e em outubro, com a prisão maciça das lideranças nacionais no congresso de Ibiúna; ou seja, o movimento não ameaçava. Rodrigo Patto Sá Motta lembra que a ditadura legada por Castello Branco possuía instrumentos repressivos de sobra para lidar com os desafios provenientes da esquerda, mas “não dispunha de meios suficientes para enquadrar e disciplinar segmentos rebeldes da própria elite situados em setores estratégicos, como o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a imprensa”.³⁸³ Portanto, o “aprofundamento do estado de exceção visou muito mais os componentes insatisfeitos da grande e heterogênea frente que apoiou o golpe de 64”, uma vez que “os alvos visíveis (intelectuais e estudantes) já estavam derrotados”.³⁸⁴ Ou

³⁸² Idem.

³⁸³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 115.

³⁸⁴ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 52.

seja, uma declaração de que os militares não estavam no comando provisoriamente, ficariam e tinham os meios de vencer as resistências dos oponentes do projeto, mesmo que estes fossem os aliados da véspera.

Quanto à esquerda armada, que costumava apontar o A1-5 como um marco da opção pelo confronto armado como a única forma de combater a ditadura, não se nega que após o ato houve um significativo deslocamento de militantes para a guerrilha, sobretudo de estudantes desiludidos com a possibilidade de se fazer movimento no âmbito legal. As ações urbanas intensificaram-se nos anos seguintes. Em segmentos da esquerda brasileira, no entanto, a opção pela luta armada era anterior ao A1-5 e até mesmo anterior ao golpe de 1964.³⁸⁵ Porém, deixando de lado o período pré-64, na nova conjuntura da ditadura um momento significativo foi a ruptura de Carlos Marighella com o PCB, com sua ida a Cuba em 1967, enviando nesse ano, inclusive, a primeira turma de militantes para treinamento de guerrilha.

Mitos à parte, o fato é que a partir de 13 de dezembro de 1968 houve um brutal recrudescimento do regime, quando foram escritos os mais terríveis capítulos da história da ditadura. Sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici, para quem o A1-5 era “um mero processo técnico para a promoção da felicidade coletiva”, tivemos o período de maior repressão da ditadura. Os serviços de informação já existentes tornaram-se cada vez mais “eficientes”, estruturados como uma ampla e articulada rede. Contudo, é importante ressaltar, conforme Carlos Fico, que as atribuições do SNI e das antigas seções de segurança nacional, transformadas em Divisões de Segurança e Informações (DSIs), já haviam sido aumentadas desde janeiro de 1968.³⁸⁶ Portanto, bem antes do A1-5 o fechamento do regime já estava no horizonte, o que contradiz, uma vez mais, a justificativa dos militares diante do crescente movimento social ao longo do ano. Os órgãos da polícia política diretamente envolvidos com as prisões, a tortura e os assassinatos também foram “aperfeiçoados” no pós-68. Nesse contexto, foi montada a Operação Bandeirantes (Oban), modelo para a criação do sistema DOI/CODI (Destacamento de Operações e Informações/Centro de Operações de Defesa Interna). A partir daí, a censura também se tornou mais rigorosa. Em contrapartida, as oposições encontravam-se acuadas, amedrontadas com a tortura e os assassinatos que ocorriam sem qualquer obstáculo.

A Igreja Católica não escapou da repressão dos *anos de chumbo*. Os católicos sofreram com mortes, expulsões e até o fechamento da emissora de rádio 9 de Julho, fundada por dom

³⁸⁵ Cf. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

³⁸⁶ Cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Motta em 1953 e coordenada por dom Paulo Evaristo Arns nos anos 1970. Dezenas de bispos e padres foram constantemente vigiados. O assassinato do padre João Paulo Bosco Penido Burnier³⁸⁷ e o sequestro de dom Adriano Hipólito³⁸⁸ são só alguns exemplos – talvez os mais conhecidos – das arbitrariedades cometidas pela ditadura contra os religiosos. No entanto, durante o período de maior repressão, a Igreja Católica não recebeu só o *chumbo grosso* do regime. Pelo contrário, ao longo dos *anos do milagre*, a maior parte da hierarquia católica trabalhou pela manutenção da chamada “concordata moral” com os poderes instituídos – sobretudo sua influência na abordagem de temas como o divórcio e o controle da natalidade.³⁸⁹

Além disso, não faltou diálogo entre os bispos e os militares. O livro de Kenneth Serbin ressalta que foi justamente no contexto de maior tensão entre eles que se criou a Comissão Bipartite, um fórum secreto ao qual representantes da Igreja e do Estado passaram a recorrer para discutir e resolver suas divergências com relação ao papel que deveriam exercer no Brasil. Mais que isso, a colaboração entre Igreja e Estado se manteve pública por meio de gestos simbólicos como a missa nacional pelo Sesquicentenário, organizada pela CNBB, na praça da Sé, com a participação de cerca de 70 mil fiéis.

Embora Kenneth Serbin considere as disputas em torno do patriotismo que envolveu o episcopado e os militares no contexto do Sesquicentenário da Independência,³⁹⁰ é importante observar que a maior parte dos bispos não desencorajou o ufanismo que tomou conta de uma boa parte dos fiéis. Além da missa na praça da Sé, o desejo de colaborar com os festejos da Independência ficou expresso nas inúmeras cartas escritas por padres e bispos à Comissão Executiva Central (CEC), responsável pela organização das comemorações, com pedidos para que os despojos de dom Pedro I passassem pelas suas dioceses; nas orações pelo progresso do país; nas missas de ação de graças pelo triunfo da Pátria e, sobretudo, no lugar ocupado pela figura de Nossa Senhora Aparecida nas festividades.

³⁸⁷ Em outubro de 1976, o padre Burnier, acompanhou dom Pedro Casaldáliga numa visita à delegacia Ribeirão Bonito, a 300 quilômetros de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, para dar queixa das prisões e torturas sofridas por camponeses da região. Após uma discussão entre os religiosos e os policiais, um soldado acertou um tiro na nuca do padre Burnier. O crime foi denunciado por dom Pedro no boletim da diocese e mereceu reprimendas severas de dom Paulo Evaristo Arns, que cobrou a apuração do crime e disse que o padre “derramou seu sangue no contexto de luta contra a violação dos direitos humanos, em especial a tortura dos fracos e pequenos”. Cf. ESCRIBANO, Francesc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Hucitec, 2000.

³⁸⁸ No dia 22 de setembro de 1976, o bispo dom Adriano Hipólito foi sequestrado, espancado e abandonado despido e com o corpo pintado de vermelho num matagal em Jacarepaguá. Seu carro foi levado, em seguida, até as proximidades da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na Glória, e destruído numa explosão. Cf. COSTA, Célia; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth (Orgs.). *O bispo de Volta Redonda: memórias de dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

³⁸⁹ SERBIN, Kenneth P. Diálogos na Sombra..., op.cit. p. 413.

³⁹⁰ Ibid. p. 271-288.

Sob esse aspecto, a participação do Santuário Nacional nos festejos pode ser considerada um importante exemplo de adesão e consentimento de parte da hierarquia católica em relação à ditadura. A partir da atuação do clero de Aparecida podemos analisar as formas a partir das quais os mais diversos segmentos da Igreja Católica reivindicaram sua participação num evento, que ao fim, servia como legitimação do governo. Portanto, a análise do Santuário Nacional entre 1968 e 1972 nos permite observar, uma vez mais, as zonas cinzentas em que se encontram algumas figuras como dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. Também nos permite compreender que nem toda a cúpula da Igreja Católica aderiu às críticas da CNBB ao regime. Pelo contrário, durante o Sesquicentenário, grande parte do clero também foi inebriado pelo clima de euforia e otimismo. Como veremos ao longo do capítulo, em alguma medida, parte significativa da hierarquia católica obteve vantagens e teve os seus interesses contemplados pelo processo de modernização liderado pelos militares. É evidente que esta constatação não apaga a luta de religiosos e religiosas contra a ditadura; apenas questiona uma determinada memória que superestima a mudança de postura de parte da hierarquia católica em relação ao regime a partir do seu recrudescimento.

Portanto, neste capítulo, pretendo aprofundar as ambivalências e as aproximações entre o clero de Aparecida com os governos militares em benefício do crescimento da devoção à padroeira do Brasil e da construção da nova Basílica no interior de São Paulo. A partir da construção da Passarela da Fé em 1971 e da participação dos redentoristas no Sesquicentenário da Independência, buscarei compreender os interesses do Ministério dos Transportes, liderado por Mário Andreazza, na construção de estradas que levavam à nova Basílica, bem como o crescimento do fluxo de romeiros no Santuário no início dos anos 1970. A ideia é pensar de que forma as obras em Aparecida se relacionavam com o sonho do Brasil grande, pregado pelo governo Médici, e como a repressão foi vista e vivida pelo Santuário no auge dos *anos de chumbo*.

O 1968 católico

Em 1968, os clamores por renovação e reformas *da Igreja*³⁹¹ propostas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) ecoaram no continente a partir de Medellín, na Colômbia, onde diferentes representantes da hierarquia católica e do laicato defenderam a transformação do

³⁹¹ Segundo Francisco José da Silva Gomes a ideia de “reforma da Igreja” ia além de uma mera “reforma na Igreja”, pois se tratava de uma profunda mudança institucional da instituição eclesial, já que suas estruturas estavam sendo questionadas até pelo próprio clero, que reivindicava uma maior participação nos processos decisórios da Igreja Católica. Cf. GOMES, Francisco José da Silva. *A Igreja e o poder: representações e discursos*. In: RIBEIRO, M. E. de B. (Org.). *A vida na Idade Média*. Brasília: UnB, 1997.

discurso eclesiológico e a tradução das determinações do Vaticano II para a realidade do chamado “Terceiro Mundo”. Como vimos no segundo capítulo, é bem verdade que os ventos de mudança sopravam desde os anos 1950, quando muitos católicos brasileiros questionaram o modelo de neocristandade da Igreja e, inspirados em larga medida pelo anticomunismo, romperam com práticas tradicionais, questionando a aceitação da pobreza e promovendo soluções que apontavam na direção de se superar ou de aliviar a miséria.³⁹² Porém, em Medellín, bispos e leigos chamados progressistas deram um passo além. Era “chegada a hora da ação”; “no limiar de uma nova época da história do nosso continente”, o episcopado latino-americano não poderia ficar indiferente “ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina”.³⁹³ Assim, a opção por uma Igreja dos pobres se tornou mais evidente e a luta do “povo de Deus” – superando o binômio leigo-hierarquia³⁹⁴ – passou a ser pela libertação integral do homem.

A rigor, o documento conclusivo da Conferência Episcopal de Medellín, com seus dezesseis capítulos e pouco mais de cento e setenta e cinco páginas,³⁹⁵ lançou a Teologia da Libertação na América Latina. Em entrevista ao historiador Kenneth Serbin, dom Paulo Evaristo Arns se orgulha de dizer que Medellín marcou o começo da “década gloriosa” de inovações na Igreja latino-americana.³⁹⁶ Entretanto, essa é uma perspectiva que se relaciona muito mais com a memória da Igreja Católica durante os anos 1970 do que propriamente com as suas ações no âmbito institucional em 1968. Ao longo daquele ano, a CNBB, por exemplo, não parecia muito aberta aos ecos de Medellín. Scott Mainwaring observa que apesar das propostas progressistas da conferência, a cúpula da Igreja Católica no Brasil continuou emitindo declarações moderadas.³⁹⁷ Na primeira reunião da Comissão Central da CNBB, os bispos se abstiveram das críticas à repressão e à política econômica da ditadura, aspirando colaborar com o governo Costa e Silva pelo bem comum.³⁹⁸ Além disso, dom Agnelo Rossi, que substituiu dom Motta a frente da arquidiocese de São Paulo em 1964 e desde então se empenhava na legitimação do regime, foi reeleito para a presidência da CNBB.

³⁹² MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 67.

³⁹³ Documento da II Assembleia do Celam. Disponível em: http://www.arquidiocese-sp.org.br/download/documentos/doc_celam-Medellin.doc Acesso em: 16 fev. 2023.

³⁹⁴ CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Lumen Gentium* (LG). In: *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos e Declarações*. Petrópolis: Vozes. 29. ed. 2000. n. 31-32.

³⁹⁵ CELAM. *Conclusões da Conferência de Medellín – 1968* (DM). Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas, 1998.

³⁹⁶ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra...*, op. cit., p. 98.

³⁹⁷ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*..., op. cit., p. 105.

³⁹⁸ Idem.

Enquanto a maioria dos bispos mantinha uma cautelosa – e esperançosa – atitude em relação à ditadura, muitos padres, diáconos, freiras e leigos se engajaram na luta contra o regime. A atuação de padres dominicanos na Aliança Libertadora Nacional (ALN) é muito conhecida e sempre lembrada como a síntese do envolvimento dos católicos na resistência contra a ditadura. Em grande medida, o livro de Frei Betto, *Batismo de Sangue* (1982), bem como sua posterior adaptação fílmica,³⁹⁹ a popularizou a história dos freis Oswaldo Rezende, Fernando de Brito, Carlos Alberto Libânio Christo (Betto), Yves do Amaral Lesbaupin (Ivo), Tito de Alencar Lima, João Caldas Valença, Magno José Vilela e Luiz Felipe Rattón Mascarenhas.⁴⁰⁰

Segundo frei Fernando de Brito, “o trabalho dos frades na ALN consistia em fazer desabrochar a luta armada”.⁴⁰¹ Os religiosos serviam como uma base de apoio a militantes da luta armada; acolhiam feridos e perseguidos, facilitando-lhes a recuperação e a fuga do país; escondiam armas e material considerado subversivo; faziam o levantamento de áreas potencialmente adequadas ao desencadeamento da guerrilha rural. Frei Betto lembra que os dominicanos também atendiam pessoas ameaçadas de prisão e tortura de diversas organizações, como Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ação Popular (AP), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), PCB e Partido Comunista do Brasil (PCdoB).⁴⁰² Os jovens dominicanos também se envolveram com o movimento estudantil. Em outubro de 1968, frei Tito ajudou a alugar o sítio em Ibiúna onde seria realizado o 30º Congresso da UNE. Os dois congressos anteriores haviam sido realizados em conventos beneditinos e franciscanos, sem que a polícia tomasse conhecimento. Mas este, que reuniu 920 pessoas, acabou descoberto. Todos os seus participantes, inclusive frei Tito e frei Rattón, foram presos e levados para o DOPS, na capital paulista.

A presença de religiosos na Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968, também foi notória. Vários jornais descrevem que, ainda na concentração, “padres e freiras não se distinguiram do resto dos manifestantes, aplaudindo com entusiasmo os discursos e as reivindicações e proclamando, a toda hora, um respeito muito grande pelas lideranças

³⁹⁹ BATISMO DE SANGUE. Direção: Helvécio Rattón. Produção de Quimera Filmes. Brasil: Downtown Filmes, 2006.

⁴⁰⁰ Primo do cineasta Helvécio Rattón, diretor do filme *Batismo de Sangue*.

⁴⁰¹ FREI BETTO. *Diário de Fernando: Nos cárceres da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Rocco, 2009, p. 32.

⁴⁰² FREI BETTO. *Batismo de Sangue. Guerrilha e morte de Carlos Marighella*. 14ª ed. São Paulo: Rocco, 2021, p. 50.

jovens”.⁴⁰³ De braços dados com mães, freiras prestaram apoio aos estudantes e carregavam faixas com os dizeres “Clero e Povo com os estudantes” e a “A Igreja quer justiça”.⁴⁰⁴

Ao longo de 1968, o trabalho do padre francês Pierre Joseph Vauthier também se destacou entre os religiosos católicos. Ele chegou ao Brasil em outubro de 1963, sendo ordenado padre, três anos depois pelo cardeal Agnelo Rossi. Era membro de uma associação católica internacional, a “Missão Operária São Pedro e São Paulo”, cujo estatuto convocava seus filiados a possuírem uma profissão manual. Estabeleceu-se na Vila Yolanda, em Osasco, trabalhando como operário da indústria (retificador na Braseixos Rockwell S/A com jornada de trabalho em torno de 9 a 10 horas diárias). Logo se associou ao Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e, em 18 de julho de 1968, foi preso durante a greve e encaminhado ao DOPS/SP. Em agosto, foi expulso do país pelos militares que o acusaram de “atos subversivos em Osasco”. Sua expulsão gerou uma onda de protestos de padres e freiras e mobilizou até o cardeal Rossi que chegou a interceder pelo padre-operário, sem sucesso.⁴⁰⁵

O silêncio da CNBB diante da escalada de violência nas ruas foi alvo de críticas e cobranças da parte de religiosos. No contexto da prisão de estudantes no 30º Congresso da UNE, em outubro de 1968, cerca de cinquenta padres e freiras se dirigiram ao Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, com a pretensão de entregar ao governador Negrão de Lima um memorial de repúdio às violências contra estudantes. O governador, no entanto, recusou-se a receber todos, aceitando dialogar com apenas cinco manifestantes. Perante a negativa do governador, os religiosos afirmaram: “ou vamos todos ou não vai ninguém.” O memorial foi entregue, então, ao chefe da Casa Militar. Os religiosos se reuniram no hall de entrada do Cenáculo e uma irmã leu a declaração dos religiosos para dom Vicente Scherer, presidente em exercício da CNBB que, de acordo com o *Jornal do Brasil*, ouviu em silêncio.⁴⁰⁶ A CNBB respondeu que não via motivos para manifestar-se, uma vez que se tratava de um pequeno número de religiosos presos em Ibiúna.⁴⁰⁷

Em Aparecida, a escolha do clero também foi o silêncio. Dom Motta e dom Macedo não emitiram nenhum pronunciamento oficial sobre a situação do país em 1968 nem se solidarizaram publicamente com parte do clero perseguido pela ditadura. Naquele ano, o foco

⁴⁰³ “Igreja nas ruas apoia a juventude”, *Correio da Manhã*, 27 jun.1968. p. 15.

⁴⁰⁴ “Passeata dos estudantes reuniu 60 mil pessoas”, *Jornal do Brasil*, 27 jun. 1968.

⁴⁰⁵ SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. Por debaixo da batina: padres e bispos sob a vigilância do DOPS/SP. In: XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH: 50 anos, 2011, São Paulo - SP. *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História*. São Paulo - SP: ANPUH-SP, 2011.

⁴⁰⁶ “Padres e irmãs pediram a Dom Scherer que a CNBB afirme repúdio à violência”. *Jornal do Brasil*. 25 out. 1968.

⁴⁰⁷ “Igreja quer romper impasse indo ao encontro do governo”, *Diário de Notícias*, 26 out. 1968. p. 3.

das atenções do clero do Santuário era outro: o novo ciclo de peregrinação da imagem de Nossa Senhora Aparecida pelas dioceses do país. Ao todo foram sete peregrinações regionais que passaram pelas dioceses de Bauru (SP), Uberaba (MG), Marília (SP), Assis (SP), Campo Mourão (PR), Sorocaba (SP), São Paulo (capital), Campanha/Luz (MG), Uberlândia (MG), Mogi das Cruzes (SP), Nova Friburgo (RJ), Niterói (RJ), São João Del Rei (MG) e Petrópolis (RJ). Nessa fase, que se estendeu entre 29 de fevereiro e 30 de outubro de 1968, as peregrinações ficaram mais restritas ao Centro-Sul do Brasil e estiveram longe do apelo quase consensual que tiveram entre 1965 e 1966.

O objetivo da segunda fase de peregrinações da imagem de Aparecida em 1968 já não possuía o sentido anticomunista que envolveu as multidões de devotos durante o governo Castello Branco. Em 22 de abril, por ocasião do dia da Comunidade Luso-Brasileira,⁴⁰⁸ a imagem de Aparecida se uniu à Virgem de Fátima, trazida pelo patriarca de Lisboa, cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, em São Paulo.⁴⁰⁹ O evento foi patrocinado pela Associação de Emissoras de São Paulo e levou cerca de 200 mil fiéis ao mesmo Vale do Anhangabaú, onde o padre Patrick Peyton reuniu multidões em 1964, para rezar o terço e pedir paz no mundo.

Os registros do diário de dom Macedo sobre a visita da imagem de Aparecida à capital paulista em junho de 1968 dão bem a medida do “quanto as posições políticas no interior da Igreja vinham se acirrando por conta do cenário político brasileiro”.⁴¹⁰ O arcebispo coadjutor de Aparecida relata que entre os dias 6 e 7 de junho de 1968, a recepção da imagem da padroeira em Santo Amaro, em São Paulo, foi “simplicíssima”. Não havia enfeites nem trono para a imagem na paróquia da cidade. Pouca gente tomou parte na missa e o pároco identificado como padre Ávila não parecia muito interessado na festividade. Dom Macedo atribui a recepção fria da imagem em Santo Amaro a um “advogadinho, cara de vermelho”, que tinha muita influência sobre o vigário. Para o advogado criticado pelo arcebispo, “a peregrinação não passava de fanatismo e idolatria”, além de servir como alienação para os fiéis em um momento de incremento da violência política, inclusive contra a própria Igreja.⁴¹¹ Ou seja, a passagem da

⁴⁰⁸ A data foi criada a partir do projeto de lei do senador Vasconcelos Torres (1922-1982) apresentado ao Congresso Nacional em 1966. A ideia era celebrar o dia 22 de abril, data do “descobrimento do Brasil”, como marco de uma “realidade que mergulha em mais de quatro séculos a nossa existência histórica”. Em 1967, Costa e Silva sancionou a lei 5.270 que instituía a data e previa a realização de palestras, festas e representações alusivas à data, nas escolas em geral. Cf. BRASIL, Lei 5.270, de 22 de abril de 1967. Institui o dia da Comunidade Luso-Brasileira e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Seção 1 – 24/4/1967, Página 4585.

⁴⁰⁹ “Cardeal Cerejeira passará pelo Rio levando imagem de N. S. Fátima a São Paulo”, *Jornal do Brasil*, 20 abr. 1968, p. 10.

⁴¹⁰ OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. *Basílica de Aparecida: Um templo para a cidade-mãe*. São Paulo: Olho d’água, 2001. p. 104.

⁴¹¹ MACEDO, Dom Antônio. *Crônica da peregrinação nacional de Nossa Senhora Aparecida – 1965/1968*. Arquivos da Arquidiocese de Aparecida, 1969.

imagem de Aparecida gerou resistências entre alguns fiéis e parte do clero que exigia uma postura mais enérgica da hierarquia católica contra a ditadura. Ao mesmo tempo, a peregrinação com foco considerado excessivo na figura de uma Nossa Senhora vestida de nacionalismo e coberta de dogmas também gerava críticas por parte daqueles que desejavam que a imagem da Virgem se tornasse uma “companheira do povo”, uma “mulher que se mostra igual aos seus devotos na luta” contra a opressão social.⁴¹² Em Santo Amaro, a imagem deveria ficar três dias, mas acabou ficando apenas um. Apesar das resistências, a recepção de Aparecida nas dioceses ao longo de 1968 foi grandiosa e arrastou milhares de devotos, que acorriam às paróquias para pedir pela paz no Brasil, render ação de graças e cumprir suas promessas à padroeira.

Após a implantação do AI-5, uma voz em Aparecida finalmente se levantou contra a arbitrariedade do regime. Ao longo do mês de dezembro de 1968, o padre redentorista Paulo Vítor Coelho de Almeida se valeu do 20º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem para falar com os ouvintes do seu programa diário “Os ponteiros apontam para o infinito”, na Rádio Aparecida, sobre a importância de a população se tornar consciente dos seus próprios direitos. Desde os anos 1950, o padre se empenhava na defesa da justiça social a partir da Doutrina Social da Igreja e era famoso por comentar as encíclicas papais em linguagem popular. Ao comentar o 23º artigo da Declaração, que diz respeito ao trabalho, por exemplo, o religioso denunciou os “salários de fome” e defendeu que os trabalhadores se unissem em cooperativas para exigir condições satisfatórias de trabalho. Porém, no dia 1 de janeiro de 1969, no segundo Dia Mundial da Paz Mundial, instituído pelo papa Paulo VI em 1967, o padre Vítor leu as seguintes frases para os ouvintes:

Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, liberdade de consciência e liberdade de religião. Todo homem tem direito à liberdade de opinião e de expressão; de publicar as suas opiniões e não ser amordaçado pela censura – normalmente falando, é claro, porque pode haver circunstâncias extraordinárias em que os direitos do homem são suspensos pela autoridade. Os atos institucionais, por exemplo, que no Brasil foram impostos, indiscutivelmente, limitam o uso dos direitos em grande parte, certo? E um governo só tem o direito de fazer isto quando o bem comum imperiteravelmente o exige; só em face do bem comum, por necessidade⁴¹³

Foi, sem dúvida, uma crítica direta ao endurecimento do regime e uma defesa corajosa da liberdade, atacada impiedosamente pela ditadura. A audácia do padre Vítor acabou desagradando um “certo coronel da revolução” que tinha grande influência no Vale do Paraíba.

⁴¹² PORTELLA, Rodrigo. Maria no Brasil contemporâneo: libertadora, carismática e pop. *Estudos de Religião*, v. 32, 2018, p. 66-71.

⁴¹³ Cf. BRUSTOLONI, Júlio. *Vida de Padre Paulo Vítor Coelho: Missionário redentorista e Apóstolo da Rádio Aparecida*. São Paulo: Editora Santuário, 2008, p. 54.

Existem poucos registros sobre esse episódio e nenhuma identificação do referido coronel, mas fato é que o militar mandou fechar a Rádio Aparecida por 24 horas.⁴¹⁴ A suspensão da transmissão de um dos principais meios de comunicação do Santuário Nacional surpreendeu os redentoristas, que, como temos visto desde o capítulo um, sempre mantiveram uma boa relação com os militares. A rádio voltou ao ar um dia após o ocorrido, mas nunca mais se ouviu uma crítica tão contundente ao regime no programa do padre Vítor. Seus sermões continuaram a abordar o cotidiano dos fiéis das camadas mais populares e a falar sobre justiça social a partir da perspectiva da Igreja Católica, mas a cada programa ficava mais claro o peso da autocensura.⁴¹⁵

“Por que não fazer a maior igreja do mundo aqui?”⁴¹⁶

Em 1968, o Santuário Nacional passou a colher os frutos da exitosa peregrinação da imagem de Nossa Senhora Aparecida pelo país entre 1965 e 1966, bem como das festividades do Jubileu de 250 anos da Padroeira, em 1967. O número de romarias ao Santuário aumentou consideravelmente e, só em 1968, a Basílica recebeu mais de 900 mil romeiros. Diante do movimento extraordinário de fiéis em direção à Aparecida ao longo do ano, os redentoristas ficaram cada vez mais certos de que era preciso acelerar as obras da Basílica Nova.

O desejo de construir uma nova Basílica para Aparecida era antigo. Desde 1926, os redentoristas sentiam a necessidade de uma nova igreja que pudesse receber confortavelmente o intenso fluxo de fiéis que aumentava ano após ano. O requerimento de uma nova igreja só foi oficializado pelos redentoristas em 1929, em uma carta ao cardeal dom Sebastião Leme. Nela os religiosos expressavam a necessidade de uma “Basílica grande e bela como grande e belo é o Brasil”. Ou seja, mais do que uma justificativa prática em relação ao tamanho da Basílica Velha, os redentoristas apelavam ao caráter nacionalista da construção do novo templo para a santa. Tal aspecto fica bastante evidente no início do documento intitulado “Dados Históricos

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ BRUSTOLONI, Júlio J. *Vida de Padre Paulo Vítor Coelho: Missionário redentorista e Apóstolo da Rádio Aparecida*. São Paulo: Editora Santuário, 2008. p. 23.

⁴¹⁶ Trecho retirado do livro de memórias do padre Noé Sotillo, escrito no início dos anos 1990, a pedido do padre Júlio Brustoloni. Apesar de nunca ter sido publicado, o livro foi encadernado juntos às atas da Comissão Executiva das Obras e o 7º livro de anotações do arquiteto do Santuário, Benedito Calixto Neto. É possível encontrar alguns fragmentos do livro de Noé Sotillo em: OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. *Basílica de Aparecida: Um templo para a cidade mãe*. São Paulo: Olho d’água, 2001.

da Futura Basílica de N. S. Aparecida Templo Nacional do Brasil – 1952”, assinado por J. A. César Salgado,⁴¹⁷ em nome da comissão de construção da igreja:

Ninguém de boa-fé poderá negar a influência do cristianismo na formação da nacionalidade brasileira. Foi a cruz o primeiro símbolo da civilização e de crença, que se erguem em terras pátrias, na alvorada da descoberta, com o testemunho de nossa integração na comunidade dos povos cristãos. Foi à sombra da cruz que o Brasil nasceu, cresceu, evoluiu. Nossa fisionomia moral, os atributos específicos de nossa família, o caráter de nossa sociedade revela a presença de um substrato indelével, que se cristalizou no âmago de nossa individualidade e que tem suas raízes no cristianismo. Desconhecer essa realidade história e a sua iniludível importância nos destinos da nacionalidade seria atentar contra a evidência. (...) A necessidade de se construir novo templo, digno do título de basílica nacional, já se impôs de longa data à consciência religiosa dos brasileiros⁴¹⁸

Na perspectiva de César Salgado, o catolicismo aparece como linha condutora da história do Brasil e qualquer divergência em relação a isso deve ser lida como um atentado contra a evidência e a “realidade histórica”. Porém, o membro da comissão da construção da futura Basílica de Aparecida vai além:

Em Aparecida, a fraternidade da fé revigora os vínculos da unidade política da nacionalidade. Aquêles peregrinos de longínquas regiões verificam ali que todos, em torno do altar da Virgem, falam a mesma língua, tem os mesmos costumes, adoram o mesmo Deus. E de regresso a seus lares, eles vão contar que o Brasil não é apenas, aquele chão e aquela grei, mas uma grande pátria e uma grande família. Temos aí, que Aparecida não é só um templo, mas, ainda, escola de civismo (...) Todos os povos cristãos temos seus templos nacionais. São monumentos magníficos que dão o testemunho da fé e se integram, assim, no patrimônio artístico e moral da coletividade a que pertencem. A nova Basílica de Aparecida será também um monumento de arte que poderemos nos ufanar. Na majestade das suas linhas arquitetônicas ela dirá não só ao crente, mas ao “touriste” curioso, que o Brasil continua fiel à religião de seus maiores, sob o patrocínio da Senhora Aparecida⁴¹⁹

Nesse sentido, para Salgado e grande parte dos redentoristas, a nova Basílica deveria ser mais do que um simples templo para Nossa Senhora Aparecida, mas um monumento religioso, majestoso, nacionalista e cívico. A nova Basílica deveria favorecer a união de todos os brasileiros das mais diferentes regiões do país aos pés da imagem da santa. Ao retornarem para casa, os fiéis poderiam criar a consciência nacional de ser um mesmo povo e uma mesma família – cumprindo a promessa do evangelho que diz: “Haverá um só rebanho e um só

⁴¹⁷ José Augusto César Salgado (1894 – 1979) era formado pela Faculdade de Direito de São Paulo e membro da comissão da construção da futura Basílica de Aparecida. Na ocasião do documento, em 1952, ocupava o cargo de Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

⁴¹⁸ *DADOS históricos da futura Basílica de N. S. Aparecida - templo nacional do Brasil*. Aparecida: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida, 1952.

⁴¹⁹ Idem.

pastor”.⁴²⁰ Assim, ao promover esse sentimento religioso e nacionalista, a nova Basílica poderia ser uma autêntica “escola de civismo”. Conforme Adriano Godoy, que analisa alguns aspectos da monumentalidade da Basílica de Aparecida em sua tese de doutorado, “em outras palavras, o projeto era ensinar, através do templo, que não haveria a nação sem a religião e que para ser brasileiro era preciso ser católico”.⁴²¹

As linhas arquitetônicas da nova Basílica ficaram a cargo de Benedito Calixto Neto, oriundo de uma família da elite paulistana⁴²² e homem de confiança do cardeal Motta. Para estudar outras basílicas nacionais pelo mundo, o arquiteto contou com o financiamento da Arquidiocese de São Paulo para realizar viagens à Europa, ao México e aos Estados Unidos. Foi na capital norte-americana que Calixto Neto encontrou sua maior inspiração: a Basílica Nacional da Imaculada Conceição. Aparentemente, o arquiteto gostou tanto do Santuário dedicado à padroeira dos Estados Unidos que resolveu desenhar um praticamente igual no Brasil, trocando apenas o título conferido à Nossa Senhora e as dimensões do templo. Aqui, a nova Basílica deveria ter como limite a Basílica de São Pedro, em Roma. Não importava tanto a originalidade do projeto; o mais importante era construir “a maior igreja nacional do mundo para a nação com a maior população católica do mundo”.⁴²³

O lançamento da pedra fundamental da nova Basílica se deu em 1954 e, desde então, a construção do novo templo de Aparecida contou com forte apoio do Estado brasileiro. Grandes quantias de recursos públicos, por parte não só do governo federal, mas também do governo estadual de São Paulo, ajudaram a colocar de pé o segundo maior templo católico do mundo. Diversas correspondências, estudadas por Marcelo Pedro de Arruda, indicam a proximidade dos redentoristas com o segundo governo do presidente Getúlio Vargas, a quem foram profundamente gratos pelo apoio financeiro necessário para a terraplanagem do Morro das Pitas, em 1953.⁴²⁴ Posteriormente, a amizade de dom Motta com JK garantiu que o presidente, através

⁴²⁰ São João 10:16, *Bíblia de Jerusalém*, Revista e ampliada, 1985.

⁴²¹ GODOY, Adriano Santos. *Cultivando a casa de Maria*: materialidades da Basílica Nacional de Aparecida. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2020, p. 143.

⁴²² Benedito Calixto de Jesus (1853-1927), avô materno do arquiteto da Basílica, foi um artista autodidata com vasta produção e em múltiplas formas. De acordo com Caleb Alves, suas obras tiveram papel fundamental na construção do imaginário republicano brasileiro. Dentre suas pinturas, destacam-se também as com temática religiosa em igrejas na cidade São Paulo, como as de Santa Cecília ou Santa Ifigênia, dentre várias outras pelo interior paulista e sobretudo na cidade de Santos. O pai de Calixto Neto, João Pedro de Jesus Neto (1883-1955), foi um engenheiro sanitarista pioneiro. Desde 1957 é reconhecido pelo Estado de São Paulo como o “Patrono do tratamento de esgotos sanitários. Cf. ALVES, Caleb Faria. Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano. Bauru: EDUSC, 2003; SAMPAIO, Américo de Oliveira. Engenheiro João Pedro de Jesus Netto: o patrono do tratamento de esgotos sanitários de São Paulo. *Revista DAE*, v. 196, p. 42-55, 2014.

⁴²³ GODOY, Adriano Santos. *Cultivando a casa de Maria...*, op. cit., p. 147.

⁴²⁴ ARRUDA, Marcelo Pedro de. *Triunfo católico no calendário republicano*: Nossa Senhora Aparecida no calendário secular (1930-1980). 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

da Companhia Siderúrgica Nacional, doasse a estrutura de aço da Torre Brasília, de 109 metros de altura, dezesseis andares e 440 degraus.⁴²⁵ A torre foi inaugurada em janeiro de 1961, com a presença de Juscelino, que disse não esperar agradecimentos por ter ajudado na construção, pois ao doar a estrutura, ele fazia não só sua vontade, mas a de todo o povo brasileiro.⁴²⁶

Em 1967, a administração das obras passou a ser comandada pelo então tesoureiro do Santuário, o padre redentorista Noé Sotillo. Ao assumir a responsabilidade, o religioso encontrou um cenário financeiro caótico. O déficit era de Cr\$ 50 milhões e a obra iniciada 12 anos antes parecia paralisada. Quando questionados sobre a demora, os redentoristas diziam que Nossa Senhora não deixaria faltar nada: “Devagar e sempre tudo se arruma”. Sotillo suspeitou de irregularidades no contrato da firma Mariutti, responsável pelos diversos serviços de concreto armado (pilares da fundação) da Basílica, e passou a centralizar a fiscalização das obras. Sob o comando do padre Sotillo no final dos anos 1960, o Santuário passou a angariar mais doações, ampliadas após a peregrinação da imagem de Aparecida pelo país e pela festa do Jubileu de 250 anos. Ao mesmo tempo, o religioso passou a solicitar mais empréstimos ao governo federal e relembra algumas estratégias para conseguir isenções do Estado:

Outro grande problema que sempre enfrentamos na contabilidade era o nome fantasia. Toda a dificuldade para se conseguir isenção do governo. Tivemos vários títulos oficiais: “Basílica Nacional”, “obras da Basílica Nacional”, “Santuário de Nossa Senhora Aparecida”, etc., e finalmente, “Obras Sociais da Basílica Nacional”. E hoje parece que já mudou. Durante anos tentamos conseguir os privilégios de isenção. Conseguimos os seguintes: A) Utilidade Pública Municipal. Dava-nos isenção dos impostos municipais, menos as taxas; B) Utilidade Pública Estadual, que nos concedia o direito de receber verbas; C) Utilidade Pública Federal, nos concedendo isenção principalmente quanto às taxas de aplicação financeira. Nunca conseguimos a “Filantrópica”, primeiro porque o Cardeal Motta era contra. Ele dizia: “devemos dar exemplo e pagar todos os impostos”. Em todo o caso, deixamos o processo em Brasília pedindo a “Filantrópica” que isentaria o pagamento da parte patronal, o que seria de grande auxílio⁴²⁷

Assim, ao longo das suas primeiras décadas de construção, a nova Basílica de Aparecida enquanto “utilidade pública” contou com o apoio de presidentes, governadores e prefeitos, seja diretamente na construção do prédio seja indiretamente na infraestrutura ao seu redor. Com a ditadura, não seria diferente. O progresso apregoado pelo regime também chegaria ao Santuário que abençoou a *revolução* em 1964 e a construção da Passarela da Fé se tornaria o maior

⁴²⁵ Hoje a Torre comporta a maior parte dos setores administrativos do Santuário, além do Museu Nossa Senhora Aparecida e do Mirante, que podem ser visitados pelos romeiros.

⁴²⁶ “Unida a capital da esperança à capital da fé brasileira”, *Diário da Noite* (SP), 11 jan. 1961, p. 2.

⁴²⁷ GODOY, Adriano Santos. *Cultivando a casa de Maria...*, op. cit., p. 194-195.

símbolo do otimismo expresso pelo Santuário Nacional em relação ao regime militar em tempos de *milagre*.

A Passarela do *milagre*

Em 1969, o padre Noé Sotillo narrava uma conversa que teve com o arquiteto Benedito Calixto, quando ambos “olhavam para a cidade de Aparecida bem do alto do barranco, ao lado da antiga cabine da força elétrica”.⁴²⁸ Sotillo lembrou do padre Antônio Pinto de Andrade que, em seu otimismo, gostava de fazer planos grandiosos, sonhando com uma Aparecida transformada num grande centro religioso, capital mariana do Brasil e do mundo. Era do padre Andrade o antigo sonho de fazer uma passarela para pedestres ligando a Basílica Velha a Basílica Nova. O desejo do padre Andrade cabia nas ambições de Sotillo: “por que não fazemos a passarela e assim facilitaremos aos romeiros que gostam de visitar também a velha Basílica?”, perguntou a Calixto. “Além disso, será um monumento que irá marcar e caracterizar a cidade!”, disse o padre Noé, maravilhado com a visão de uma passarela que representasse a monumentalidade do Santuário. Calixto rebateu: “O senhor está louco?!”. A proposta parecia ambiciosa demais, mesmo para um arquiteto “sonhador, que vivia fazendo planos mirabolantes e de realização impossíveis”.⁴²⁹ Noé Sotillo achava que o Santuário poderia contar com a ajuda do governo federal para a realização do sonho: “se ganharmos, tudo bem; se não, nada a perder!” Calixto, por fim, concordou: “Tudo bem. Eu me encarrego do desenho e o senhor do governo federal”.⁴³⁰

Quando propôs o pedido de ajuda ao governo, Sotillo já sabia que o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, jantaria num restaurante de seu primo, o deputado federal Mário Tamborindeguy, na cidade de Roseira, há pouco mais de 12km de Aparecida. Logo após a conversa com Calixto, o padre Sotillo foi até o seu escritório e escreveu a minuta de um ofício no qual elencava “cinco ou seis razões e motivos” do porquê o Santuário precisava da passarela e o seu benefício para os romeiros. O advogado da Basílica, José Lauá colocou o rascunho do padre em linguagem de ofício e Sotillo levou o documento até dom Macedo, a quem pediu que “vestisse o melhor ‘fardão’ de bispo” e entregasse o ofício a Andreazza. O cardeal Motta também foi informado da iniciativa de Sotillo e “com um sorriso maroto”, concedeu a sua benção: “eu não peço, mas não impeço que peçam”.⁴³¹

⁴²⁸ BRUSTOLONI, Júlio. *Construção da Nova Basílica - Documentário e Notícias - 1955 a 1988*. Aparecida: Centro de Documentação e Memória, 1992, p. 266.

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 237.

⁴³⁰ *Ibid.*, p. 266.

⁴³¹ *Ibid.*, p. 267.

Dias depois, em 13 de julho de 1969, o ministro Andreazza, acompanhado por Mário Tamborindeguy e Rinaldo De Lamare, presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), foram até o Santuário Nacional para acertar os detalhes da construção da passarela. Diante do número de ônibus e carros que viu no estacionamento da Basílica, o ministro dos Transportes teve a dimensão do fluxo de romeiros que visitavam o Santuário. Percebeu que o pedido dos redentoristas para que o governo construísse a passarela seria uma excelente oportunidade de realizar o sonho do Brasil grande que já estava se cumprindo em algumas capitais do país a partir de obras batizadas por seus críticos de faraônicas. Por isso, decidiu que estava na hora de incluir Aparecida no *Brasil do futuro*. Em seu discurso e sob aplausos dos romeiros, Andreazza afirmou que “é dever do governo colaborar para que o povo brasileiro tenha mais conforto e segurança nesta cidade que já se transformou no maior centro de catolicismo do Brasil”.⁴³²

Além da passarela, o ministro também revelou o plano de federalização dos acessos à Aparecida, que passariam a fazer parte do Plano Rodoviário Nacional. Assim, o governo assumiria a responsabilidade pela manutenção das vias que levavam ao “santuário que é um símbolo nacional da fé”.⁴³³ Depois de participar da missa na Basílica nova, ainda em construção, Andreazza e Tamborindeguy receberam a saudação de dom Motta que, emocionado, disse ao ministro que “com suas obras, ele estava realizando a verdadeira integração nacional”. Em resposta ao elogio do cardeal, Andreazza lembrou a famosa frase do próprio dom Motta: “o governo que não fizer quase nada e abrir estradas terá feito quase tudo. E o governo que fizer quase tudo e não abrir estradas não terá feito quase nada”.⁴³⁴

Assim, ao anunciar a construção da passarela, Andreazza confirmava a tradição de investimentos do Estado brasileiro na monumentalidade da Basílica que representava a dimensão da fé católica no Brasil. Era a síntese do encontro entre a ideia de “Brasil grande”, que possui uma longa tradição no imaginário social brasileiro, com a monumentalidade da Basílica de Aparecida, que deveria ser a representação da fé católica dos brasileiros. Para Carlos Fico, o anseio pelo “Brasil Grande” se sustenta na ideia da potencialidade nacional como naturalmente inclinada ao crescimento e prosperidade de uma potência mundial e, sobretudo, na persistência da ideia de um futuro promissor. A partir do plano de construção da Passarela da Fé, é interessante observar como o catolicismo era incluído como parte do sonho do “Brasil grande” e com a nova Basílica de Aparecida se tornava uma espécie de vitrine do progresso que o governo defendia. Ao mesmo tempo, os redentoristas viram no discurso do ministro dos

⁴³² “Uma passarela em Aparecida”, *Manchete*, 02 ago. 1969, p. 112.

⁴³³ *Idem*.

⁴³⁴ *Ibid.*, p. 113.

Transportes uma oportunidade de realizar o antigo sonho ultramontano⁴³⁵ de tornar a nova Basílica uma representação da força da fé católica no Brasil.

Logo após a promessa de Andreazza, um decreto-lei assinado pelo presidente Costa e Silva incluiu a passarela no Plano Nacional de Viação – Setor Rodoviário.⁴³⁶ Era a medida necessária para que o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) pudesse iniciar as obras na principal rua de acesso à cidade. A única maneira de erguer uma passarela daquelas dimensões, em terreno particular desapropriado, era por intermédio do governo federal, que incluía a força do poder público. Inicialmente, a proposta desagradou alguns comerciantes que ocupavam as imediações da Basílica com pequenas lojinhas,⁴³⁷ ao que o padre Noé Sotillo respondia: “mais tarde, todos os comerciantes da cidade velha terão de beijar meus pés, em agradecimento por ter conseguido a Passarela, que irá salvar o movimento da cidade”.

De fato, o efeito produzido pelo início imediato das obras (figura 8) foi maior do que qualquer resistência. Durante a obra, concebida pelo engenheiro Roberto Carlos Niemeyer e executada pela construtora Auliciano LTDA, romeiros que passavam pela cidade se intrigavam com o escoramento da construção todo feito em madeira, não possuindo nada metálico. Ao perceberem a suntuosidade da obra, os pequenos comerciantes também começaram a calcular os futuros lucros de ter mais turistas atravessando a passarela que tão logo se tornaria um cartão-postal da cidade.

⁴³⁵ Do latim *ultramontanus*. O termo designa um importante papel ao Sumo Pontífice, na direção da fé e do comportamento do homem. O termo era utilizado quando se elegia um papa não italiano (“além dos montes”). O nome ultramontano era utilizado pelos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder de Roma e aplicavam o termo aos partidários daqueles que queriam manter a centralidade da Igreja no papa. No início do século XIX, com os constantes conflitos entre a Igreja e o Estado por todo o mundo, foram chamados de ultramontanos aqueles que defendiam a liberdade da Igreja e sua independência perante o poder estatal. Foi marcado assim como uma reação ao mundo moderno e como a orientação política de alguns católicos, tendo sua base na centralidade vaticana e no papa.

⁴³⁶ BRASIL, Decreto-lei nº 747, de 7 de agosto de 1969. Altera o Plano Nacional de Viação - Setor Rodoviário, aprovado pela Lei nº 5.356, de 17 de novembro de 1967, incluindo a rodovia que menciona. Brasília, DF: Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/8/1969, Página 6881.

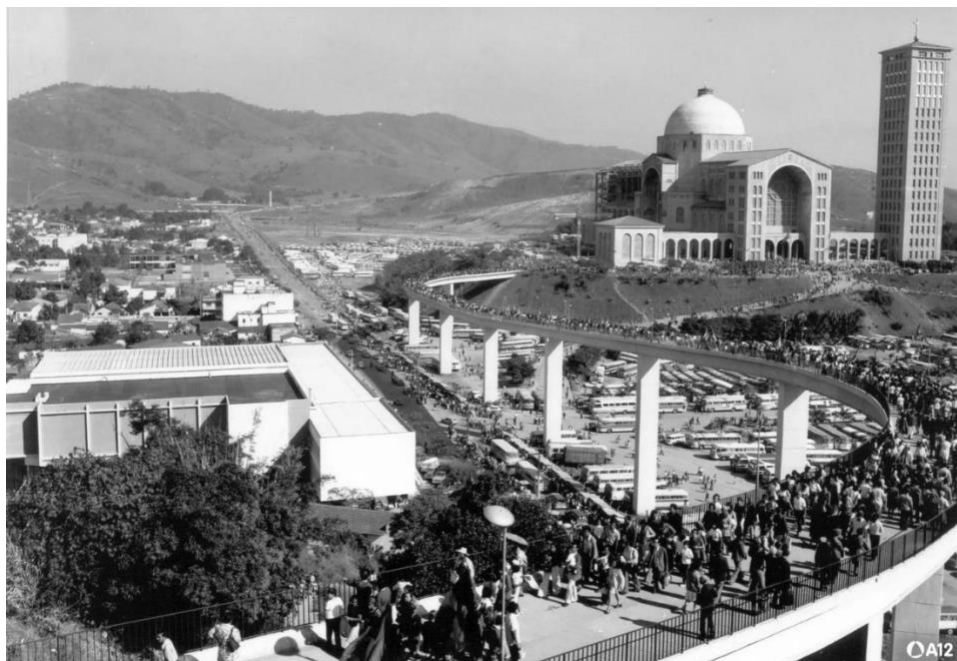
⁴³⁷ “Sem vendedores no acesso à Basílica”, *O Estado de São Paulo*, 13 jul. 1971, p.30.

Figura 8 - Construção da Passarela da Fé (1971)



Fonte: Centro de Documentação e Memória – Padre Antônio Jorge (CDM)

O governo tinha pressa em apresentar os resultados do *milagre* e a administração da Basílica também. Cerca de cem operários trabalharam, dia e noite, até que a passarela ficasse pronta em pouco mais de um ano e passou a se destacar na paisagem da cidade por sua magnitude e complexidade (figura 9). Com 392,2 metros de comprimento e a altura máxima de 35,52 metros em relação ao chão, a passarela ganhou formato de “S” para homenagear Nossa Senhora e representar a curva do Rio Paraíba do Sul na altura do Porto Itaguaçu, local exato em que a imagem de Aparecida foi encontrada.

Figura 9 – Vista da Passarela da Fé (1971)

Fonte: CDM

Em setembro de 1971, em uma reunião da Comissão de Obras da Basílica, dom Motta informou que havia estado no Rio de Janeiro com o ministro Mário Andreazza para marcar a data de inauguração da Passarela da Fé. Em princípio, a passarela seria aberta no dia 8 de dezembro, com a presença do presidente Médici; seria uma forma de aproveitar o grande número de romeiros que era sempre maior no dia dedicado à Nossa Senhora da Conceição. Durante a reunião, o núncio apostólico Umberto Mozzoni, admirado com o sucesso da construção da passarela, sugeriu ao cardeal Motta que se acabassem as três naves da nova Basílica para 1972, isto é, dentro de um ano, mesmo que para tanto o Santuário fizesse um empréstimo com o governo federal. A sugestão causou a indignação do arquiteto Benedito Calixto que escreveu em seu caderno de anotações:

Acho um absurdo a Basílica se meter num empréstimo desse vulto para ter as três naves prontas em um ano. Admitindo que tudo corresse bem, que a Basílica obtivesse do governo federal o tal empréstimo (...) segundo o Pe. Noé, a Basílica se enterraria até os olhos por mais de 20 anos. E isso por quê? Porque, parece-me, o governo federal está muito interessado em se “promover” no exterior e uma grande promoção para o governo seria conseguir que o Papa visitasse o Brasil em 1972, ano em que se vai comemorar os 150 anos da Independência. E, para que o Papa cá viesse, nada melhor que “dourar” a pílula dizendo a Sua Santidade que “a maior Basílica do mundo, levantada em honra de Deus e da Bem-aventurada Virgem Santíssima, invocado no Brasil com a sua padroeira, a Virgem Aparecida, estaria, em 1972, em condições de receber de Sua Santidade a bênção litúrgica...”⁴³⁸

⁴³⁸ BRUSTOLONI, op.cit., p. 599-600.

O empréstimo aventado na reunião não ocorreu, mas o descontentamento de Calixto expresso em suas anotações evidencia que os planos da ditadura para o Santuário Nacional não contavam com o apoio de todos os responsáveis pela construção da nova Basílica. Elencando todos os impasses estruturais que impossibilitavam erguer as quatro alas da basílica em um ano, o arquiteto indica como o tamanho da “maior Basílica do mundo” seria um chamativo religioso e político de interesse do clero e do governo brasileiro para se promoverem internacionalmente. Em agosto de 1971, o regime já pensava em como tornar o Sesquicentenário da Independência um evento grandioso e desejava contar com o apoio da Igreja Católica, sobretudo do clero de Aparecida, que, desde 1964, sempre se mostrou fiel ao credo patriótico encarnado pelos militares. Além disso, o plano interessava ao envelhecido cardeal Motta, que costumava dizer que, antes de morrer, o seu maior sonho era ver o papa em Aparecida.

No entanto, a crítica de Benedito Calixto não era exatamente ao uso político do Santuário, mas à forma como o regime e os redentoristas pensavam conquistar o reconhecimento internacional a partir da Basílica sem atentar para as carências em infraestrutura urbana do seu entorno: “Ninguém pensou que que nós vamos acabar a basílica e isso implica uma série imensa de serviços anexos, tais como calçamento, iluminação, estacionamentos e uma série de coisas por fazer”.⁴³⁹ Em outras palavras, se o governo também se empenhasse na modernização da cidade de Aparecida, o regime poderia se promover como bem quisesse. Aliás, Benedito Calixto nunca foi contra a participação do governo nas obras da Basílica e de seu entorno, tanto que saudou a inauguração do trevo de Aparecida por Costa e Silva, em 1967.

A rigor, os investimentos do governo federal no Santuário contrastavam com a precariedade da infraestrutura urbana ao redor da Basílica. Em 1968, Aparecida registrava o maior número de visitantes em todo o país - 4,5 milhões de romeiros -, mas o núcleo da cidade era praticamente o mesmo de dois séculos antes, quando uma vila começou a crescer ao redor da Velha Basílica, onde ainda em 1971, se concentravam os precários serviços de hotelaria, por exemplo. Até 1967, o acesso à cidade se fazia por uma via estreita que, deixando a rodovia Presidente Dutra, não oferecia condições mínimas para o volume de tráfego que registra nos fins de semana, dias santos e feriados.

A situação melhorou quando o presidente Costa e Silva inaugurou a segunda pista da via Dutra em novembro de 1967, com as bênçãos do cardeal Motta. Na ocasião, o marechal

⁴³⁹ Idem.

percorreu a pista dupla, no sentido de São Paulo para o Rio, acompanhado por 300 veículos para se convencer de que se tratava “efetivamente de uma inauguração e não de um artifício”.⁴⁴⁰ Durante todo o trajeto, o presidente, o ministro Andreazza e o diretor do DNER, Eliseu Rezende, foram saudados pelos populares que se aglomeravam nas margens da rodovia – principalmente nas proximidades das cidades do Vale do Paraíba - soltando rojões e agitando bandeirinhas.⁴⁴¹ A população de Aparecida, que havia rezado com Costa e Silva pelo progresso do Brasil meses antes na cerimônia de entrega da Rosa de Ouro, naquele momento saudava a obra produzida pelo ditador.

Em seu discurso, Costa e Silva lembrou que havia prometido finalizar a duplicação da via Dutra antes do primeiro aniversário do seu governo. Para o presidente, a estrada “é o símbolo do que é, do que deve ser o Brasil de hoje e o Brasil de amanhã. O Brasil adiantado, o Brasil progressista, o Brasil que se atira corajosamente para o futuro, certo da vitória”.⁴⁴² No mesmo sentido, o ministro Mário Andreazza disse que as obras inauguradas por Costa e Silva “são uma demonstração eloquente de que a Revolução abre novos horizontes para o desenvolvimento e o progresso da Pátria”. Na época, a obra foi saudada com grande entusiasmo tanto por dom Motta quanto pelo arquiteto da nova Basílica. Naquele momento, o Santuário e os militares tinham o mesmo sonho: construir o “Brasil grande”. Em 1971, o sonho era cada vez mais urgente e só a pressa do governo desagradava a Calixto.

Apesar disso, a Passarela da Fé foi inaugurada oficialmente em 19 de dezembro de 1971. Cerca de 40 mil pessoas compareceram à cerimônia, que contou com a presença dos grandes artífices da obra: o ministro Mário Andreazza, seu primo, o deputado Mário Tamborindeguy e o diretor do DNER, Eliseu Resende. Além deles, estiveram presentes o secretário geral da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, dom Rolim Loureiro, bispo de Mogi das Cruzes, o padre Amador Leardini, provincial dos redentoristas, e o prefeito de Aparecida, Manoel Alves Nunes. Todas as autoridades foram recebidas por dom Motta na praça Nossa Senhora Aparecida, de onde seguiram a pé, a frente dos romeiros, até a galeria do Hotel Recreio para a cerimônia de corte da fita simbólica (figura 10).⁴⁴³

⁴⁴⁰ “Costa e Silva inaugura a nova pista da Rodovia Pres. Dutra”, *Jornal do Brasil*, 16 nov. 1967, p. 1.

⁴⁴¹ “Embora terminada às pressas a estrada é boa”, *O Estado de São Paulo*, 16 nov. 1967, p. 1.

⁴⁴² “A promessa foi cumprida”, *O Estado de São Paulo*, 16 nov. 1967, p. 1.

⁴⁴³ “Inaugurada a maior passarela de pedestres”, *Ecos Marianos*, 1972, p. 210-211.

Figura 10 - Inauguração da Passarela da Fé (19 de dezembro de 1971)



Fonte: CDM

A cerimônia foi simples e sem discursos, mas nenhuma autoridade conseguia disfarçar a felicidade de inaugurar “a maior passarela de pedestres já construída no Brasil” até então. Após o corte da fita, religiosos, militares e autoridades civis começaram a descer pela passarela, arrastando uma “massa popular compacta”, que colocou à prova a resistência da via.⁴⁴⁴ Durante o trajeto, Andreazza acenava para os romeiros que assistiam à inauguração das janelas e se deteve por um momento para responder à saudação de idosos do Abrigo Nossa Senhora Aparecida (figura 11).

⁴⁴⁴ BRUSTOLONI, op.cit., p. 270-271.

Figura 11 - Mário Andreazza, Laudo Natel, dom Motta e dom Macedo caminham sobre a Passarela da Fé (19 de dezembro de 1971)



Fonte: CDM

Segundo o relato do padre Noé Sotillo, que também participou alegremente da inauguração, ao chegar à Basílica nova em construção, o ministro Andreazza “olhou para trás e viu uma multidão lotando a passarela, deu um sorriso de satisfação, como a reconhecer a justeza da obra!”.⁴⁴⁵ O ministro não discursou, mas coube ao cardeal Motta falar sobre os sentidos da inauguração da Passarela da Fé. Ao agradecer a conclusão da obra, o arcebispo de Aparecida fez um breve histórico cívico-religioso do Brasil: Brasil-criança, capital Salvador; Brasil-adolescente, capital Rio de Janeiro; Brasil-adulto; capital Brasília. Para dom Motta, a inauguração da Passarela da Fé dava continuidade à construção de Brasília; lembrava a glória experimentada por ele ao celebrar a primeira missa na nova capital. Em certa medida, o cardeal compartilhava da mesma esperança nacional que contagiou Afonso Arinos de Mello Franco, para quem a fundação de Brasília foi “a exaltação do sentimento de grandeza”.⁴⁴⁶ Dom Motta via na Passarela da Fé o produto de um otimismo que só seu velho amigo Juscelino Kubitschek tinha sido capaz de infundir nos brasileiros, ele mesmo “um criador de otimismo”, segundo Carlos Lacerda.⁴⁴⁷

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O governo Kubitschek. In: GOMES, Ângela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991, p. 13.

⁴⁴⁷ Ibid., p. 20.

Ao falar de um Brasil-adulto que surgiu em Brasília, o arcebispo de Aparecida oferecia ao regime um discurso que seria muito mobilizado por Médici no ano seguinte, durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência: “O Brasil emergiu, em oito anos apenas, da longa infância e da tumultuária adolescência, para o estágio de nação adulta e séria, que sabe para onde vai e sabe o que pretende”.⁴⁴⁸ Seguindo os passos de JK no sentido de “romper com passado de atraso e firmar o compromisso com um futuro de realizações”.⁴⁴⁹ Nesse sentido, dom Motta associava o Santuário de Aparecida ao ideal do *Brasil do futuro*, defendida pela ditadura naqueles anos de *milagre*. Segundo Carlos Fico, a ideia do futuro promissor é alimentada pela crença de uma grandeza predestinada do país através de elementos como

Exuberância da natureza, tamanho continental, riquezas minerais – estas seriam algumas das características do Brasil que o fariam único. O vigor do discurso sobre o futuro é sustentado pela unidade de ideia, pela identidade que propicia essa convicção quanto à singularidade. O futuro promissor há de vir para um país tão especial – essa imagem tem força suficiente para situar-se como foco de referência de autorreconhecimento social: “brasileiros” são os que vivem no “país do futuro”⁴⁵⁰

Todos esses aspectos estavam presentes no discurso de dom Motta na medida que o cardeal associava a grandeza do Brasil à magnitude da sua fé católica, representada pela devoção à Aparecida e, naquele momento, também sintetizada nos traços modernos da nova passarela. Para o cardeal, a obra inaugurada pela ditadura era um verdadeiro “caminho do céu para o nosso católico povo de Deus, como se fosse a escada de Jacob, um passadiço por onde sobem aos céus as preces dos homens e descem dos céus as graças de Deus”.⁴⁵¹ Por fim, dom Motta celebrava o progresso e o *futuro promissor* que o governo, ao construir a passarela que ligava a Basílica Velha à Nova Basílica ainda em construção - o velho ao novo que ainda estava por vir, portanto – e pedia aos fiéis que não deixassem de elevar suas preces à Padroeira, em ação de graças e em favor daqueles que tinham tornado o futuro possível.

Batalha pelo patriotismo?

Em outubro de 1971, o presidente Emílio Garrastazu Médici instituiu uma comissão nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência

⁴⁴⁸ MÉDICI, Emílio Garrastazu. O sinal do amanhã. 2ª ed. Imprensa Nacional, 1973, p. 76.

⁴⁴⁹ FICO, C. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 76.

⁴⁵⁰ *Ibid.*, p. 79.

⁴⁵¹ “100 mil foram ver a passarela”, *O Estado de São Paulo*, 21 dez. 1971, p. 37.

do Brasil que se realizariam em 1972.⁴⁵² Era o início dos preparativos da grande festa popular da ditadura. Em seguida, em janeiro de 1972, foi criada a Comissão Executiva Central (CEC) para dirigir e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Presidida pelo general Antônio Jorge Corrêa, a CEC integrava membros de vários ministérios, além de importantes instituições da sociedade civil, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Conselho Federal de Cultura (CFC) – “um bom exemplo de como a ditadura usufruiu e soube articular, sempre, apoios civis e militares”.⁴⁵³

Assim, desde janeiro de 1972, grande era a expectativa para o início das comemorações, que só começaram oficialmente em 21 de abril, dia de Tiradentes, e foram encerradas somente no dia 7 de setembro. Os festejos teriam início com os chamados “Encontros Cívicos Nacionais”, evento que deveria acontecer em todas as cidades do país e que, segundo o presidente da CEC, Antônio Jorge Corrêa, seria um acontecimento inédito, que mobilizaria “todo o país para, numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciárias ouvir a saudação e chamamento do presidente Médici (...) e cultuar a bandeira entoando o Hino Nacional”.⁴⁵⁴

Ao longo de 1972, as mais diversas associações civis, em todas as regiões do país, pretendiam dar sua contribuição e marcar sua presença nas comemorações. O desejo de participação nos festejos também contagiou várias entidades religiosas e, naturalmente, a Igreja Católica, através da CNBB, anunciou sua intenção de colaborar com o programa oficial do Sesquicentenário. Afinal, como afirmou o *Jornal do Brasil*, no editorial “Igreja e Independência”, de 28 de janeiro de 1972, “qualquer celebração histórica, neste país, só será autêntica com a presença da Igreja”.⁴⁵⁵ A ideia era realizar uma grande missa no Parque da Independência, em São Paulo, na presença de todo o episcopado nacional. Os preparativos para essa solenidade ficaram a cargo do arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns que, em sua alocução semanal na rádio “9 de Julho”, lembrou a influência da Igreja Católica na formação do povo brasileiro e fez uma homenagem a São Paulo, berço do país independente, coração econômico e expressão do progresso do *milagre brasileiro*.⁴⁵⁶

⁴⁵² BRASIL. Decreto 69.344, de 8 de outubro de 1971. Designa Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/10/1971, Página 8179.

⁴⁵³ CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 11.

⁴⁵⁴ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 51A. Recorte de jornal: “Todo o Brasil cantará o hino na mesma hora”. Jornal não identificado, 3 mar. 1972.

⁴⁵⁵ Ibid. Pasta 68. Recorte de jornal: “Igreja e Independência”, 28 jan. 1972.

⁴⁵⁶ CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre...*, op.cit., p. 53.

no sesquicentenário da Independência, temos a obrigação de lembrar que esta mesma independência não se proclamou em nossa cidade por mero acaso, e sim porque aqui se prepara um clima favorável à nossa nacionalidade e à Nação que iria ter um papel decisivo na história das Américas e no concerto das nações⁴⁵⁷

Além da missa, a Cúria Metropolitana de São Paulo também prometeu reeditar o livro *O Clero e a Independência*, de dom Duarte Leopoldo e Silva, primeiro arcebispo paulista. O livro, publicado pela primeira vez em 1922, buscava narrar e documentar o apoio do clero brasileiro às lutas pela independência, numa grande defesa da ação da Igreja católica no Brasil,⁴⁵⁸ serviria de inspiração para um documento a ser divulgado pela CNBB em 1972. Assim, de acordo com Kenneth Serbin, por ser uma festividade nacional, o Sesquicentenário dava à Igreja uma oportunidade de reforçar o catolicismo como religião semioficial do país, na medida em que os bispos acreditavam que a Igreja formava a base da nacionalidade brasileira.⁴⁵⁹

Sob esse aspecto a contribuição proposta pelo Santuário Nacional é bastante relevante. Até porque, antes mesmo que a CNBB manifestasse o seu desejo de participar das comemorações do Sesquicentenário, o clero de Aparecida já se preparava para integrar os festejos.⁴⁶⁰ Ainda em dezembro de 1971, logo após a inauguração da Passarela da Fé, o arcebispo coadjutor de Aparecida, dom Antônio Ferreira Macedo, convocou uma coletiva de imprensa para “levar ao conhecimento do público a celebração de um Ano Marial (figura 12) em Aparecida, durante todo o ano de 1972 por motivo do Sesquicentenário”.⁴⁶¹

⁴⁵⁷ Ibid., Recorte de jornal: “Independência é tema do Cardeal”. In: *Correio Brasiliense*, 23 jan. 1972.

⁴⁵⁸ Cf. MASCARENHAS, Christian. O Museu de Arte Sacra de São Paulo: História de um acervo. *Estudos Avançados*, v. 35, n. 103, p. 273-284, 2021.

⁴⁵⁹ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra...*, op. cit., p. 272.

⁴⁶⁰ “Aparecida quer ver os restos de D. Pedro I”, *O Estado de São Paulo*, 29 dez. 1971, p.11.

⁴⁶¹ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 32.

Figura 12 - Cartaz de divulgação do Ano Marial (1972)



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida

Na entrevista, dom Macedo lembrava que o Brasil havia se tornado livre com a “benção de Deus e a proteção da Virgem da Conceição”, pois em 22 de agosto de 1822, dom Pedro I, a caminho de São Paulo, se deteve por alguns momentos para rezar diante da imagem milagrosa de Nossa Senhora em Aparecida. Nessa ocasião, o príncipe regente do Brasil teria prometido à santa que se saísse bem diante “da luta fratricida que se prenunciava” faria de Aparecida rainha do Brasil.⁴⁶² No dia 7 de setembro, veio o “Grito do Ipiranga” e no dia 8, festa da Natividade da Virgem, dom Pedro I deu de presente à Aparecida “não mais uma simples colônia lusa, mas a Pátria brasileira”.⁴⁶³ Por isso, a Igreja Católica não poderia estar ausente nas comemorações do Sesquicentenário e o Santuário Nacional, como “maior centro religioso da nossa Pátria” não poderia “deixar de estar à frente desse grande certame de fé e patriotismo”.⁴⁶⁴

⁴⁶² MAIA, Antônio C.M. *Nossa Senhora e a Independência (o “voto” de D. Pedro I)*, 1972. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida. Pasta 55.

⁴⁶³ Idem.

⁴⁶⁴ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 32.

O programa proposto pelo Santuário ao longo do ano foi idealizado por dom Motta e previa o lançamento do Ano Marial no dia 1º de janeiro de 1972, com uma grande missa em “ação de graças pela Pátria e para implorar as bênçãos de Deus em favor do povo brasileiro”. Assim, no primeiro dia do ano, enquanto a sociedade brasileira ainda ouvia os ecos do discurso otimista de Médici em sua mensagem de Ano Novo,⁴⁶⁵ dom Macedo descia a Passarela da Fé em direção à Basílica Nova, carregando a imagem de Nossa Senhora Aparecida, à frente de milhares de fiéis. Era o momento de colocar no altar da padroeira as expectativas para um grande ano, no qual, segundo o programa do Santuário, os devotos teriam um encontro marcado com a Virgem todos os sábados para rezar o terço pelo Brasil. Não mais para afastar o comunismo, como em 1964, mas para celebrar os *mistérios gloriosos* do crescimento econômico, das perspectivas de ascensão social, do *futuro* que parecia estar cada vez mais ao alcance das mãos com as vitórias no esporte, as estradas e pontes se multiplicando e integrando as diversas regiões do país.⁴⁶⁶ Para este grande conagraçamento, dom Motta fez questão de incentivar todos os bispos a organizarem romarias oficiais à Aparecida até o ponto alto da festa que seria no dia 12 de outubro, dedicado à Padroeira.

Era desejo do Santuário colaborar com o regime para que o Sesquicentenário se tornasse uma festa popular, pois entendia que o clero de Aparecida sempre “acompanhou com seu trabalho, quer na ordem espiritual, quer na ordem social e material, todos os acontecimentos e realizações, que levaram o Brasil ao atual estado de progresso e grandeza”.⁴⁶⁷ Por isso, em nome do cardeal Motta, dom Antônio Macedo escreveu à CEC, em março de 1972, solicitando que o esquife com os despojos de dom Pedro I fizesse uma breve parada, “que seria no máximo de uma hora” em Aparecida, quando estivessem seguindo para Pindamonhangaba. A ideia era celebrar uma missa no Santuário Nacional “em sufrágio do príncipe e de todos aqueles que tomaram parte no glorioso acontecimento da nossa Independência.”⁴⁶⁸ Além disso, o arcebispo pediu ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que decretasse feriado nacional no dia 12 de outubro ao menos no ano do Sesquicentenário, em caráter excepcional.

⁴⁶⁵ Sobre o discurso de Médici em rede nacional de rádio e televisão no dia 31 de dezembro de 1971, ver: CORDEIRO, Janaina Martins. Milagre, Ordem e Progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora, SOUZA, César Martins de, CORDEIRO, Janaina Martins. (Org.). *O País do Futuro: Modernidade, Modernização e Imaginário Coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Prismas, 2018, p. 135-154.

⁴⁶⁶ CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) [online]. 2009, v. 22, n. 43, p. 43.

⁴⁶⁷ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3.

⁴⁶⁸ Idem.

Dom Macedo garantia que todas as medidas de segurança ficariam a cargo da Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR) e do 5º Batalhão de Lorena, conforme entendimentos já feitos. A missa teria a presença de todos os bispos e demais clérigos da região. A carta informava, ademais, que os eventos realizados na Basílica de Aparecida contavam com “aprovação e bênção” do papa Paulo VI e que a iniciativa do Santuário atendia a um desejo do presidente Médici, que teria expressado pessoalmente ao cardeal Motta, o intuito de emprestar maior relevo às comemorações do Sesquicentenário com as bênçãos da Padroeira do Brasil.⁴⁶⁹ Segundo o arcebispo coadjutor de Aparecida, uma breve parada no Santuário não alteraria quase em nada os pontos do rigoroso programa elaborado pela CEC e daria um cunho especial às comemorações, “visto ser Aparecida o centro propulsor da vida religiosa na pátria brasileira”. Para dom Macedo, “a repercussão em todo o território nacional seria das mais favoráveis e significativas”.⁴⁷⁰ Assim, ganharia o Santuário com um número recorde de romeiros em Aparecida e ganharia o governo com a celebração da festividade cívica, que mobilizava valores caros ao regime, como a religião, a hierarquia, o civismo, a moralidade e os *bons costumes*.

Nesse sentido, são muitos os aspectos que explicam a consonância entre a programação do Santuário Nacional para o Sesquicentenário e os festejos organizados pelo regime. Em primeiro lugar, tanto o clero de Aparecida quanto os militares apresentavam uma “história baseada na valorização dos grandes vultos nacionais; uma concepção de tempo linear, que unia passado, presente e futuro, de forma que o *progresso* aparecia como o *destino manifesto* da Nação”.⁴⁷¹ Isso fica bastante evidente na mensagem pastoral de dom Motta por ocasião do Sesquicentenário, na qual o arcebispo de Aparecida faz elogios à colonização portuguesa que nos deu “a fé católica, com a qual fomos galardoados desde o momento bendito da Primeira Missa”.⁴⁷² Ao mesmo tempo, o cardeal reforça que os festejos da Independência oferecem uma oportunidade para celebrar os sentimentos de cristianidade, latinidade, lusitanidade e brasilidade. Tais sentimentos teriam sido essenciais no passado, compunham o presente e deveriam modelar os horizontes de expectativa do Santuário e de todos os fiéis. Assim, a partir do encontro entre a imagem de Aparecida e dom Pedro I, seria possível realizar a “exaltação de uma história-Pátria que cultivava a ideia do povo brasileiro como ordeiro e avesso a conflitos”.⁴⁷³

⁴⁶⁹ Idem.

⁴⁷⁰ Idem.

⁴⁷¹ CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre...*, op.cit., p. 91.

⁴⁷² Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3.

⁴⁷³ CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre...*, op.cit., p. 91.

Sob esse aspecto, é interessante observar as constantes referências do Santuário ao mito da história incruenta, segundo o qual as grandes transformações na sociedade brasileira teriam se dado sem derramamento de sangue.⁴⁷⁴ Na visão de Antônio Maia, congregado mariano e membro da Academia Marial de Aparecida, o Sesquicentenário era

a circunstância ideal desejada para repormos Aparecida no seu devido lugar nos fatos que nos antecederam, nos que constituíram e nos que precederam o famoso ‘Grito do Ipiranga’, a nossa emancipação política dentro de toda paz e harmonia, sem o derramamento de uma única gota de sangue⁴⁷⁵

Portanto, na visão do Santuário Nacional, incluir Nossa Senhora Aparecida nas comemorações do Sesquicentenário era não só uma forma de contribuir com a reafirmação de uma história oficial da Independência do Brasil, mas também uma maneira de reconhecer a ação divina na história, mais precisamente, a ação de Nossa Senhora. Assim, recuperava-se uma longa sequência de eventos históricos nos quais a ação da padroeira teria sido providencial, evitando grandes conflitos e o “disparo de um único tiro”. Naquele momento, o Santuário mais uma vez oferecia ação de graças pela “mais recente prova desta presença” de Nossa Senhora nos “momentos decisivos” da história do Brasil, qual seja a *revolução* de 1964, que teria “escorraçado impiedosamente o comunismo, inimigo da civilização e de Deus”.⁴⁷⁶

No entanto, mais do que reforçar o sentimento anticomunista, segundo dom Motta, era tempo de “louvar Aparecida e rogar por sua intercessão em favor de todas as graças extraordinárias das quais o Brasil vai precisar, cada vez mais, para o seu progresso material, para a sua ordem moral e a sua fidelidade de país verdadeiramente cristão”.⁴⁷⁷ Ou seja, na perspectiva do Santuário, era tempo de acreditar que Aparecida continuaria derramando suas bênçãos sobre o país do milagre se os devotos permanecessem fiéis à Igreja e, em alguma medida, aos valores defendidos pelos arquitetos do *milagre*. Dessa forma, o programa do Santuário para o Sesquicentenário também servia como uma forma de legitimar o regime, que foi capaz de defender os valores cristãos contra o *comunismo ateu* e levar o progresso à cidade de Aparecida, com a construção da Passarela da Fé, por exemplo.

Nesse sentido, a posição do Santuário é bem representa muito bem os novos contornos adquiridos pelo consenso social em torno da ditadura em tempos de milagre econômico. De acordo com Janaina Cordeiro, o pacto social que caracterizou o momento da intervenção militar

⁴⁷⁴ FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 57-58.

⁴⁷⁵ MAIA, Antônio C.M. *Nossa Senhora e a Independência (o “voto” de D. Pedro I)*, 1972. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida. Pasta 55.

⁴⁷⁶ Idem.

⁴⁷⁷ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3.

e os primeiros anos da ditadura – dos quais as Marchas da Família com Deus pela Liberdade tenham sido talvez, a manifestação mais expressiva – era expressivamente anticomunista. Agregava, igualmente, outros elementos importantes e que constituem determinada cultura política nacional, retomando, por exemplo, certas tradições conservadoras, muitas das quais eminentemente antidemocráticas.⁴⁷⁸

Porém, o mesmo não se pode dizer do consenso em torno do *milagre*. Nos anos do governo Médici o pacto construído em torno do regime se modificou profundamente. Com os órgãos de informação e repressão aperfeiçoados e agindo a todo vapor, de fato, a luta contra o comunismo não era mais prioridade dos segmentos sociais que se reuniam em torno do regime. Este, todavia, soube mobilizar, de uma só vez, sentimentos cívicos, nacionalistas e de alívio – na medida em que a nação poderia se sentir livre da ameaça comunista. Uma grande euforia desenvolvimentista, aliada às expectativas de construção de um país moderno tomou lugar e o Santuário Nacional se sentiu uma das maiores testemunhas desse processo.

Ora, essa não era necessariamente a mesma perspectiva da CNBB, que nomeara o arcebispo dom Paulo Evaristo Arns para supervisionar a preparação da missa nacional do Sesquicentenário em São Paulo, onde dom Pedro I proclamara a separação de Portugal, em 1822. Inicialmente, o arcebispo de São Paulo buscou cooperar com as autoridades estaduais e municipais, sobretudo, os membros da Comissão Executiva Estadual (CEE), responsável pela integração de São Paulo aos eventos nacionais ao longo do Sesquicentenário. No entanto, em abril de 1972, o Centro de Informações *Ecclesia* – da arquidiocese de São Paulo – deu mostras de como seria a visão da CNBB, bastante crítica ao regime:

a fim de que tenhamos autoridade para as celebrações do Sesquicentenário urge um clima de plenitude democrática, de legislação mais voltada para o homem, de uma participação maior de todos no destino da pátria em sua riqueza, especialmente por parte dos menos beneficiados nestes 150 anos, como os operários e os habitantes do campo⁴⁷⁹

O editorial indagava ainda se “todos os brasileiros foram promovidos com a ascensão da pátria ao concerto das nações livres” e se “nosso nascimento como Estado independente e soberano foi seguido de um progresso global, de um desenvolvimento integral”.⁴⁸⁰ O tom do boletim da arquidiocese de São Paulo alarmou parte da imprensa que passou a especular sobre

⁴⁷⁸ CORDEIRO, Janaina Martins. Direitas e organização do consenso sob a ditadura no Brasil: o caso da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 1, p. 1-19, 2017.

⁴⁷⁹ Ibid., Pasta 68. Recorte de jornal: “Ecclesia pede democracia no ano da independência”, *Jornal do Brasil*, 8 abr. 1972.

⁴⁸⁰ Idem.

o impacto político de um futuro pronunciamento da CNBB,⁴⁸¹ justamente no ano que marcava o centenário do início da Questão Religiosa, um dos mais sérios conflitos entre a Igreja Católica e o Estado da história do Brasil.⁴⁸² Kenneth Serbin lembra que a arquidiocese de Olinda, palco da crise dos anos 1870, era governada, em 1972, “ironicamente, por dom Hélder Câmara, o símbolo das novas dificuldades entre a Igreja e o Estado”.⁴⁸³

Em maio de 1972, os bispos integrantes da presidência e da comissão episcopal de pastoral da CNBB se reuniram para debater o documento oficial da Igreja sobre o Sesquicentenário. Coordenada pelo presidente da CNBB, dom Aloísio Lorscheider, a reunião contou com a presença do secretário-geral, dom Ivo Lorscheider, do vice-presidente, dom Avelar Brandão Vilela, e dos membros da comissão de pastoral, dom Valfredo Tepe, dom Mário Gurgel e dom Lucas Moreira Neves. Após o encontro, os bispos disseram estar alinhados com o discurso de Médici, no qual o presidente afirmava que a “a independência de um país nunca é uma coisa conseguida de uma vez por todas; não é outorgado pelo poder soberano, mas realizado pelo povo”.⁴⁸⁴ No entanto, os bispos e o presidente possuíam, claramente, sentidos diferentes para o mesmo discurso. Se para Médici, a independência estava sendo realizada por um povo generoso, cordial, tolerante e unido, que teria livrado o país do comunismo;⁴⁸⁵ os bispos levantavam questões incômodas para a ditadura, ao apontarem, por exemplo, sua preocupação com a “preservação das terras indígenas, ameaçadas por tantas invasões”.⁴⁸⁶

Naquele momento, tramitava no Congresso Nacional o projeto do Estatuto do Índio, documento que segundo o arcebispo de Belém, dom Alberto Ramos, reconhecia conquistas

⁴⁸¹ PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A. e DALE, Romeu (Orgs.). *As Relações Igreja- Estado no Brasil*. v.3. São Paulo: Loyola, 1988, p.102.

⁴⁸² Em 1864, o papa Pio IX emitiu a bula *Syllabus*, que determinava, entre outras coisas, que todos os católicos envolvidos com a prática da maçonaria fossem imediatamente excomungados da Igreja. O anúncio acabou atingindo diretamente dom Pedro II, que integrava os quadros da instituição censurada pelo pontífice. Valendo-se dos poderes garantidos pelo sistema de padroado, em vigor no Brasil desde o século XVI, o imperador formulou um decreto em que não reconhecia o valor da bula papal. Inicialmente, a ação de dom Pedro II não teve maiores repercussões, tendo em vista que a maioria dos clérigos brasileiros apoiava incondicionalmente o regime monárquico. Entretanto, os bispos de Olinda e Belém, dom Antônio Macedo da Costa e dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, preferiram acatar a orientação de Pio IX, promovendo a expulsão dos párocos envolvidos com a maçonaria. Inconformado com a insubordinação destes bispos, o imperador reagiu com a condenação dos mesmos à reclusão e prestação de trabalhos forçados. Imediatamente, os membros da Igreja passaram a atacar o regime imperial dizendo que D. Pedro II cometera um ato de extremo rigor e autoritarismo. Cf. NEVES, Guilherme Pereira das. *Questão Religiosa*. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 608-611.

⁴⁸³ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra...*, op. cit., p. 273.

⁴⁸⁴ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de jornal: “Igreja celebra Independência e examina índios”, *Jornal do Comércio*, 27 abr. 1972.

⁴⁸⁵ MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O sinal do amanhã*. 2ª ed. Imprensa Nacional, 1973, p.76-77.

⁴⁸⁶ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de jornal: “CNBB recomenda reflexão sobre independência e preservação das tribos”, *A Província do Pará*, 28 abr. 1972.

positivas, mas possuía outros pontos considerados “perigosos que poderão, se aprovados, redundar em grave prejuízo à conservação dos grupos tribais ou anestesiar completamente a atividade das missões religiosas”.⁴⁸⁷ No início de 1972, dom Aloísio Lorscheider e dom Ivo Lorscheider se reuniram com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão oficial de proteção dos povos indígenas, para se manter informados sobre a política indigenista do governo federal. Paulo César Gomes lembra que, à época, a Agência Central do SNI (AC/SNI) desqualificou o encontro, dizendo que os religiosos estavam apenas “dissimulando” o interesse pelas questões indígenas, já que “demonstraram visível desinteresse pela documentação a eles apresentada”.⁴⁸⁸ Ainda em 1972, as crescentes preocupações da CNBB com a situação dos indígenas motivaram a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que se tornou um dos principais meios de articulação e fortalecimento dos povos indígenas durante a ditadura, sendo por esse mesmo motivo, constantemente vigiado pelos serviços de espionagem do regime. Portanto, para uma parte da CNBB, refletir sobre a independência era considerar também o sofrimento dos indígenas e as mazelas que assolavam o povo brasileiro, apesar do otimismo reinante na propaganda oficial do regime.

Além disso, em junho de 1972, em um encontro dos bispos do estado de São Paulo, em Brodowski, dom Paulo Evaristo Arns liderou a preparação de “Testemunho de paz”, um dos mais fortes protestos da Igreja contra a tortura – também conhecido como “Documento Brodowski”. Nele, os bispos de São Paulo convocavam os brasileiros a fazerem um “sincero exame de consciência” durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência e, também, pedia às autoridades que respondessem pelos ataques à integridade humana provocados pela prática de tortura nos interrogatórios: “Não é lícito utilizar no interrogatório [...] tortura física, psíquica ou moral [...] Está isso em frontal desacordo com a Constituição”.⁴⁸⁹ A censura impediu a divulgação do documento na imprensa, mas a arquidiocese de São Paulo conseguiu distribuir cerca de 50 mil cópias entre seus fiéis. Outras dioceses também imprimiram cópias e divulgaram o documento em suas paróquias. De acordo com Serbin, o serviço de informações do Exército observou que o protesto circulou entre estudantes e o considerou “um documento demagógico, provocador, que semeia “o ódio e instiga à luta, de caráter nitidamente subversivo”.⁴⁹⁰

⁴⁸⁷ Idem.

⁴⁸⁸ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira...*, op. cit., p. 180.

⁴⁸⁹ “Testemunho de paz”, *Sedoc 5* (julho de 1972), p. 107-109 apud SERBIN, SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra...*, op. cit., p. 277.

⁴⁹⁰ *Ibid.*, p. 276.

Nesse sentido, de acordo com Kenneth Serbin, é possível observar que o Sesquicentenário da Independência promoveu uma verdadeira “batalha pelo patriotismo”, envolvendo bispos e militares.⁴⁹¹ Tal disputa ficou bastante evidente em agosto de 1972, quando a CNBB e o regime chegaram a um impasse a respeito das datas e locais da missa nacional do Sesquicentenário. Em razão da disponibilidade da maioria dos bispos em colaborar com os festejos da Independência, o general Antônio Jorge Corrêa pressupôs que a Igreja participaria de um serviço nacional de ação de graças marcado para 7 de setembro, mas *esqueceu* de combinar com a CNBB, que já tinha escolhido 3 de setembro como Dia Nacional de Orações pela Pátria.⁴⁹² De acordo com o editorial do jornal arquidiocesano *O São Paulo*, alguns poderiam achar estranha a separação de cerimônias, mas explicava que a CNBB queria evitar misturar religião com “o tom festivo, profano e até marcial” da comemoração do governo.⁴⁹³ A CNBB também considerava ser desejo de centenas de bispos, que partiriam de todas as regiões do Brasil em direção a São Paulo no dia 3, retornar para suas dioceses de origem a tempo para as missas de 7 de setembro, que sempre mobilizaram a Igreja Católica, sobretudo durante a ditadura.

Além disso, dom Aluísio Lorscheider e o governo discordavam quanto ao local para as cerimônias religiosas. Dom Paulo obtivera permissão por escrito do gabinete do prefeito de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz, para realizar a missa da CNBB no monumento do Ipiranga, que comemorava a declaração de independência de dom Pedro I às margens do rio Ipiranga.⁴⁹⁴ Em agosto, o general Corrêa ignorou a decisão do prefeito e disse que a remodelação do local para as cerimônias do governo não permitiria que ele fosse usado antes do dia 7. Na verdade, o presidente da CEC queria que os bispos mudassem o *te deum* para 7 de setembro, a fim de cumprir o programa oficial, mas não houve acordo e dom Ivo acabou decidindo que a missa seria celebrada na Praça da Sé no dia 3 de setembro.

Enquanto isso, dom Agnelo Rossi e o núncio dom Umberto Mozzoni faziam uma “visita de cortesia” ao presidente Médici para expressar seus “melhores votos de êxito nas comemorações do Sesquicentenário e no trabalho pelo progresso e grandeza do país”.⁴⁹⁵ Desde o final de 1970, dom Agnelo ocupava o cargo de prefeito da Sagrada Congregação de

⁴⁹¹ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra...*, op. cit., p. 272.

⁴⁹² Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de jornal: “3 de setembro será o Dia da Oração”, *O Globo*, 14 jun. 1972.

⁴⁹³ “3 de setembro”, *O São Paulo*, 12 ago. 1972, p.3.

⁴⁹⁴ “Atas da II reunião da Comissão Representativa”, CM 239 (agosto de 1972) apud SERBIN, op.cit., p.273.

⁴⁹⁵ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de jornal: “Dom Agnelo vai a Médici falar do Sesquicentenário”, *Tribuna da Imprensa*, 23 ago. 1972.

Evangelização do Povos, posto importante no Vaticano, e como estava de passagem pelo Brasil, achou que seria indelicado da sua parte não desejar sucesso ao presidente. O bispo se preocupava muito com a imagem do Brasil no âmbito internacional e, por isso, sempre que podia, fazia questão de defender a legitimidade do regime. Em julho de 1972, dom Agnelo menosprezou aqueles que criticavam o governo fora do Brasil e afirmou que “muito do que se fala do Brasil no exterior deve-se a informações partidas de algumas pessoas banidas ou exiladas”; no fundo, o mundo e, especialmente, o Vaticano sabiam que o Brasil avançava.⁴⁹⁶

Era um recado direto não só aos opositores da ditadura, como aos membros da própria Igreja, como dom Hélder Câmara, que participou com a Anistia Internacional de uma manifestação pública contra a ditadura, em Berlim Ocidental, fazendo menção ao Sesquicentenário da Independência. Durante a manifestação, foi montada uma barraca sobre uma calçada rodeada de fotografias e cartazes com dizeres críticos à miséria e à tortura no Brasil.⁴⁹⁷ Para dom Agnelo, esse tipo de iniciativa contribuía com uma campanha difamatória contra o país e só estimulava discórdias entre os “herdeiros de uma história que se inicia com a celebração da Santa Missa” – bom para o país era celebrar o *Te Deum* em Roma como ele havia prometido ao presidente Médici, como uma forma de exaltar a unidade e de “promover realmente a grandeza do país”.⁴⁹⁸

No Brasil, não houve nenhuma outra arquidiocese que tenha atendido tão diligentemente aos apelos de dom Agnelo quanto Aparecida. As disputas internas da CNBB não ressoaram no Santuário Nacional, que recebeu mais de 1 milhão e meio de romeiros ao longo do ano de 1972, em peregrinações organizadas como parte do programa da Basílica para o Sesquicentenário.⁴⁹⁹ Os mais diversos segmentos sociais se deslocaram até a Basílica de Aparecida para celebrar a Padroeira e rezar pelo progresso do país. Entre maio e dezembro de 1972, motoristas, empregadas domésticas, enfermeiros, professores e lavradores passaram pelo Santuário,⁵⁰⁰ bem como fiéis acompanhados por párocos e bispos de suas dioceses, que atenderam ao pedido de dom Motta e conduziram dezenas de peregrinações até a Basílica. Segundo dom Antônio Macedo, as romarias de 1972 eram uma forma de retribuir a visita da imagem da padroeira a

⁴⁹⁶ Ibid., Recorte de jornal: “D. Agnelo diz que mundo sabe que Brasil avança”, *Jornal do Brasil*, 28 jul. 1972.

⁴⁹⁷ RODRIGUES, Sérgio Henrique da. *Entre a cruz e a espada: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977)*. Dissertação (mestrado) – UFRJ /IFCS/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2006, p.149.

⁴⁹⁸ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de jornal: “Agnelo Rossi quer unidade de todos os brasileiros na festa do Sesquicentenário”, *Jornal do Comércio*, 27 abr.1972.

⁴⁹⁹ MORENO, J. C. *A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento do Turismo religioso*. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p.72.

⁵⁰⁰ “Romarias organizadas para o Ano Marial”. Pasta 55. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

várias regiões do Brasil durante as peregrinações pelo país entre 1965 e 1968. Era também uma oportunidade de agradecer pelas bênçãos que Deus havia derramado sobre o país naquele período, pela intercessão de Aparecida.

Assim, durante as missas, que foram celebradas por dom Macedo e dom Motta, os romeiros eram convidados à reflexão sobre o papel fundamental que a padroeira teve ao longo dos séculos, livrando o país de grandes provações. Era o momento de celebrar a Generalíssima, que com seu braço forte, mas sem perder a ternura, foi capaz de defender o Brasil contra “a sanha dos inimigos de Deus e da Pátria” que queriam implantar no país o comunismo ateu.⁵⁰¹ Nos púlpitos, ouvia-se o arcebispo coadjutor de Aparecida bradar contra a “satânica propaganda do divórcio, que é um sacrilégio contra o sacramento do matrimônio, um crime de lesa-pátria”.⁵⁰² Para dom Motta e dom Macedo, ao “abençoar a nossa gloriosa independência nacional”:

Devemos pedir a Deus para salvaguardar as nossas famílias, a bem da ordem, do progresso, do desenvolvimento, da unidade e da paz da nossa querida e grande Pátria. Eis porque, ainda, nesta nossa Arquidiocese em todos os sábados deste Sesquicentenário, estão sendo celebradas missas “Pro Patria”: pela santificação da pátria e das famílias brasileiras. Eis porque, também, todos nós cidadãos brasileiros devemos estar dispostos a morrer, antes do que trair as santas leis de Deus e de nossa Pátria.⁵⁰³

Dessa forma, além do sentimento religioso absolutamente mobilizador, os fiéis eram instados a participar da grande comunhão cívica em torno de princípios cívicos que eram muito caros não apenas à ditadura, mas também a setores expressivos da sociedade, como por exemplo, “o trabalho, o respeito às autoridades, a obediência e a moralidade cristã”.⁵⁰⁴ Ao mesmo tempo, a reunião de romeiros de todas as regiões do país diante do altar de Aparecida, representava a *integração nacional*, uma ideia muito cara aos militares naquele momento e que por séculos era associada à imagem da padroeira. Além disso, com os pés fincados no seu presente, os fiéis e o clero de Aparecida também ofereceriam ação de graças pelo “momento extraordinário pelo qual o Brasil estava passando” e rezavam pelo presidente Médici, que deveria contar com as orações de todos para continuar seu trabalho.⁵⁰⁵

Portanto, em Aparecida, não houve batalha entre os bispos e o regime em torno do patriotismo. Pelo contrário, a visão de patriotismo defendida pelo Santuário Nacional

⁵⁰¹ “O Sesquicentenário da Independência do Brasil”, p. 2. Pasta 55. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

⁵⁰² *Ibid.*

⁵⁰³ *Ibid.*, p. 3.

⁵⁰⁴ ONGHERO, André Luiz. “O ensino de Educação Moral e Cívica: memórias de professores do Oeste de Santa Catarina (1969-1993)”. In: *Revista Horizontes*. Bragança Paulista, v. I, 2009, p.108.

⁵⁰⁵ “O Sesquicentenário da Independência do Brasil”, p.1. Pasta 55. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

complementava o discurso da ditadura em torno da coesão social em prol da construção da grandeza da nação. Tal grandeza era materializada na própria monumentalidade da Basílica, que embora ainda estivesse em fase de construção, já apresentava os traços de uma arquitetura que simbolizava a fé do *Brasil grande*. Ao mesmo tempo, a partir da devoção à Nossa Senhora Aparecida, o Santuário propunha uma leitura da história que pretendia “disciplinar a vida em sociedade, educar o povo, prepará-lo para a civilização”, como filhos da Pátria e como filhos da Igreja. Nesse sentido, o Santuário Nacional representou um dos setores da Igreja que compôs o clima de otimismo ao longo do Sesquicentenário sem que houvesse necessidade de renunciar a uma ideia de independência que não correspondia aos valores propalados pelo regime. Se alguns setores da CNBB se valiam da efeméride para propor reflexões profundas sobre “o verdadeiro significado da independência do Brasil”, o Santuário Nacional afirmava que o país estava no caminho certo.

É possível dizer que mesmo entre as vozes dissonantes da CNBB, houve busca por diálogo com os militares, o que acabou por tornar a tal batalha pelo patriotismo em mais uma batalha de Itararé. As disputas em torno de um folheto da missa do Sesquicentenário, que os militares consideraram “ambíguos e de fácil exploração por elementos subversivos”,⁵⁰⁶ foram amainadas pela conciliação proposta por dom Luciano José Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju e membro da Comissão Representativa da CNBB. Para o prelado, a cooperação era política exercida havia longo tempo pela CNBB e uma tradição histórica da Igreja Católica brasileira: “Por que deixaria de assim proceder num momento de extraordinária importância quando o país se lança decididamente na trilha do desenvolvimento, delineando no horizonte sua condição de grande potência?”.⁵⁰⁷ Assim, se o documento preparado pela CNBB tinha por objetivo pedir aos brasileiros que refletissem sobre o verdadeiro significado da independência, a mensagem pastoral de dom Paulo Evaristo Arns compartilhava da mesma visão de história proposta pela ditadura:

Todas as nações e povos têm datas destinadas à comemoração dos grandes momentos de sua História ou daqueles homens, cuja vida e ação ficaram, para sempre na memória e na gratidão dos pósteres. Serão os heróis cuja bravura salvou a pátria nas horas decisivas. (...) Outras datas assinalam momentos que dizem respeito a todo povo, a sua liberdade, à sua independência, ou à sua sobrevivência. E são dias de comum alegria. (...) Apesar das mudanças de Constituição e de formas de governo, o Brasil continuaria sendo a Pátria comum, inspiradora dos ideais de fraternidade e paz. (...) Nestes dias de festa nacional nas culminâncias dos festejos do Sesquicentenário de nossa Independência política, recordemos, com reverência os que, no passado com o suor de seu rosto e o sangue das suas veias, fundaram esta nação, na primazia

⁵⁰⁶ “Relatório especial”, FGV/CPDOC, ACM, rolo 1, doc. nº 985 apud SERBIN, op.cit., p. 277.

⁵⁰⁷ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra...*, op. cit., p. 282.

do direito, no repúdio à violência, no amor a justiça, no culto da paz, na conquista da liberdade e na generosa hospitalidade para com todos os povos do mundo (...) lembremos o Príncipe sonhador, cujas cinzas, a partir de agora, repousarão no lugar onde sua espada, seu sangue, lançou os fundamentos de um Império deste lado do Atlântico. Lembremos os soldados do Brasil que, nos campos de luta, deram a vida para que não percessem os ideais do mundo livre (...) Esta Semana, consagrada ao culto da Pátria, nos leva a reavivar os seus grandes ideais. Peçamos ao Senhor, que no-la deu, que a conserve grande e generosa, abençoada e pacífica, aberta e cordial, e a faça rica sem jactância, forte sem prepotência, sempre mais doce e bela aos olhos de Deus e de todos os homens⁵⁰⁸

No texto, o cardeal Arns exalta os ideais de heroísmo e bravura de dom Pedro I da mesma forma que a CEC buscou retomar “as qualidades de um monarca forte, inteligente, audacioso, impetuoso, mas também sensível às necessidades do povo”,⁵⁰⁹ visto que a escolha do imperador como o grande herói do Sesquicentenário não foi tão simples.⁵¹⁰ Ao mesmo tempo, dom Paulo além de enfatizar as noções de liberdade e patriotismo (associando-os às Forças Armadas), confirmava o mito de uma sociedade brasileira cordial e pacífica ao longo de toda a sua trajetória. Essa perspectiva não deve ser entendida apenas como uma trégua do arcebispo de São Paulo em relação ao regime, pois essa era, na verdade, a visão de história e de país que unia tanto os bispos quanto os militares, o que acabou contribuindo, ao fim e ao cabo, para que a grande missa na Praça da Sé ocorresse sem distúrbios e tivesse um papel essencial no ritual de legitimação do regime. Venceu, portanto, a ideia compartilhada por dom Lucas Moreira Neves – à época, bispo-auxiliar de São Paulo – e outros membros da CNBB, segunda a qual “o momento não pode ser de omissão e sim de participação”. Mesmo que porventura houvesse divergências entre os bispos e o regime, “a Igreja participou dos episódios que antecederam a Independência e o Governo” e, por isso, teria a sua parte nas comemorações. Afinal, “a festa é nitidamente popular” e, como tal, a Igreja Católica faria parte das festividades, exaltando os sentimentos religiosos.⁵¹¹

⁵⁰⁸ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 61B. Recorte de jornal: “Mensagem do Arcebispo de São Paulo”, *Jornal da Tarde*, 6 set. 1972.

⁵⁰⁹ CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre...*, op. cit., p. 99.

⁵¹⁰ Janaina Cordeiro lembra que a personalidade de dom Pedro I era bastante controversa e ambivalente. O herói escolhido pela CEC tinha péssima fama de “intempestivo, violento e traidor”, mas seu gênio violento e seus casos extraconjugais foram solenemente contornados em prol de determinadas características como a autoridade e a audácia. A figura sisuda e militarizada de dom Pedro I combinou muito bem com as qualidades que vários segmentos sociais esperavam do líder máximo da nação. Cf. CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre...*, op. cit., p. 99-101.

⁵¹¹ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de jornal: “Igreja também no Sesquicentenário”, *A Notícia*, 5 ago. 1972.

“Viva o Sesquicentenário! Viva Nossa Senhora Aparecida! Viva Médici!”⁵¹²

Apesar de toda mobilização do Santuário Nacional para que os despojos de dom Pedro I fossem expostos na Basílica de Aparecida e de todos os argumentos apresentados à CEC no início de 1972, o general Antônio Jorge Corrêa negou o pedido apresentado por dom Macedo em nome de dom Motta. Porém, no dia 2 de setembro de 1972, apenas a passagem do esquife pela cidade, em um trem com destino a São Paulo, atraiu muitos populares na estação de Aparecida. A urna não chegou a sair da composição, mas dom Motta teve acesso ao vagão juntamente com autoridades locais. Depois de fazer uma breve benção litúrgica, o cardeal foi saudado por Pedro Calmon, presidente do IHGB e pelo general Corrêa, que acompanhavam o traslado da urna imperial, e “falou da sua comoção de dar a benção ao imperador que fez do Brasil um país católico”.⁵¹³ Concluiu a sua saudação, como não poderia deixar de ser, cumprimentando o presidente Médici, “que providencialmente governa este país no rumo do desenvolvimento”.⁵¹⁴

Agradecido pela solicitude de dom Motta, o general Corrêa convidou o cardeal para seguir viagem no trem até Pindamonhangaba. Durante a viagem de pouco mais de 25km, dom Motta e o general conversaram sobre as relações entre a Igreja e o governo. Ao ser informado sobre a realização de um *Te Deum* no Congresso Nacional, em Brasília, dom Motta afirmou que “quando a Igreja canta o Hino Nacional e o governo canta *Te Deum*, é sinal de que tudo está indo muito bem”.⁵¹⁵ Com essa frase, o cardeal garantiu ao general que a presença da imagem de Aparecida na grande missa celebrada na Praça da Sé, no dia seguinte, seria o maior sinal de que Igreja e Estado estavam caminhando juntos.

Assim, no dia 3 de setembro, com o repicar dos sinos da Catedral da Sé, a imagem original de Nossa Senhora Aparecida, que estava exposta no interior do templo desde o dia 1º, vinda para a capital paulista especialmente para a missa do Sesquicentenário, foi conduzida por dom Macedo até o altar instalado no centro das escadarias da igreja. A pequena procissão da santa nas mãos do arcebispo coadjutor de Aparecida causou enorme comoção entre os mais de 50 mil fiéis que lotavam a praça da Sé. Palmas, acenos, vivas e lágrimas deram um ar festivo à missa solene que seria celebrada por dom Aloísio Lorscheider, ao lado de dom Ivo Lorscheiter e dom

⁵¹² Saudações entoadas por um locutor que conduzia uma grande procissão com a imagem de Nossa Senhora Aparecida após a Missa do Sesquicentenário, na Praça da Sé, em 3 de setembro de 1972. Ibid., Recorte de jornal: “A grande Missa do Sesquicentenário” In: *Jornal da Tarde*, 04 set.1972.

⁵¹³ “Arcebispo diz que vai tudo bem como o governo”, *O Estado de São Paulo*, 03 set.1972, p. 50.

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ Idem.

Paulo Evaristo Arns.⁵¹⁶ Durante o canto de entrada, mais de 80 bispos de várias dioceses espalhadas pelo país seguiam os celebrantes, entre eles, dom Hélder Câmara, que tinha vindo da Europa especialmente para participar da celebração. A longa fila de prelados contava também com a presença do Patriarca de Lisboa, dom António Ribeiro, que representava o país “que nos legou o catolicismo”.⁵¹⁷

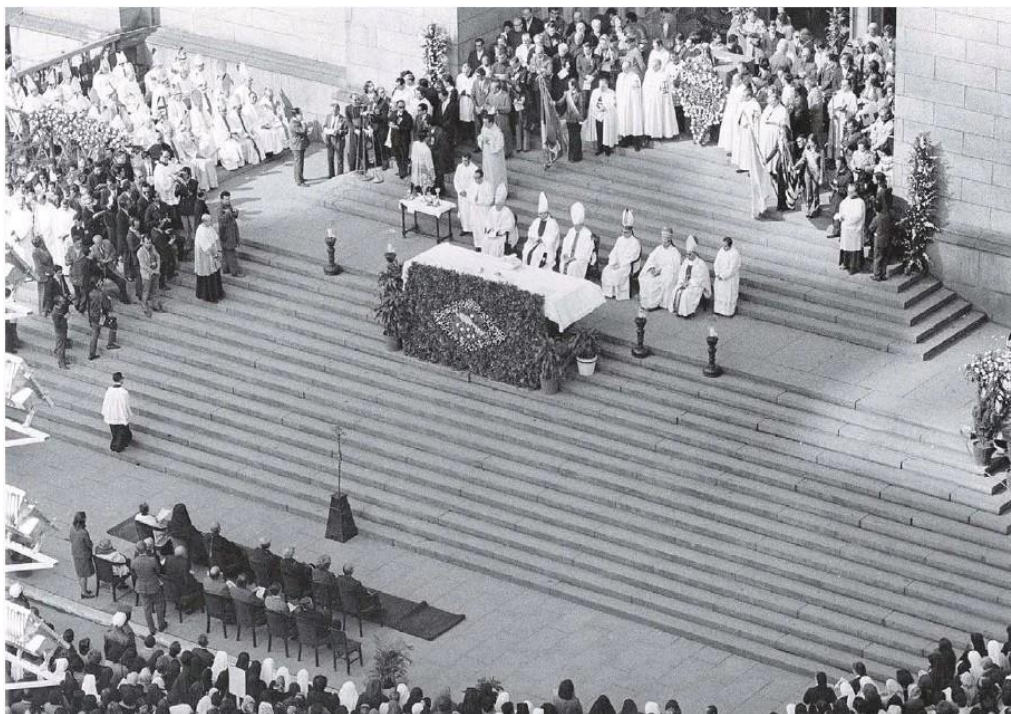
À frente do altar, foi colocada uma bandeira do Brasil, com rosas amarelas formando o losango, miosótis azuis compondo o globo, cravos brancos representando as estrelas, palmas inscrevendo “Ordem e Progresso” e folhagens cobrindo o verde (figura 13). Na tribuna de honra, havia cadeiras para algumas autoridades, como o secretário de Justiça de São Paulo, Oswaldo Muller, representando o governador Laudo Natel; Fernando Guedes, representando o prefeito da cidade, Figueiredo Ferraz; e o ex-vice-governador Porfírio da Paz. Não havia nenhum representante das Forças Armadas. Sinal de que as relações entre Igreja e Estado não estavam tão bem assim, quanto havia garantido dom Motta ao general Corrêa no dia anterior. De fato, o desgaste em relação à data e o local da missa, bem como sobre o conteúdo potencialmente “subversivo” dos sermões afastou os militares da cerimônia. Médici viajou para São Paulo naquele mesmo dia para assistir a uma corrida de cavalos no Jockey Clube, mas não apareceu na Praça da Sé.⁵¹⁸

⁵¹⁶ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de jornal: “Bispos concelebram a missa do Sesquicentenário”, *Diário Popular*, 4 set. 1972.

⁵¹⁷ “50 mil assistiram a missa de ontem na Praça da Sé”, *Folha de São Paulo*, 4 set.1972, p.7.

⁵¹⁸ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de jornal: “Um dia de Médici em São Paulo”, *Jornal da Tarde*, 4 set. 1972.

Figura 13 – Missa do Sesquicentenário, em São Paulo (3 de setembro de 1972)



Fonte: O Estado de São Paulo

Porém, mesmo deixando a tribuna de honra vazia, o presidente e os militares estiveram presentes nos discursos, sermões e orações entoados ao longo da missa. Após a leitura do Evangelho, ouviu-se uma mensagem especial do papa Paulo VI, transmitida diretamente de Castel Gandolfo. Na alocução, lida em português, o pontífice expressava seu contentamento ao se dirigir ao país que recebeu “o dom da fé, desde os alvares da sua descoberta” e exaltava a “gloriosa tradição cristã” do Brasil que teve início “na Primeira Missa, nas plagas de Porto Seguro”.⁵¹⁹ O papa reconhecia que a Independência era uma “aquisição a se renovar a cada dia”, mas confiava o Brasil à intercessão de Nossa Senhora Aparecida para que nos tornássemos uma “Nação cada vez mais próspera”.⁵²⁰

Pouco antes da comunhão, o cardeal Arns lembrou a felicidade de “sermos uma só e grande família” e de “estarmos juntos no marco da cristandade do Brasil (...) para agradecer a Deus porque poucas nações do mundo tiveram tantos bons momentos, tanta felicidade como a nossa nos últimos 150 anos”.⁵²¹ Em seguida, os bispos distribuíram mais de 25 mil hóstias e contaram com a ajuda de Jô Soares como acólito. Ao final da missa, o humorista disse que “o

⁵¹⁹ “Paulo VI aponta o dever de todos”, *O Estado de São Paulo*, 5 set. 1972, p. 22.

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 68. Recorte de jornal: “Nossa Senhora Aparecida nos festejos do Sesquicentenário em São Paulo”, *Diário Popular*, 4 set. 1972.

cristianismo é uma fonte de vida” e elogiou a “belíssima” cerimônia, que foi encerrada com todos cantando o Hino Nacional.⁵²² Uma Chevrolet Veraneio azul teve dificuldade de passar pela multidão até chegar ao altar para conduzir a imagem de Aparecida entre os devotos, que davam vivas à Nossa Senhora, ao Sesquicentenário e ao presidente Médici.⁵²³

No dia 7, em todo o país as tradicionais paradas militares comemoraram os 150 anos de emancipação política e a festa foi grandiosa em todas as capitais. Médici assistiu às cerimônias oficiais, que incluíram um desfile de armamentos pesados e de 18 mil membros das Forças Armadas na Avenida Paulista, coração financeiro da nação independente. Pelo Brasil afora, fiéis compareceram a atos litúrgicos ao som das baladas de sinos e carrilhões de todas as igrejas do país.⁵²⁴

No estado da Guanabara, o cardeal dom Eugênio Sales celebrou missa (promovida pela comissão estadual dos festejos) na Catedral Metropolitana em homenagem ao Sesquicentenário da Independência, à qual compareceram o governador Chagas Freitas e diversas autoridades civis e militares. Em sua homilia, o cardeal propôs uma reflexão sobre o julgamento que o futuro faria da Igreja: “no atual momento, somos construtores da unidade de todos os brasileiros ou alimentamos ódios e dissensões?”.⁵²⁵ Para o arcebispo do Rio, “as restrições que podem ser feitas ao presente devem ser examinadas no contexto da realidade nacional, com o muito que ela encerra de positivo”. Não era tempo de “pessimismo malsão”.⁵²⁶

É bem verdade que nem todas as autoridades eclesásticas comungaram do mesmo júbilo frente ao Sesquicentenário. Dom Adriano Hipólito, por exemplo, à época, bispo de Nova Iguaçu, aproveitou a ocasião para criticar o descaso dos governantes para com a Baixada Fluminense e outras áreas que julgava abandonadas pelo poder público.⁵²⁷ Ao mesmo tempo, o bispo indagou os motivos pelos quais, “em nossa região, povoada por tantos e tão dolorosos sofrimentos, pouca importância se tem dado aos festejos cívicos. Também nisso vivemos marginalizados”.⁵²⁸

De outra parte, em instigante artigo sobre as atitudes sociais no contexto das comemorações do sesquicentenário da Independência, Janaina Cordeiro lembra o caso do frei Emiliano Soaede, denunciado ao SNI pelo tenente-coronel Pedro Pereira da Silva, por supostamente ter se negado a colaborar com o Encontro Cívico, realizado no município de

⁵²² Ibid., Recorte de jornal: “Papa diz que Brasil recebeu dom da fé”, *A Notícia*, 4 set. 1972.

⁵²³ Ibid., “A grande missa do Sesquicentenário”, *Jornal da Tarde*, 4 set. 1972.

⁵²⁴ Ibid., “Sinos de todas as igrejas saudarão o sesquicentenário”, 22 ago. 1972.

⁵²⁵ Ibid., Recorte de jornal: “A Igreja responde”, *Última Hora*, 4 set. 1972.

⁵²⁶ Idem.

⁵²⁷ Cf. *Boletim diocesano – Diocese de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu, abril de 1972, nº 40, p. 1-3.

⁵²⁸ Cf. *Boletim diocesano – Diocese de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu, 16 de julho de 1972, nºs 44 e 45, p. 1.

Jequitinhonha, Minas Gerais, no dia 21 de abril de 1972, data de abertura dos festejos do sesquicentenário.⁵²⁹ Frei Soaede era diretor da rádio local, a Rádio Emissora Santa Cruz, e, segundo a denúncia do delegado da cidade, teria negado acesso ao serviço de alto-falante, o que contribuiu para atrasar e prejudicar as celebrações. A atitude do frei, que era holandês, gerou uma série de críticas de teor xenófobo contra o religioso. Sua atitude também foi vista como essencialmente antipatriótica, mas dá bem a medida da “má vontade” de alguns membros da Igreja Católica com relação às festividades do sesquicentenário.

Porém, como busquei demonstrar ao longo deste capítulo, a partir do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, que a participação da Igreja Católica nos festejos do Sesquicentenário da Independência não foi marcada exclusivamente pela batalha pelo patriotismo, da qual fala Kenneth Serbin. Houve convergências notáveis entre a hierarquia católica e os militares em relação ao Sesquicentenário que devem ser consideradas. A festa da Independência em 1972, conforme concebida pela ditadura, incorporou uma determinada leitura sobre o passado e sobre o presente, que repercutiu vivamente entre figuras do clero católico. Nesse sentido, bispos e militares se aproximaram na medida que compartilhavam da crença em uma noção de história como a realização do plano de Deus para os brasileiros.

Tal noção, de acordo com Marilena Chauí, se estabelece a partir da ideia do “mito fundador” do Brasil “construído” e não descoberto. A construção do país, segundo a autora, é operada por meio de três elementos: “[...] a obra de Deus, isto é, a natureza, a palavra de Deus, isto é, a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado”.⁵³⁰ Esses elementos estruturam uma narrativa de sagração do aspecto físico, das ações humanas e da condução da colonização e conquista do Brasil pelos portugueses como decorrentes da vontade de Deus e do desejo dos governantes lusos de expansão da fé. Assim, os festejos do Sesquicentenário deram à Igreja Católica uma oportunidade de reforçar uma construção histórica que primava pela identificação da unidade territorial, pela harmonia entre as raças, a crença religiosa comum, pela sublimação da ação evangelizadora e colonizadora no país realizada pelos valorosos portugueses.⁵³¹

Essa leitura ficou bastante evidente na forma como a figura de Nossa Senhora Aparecida foi mobilizada ao longo das festividades do Sesquicentenário e do Ano Marial no Santuário Nacional. A imagem da padroeira foi tomada pelo clero de Aparecida como sinal de união dos

⁵²⁹ CORDEIRO, Janaina Martins. Comemorar e vigiar: o Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. In: NUNES, João Paulo Avelãs; ABREU, Luciano Aronne de; SOUZA, Miliandre Garcia de; MAIA, Tatyana de Amaral (Orgs.). *A independência e o Brasil independente*. v. 2. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2022, p. 305-327.

⁵³⁰ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 58.

⁵³¹ ZANOTTO, Gizele. *Tradição. Família e Propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

brasileiros em torno da pátria, que jamais havia sido abandonada por Deus e Nossa Senhora. A missa do Sesquicentenário na Praça da Sé, ainda que sem a presença de militares, também sintetiza perfeitamente a incorporação do discurso rememorativo em voga em 1972. As invocações à Aparecida em ação de graças pelo momento de crescimento econômico, bem como as saudações ao presidente Médici demonstram a relevância e o impacto que a associação criada pela ditadura entre a independência política realizada em 1822 e a independência econômica conquistada em 1972 adquiriu no seio da sociedade e da Igreja Católica. Apontam para o fato de que as associações entre passado e presente propostas pelo regime no ano do sesquicentenário puderam ser amplamente compartilhadas, tendo em vista determinado imaginário cívico-patriótico nacional, que via o dedo de Deus e de Nossa Senhora na construção de um país que, de certa forma, estava sintetizado na grandeza da fé católica expressa nas formas nova Basílica de Aparecida.

Dessa forma, o estudo do Santuário Nacional nos permite compreender os anos Médici para além das imagens bipolarizadas sobre o período, construídas e consolidadas em detrimento de uma percepção mais complexa. A participação de instituições como a Igreja Católica no Sesquicentenário, quando não silenciadas, são associadas a determinados setores conservadores da hierarquia eclesiástica. Ao mesmo tempo, o comparecimento de milhares de fiéis nas missas e orações pela Pátria aparecem como fruto da manipulação do regime e da Igreja. Tal memória está ligada à dificuldade de aceitação – mais do que de compreensão – de que, em determinado momento, parcelas significativas da sociedade se identificaram com valores e referências dos governos militares.

Por isso, ao apontar as diversas convergências entre o clero do Santuário Nacional e mesmo de bispos, que passaram à história como progressistas, e o regime militar, o objetivo deste capítulo foi apontar caminhos para a reflexão sobre os silêncios da memória da Igreja Católica sobre a ditadura. A participação do Santuário nas comemorações do Sesquicentenário da Independência, uma festa cívica de proporções nacionais e que se estendeu ao longo do ano de 1972, são expressivas das formas a partir das quais a ditadura conseguiu reunir à sua volta apoios dos mais variados tipos. Todos, no entanto, concorrendo para a estabilização do pacto social naquele momento.

Para além dos apoios e adesões entusiasmadas, busquei compreender também outros tipos de comportamentos que conformaram o consenso ao longo dos anos Médici. Entre bispos e padres, também foi possível observar a simpatia silenciosa, a apatia e a indiferença, comportamentos distintos entre si, mas igualmente importantes para a compreensão do pacto ditatorial. Nesse sentido, percebemos que a religião católica foi um importante aspecto do

milagre enquanto um evento social e cultural que transcende suas definições meramente econômicas.⁵³² Em 1972, Nossa Senhora Aparecida representou, mais uma vez, o sonho do Brasil grande e a ilusão de uma Igreja que, para manter se manter relevante na sociedade brasileira, pressionava pela continuação do reconhecimento do catolicismo como religião semi-oficial do país.

⁵³² CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre...*, op. cit., p. 343.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aparecida além da devoção e da memória

No dia 4 de julho de 1980, o Santuário Nacional recebeu, com o Brasil, pela primeira vez a visita de um papa: João Paulo II, o polonês que havia se consagrado *pop* ao beijar o chão de todos os continentes. Cerca de 300 mil fiéis assistiram à missa dedicada à padroeira do Brasil e acompanharam a sagração da nova Basílica, finalmente pronta para receber milhões de romeiros ao longo do ano. A visita de Karol Wojtyła ocorria em um clima eclesial de forte apelo social, de diálogo e tensão com a Santa Sé. Em 1980, o papa encontrou no Brasil, segundo a observação de vários teólogos estrangeiros, a Igreja Católica mais progressista do mundo, que vinculava a fé ao compromisso social e aos pobres, e que causava um grande impacto na política brasileira.⁵³³ Era uma Igreja que já tinha passado o período mais difícil nas suas relações com o Estado brasileiro, mas que se encontrava num momento mais favorável graças aos avanços na abertura política em tempos de regime militar.⁵³⁴

De fato, com o avanço do processo de abertura, a partir de 1979, as relações entre Igreja e Estado começaram gradativamente a melhorar. O declínio das prisões políticas e da tortura, a anistia e a reforma partidária levaram os bispos a aumentarem seu apoio a algumas iniciativas do governo. Porém, com o passar do tempo, foi ficando cada vez mais evidente que a Igreja não era mais a liga que unia as esquerdas brasileiras, sobretudo após os esforços da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) na defesa das liberdades civis e da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Entretanto as críticas, ainda que menos vigorosas, continuaram sendo feitas, principalmente no que se referiu à consolidação do regime democrático. A CNBB, presidida por dom José Ivo Lorscheiter, esforçava-se para manter sua linha de atuação, mas sofria as iniciativas da Santa Sé que buscava enquadrar os bispos mais progressistas.⁵³⁵

Nesse sentido, a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, ocorrida no início de 1979, em Puebla, no México, é bastante emblemática. Na reunião, embora tenha sido aprovado um texto que reforçava o apelo dos bispos pelo estado de direito no Brasil, começou a haver também o refreamento dos ânimos combativos daqueles religiosos mais exaltados. Esse movimento foi impulsionado pela ascensão de João Paulo II, um declarado anticomunista, que adotou uma orientação mais centralizadora para o Vaticano. Sob Karol Wojtyła, a Teologia da

⁵³³ MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985) ..., op. cit., p. 169.

⁵³⁴ Ibid., p. 180.

⁵³⁵ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira*..., op. cit., p. 184.

Libertação e seus ideólogos foram condenados; os bispos que a defendiam receberam reprimendas severas da Santa Sé e publicações foram censuradas.

Foi justamente nesse momento que parte da CNBB, enquadrada pelo Vaticano e pressionada por partidos e movimentos sociais, inventou a “sua honra e seu futuro”, ao galvanizar na memória da Igreja Católica um espírito de oposição engrossada por novos grupos que se afastavam de uma ditadura cada vez mais impopular.⁵³⁶ Assim, a CNBB, aliando-se a outros segmentos sociais, sobretudo profissionais liberais, trabalhadores assalariados e setores intelectualizados, abençoou a ideia de que a sociedade brasileira teria sido a vítima coletiva da ditadura. Ao mesmo tempo, a entidade ajudou a conformar a perspectiva da “resistência democrática” como uma vocação partilhada por grupos política e ideologicamente distintos.⁵³⁷

Esse processo impactou diretamente o Santuário Nacional de Aparecida. À medida que o Brasil começava a respirar ares democráticos, a relação do Santuário com a ditadura foi sendo esquecida em prol da relevância religiosa da Basílica e do lugar especial que a imagem de Aparecida ocupa na devoção de milhões de brasileiros. As grandes obras no Santuário, como a Passarela da Fé, passaram a ser associadas unicamente às ofertas dos fiéis e não aos investimentos do governo federal, especialmente dos governos militares. Ao longo dos anos 1970, os padres redentoristas, tão aguerridos na luta contra comunismo antes do golpe de 1964 e especialmente gratos ao presidente Castello Branco pela vitória da *revolução*, começaram a silenciar sobre o seu apoio ao regime. Suas crônicas passaram a destacar as obras da Basílica com pouca deferência aos homens de ombros estrelados com os quais sempre se reuniram para oferecer ação de graças à padroeira do Brasil. Os militares, antes tão honrados nos primeiros anos da ditadura, foram se tornando meros figurantes na memória do Santuário. A presença de Costa e Silva na celebração do Jubileu de 250 anos em 1967 foi ganhando ares de formalidade, como se a presença do ditador não tivesse sido requisitada e aplaudida por uma multidão de fiéis e por vários bispos. Quase como se Costa e Silva tivesse sido um convidado indesejado.

Desta forma, o Santuário Nacional poderia aparecer confortavelmente ao lado dos *justos* que assumiram a luta contra a violação dos direitos humanos que marca a memória da resistência da Igreja Católica à ditadura. Além disso, durante o processo de transição democrática, o Santuário também buscou inventar a sua honra a partir da recuperação de histórias como a do padre Paulo Vítor Coelho de Almeida que, em 1968, leu a Declaração

⁵³⁶ Cf. ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 64 e o regime militar. Novas perspectivas*. São Carlos: Edufscar, 2006. p. 81-92.

⁵³⁷ NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, maio-ago. 2017, p. 359.

Universal dos Direitos Humanos em um programa da Rádio Aparecida, como um protesto contra o AI-5. Em resposta à afronta do padre, os militares suspenderam a transmissão da rádio por 24 horas e esse fato passou a ser invocado como síntese de uma relação do Santuário com a ditadura que sempre teria sido atravessada pelo autoritarismo. Da mesma forma, uma carta assinada por dom Motta e outros quatro cardeais brasileiros (dom Agnelo Rossi, dom Vicente Scherer, dom Jaime Câmara, dom Eugênio Sales), dirigida ao presidente Médici em setembro de 1970, após a prisão do bispo Aloisio Lorscheider, se tornou emblemática da atuação do clero de Aparecida em prol da liberdade de expressão. No entanto, às sombras desses episódios isolados, uma intensa relação de apoio mútuo foi *esquecida*.

Na memória do clero de Aparecida, os militares entraram como penetras nas peregrinações da imagem da padroeira entre 1965 e 1966 e nos festejos do Jubileu ou aparecem até mesmo como carrascos do Santuário. Por isso, como disse o padre Júlio Brustoloni, antes que qualquer um pudesse associar Aparecida à ditadura, era melhor “não entrar no mérito do pedido daqueles representantes da Revolução de 1964, que tomou depois rumo bem diverso daquele que o povo desejava inicialmente”,⁵³⁸ ou seja, era melhor envolver a padroeira em um manto de silêncio sobre as complexas relações que o Santuário Nacional manteve com o regime autoritário.

Assim, a figura tão amada de Nossa Senhora Aparecida passaria à história como se o verde oliva com o qual os militares tentaram lhe pintar com o título de Generalíssima das Forças Armadas em 1966 fosse inconcebível, ou mesmo como se a imagem da santa tivesse sido manipulada pelos militares no contexto do golpe. Porém, como vimos no primeiro capítulo, milhares de devotos e boa parte da hierarquia católica compartilhavam da ideia de que o comunismo queria atribuir uma *face estranha* à Aparecida, tal como desejava romper com as tradições religiosas da sociedade. A charge do *Última Hora* serviu como alerta aos militares e a todos os devotos em relação às “verdadeiras intenções” do comunismo, fazendo com que milhares de pessoas fossem às ruas do Vale do Paraíba e em outras capitais do país para pedir punição ao jornal e desagravar a padroeira. Os movimentos de desagravo à Aparecida ainda em 1963 serviram como ensaio das Marchas da Família com Deus pela Liberdade em 1964.

É certo que a figura de Nossa Senhora Aparecida não foi mobilizada apenas pelas direitas. O presidente João Goulart também buscou abrigo nos mantos da padroeira e tentou espetar na sua imagem o pedido das reformas de base, inspiradas nas encíclicas de João XIII. Porém, as esquerdas em geral desprezaram a capacidade de mobilização que a figura de

⁵³⁸ BRUSTOLONI, Júlio J. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*. São Paulo: Ed. Santuário, 1998. p. 357.

Aparecida poderia ter entre a população. Colocando as encíclicas papais debaixo do braço, Jango e os reformistas acusaram os grupos conservadores de manipularem a fé dos católicos, pois o *verdadeiro* catolicismo estava com as reformas. Quando as direitas ocuparam as ruas de terços na mão e clamando por uma intervenção militar e divina, os grupos reformistas viram um movimento de classe média e de donas de casa ludibriadas por seus maridos e por padres conservadores. Aquela não era a verdadeira Igreja. Aquele não era o verdadeiro povo. Assim, em 1964, enquanto as esquerdas ficaram apegadas ao peso da palavra do papa, as direitas mobilizaram-se a partir do rosário e da figura de Nossa Senhora, símbolos da religiosidade popular que foram capazes de reunir milhões de pessoas em Marchas em defesa de Deus, da Pátria e da família.

Nas Marchas que se espalharam por todo o país em 1964, Nossa Senhora Aparecida foi aclamada como padroeira da *revolução*. Para os amplos segmentos sociais que apoiaram o golpe, a vitória dos militares, quase sem nenhuma resistência e sem derramamento de sangue, foi interpretada como um sinal de que Aparecida estava com eles e havia operado um *milagre*. A memória de Nossa Senhora Aparecida como padroeira da *revolução* permitiu que a sua imagem deixasse o Santuário em 1965 e fizesse a maior peregrinação da história da santa. Longe de ser apenas uma procissão católica, a visita da imagem da padroeira ao Brasil promoveu o encontro de valores cívicos compartilhados pela ditadura e pela sociedade.

Em 1967, com a posse de um novo ditador, o Santuário Nacional acolheu as expressões de esperança e otimismo que grande parte da Igreja, da imprensa e dos devotos nutriram em relação ao governo Costa e Silva. Na entrega da Rosa de Ouro, recebida como um voto de confiança do papa no Brasil sob ditadura, sobram elogios e aplausos ao presidente Costa e Silva por parte de milhares de fiéis de várias regiões do país. Naquela ocasião, o presidente ainda gozava de apoio e reconhecimento de amplos segmentos sociais que tinham se decepcionado com o governo Castello Branco e talvez o Jubileu tenha sido o momento em que Costa e Silva foi mais ovacionado em todo o seu governo.

Porém, a memória coletiva viu em 1967 o pré-1968 e silenciou sobre o otimismo que envolveu os primeiros meses do governo Costa e Silva. Tal clima de otimismo que não esteve restrito somente às classes médias e empresariais com base nas promessas de recuperação econômica do novo governo, empolgou muitos outros grupos sociais e especialmente o clero de Aparecida que se beneficiou do projeto modernizador do regime. No início dos anos 1970, os laços que uniram o Santuário e o regime desde o golpe civil-militar de 1964 foram abençoados pelos anos do *milagre*. A cidade de Aparecida tornou-se um grande canteiro de obras. A construção da imensa Basílica que hoje abriga a imagem da padroeira coincidiu com

os esforços da ditadura na construção do Brasil grande. O sonho do *Brasil do futuro* inaugurado oficialmente pelo governo Médici empolgou os padres redentoristas e contou com o apoio entusiasmado do ministro dos Transportes, Mário Andreazza, que afirmava ser dever do governo colaborar para que o povo brasileiro tivesse mais conforto e segurança na cidade que já havia se tornado o maior centro do catolicismo no Brasil. Sob ditadura, a rodovia Presidente Dutra ganhou mais uma via para facilitar a chegada de mais romeiros ao Santuário e a construção da nova Basílica foi acelerada sob o comando do padre Noé Sotillo, que afirmou que na época foi muito criticado pela esquerda clerical por ter feito acordos com a ditadura, mas só estava pensando no benefício dos romeiros.⁵³⁹

As iniciativas do ministro Andreazza foram saudadas com grande entusiasmo pelo arcebispo de Aparecida, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta que, como vimos no capítulo dois, sempre se mostrou disposto a apoiar qualquer governo que se empenhasse na realização da “verdadeira integração nacional”. Daí o equívoco de reduzir a trajetória do cardeal às posições adotadas por ele no contexto do golpe de 1964. Em Aparecida, dom Motta foi personagem importante no diálogo com os militares e na defesa dos valores patrióticos, sintetizados na figura da padroeira e celebrados em diferentes oportunidades pela ditadura. Assim, parafraseando Joseph Comblin ao falar sobre a trajetória de dom Hélder Câmara, traçar o esboço biográfico de dom Motta é também fazer a história da Igreja no Brasil desde a Primeira República, a história da Igreja latino-americana desde 1955 e a história da Igreja Católica desde o Vaticano II.⁵⁴⁰ Dom Motta faleceu em setembro de 1982, exatamente quando a sociedade começava a viver um momento importante da longa transição democrática e o episcopado se estabelecia como um dos maiores baluartes da luta pelos direitos humanos. Em seu enterro, compareceram cerca de seis mil pessoas. O “cardeal mais velho do mundo”, morreu aos 92 anos, ovacionado por fiéis e autoridades que celebraram sua vida pública em “elevado conceito”. Coube a Franco Montoro lembrar a antiga máxima de dom Motta que acompanha a atuação da Igreja até os dias de hoje: “abaixo da religião vem a política”.⁵⁴¹

Nos anos Médici, o Santuário Nacional se consolidou como uma das maiores tendas do *milagre* brasileiro. A ditadura investiu recursos federais na construção da chamada Passarela da Fé, que liga a antiga Basílica à nova e as obras em Aparecida ganharam status de interesse público. A desapropriação de terras particulares para a construção da passarela só foi possível

⁵³⁹ OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. *Basílica de Aparecida: Um templo para a cidade-mãe*. São Paulo: Olho d’água, 2001. p.130.

⁵⁴⁰ COMBLIN, Joseph; PINHEIRO, José; PUTRICK, Maria Bernarda. *Dom Helder: pastor e profeta*. São Paulo: Paulinas, 1983.

⁵⁴¹ “D. Carlos sepultado na Basílica”. *O Estado de São Paulo*, 21 set. 1982, p.14.

por meio de decretos do governo federal e do consenso construído entre a ditadura e o clero de Aparecida.⁵⁴²

Em dezembro de 1971, a Passarela da Fé foi inaugurada com a presença do ministro Andreazza. No evento, milhares de devotos colocaram à prova a resistência da passarela que até hoje é considerada a menor rodovia federal do Brasil com apenas 5,9 km de extensão. A inauguração da passarela também marcou o período de grande aumento do número de romeiros que visitavam a Basílica anualmente. Em apenas 6 anos, a concentração de peregrinos no Santuário aumentou em 77%. Em 1968, ano em que os dados começaram a ser coletados pela Basílica, a cidade de Aparecida recebia cerca de 900 mil romeiros por ano. Em 1973, o número de peregrinos era de 1,6 milhão.⁵⁴³

Para o jornalista Rodrigo Alvarez, “o crescimento impressionante no número de brasileiros querendo se ajoelhar aos pés da santa” pode ser explicado pela “ditadura assustadora que estava levando mais gente a pedir a ajuda de Deus” e pelas peregrinações da imagem de Nossa Senhora Aparecida, que ocorreram entre 1965 e 1968, e surtiram o efeito esperado pelos padres, atraindo mais romeiros ao Santuário”.⁵⁴⁴ Porém, a análise de Alvarez desconsidera o fato de que foi a própria “ditadura assustadora” que financiou a construção de estradas que levaram mais devotos até Aparecida. Além disso, como demonstramos no segundo capítulo, a peregrinação da imagem da padroeira foi um pedido do próprio regime ao qual o Santuário atendeu com interesse e entusiasmo, não só por razões religiosas, mas também políticas. Afinal, de acordo com o próprio Rodrigo Alvarez, os diários dos padres redentoristas revelam que o clero de Aparecida acreditava que a peregrinação da imagem poderia fazer com que o comunismo perdesse bastante terreno.⁵⁴⁵

Nas festividades do Sesquicentenário da Independência (1972), em que pese os atritos entre a CNBB e os militares, Aparecida representou parte da Igreja Católica que não participou da batalha pelo patriotismo. O Santuário fez questão de defender precisamente o discurso da ditadura em torno da coesão social em prol da construção da grandeza da nação. Entre os redentoristas, não faltou quem reafirmasse tal grandeza a partir da própria monumentalidade da nova Basílica em construção. Em 1980, a imagem de Nossa Senhora Aparecida recebia um lar na segunda maior igreja do mundo, menor apenas que a Basílica de São Pedro, em Roma. Além disso, foi agraciada pelo presidente João Batista Figueiredo e por seu ministro da Justiça, Ibrahim

⁵⁴² OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. *Basílica de Aparecida...*, op. cit., p.128.

⁵⁴³ MORENO, J. C. *A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento do Turismo religioso*. 2009. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo. p.71.

⁵⁴⁴ ALVAREZ, Rodrigo. *Aparecida...*, op. cit., p. 215.

⁵⁴⁵ Idem.

Abi-Ackel, com seu feriado (12 de outubro, em associação ao descobrimento da América). Apesar de todas esses aspectos que evidenciam a forte ligação do Santuário Nacional com a ditadura, o clero de Aparecida continua contando o milagre ocultando o nome do santo; celebrando a grandeza da Basílica sem reconhecer que o apoio da ditadura civil-militar foi fundamental.

Sob esse aspecto, o Santuário Nacional segue a mesma linha da CNBB que, em 2014, por ocasião do aniversário de 50 anos do golpe civil-militar, emitiu uma nota na qual reconheceu que o apoio da instituição à intervenção foi um “erro histórico” do qual “alguns setores da Igreja Católica” fizeram parte.⁵⁴⁶ No entanto, ao mesmo tempo em que o assumia o “erro”, o texto assinado pelo então arcebispo de Aparecida, dom Raymundo Damasceno Assis, também fazia questão de lembrar que a Igreja não se omitiu diante da repressão. Assim, no ímpeto de reafirmar seu compromisso com a democracia no presente, a CNBB “esqueceu” de reconhecer a sua responsabilidade institucional no passado, atribuindo a culpa a apenas uma parcela da instituição – uma parcela sem nome e sem rosto.

Na nota de 2014, a manifestação da CNBB louvando a vitória do golpe em 1964, foi contornada como um acidente da história. Os elogios à ação militar, que acudiu os brasileiros e freou a “marcha acelerada do comunismo sem derramamento de sangue”, não mereceram nem uma breve menção – que dirá um pedido de perdão. A posição honrosa do presente se explicaria pelo processo de “militarização do regime”, que teria feito com que, aos poucos, a Igreja fosse percebendo que “a finalidade do golpe, que foi para preservar o país do comunismo, foi tomando outra direção – tortura, arbitrariedade, repressão”.

Assim, em 2014, mesmo com o reconhecimento tímido das complacências, venceu a memória da resistência. Aquela que soube incensar a imagem de algumas figuras, como dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns, como se eles sintetizassem a luta de toda a Igreja Católica pela dignidade humana desde o início da ditadura. O problema é que, entre estes valentes defensores dos direitos humanos, puderam comparecer, confortavelmente, outras lideranças eclesiais, que apoiaram o golpe ou foram indiferentes à ditadura – como é o caso do cardeal dom Eugênio Salles e, por que não?, dom Motta. Daí a importância de resgatar as complexas relações que o Santuário Nacional manteve com a ditadura civil-militar, como um necessário contraponto a uma memória cristalizada e, por vezes, mitificada que setores da Igreja, sobretudo ligados à Teologia da Libertação, consagram.

⁵⁴⁶ CNBB divulga declaração sobre os 50 anos do golpe civil-militar. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/> Acesso em: 17 fev. 2023.

Nos últimos anos, sob a liderança de dom Orlando Brandes, o Santuário Nacional assumiu posições críticas ao autoritarismo e ao uso político da religião. Em outubro de 2021, o atual arcebispo de Aparecida pronunciou uma frase que seria imediatamente interpretada como um recado ao presidente Jair Bolsonaro: “Para ser pátria amada não pode ser pátria armada”. Com essas palavras, o bispo mereceu os aplausos dos fiéis presentes no Santuário e de boa parte da oposição ao governo nas redes sociais.⁵⁴⁷ Na mesma homilia, o arcebispo enfatizou que “Pátria amada não é transformar crianças inocentes em crianças fuzil”, uma referência ao episódio em que Bolsonaro recebeu uma criança de seis anos que empunhava uma arma de brinquedo.⁵⁴⁸ Para dom Brandes, “as crianças precisam de outras armas, da oração, da obediência, da convivência com seus irmãos”. O religioso também fez uma alerta sobre o discurso de ódio e as notícias falsas: “(...) para ser pátria amada seja uma pátria sem ódio. (...) uma república sem mentiras e sem *fake news*, sem corrupção”.⁵⁴⁹ No final do sermão, saudou a ciência e as vacinas contra a Covid-19. Recebeu mais aplausos e foi imediatamente percebido como um importante membro da chamada frente ampla contra Bolsonaro.

Há um bom tempo, o arcebispo tem sido saudado como uma voz progressista na Igreja Católica contemporânea. Em 2019, no dia da padroeira, dom Brandes criticou a direita, que chamou de “violenta e injusta” e reclamou do “dragão do tradicionalismo” que estava “fuzilando o papa, o Sínodo [da Amazônia] e o Concílio Vaticano II”.⁵⁵⁰ Porém, na tarde daquele mesmo dia, na presença de Bolsonaro, o arcebispo modulou a crítica contida em sua homilia aos ouvidos da presença *ilustre* ao falar em “dragões das ideologias, que são interesses pessoais tanto da direita, quanto da esquerda”.⁵⁵¹ Curiosamente, em 2020, o mesmo dom Brandes, que passou a ser saudado pelas oposições ao governo Bolsonaro, lamentou a morte da Operação Lava Jato e asseverou que a impunidade estava voltando. Diante dos bancos vazios

⁵⁴⁷ CAVALCANTI, Tatiana. ‘Pátria amada não pode ser pátria armada’, diz arcebispo em Aparecida antes de visita de Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, 12 out. 2021. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/10/patria-amada-nao-pode-ser-patria-armada-diz-arcebispo-em-aparecida-antes-de-visita-de-bolsonaro.shtml> Acesso em: 17 fev. 2023.

⁵⁴⁸ G1 MINAS. Evento de Bolsonaro em BH tem criança fardada e com arma de brinquedo. *G1*, 30 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/09/30/bolsonaro-chega-a-bh-para-sancionar-projeto-do-metro-e-lancar-pedra-fundamental-do-centro-de-vacinas.ghtml> Acesso em: 16 fev. 2023.

⁵⁴⁹ Idem.

⁵⁵⁰ G1 VALE DO PARAÍBA E REGIÃO. Em sermão na missa de Aparecida, arcebispo critica 'dragão do tradicionalismo' e diz que 'direita é violenta e injusta'. *G1*, 12 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/festa-da-padroeira/2019/noticia/2019/10/12/em-sermao-missa-de-aparecida-arcebispo-critica-dragao-do-tradicionalismo-e-diz-que-direita-e-violenta-e-injusta.ghtml> Acesso em: 17 fev. 2023.

⁵⁵¹ Idem.

da Basílica, em razão das restrições da pandemia de Covid-19 em 2020, o arcebispo afirmou que “deveríamos salvar muito a Lava Lato porque ali então nós estamos vencendo o dragão da corrupção, que não deve voltar”.⁵⁵² Mesmo com as denúncias da Vaza Jato em 2019 e com as evidências de que os procuradores de Curitiba agiram fora da lei,⁵⁵³ o arcebispo elogiou a operação e pontuou que “não somos dignos de sermos escravizados pela corrupção”.

Em 2018, quando o Movimento Mineiro de Fé e Política organizou uma romaria ao Santuário pela liberdade do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e pela “paz democrática”, dom Orlando Brandes assinou uma nota em que afirmava que a Basílica “é um espaço sagrado que acolhe todos os filhos e filhas de Aparecida, sem distinção”.⁵⁵⁴ No mesmo documento, o Santuário era apresentado como “uma Casa que se coloca contra toda e qualquer utilização do seu espaço para fins políticos ou ideológicos”. Em outras palavras, o Santuário quis dizer que a Basílica não é espaço para fazer política. Ainda assim, a romaria ocorreu e a Basílica foi tomada por devotos vestidos com camisas vermelhas e enrolados em bandeiras do Partido dos Trabalhadores (PT), que entoaram o coro de “Lula livre” e gritaram “Fora Temer”.

Na celebração da missa, durante a leitura das preces, o padre João Batista de Almeida pediu para que “Nossa Senhora Aparecida abençoe [Lula] e lhe dê muitas forças para que se faça a verdadeira justiça, para que o quanto antes ele possa estar entre nós, construindo com o nosso povo um projeto de país que semeie a justiça e a fraternidade”. Em resposta, os devotos disseram “Senhor, escutai a nossa prece” e aplaudiram, choraram e se manifestaram com palavras de apoio ao ex-presidente.

Em ano eleitoral e diante da indefinição da candidatura de Lula à Presidência da República,⁵⁵⁵ a romaria gerou muita repercussão e suscitou debates sobre os limites entre o político e o religioso no Santuário. Muitos devotos contrários ao PT e ao ex-presidente cobraram

⁵⁵² G1 VALE DO PARAÍBA E REGIÃO. ‘Deveríamos salvar muito a Lava Jato’, diz bispo de Aparecida após citar volta da impunidade em sermão no dia da Padroeira. G1, 12 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/festa-da-padroeira/2020/noticia/2020/10/12/deveriamos-salvar-muito-a-lava-jato-diz-bispo-de-aparecida-apos-citar-volta-da-impunidade-em-sermao-do-dia-da-padroeira.ghtml> Acesso em: 17 fev. 2023.

⁵⁵³ THE INTERCEPT BRASIL. As mensagens secretas da Lava Jato. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/> Acesso em: 17 fev. 2023.

⁵⁵⁴ Nota Oficial da Arquidiocese de Aparecida, 4 mai. 2018. Disponível em: <https://www.arqaparecida.org.br/Imprensa/Noticia/134-Nota%20Oficial%20do%20%20Santu%C3%A1rio%20Nacional> Acesso em: 17 fev. 2023.

⁵⁵⁵ Àquela altura, o Supremo Tribunal Federal (STF), por seis votos a cinco, rejeitou o pedido de *habeas corpus* da defesa de Lula, que queria evitar que ele fosse preso antes da análise de recursos em outras instâncias da justiça, o que resultou na prisão do ex-presidente e a sua consequente inelegibilidade pela Lei da Ficha Limpa. Mesmo assim, o ex-presidente registraria a sua candidatura no início de agosto de 2018. No dia 17 do mesmo mês, o Comitê Internacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou posição favorável ao exercício pleno dos direitos políticos do ex-presidente na campanha eleitoral à Presidência da República, mesmo que estivesse preso. Porém, o registro foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

o repúdio da CNBB e a renúncia do reitor do Santuário. Diante das críticas, o Santuário Nacional procurou contornar a situação com uma “nota de reparação”, assinada pelo padre João Batista de Almeida, por dom Orlando Brandes e pelo padre José Inácio de Medeiros, superior provincial dos Missionários Redentoristas da Província de São Paulo. No documento, o padre João Batista de Almeida manifestou pessoalmente o seu pesar pela forma como conduziu a missa pela liberdade de Lula e reafirmou que a Igreja não é lugar de tomar posição político-partidária.⁵⁵⁶

A nota pode ter servido para diminuir os pedidos de excomunhão contra o padre, mas não silenciou a questão de fundo: o uso político do Santuário. No dia 10 de abril de 2016, por exemplo, o Movimento Legislação e Vida esteve na Basílica, embora em menor número que a romaria petista, para defender “uma Igreja livre do PT e dos comunistas”. Da mesma maneira que a romaria por Lula livre, os devotos de direita hastearam bandeiras e entoaram palavras de ordem. Da mesma forma, a passagem de Jair Bolsonaro pela Basílica Nacional de Aparecida em outubro de 2022 se transformou em agenda de campanha do então presidente em busca da reeleição. Bolsonaroistas tomaram a praça da Basílica Velha, vestidos com camisas da seleção brasileira e com copos de cerveja nas mãos, hostilizando profissionais da imprensa que faziam a cobertura do evento. No interior do Santuário, quando dom Brandes afirmou que era “preciso combater o dragão do ódio, da mentira, da fome, do desemprego e da incredulidade”, ouviu-se vaias de alguns fiéis que entenderam a fala do arcebispo como crítica velada ao presidente.

Os recentes episódios demonstram a urgência de um amplo debate sobre os usos políticos da religião e, principalmente, sobre as apropriações da imagem de Nossa Senhora Aparecida nas lutas políticas do presente. Esta dissertação buscou contribuir com essa discussão ao analisar um período em que a padroeira do Brasil foi Nossa Senhora da ditadura. Porém, diante das posições consideradas progressistas adotadas no presente, sobretudo, por parte dos dois últimos arcebispos de Aparecida, dom Raymundo Damasceno e dom Orlando Brandes, o Santuário tem silenciado sobre os seus laços com o poder autoritário no passado. Entretanto, reconhecer que Nossa Senhora Aparecida foi vestida com o manto de padroeira da *revolução* em 1964 não mancha os bordados democráticos que hoje estão presentes na maior parte das suas invocações, mas serve como um convite à reflexão sobre as bases sociais e históricas do autoritarismo no Brasil.

No presente, a homilia de dom Brandes é bem-vinda e marcou uma posição refratária da de grande parte da CNBB ao governo Bolsonaro. Porém, em nome das lutas políticas do

⁵⁵⁶ SANTUÁRIO NACIONAL. Nota de reparação. Permanecei no amor (Jo 15, 9), 23 mai. 2018. Disponível em: <https://www.a12.com/santuario/imprensa/releases/nota-de-reparacao> Acesso em: 17 fev. 2023.

presente, não se deve deixar de olhar o passado a partir de uma perspectiva crítica. É preciso considerar a complexidade do social para tentarmos entender não só os meandros da construção da memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar, mas também as posições adotadas pelo clero católico no presente.

Não se nega a importância política fundamental dos homens e mulheres, leigos e clérigos, que lutaram contra a ditadura e defenderam uma Igreja com opção preferencial pelos pobres. Também não se espera que hoje, bispos e padres vistam panos de saco e, com cinzas na cabeça, saiam pelas ruas a pedir perdão pelos seus pecados. Não se propõe, ainda que fosse possível, questionar o papel que a figura de Aparecida possui para a fé de milhões de brasileiros. No entanto, também não se pode deixar que a memória permaneça entronizada em altares adornados por rasas simplificações.

Desviando-se do olhar da memória e da devoção, este trabalho buscou recuperar o papel da figura de Nossa Senhora Aparecida na construção de um consenso em torno da ditadura civil-militar no Brasil, pelo menos nos seus primeiros anos. Nos caminhos percorridos pela imagem da padroeira, encontramos as contradições, indiferenças, silêncios, cumplicidades não só da Igreja Católica em relação à ditadura, mas da sociedade face ao regime instaurado em 1964. Entre os filhos de Aparecida, uma diversidade de comportamentos sociais e elementos de uma cultura política que possibilitou a sustentação da ditadura por 21 anos e a renovação de uma fé que resiste há mais de 300 anos. Não é possível entender o crescimento da devoção à Aparecida nos últimos 50 anos sem o apoio da ditadura. As festas de 250 anos da padroeira demonstram que o Santuário Nacional viveu os seus *anos de ouro* durante o regime militar, assim como segmentos significativos da sociedade. No entanto, para compreendê-los, é preciso romper com os parênteses que a memória coloca sobre os anos incômodos e fazer os santos descerem dos seus altares.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias:

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca

Crônica Redentorista de Aparecida (1963-1973)

Ânuas de Aparecida

Livro de Tombo da Arquidiocese de Aparecida

Crônica da Comunidade de Aparecida

Ecos Marianos

MACEDO, Dom Antônio. *Crônica da peregrinação nacional de Nossa Senhora Aparecida – 1965/1968*. Arquivos da Arquidiocese de Aparecida, 1969.

Jornais:

O Estado de São Paulo

Folha de São Paulo

Jornal do Brasil

Jornal do Santuário

O Globo

Teses, artigos, capítulos e livros:

AARÃO REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004; p. 29-52.

_____. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel; SILVEIRA, Diego Omar (orgs.). *À sombra das ditaduras - Brasil e América Latina*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a história e a memória*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006,

- ALENCAR JR., Moacir Pereira. *Plínio Corrêa de Oliveira: pensamento católico e ação política na Era Vargas (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil, 2014.
- ALTEMEYER JR., Pe. Fernando. *Aparecida: caminhos da fé*. São Paulo: Loyola, 1998.
- ALVAREZ, Rodrigo. *Aparecida: a biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2017.
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ALVES, Andréa Maria Franklin de Queiroz. *Pintando uma imagem Nossa Senhora Aparecida—1931: Igreja e Estado na construção de um símbolo nacional*. Dourados: Ed. UFGD, 2013.
- ALVES, Caleb Faria. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. Bauru: EDUSC, 2003.
- ANTOINE, Charles. *Les catholiques brésiliens sous le régime militaire: 1964-1985*. Paris: Éd. Du Cerf, 1987.
- AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930) I e II. *Síntese*. 10, 1977, pp. 61-89; 11, 1977, pp. 73-101;
- _____. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *A neocristandade: um projeto reformador*. São Paulo: Paulus, 1994.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O governo Kubitschek. In: GOMES, Ângela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, FGV/ICPDOC, 1991.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil. De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BRUSTOLONI, Júlio J. *A Senhora da Conceição Aparecida: História da Imagem da Capela das Romarias*. 2. ed. Aparecida: Editora Santuário, 1981.
- _____. *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*. 10. ed. Aparecida: Editora Santuário, 1998.
- _____. *Construção da Nova Basílica – Documentário e Notícias (1955-1988)*. Aparecida, Mimeo, 1980.
- _____. 25 anos de construção da Basílica Nova. *Revista Ecos Marianos*. Aparecida: Ed. Santuário, 1982.
- _____. *Vida de Padre Paulo Vítor Coelho: Missionário redentorista e Apóstolo da Rádio Aparecida*. São Paulo: Editora Santuário, 2008.

- BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de presidente: discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE Editora, 2004.
- CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Editora Claridade, 2011.
- CARAVELLI, H. G. Turismo religioso no Caminho da Fé. *Revista eletrônica de turismo cultural (USP)*, v. 3, p. 75-94, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Marcos de. *64: conflito Igreja x Estado*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CAMARGO, Wander Amaral. A Igreja Católica e a CUT. *Varia Scientia, [S. l.]*, v. 5, n. 9, p. 11–33, 2007.
- CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Nudoc/Museu do Ceará, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. O retorno do teológico-político. In: CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 93-133.
- CHIRIO, Maud, *Une nouvelle écriture du destin national*. La commémoration de l'Indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985), Mémoire de Maîtrise d'Histoire, Université Paris I. Paris, 2000/2001.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.
- CONDINI, Martinho. *Dom Hélder Câmara: um modelo de esperança*. São Paulo: Paulus, 2008.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- _____. *Direitas em movimento. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- _____. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida? *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.
- _____. Milagre, Ordem e Progresso: Naturalização da Violência e Crescimento Econômico em Tempos De Ditadura. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; SOUZA, César Martins; CORDEIRO, Janaína Martins. (Orgs.). *O País do Futuro: Modernidade,*

Modernização e Imaginário Coletivo no Brasil Republicano. Curitiba: Prismas, 2018, v. 1, p. 135-154.

_____. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) [online]. 2009, v. 22, n. 43, pp. 85-104.

_____. Direitas e organização do consenso sob a ditadura no Brasil: o caso da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 1, p. 1-19, 2017.

_____. Comemorar e vigiar: o Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. In: NUNES, João Paulo Avelãs; ABREU, Luciano Aronne de; SOUZA, Miliandre Garcia de; MAIA, Tatyana de Amaral (Orgs.). *A independência e o Brasil independente*. v.2. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2022, p.305-327.

COSTA, Célia; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth (Orgs.). *O bispo de Volta Redonda: memórias de dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (Orgs.). *O Brasil republicano*. 5. ed. vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ESCRIBANO, Francesc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERNANDES, Rubem César. Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá! In SACHS, Viola. *Brasil e nos EUA: Religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 403-468.

_____.; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

_____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREITAS, O. C. *Aparecida, capital mariana do Brasil*. Aparecida: Ed. Santuário, 1978.

- GASPARI, Elio. *Ilusões armadas: a ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002a.
- _____. *Ilusões armadas: a ditadura escancarada*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002b.
- GENTILE, Emilio. *Le religioni della politica. Fra democrazie e totalitarismi*, Laterza: Bari, 2001.
- GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GOMES, Francisco José da Silva. A Igreja e o poder: representações e discursos. In: RIBEIRO, M. E. de B. (Org.). *A vida na Idade Média*. Brasília: UnB, 1997.
- GODOY, Adriano Santos. *Aparecida: espaços, imagens e sentidos*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2015.
- _____. *Cultivando a casa de Maria: materialidades da Basílica Nacional de Aparecida*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2020.
- GUISOLPHI, A. J. Na mira contra as esquerdas: o catolicismo anticomunista nas Cruzadas do Rosário em Família na América Latina na década de 1960. *Sæculum – Revista de História*, v. 39, n. 39, p. 119-132, 17 dez. 2018.
- KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *A CNBB e o golpe militar de 1964*. Letras Contemporâneas, 2010.
- LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 3: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LANZA, Fábio. Em defesa do homem: a Igreja contra a repressão militar. *Ensaio de História*, Franca, v. 4, n. 1/2, p. 125-131, 1999.
- _____. *O Regime Militar no discurso-memória da Igreja Católica na região metropolitana de São Paulo (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista (UEL), 2001.
- LIBÂNIO, João Batista. *Conflito Igreja-Estado*. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n. 4, p. 29-40, 1978.
- LIRA NETO. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

- LVOVICH, Daniel. “A questão do consenso durante a ditadura militar argentina: problemas metodológicos e contextos historiográficos (1976 -1983)”. In: BEIRED, JLB., e BARBOSA, Cas (orgs.) *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARIN, Richard. Les Églises et le pouvoir dans le Brésil de militaires (1964-1985), *VingtièmeSiècle. Revue d'histoire*, vol. 105, no. 1, 2010, pp. 127-144.
- MARTINS FILHO, José Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2019.
- MATIAS, Rodrigues. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964*. São Paulo: União Cívica Feminina (UCF), [s.d] Arquivo particular de Gisella Guisard Milliet.
- MASCARENHAS, Christian. O Museu de Arte Sacra de São Paulo: História de um acervo. *Estudos Avançados, [S. l.]*, v. 35, n. 103, p. 273-284, 2021.
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O sinal do amanhã*. 2ª ed. Imprensa Nacional, 1973.
- MELO, Demian Bezerra de (Org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MONTEIRO, Karla. *Samuel Wainer: o homem que estava lá*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MORAIS, João Francisco de. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo: Cortez, 1982.
- MOREIRA, Fuviane Galdino. Entre Bandeiras e Mantos: Aparecida e a identidade nacional brasileira. *Visualidades*, Goiânia v.15 n.2 p. 191-208, jul-dez./2017.
- MORENO, J. C. *A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento do Turismo religioso*. 2009. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.
- _____. *Passados presentes. O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- _____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- NEVES, Guilherme Pereira das. Questão Religiosa. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 608-611.
- MOTT, Luiz. Aparecida é preta, não negra. *Folha de São Paulo*, 29 de outubro de 1995.
- NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p.346-366, maio-ago. 2017.
- OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. *Basilica de Aparecida: Um templo para a cidade mãe*. São Paulo: Olho d'água, 2001.
- ONGHERO, André Luiz. “O ensino de Educação Moral e Cívica: memórias de professores do Oeste de Santa Catarina (1969-1993)”. In: *Revista Horizontes*. Bragança Paulista, v. I, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccineli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PACHECO, Dom Felipe Condurú. *História eclesiástica do Maranhão*. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968.
- PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Puc e Apicuri, 2009.
- PEREIRA, Carlos Santos. “Fátima na cruzada do século”. *História*, Lisboa, n. 29, 2000.
- PETERS, José Leandro. *Nossa Senhora Aparecida do discurso da Igreja Católica no Brasil (1854-1904)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- PETERS, J. L. Aparecida na Memória da Igreja: uma análise da constituição do mito de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX. *Sacrilegens*, v. 9, n. 1, p. 87-96, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLA, Rodrigo. Maria no Brasil contemporâneo: libertadora, carismática e pop. *Estudos de Religião*, v. 32, p. 61-84, 2018.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) *O tempo do regime autoritário. Ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985)*. Coleção O Brasil Republicano, vol. 4. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A. e DALE, Romeu (Orgs.). *As Relações Igreja-Estado no Brasil*. v.3. São Paulo: Loyola, 1988.
- PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *A*

construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64*. 151 p. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964- 1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

REIS, Martha dos. *O culto à senhora Aparecida: síntese entre o catolicismo oficial e o popular no Brasil*. Tese de doutoramento. Assis: UNESP, 1999.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RIDENTI, Marcelo. Canetas e fuzis: intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70. In AARÃO REIS, Daniel; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

_____. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. *Métis* (UCS), v. 5, p. 179-202, 2006.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da. *Entre a cruz e a espada: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977)*. Dissertação (mestrado) – UFRJ /IFCS/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2006.

RODRIGUES, Cândido Moreira; PEIXOTO, Renato Amado. (2020). O catolicismo no Brasil do período Vargas: imbricações entre religião, política e espacialidade (1930-1945). In GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia. (Orgs.). *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono*. Recife: Edupe, 2020. pp. 61-93.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1864 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

_____;CORDEIRO, Janaína Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. *História, Histórias*, v. 9, p. 58-98, 2021.

_____. As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção*

social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. Vol. 2, p. 97-144.

_____. História, Memória e Verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida; TELES, Janaína de Almeida. (Orgs.). *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil.* Vols. 1 e 2. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 2, p. 569-577.

ROMANO, Roberto. *Brasil: a Igreja contra o Estado.* São Paulo: Kairós, 1979.

SAMPAIO, Américo de Oliveira. Engenheiro João Pedro de Jesus Netto: o patrono do tratamento de esgotos sanitários de São Paulo. *Revista DAE*, v. 196, p. 42-55, 2014.

SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política.* 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v.1. p.240-242.

SANTOS, Lourival dos. *O enegrecimento da Padroeira do Brasil: religião, racismo e identidade (1854-2004).* Salvador: Editora Pontocom, 2013.

_____. A cor da santa: Nossa Senhora Aparecida e a construção do imaginário sobre a padroeira do Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. In: *Imaginário, cotidiano e poder: memória afro-brasileira.* São Paulo: Selo Negro, 2007.

_____. *Igreja, Nacionalismo e Devoção Popular: as estampas de Nossa Senhora Aparecida – 1854-1978.* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

SANTOS, Wanderley Alves dos. *Cardeal Motta: O pioneirismo do primeiro bispo de Aparecida. Biografia de Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta.* 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8771988-Cardeal-motta-o-pioneirismo-do-primeiro-bispo-de-aparecida-biografia-de-carlos-carmelo-de-vasconcelos-motta-a-origem.html> Acesso em: 24 jan. 2023.

SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. Por debaixo da batina: padres e bispos sob a vigilância do DOPS/SP. In: *XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH: 50 anos*, 2011, São Paulo - SP. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo - SP: ANPUH-SP, 2011.

SILVA, Wellington Teodoro da. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. *Interações*, vol. 9, nº 15, 2014, p. 71.

_____. *Catolicismo e golpe de 1964.* Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SEIDL, Ernesto. Lógicas cruzadas: carreiras religiosa e política. *Revista Pós Ciências Sociais*, [S. l.], v. 6, n. 11, 2012.

- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001.
- _____. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SILVEIRA, Diego Omar. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: REIS, Daniel Aarão; SILVEIRA, Diego Omar da; LEITE, Isabel Cristina; CORDEIRO, Janaína Martins. (Orgs.). *À sombra das Ditaduras. Brasil e América Latina*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 39-50.
- _____. Os 300 anos de Aparecida: Imbricações entre Religião, etnicidade e identidade nacional. *Revista Relegens Thréskeia*, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 24-41, jan. 2020.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no Golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SIMPSON, Duncan. *A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- _____. The Catholic Church and the Portuguese Dictatorial Regime. The case of Paul VI's visit to Fátima. *Lusitania Sacra*. 2ª série, 19-20 (2007-2008), p. 329-378.
- SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- _____. "Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil." *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 3, n. 2, 2011, pp.203-216.
- SOUSA, Emerson José Ferreira de. O catolicismo popular brasileiro: notas em torno da sua invenção historiográfica. *Temporalidades*, Edição 36, v. 13, n. 2 (Jul./Dez. 2021), p.724-745.
- SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Construção da memória e devoção na escolha de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil*. In: XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de História de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, p. 9-30, 2013.
- SOUZA, Ney de. Catolicismo em São Paulo Centenário da Arquidiocese (1908-2008). *Revista de Cultura Teológica*, n.60, ano 15, jul/set 2007, p.101-152.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. O catolicismo popular e a Igreja: conflitos e interações. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 2, n. 12, p. 127-139, maio/ago.2008.
- STARLING, Heloísa. *Os senhores das Gerais: novos incondentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.
- TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A gênese das CEB's no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988.

TOURIS, Claudia F. Igreja católica, ditaduras y memorias en conflicto en Brasil y Argentina. *Archives de sciences sociales des religions*. nº 170, 2015, 97-115.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, jan./abr. 2013.

VIDIGAL, Pedro Maciel. *O Cardeal de Vasconcellos Motta*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

VIEIRA, Mariangel F. *Uma devoção estratégica: o culto a Nossa Senhora Aparecida (1960-89)*. São Paulo. Dissertação da História – PUC-SP, 1993.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2000.

WERNET, Augustin. *Os redentoristas no Brasil - Expansão da obra redentorista (1920 a 1944)*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1995.

ZANOTTO, Gizele. *É o caos!!! A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003.

_____. *Tradição. Família e Propriedade (TFP): as idiosincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)*. 1. ed. Passo Fundo: Méritos, 2012.

_____. Vozes dissonantes no catolicismo em tempos de ditadura (1964-1985). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia. (Org.). *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono*. Recife: EDUPE, 2020, p. 95-132.

_____. Reforma Agrária: Questão de Consciência? Uma análise do anti-agro-reformismo na TFP. *História. Debates e Tendências* (Passo Fundo), v. 9, p. 77-95, 2010.